



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

DE CAMPESINOS A EMPRESÁRIOS: LA RETÓRICA NEOLIBERAL DE LA POLÍTICA AGRARIA EN COLOMBIA
Isaías Tobasura Acuña

**DESARROLLO LOCAL, PROMOCIÓN Y PUBLICIDAD: CRITERIOS DE CALIDAD MEDIOAMBIENTAL
Y TERRITORIAL PARA LA MEJORA DE CIUDADES TURÍSTICAS**
Salvador Ferradás Carrasco

UMA DESCRIÇÃO AGROECOLÓGICA DA CRISE ATUAL
Gustavo de L. T. Oliveira

**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO PANTANAL MATO-GROSSENSE:
INTERFACES ENTRE CULTURA, ECONOMIA E GLOBALIZAÇÃO**
Onélia Carmem Rossetto

DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA NA DEPRESSÃO SERTANEJA SEMI-ÁRIDA DO CEARÁ
Déa de Lima Vidal e João Vítor de Oliveira

**O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM NA AMAZÔNIA:
UM MOVIMENTO POPULAR NASCENTE DE "VIDAS INUNDADAS"**
Sérgio Roberto Moraes Corrêa

URBANIZACIÓN Y RURALIDAD. OS CONDOMINIOS E OS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sergio Gómez

Jul./Dez.

2009



Revista NERA nº. 15

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.- dez./2009

Revista NERA

Coordenação de publicação

Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Anderson Antonio da Silva
Clifford Andrew Welch
Janaina Francisca de Souza Campos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Conselho editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Emília de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Francilaine Eulália de Souza – UEG (Universidade Estadual de Goiás);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simone da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br



Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

DE CAMPESINOS A EMPRESARIOS. LA RETÓRICA NEOLIBERAL DE LA POLÍTICA AGRARIA EN COLOMBIA

7

DE CAMPONESES À EMPRESARIOS: A RETÓRICA NEOLIBERAL DA POLÍTICA AGRÁRIA NA COLÔMBIA

FROM PEASANTS TO BUSINESS PEOPLE: THE NEOLIBERAL RHETORIC OF THE AGRARIAN POLICY IN COLOMBIA

Isaías Tobasura Acuña

DESARROLLO LOCAL, PROMOCIÓN Y PUBLICIDAD: CRITERIOS DE CALIDAD MEDIOAMBIENTAL Y TERRITORIAL PARA LA MEJORA DE CIUDADES TURÍSTICAS

22

DESENVOLVIMENTO LOCAL, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE: CRITÉRIOS DA QUALIDADE AMBIENTAL E TERRITORIAL PARA A MELHORIA DAS CIDADES TURÍSTICAS

LOCAL DEVELOPMENT, PROMOTION AND PUBLICITY: APPROACHES OF ENVIRONMENTAL AND TERRITORIAL QUALITY FOR THE IMPROVEMENT OF TOURIST CITIES

Salvador Ferradás Carrasco

O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM NA AMAZÔNIA: UM MOVIMENTO POPULAR NASCENTE DE “VIDAS INUNDADAS”

34

EL MOVIMIENTO DE LOS AFECTADOS POR REPRESAS EM LA AMAZÔNIA: UM MOVIMIENTO POPULAR NACENTE DE “VIDAS INUNDADAS”

THE MOVEMENT OF THE AFFECTED BY DAMS IN THE AMAZONIA: A NASCENT POPULAR MOVEMENT OF “FLOODED LIVES”

Sérgio Roberto Moraes Correa

UMA DESCRIÇÃO AGROECOLÓGICA DA CRISE ATUAL

66

UNA DESCRIPCIÓN AGROECOLÓGICA DE LA CRISIS ACTUAL

AN AGROECOLOGICAL DESCRIPTION OF THE CURRENT CRISIS

Gustavo de L. T. Oliveira

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO PANTANAL MATO-GROSSENSE: INTERFACES ENTRE CULTURA, ECONOMIA E GLOBALIZAÇÃO

88

SUSTENTABILIDAD AMBIENTAL DEL PANTANAL DE MATO GROSSO:

INTERFACES ENTRE LA CULTURA, LA ECONOMÍA Y LA GLOBALIZACIÓN

ENVIRONMENTAL SUSTAINABLE OF MATO-GROSSENSE PANTANAL:
GLOBALIZATION, ECONOMY AND CULTURE INTERFACES

Onélia Carmem Rossetto

**DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA NA DEPRESSÃO SERTANEJA SEMI-ÁRIDA DO
CEARÁ**

106

DIFERENCIACIÓN CAMPESINA EN LA CUENCA SERTANEJA SEMI-ÁRIDA DEL
ESTADO DEL CEARÁ

PEASANT DIFFERENTIATION ON THE SEMIARID HINTERLAND DEPRESSION,
STATE OF CEARÁ

Déa de Lima Vidal e João Vitor de Oliveira Alencar

RESENHA

136

**URBANIZAÇÃO E RURALIDADE. OS CONDOMÍNIOS E OS COSELHOS DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Sergio Gómez

Apresentação

Tem-se evidenciado através das políticas neoliberais o entendimento do capital como totalidade, de modo que não são vislumbradas outras possibilidades de desenvolvimento rural que não seja por meio do agronegócio. Este tipo de leitura da realidade coloca o campesinato em uma posição de subalternidade perante o capital. Desde este referencial, as relações de produção geradas pelos camponeses são consideradas atrasadas e o agronegócio é apresentado como o que há de mais moderno para o campo. Isto concede ao capital, uma grande vantagem na disputa por territórios contra o campesinato e populações indígenas. Cabe aos camponeses a criação de novas formas de resistência para terem o acesso ou permanecerem na terra.

Referenciados nesta configuração da questão agrária atual, seis artigos e uma resenha compõem o presente número da Revista NERA. Os textos são compostos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros preocupados com as transformações pelas quais tem passado o campo não só no Brasil, como também em outros países. São realizadas análises críticas sobre temas como a agricultura de exportação, o turismo rural, a agroecologia, a tecnificação do campo, a educação do campo e a prática de saberes tradicionais por parte dos agricultores de base familiar.

O professor Isaías Tobasura Acuña, da Universidade de Caldas (Colômbia) nos aproxima da realidade colombiana, mostrando os efeitos da política agrária implantada no país, cujos princípios se firmam sobre os moldes neoliberais, prejudicando o campesinato e fortalecendo a agricultura capitalista.

Abordando as alternativas de turismo rural, o professor espanhol Salvador Ferradás Carrasco, da Universidade de Alicante (Espanha) mostra como as singularidades dos territórios, suas paisagens e seus componentes, tanto ambientais como culturais são os diferenciais determinam a capacidade turística de determinado local. Essas diferenças podem contribuir para o desenvolvimento local se forem utilizadas de maneira a promover o lugar e proporcionar boas condições de acolher o turista.

A luta pela manutenção do modo de vida camponês, realizada pelo MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens é abordada por Sérgio Roberto Moraes Corrêa, da Universidade Federal de Campina Grande. O autor apresenta algumas considerações sobre o contexto no qual surge este movimento, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas que passam a motivar a luta pela terra no Brasil. É destacada a prática pedagógica do MAB, como elemento que qualifica esta luta. Também é feita uma abordagem histórica da constituição do município de Tucuruí, no estado do Pará, enfatizando os impactos causados com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Gustavo Oliveira apresenta as práticas de produção camponesa, em especial a agroecologia, como alternativa à crise alimentícia atual. O autor mostra que o desenvolvimento industrial é o principal responsável pela presente crise econômica e social, ocasionando fome, miséria, degradação da biodiversidade e dos ecossistemas globais. O fortalecimento e expansão do território camponês aparecem como alternativas para a crise alimentícia em vigor.

Realizando uma análise crítica dos impactos da globalização sobre as comunidades camponesas está o artigo da professora da Universidade Federal do Mato Grosso, Onélia Rosseto. Ela faz uma apreciação das transformações das técnicas de manejo da pecuária e das relações sociais de um grupo de famílias residente no pantanal de Cáceres, Mato Grosso do Sul - Brasil.

Déa de Lima Vidal e João Vítor de Oliveira, da Universidade Estadual do Ceará trazem uma discussão teórica sobre o campesinato. Os autores analisam os impactos da assimilação do padrão tecnológico brasileiro em 96 UF's - Unidades Familiares localizadas na Depressão Sertaneja do Semi-Árido Cearense.

Encerrando este número, encontra-se a resenha elaborada pelo sociólogo chileno Sergio Gómez. O autor faz uma análise do livro "Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social", de autoria da socióloga Vera Graziano

Rodrigues. Destacam-se algumas contribuições oferecidas pela autora para o entendimento das novas ruralidades.

Os textos trazem um panorama do conflituoso processo de expansão do capital e da resistência camponesa. Juntos, eles mostram que tem sido travada uma disputa que vai além dos aspectos econômicos, questionando o modelo de sociedade que está posto.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Membro da coordenação de publicação

De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia

Isaías Tobasura Acuña

Profesor Universidad de Caldas, Manizales, Colombia

E-mail: isaias.tobasura@ucaldas.edu.co

Resumen

Colombia, apoyado en la hipótesis de que el comercio internacional es la fuente principal de crecimiento económico y de modernización institucional, opta por la exportación de productos agropecuarios en los que tiene ventajas comparativas. La política agraria en el modelo neoliberal (años 1990-) se ha orientado a dichos propósitos. Este artículo se propone demostrar que dicha política, ha fortalecido la producción empresarial de cultivos tropicales en detrimento de la producción campesina. La política, con el argumento de convertir a los campesinos en empresarios, lo que ha logrado es pauperizarlos. La tesis que subyace a este análisis es que, mientras en el modelo de sustitución de importaciones, los campesinos eran funcionales al modelo, en el neoliberalismo dejan de serlo y, en consecuencia, de “explotados e incluidos” pasan a ser “explotados y excluidos”.

Palabras claves: política agraria; campesinos; exclusión social; desarrollo rural; modelo neoliberal; sector agrario; Colombia.

Resumo

De camponeses à empresarios: A retórica neoliberal da política agrária na Colômbia

A Colômbia, apoiada na hipótese de que o comércio internacional é a fonte principal de crescimento econômico e de modernização institucional, opta pela exportação de produtos agropecuários que possuem vantagens comparativas. A política agrária no modelo neoliberal (década de 1990) tem sido orientada com esses propósitos. Este artigo propõe demonstrar que a referida política tem fortalecido a produção empresarial de cultivos tropicais em detrimento da produção camponesa. A política, com o argumento de converter os camponeses em empresários, conseguiu pauperizá-los.

A tese que subjaz essa análise é que, durante o modelo de substituição de importações, os camponeses eram funcionais ao modelo, e no neoliberalismo deixam de ser. Em consequência, de “explorados e incluídos” passam a ser “explorados e excluídos”.

Palavras-chave: política agrária; camponeses; exclusão social; desenvolvimento rural; modelo neoliberal; setor agrário; Colômbia.

Abstract

From peasants to business people: The Neoliberal Rhetoric of the Agrarian Policy in Colombia

Colombia, supported on the hypothesis that international trade is the main source of economic growth and institutional modernization, chooses the exportation of agricultural products in which this country has comparative advantages. The agrarian policy in the Neoliberal Model (years 1990-) has been orientated towards the above mentioned intentions. This article intends to demonstrate that the agrarian policy has strengthened the intensive business production of the tropical cultivations resulting in the detriment of the peasant production. This policy, with the argument of turning the rural people into business people, has managed to lead these people into poverty. The thesis underlying this analysis is that whereas under the model of substitution of the imports the peasants were functional to the model, under the Neoliberalism Model they stop being functional and, in consequence, from being "exploited and included" they become "exploited and excluded".

Keywords: agricultural policy; peasants; social exclusion; rural development; Neoliberal Model; agriculture; Colombia.

Introducción

La agricultura cumple funciones que son determinantes en el desarrollo de los países. En Colombia, en el modelo de "industrialización por sustitución de importaciones" (1950- 1980), gracias a la disponibilidad relativa de de mano de obra y de recursos naturales, jugó un papel subsidiario de otros sectores económicos, a través de¹ a: 1) Ahorrar divisas mediante la producción nacional de materias primas para la industria sustitutiva de importaciones. 2) Mantener el salario real urbano a niveles compatibles con una alta tasa de de crecimiento industrial, mediante abundante provisión de mano de obra y de alimentos baratos. Y 3) Facilitar el desarrollo económico a través de impuestos a las exportaciones y de transferencias intersectoriales vía términos de intercambio entre bienes salario y el resto de bienes.

El modelo neoliberal (1990-), apoyado en la hipótesis de que el comercio internacional es la fuente principal de crecimiento económico y de modernización institucional, el país opta por la exportación de productos agropecuarios en los que (se supone) tiene ventajas comparativas, es decir, en los cultivos tropicales de exportación y en los bienes no transables y en la reconversión de los cultivos de sustitución de importaciones como los cereales y las oleaginosas, base de la dieta alimentaria. La política agraria desde los años 1990 se ha orientado a dichos propósitos, y hoy la "apuesta exportadora 2006 -2020"² lo ratifica.

Este artículo se propone demostrar que la política agropecuaria del modelo neoliberal implementada en el país, ha fortalecido la producción empresarial de cultivos tropicales en detrimento de la producción campesina de productos no transables y de los cultivos de sustitución de importaciones. La política agraria, con el argumento de convertir a los campesinos en empresarios, lo que ha venido haciendo es acabando con ellos. La tesis que subyace a esta política es que, mientras en el modelo de sustitución de importaciones, los campesinos eran indispensables para el sistema, en el modelo neoliberal dejan de serlo y, en consecuencia, de "explotados e incluidos" pasan a ser "explotados y excluidos" (RUBIO, 2003).

Para lograr el anterior propósito, el documento se divide en cuatro partes. En la primera, se presenta la estructura del sector en el modelo de sustitución de importaciones, mostrando las características de cada sub-sector, su aporte a la economía nacional y el diseño institucional que lo acompaña. En la segunda, se detalla la evolución de la estructura por sub-sectores en el

¹ AgroVisión Colombia 2025. Presidencia de la República. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Bogotá, D. C. 2001. P.19.

² Apuesta exportadora agropecuaria ministerio de agricultura y desarrollo rural 2006 – 2020. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural.

modelo neoliberal, destacando cuáles se dinamizaron, cuáles son los aportes a la economía nacional y cuál el diseño institucional puesto en marcha. En la tercera, a partir de la comparación de la dinámica del sector en los dos modelos, se analiza la pauperización de la economía campesina, debido a la pérdida de participación en la producción de alimentos y materias primas para la industria nacional. En la última, se hacen unas consideraciones finales para poner en evidencia que los campesinos con la política puesta en marcha en lugar de convertirse en prósperos empresarios, se han venido desdibujando en los cinturones de miseria de las grandes ciudades.

El sector agrario en el modelo de Sustitución de Importaciones.

En este modelo, la estructura básica del sector agrario estaba conformada por cuatro sub-sectores que pueden clasificarse en tres grandes grupos (Fig. 1): El primero, de características típicamente empresariales, intensivo en el uso de capital, con tecnología moderna (generalmente importada), corresponde a cultivos de sustitución de importaciones y cultivos tropicales. El segundo, estaba conformado por cultivos no comerciables o de consumo interno, típicamente de economía campesina, intensivos en mano de obra, con tecnología tradicional. El tercero, correspondía al sector pecuario fundamentalmente ganadería bovina y, en un estado de incipiente desarrollo, avicultura y porcicultura.

Gracias a la amplia disponibilidad relativa de mano de obra y de recursos naturales del país, la agricultura jugó un papel subsidiario de otros sectores económicos y, en consecuencia, contribuyó a (MINAGRICULTURA, 2001):

- 1) Ahorrar divisas a través de la producción nacional de materias primas para la industria sustitutiva de importaciones, básicamente cereales y oleaginosas.
- 2) Generar divisas a través de las exportaciones de productos tradicionales como el café, primero y, luego, de productos no tradicionales como el algodón, el banano, el azúcar y las flores.
- 3) Mantener el salario real urbano a niveles compatibles con una alta tasa de crecimiento industrial, mediante una abundante provisión de mano de obra y de alimentos básicos y,
- 4) Facilitar el desarrollo a través de impuestos a las exportaciones (contribución fiscal) y de transferencias intersectoriales vía términos de intercambio entre bienes salario³ y el resto de bienes.

En la primera fase de este modelo se hizo énfasis en la producción de materias primas: cereales, algodón y oleaginosas (cultivos de sustitución de importaciones) y se benefició muy poco o nada la producción de alimentos y los productos no transables (productos fundamentalmente de Economía Campesina). En la segunda fase se enfatizó en la promoción de exportaciones de productos tropicales: algodón, banano, azúcar, flores, producción de carácter típicamente empresarial.

³ Productos que satisfacen necesidades alimentarias básicas de los asalariados o trabajadores.

MODELO SUSTITUCIÓN DE IMPORTACIONES



Figura. 1 Estructura del sector agrario en el modelo de sustitución de importaciones

En cuanto a las características y organización gremial, se pueden apreciar algunas diferencias entre los diferentes subsectores mencionados:

El primer grupo, de características típicamente empresariales, intensivo en el uso de capital, con tecnología moderna (generalmente importada), corresponde a cultivos de sustitución de importaciones y cultivos tropicales. Allí, los productores se organizaban en gremios por productos; por ejemplo, FENALCE, FEDEARROZ, ASOCAÑA, FEDERACIÓN DE CAFETEROS etc. Desde el punto de vista de la acción colectiva es un grupo con importante capacidad de *lobby* para obtener políticas favorables a sus intereses de parte del gobierno.

El segundo grupo estaba conformado por cultivos no transables o de consumo interno, típicamente de economía campesina, intensivos en mano de obra, con tecnología tradicional y con un archipiélago de organizaciones campesinas, con escasa capacidad de negociación en el sector. Este grupo de productores hasta finales de los años 1980 era el responsable de la producción de por lo menos 60 % de los alimentos del país. No obstante su importancia en la seguridad alimentaria nacional y el número que representa, su dispersión en la geografía nacional y la falta de una organización de base que los aglutinara, su capacidad de acción política era insignificante.

El tercer grupo correspondía al sector pecuario fundamentalmente ganadería bovina y, en un estado de incipiente desarrollo, avicultura y porcicultura. La ganadería, en Colombia, se ha constituido en un sector típicamente latifundista, con uso extensivo de la tierra y poca contratación de mano de obra, con tecnología tradicional, pero con un inmenso poder político en el país. De hecho, la carne de bovino en Colombia ha sido uno de los productos agropecuarios con el arancel más alto⁴. En este sub-sector, la avicultura y la porcicultura eran actividades relativamente artesanales, que poco aportaban a la economía nacional.

⁴ La ganadería, hoy concentra por lo menos 28 millones de hectáreas, con apenas unas 28 millones de cabezas de reses y con medio millón de jornaleros. Históricamente, la ganadería ha sido un mecanismo especulativo para valorizar la tierra y mantener el poder político.

Dicha estructura productiva tiene su correlato en la arquitectura institucional del sector. De hecho, la estructura institucional es funcional a la estructura productiva. En cuanto a la formación de recursos humanos, la responsabilidad de la misma estaba en las universidades, los institutos técnicos agropecuarios (ITA) y el Servicio Nacional de Aprendizaje SENA. En el caso de las universidades, los currículos de los Ingenieros Agrónomos, Médicos Veterinarios, Zootecnistas y Médicos Veterinarios Zootecnistas estaban diseñados para responder al modelo.

Por su parte, la investigación agropecuaria estaba a cargo del Instituto Colombiano Agropecuario ICA⁵ y el Centro Internacional de Agricultura Tropical CIAT. El modelo de desarrollo científico y tecnológico se caracterizó por la generación de tecnologías intensivas en capital y ahorradoras de mano de obra, es decir, no estuvo acorde con la dotación de recursos del país (abundancia relativa de mano de obra y escasez de capital), en general, y de los productores, en particular. Finalmente, el modelo se caracterizó por su escasa capacidad empresarial y su pobre articulación con otros sectores económicos.

El sector agrario en el Modelo Neoliberal

El modelo parte de la hipótesis de que el comercio internacional es la fuente principal de crecimiento económico y modernización institucional. Adaptarse al nuevo modelo implicaba una reconversión del sector productivo, privilegiando los sistemas de producción en los cuales el país cuenta con ventajas comparativas como los cultivos tropicales de exportación y los bienes no transables y reconvirtiendo los cultivos de sustitución de importaciones como los cereales y las oleaginosas. La política agropecuaria a partir de los años 1990 estuvo orientada a lograr dichos propósitos.

Con el nuevo modelo, la estructura del sector cambia radicalmente. Se fortalecen los cultivos tropicales de exportación especialmente a mediados de la década de 1990, se dinamiza la producción pecuaria jalonada por la avicultura y la porcicultura, debido a la urbanización del país, los cambios en los hábitos de consumo y los avances tecnológicos en la avicultura y la porcicultura. La producción bovina, salvo casos excepcionales, mantuvo su estructura tradicional con escasa tecnología y poca contratación de mano de obra. La producción de no transables, pese a la protección natural que tienen, reduce su participación como consecuencia de la masiva importación de alimentos y la irrupción de las multinacionales en la comercialización de éstos y desaparecen los cultivos de sustitución de importaciones.

⁵ En América Latina los países habían creado sus diferentes sistemas de investigación representados en los Institutos Nacionales de Investigación Agropecuaria INIA.

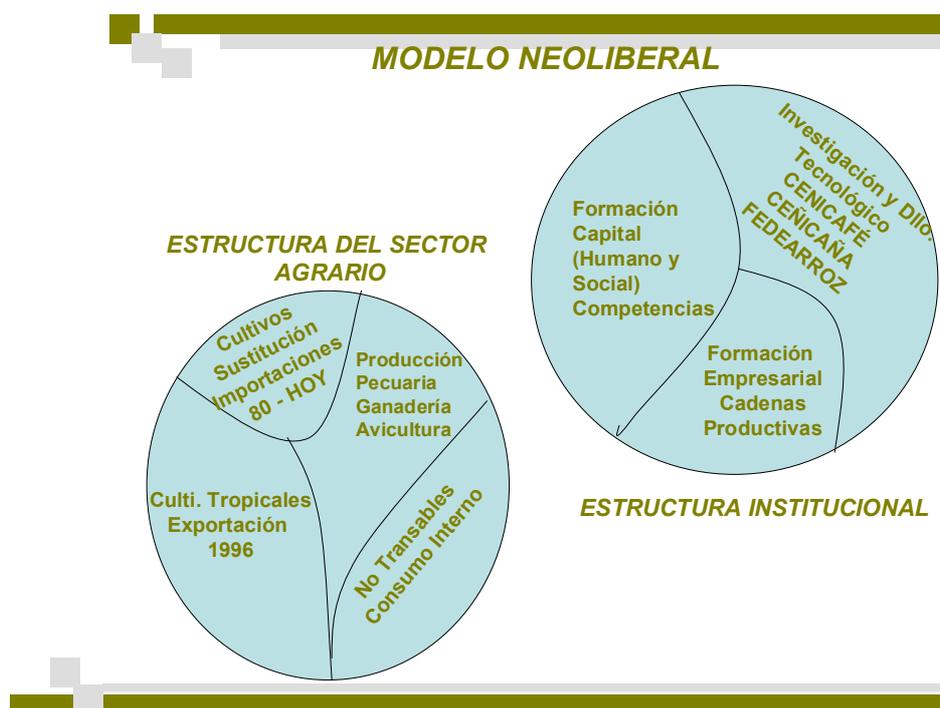


Figura. 2 Estructura del sector agrario en el modelo neoliberal

De la misma manera que en el modelo de sustitución de importaciones, el modelo neoliberal tiene su estructura institucional, donde se destacan: la formación de capital humano y social, la investigación y el desarrollo científico y tecnológico y la formación empresarial. En el caso de la formación de capital humano, las universidades, el SENA y los colegios agropecuarios y los institutos agrícolas, reestructuran sus planes de estudio para adecuarlos a las necesidades del modelo imperante. Hoy, por ejemplo, la formación técnica, tecnológica y profesional se realiza sobre un menú de competencias eminentemente instrumentales, orientados a los productos tropicales y a los productores empresariales.

En lo referente al desarrollo científico y tecnológico, la transformación es radical. Desaparece el Instituto Colombiano Agropecuario ICA como ente encargado de la investigación y la transferencia de tecnología. En su lugar se crea CORPOICA, con capital privado y público, y se le entregan al ICA funciones relacionadas con la inspección y sanidad vegetal y animal. En consecuencia, la investigación para el sector campesino y tradicional se ve notablemente reducida. En el caso de la producción empresarial, la investigación es realizada por sus propios centros de investigación como CENICAFÉ, CENICANÑA, CENIPALMA, etc. con recursos parafiscales.

En cuanto a la formación y organización empresarial del sector, el eje de articulación son las cadenas productivas. De hecho, en la actualidad la política del sector agropecuario se orienta bajo el modelo de cadena productiva o cadena de valor⁶. Entendiéndose por tal, el conjunto de actores que intervienen en el circuito que va del consumidor final al consumidor, pasando por los productores, los proveedores de insumos, los transportadores, los intermediarios, las agroindustrias, las grandes cadenas y los consumidores finales. Dicho de otra forma, una cadena productiva es “la secuencia de relaciones contractuales o transacciones comerciales entre actores privados” (POMAREDA y ARIAS, 2007).

⁶ La Ley 811 de 2003 define las cadenas productivas como el conjunto de actividades que se articulan técnica y económicamente desde el inicio de la producción y elaboración de un producto agropecuario, hasta su comercialización final.

El impacto del cambio de modelo en el sector agropecuario

No obstante la heterogeneidad del sector, en términos generales la agricultura entre los años 1950 y 1980, fue un sector muy dinámico, con crecimientos del PIB agropecuario que oscilan entre el 3.21% y el 3.83%. A partir de los años 1980, la producción comienza una reducción del crecimiento hasta situarse en la década de 1990 en cerca de cero (Cuadro 1). Los productos que retrocedieron fueron los cereales con -2.67 %, el café con -4.27% y las oleaginosas con -11.93 %. En el caso de los cultivos transitorios hubo un incremento sostenido desde 1950 hasta finales de los años 1970, momento a partir del cual se inicia su retroceso. Cereales como el trigo y la cebada, prácticamente habían desaparecido y oleaginosas de ciclo corto como el algodón, la soya y el ajonjolí decrecían paulatinamente (KAMANOVITZ y LÓPEZ, 2006).

Cuadro 1. Tasa de crecimiento del valor de la producción agropecuarias
(Promedio geométrico porcentual)

	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999
TOTAL AGROPECUARIO	3,21	2,50	3,83	2,13	0,50
TOTAL AGRICULTURA	3,39	2,63	4,25	1,70	-0,05
Transitorios	5,18	2,54	3,45	2,13	-2,47
Cereales	4,06	1,24	5,67	2,15	-2,67
Oleaginosas	19,19	7,26	0,43	-0,76	-11,93
Otros	4,29	1,68	2,68	3,38	0,23
Permanentes (sin café)	1,55	4,51	5,46	2,41	2,82
Exportables	5,45	7,45	6,98	4,82	3,44
Otros	0,54	3,33	4,48	0,15	2,03
Agricultura Sin café	3,46	3,42	4,41	2,28	0,72
Café	3,18	0,00	3,66	-0,87	-4,27
TOTAL PECUARIO	3,11	2,50	3,54	3,84	1,78
Bovinos	3,18	2,50	0,62	2,52	0,58
Porcinos	2,76	1,96	3,21	0,70	0,07
Aves	1,06	0,81	15,23	4,66	3,28

Fuente: Ministerio de Agricultura. DANE. DNP-UDA-SITOD (KALMANOVITZ Y LÓPEZ, 2006).

La agricultura campesina en este periodo aportó cerca del 50 % de la producción agropecuaria. Pero su contribución a la economía nacional no se agotó allí, sino que en el sector agrario es la principal fuente de generación de empleo y de alimentos para los centros urbanos, lo cual le asigna una importancia singular en el contexto nacional. En general, los pequeños productores se dedican a la producción de papa, yuca, plátano, frutas y hortalizas y caña panelera, y en menor proporción al cultivo de algunos productos importables como trigo,

cebada, maíz y frijol. También contribuyen con cerca del 30% de la producción de café Cuadro 2 (JARAMILLO, 2002).

Cuadro 2. Productos de economía campesina, 1988
(Porcentaje de participación en el total)

CULTIVO	AREA	PRODUCCION
Fique	100,0	100,0
Tabaco	96,1	95,8
Caña de panela	89,2	83,3
Yuca	86,1	86,8
Maíz	80,1	68,6
Hortalizas	75,5	78,7
Trigo	74,2	71,1
Cacao	72,4	66,6
Frutas	69,3	74,1
Plátano	66,4	71,4
Papa	59,1	57,5
Cebada	54,3	52,6
Arroz	16,2	12,1
Algodón	9,3	9,0

Fuente: Departamento nacional de Planeación, DNP (1990).

En este modelo, la política se orientó a proteger algunos cultivos importables mediante aranceles⁷ y cuotas y a fomentar los cultivos comerciales mediante crédito de fomento⁸. Los cultivos más beneficiados fueron los relacionados con intereses agroindustriales influyentes como el algodón, el arroz, las oleaginosas y los cereales (importables), hasta comienzos de los años 1980. La política fue exitosa en tanto permitió la producción de materias primas para la industria nacional y garantizó el abastecimiento de cereales básicos para la población urbana.

⁷ Imposición de altos aranceles a la importación.

⁸ Ley 26 de 1957 mediante la cual se estableció un sistema de crédito subvencionado para cultivos importables.

Cuadro 3. Tasa de crecimiento del valor de la producción agropecuaria
(Tasa de crecimiento promedio anual, porcentaje)

CULTIVOS	FASES DE LA POLITICA COMERCIAL				
	1951-1966	1967-1975	1976-1982	1983-1985	1986-1990
No transables ¹	2,3	2,6	1,6	1,7	2,5
Exportables ²	4,6	4,2	6,0	1,2	4,4
Sin café	8,3	7,0	3,2	3,6	4,1
Café	2,6	1,4	12,4	(1,7)	5,6
Importables ³	3,0	3,8	3,5	0,9	10,9
Pecuario	2,7	1,4	5,2	4,4	3,2
Total producción agropecuaria	3,0	2,6	4,0	3,5	2,8

1. Incluye maní, papa, vegetales, caña de panela, coco, plátano, yuca, ñame, fique y frutas.

2. Incluye ajonjolí, algodón, arroz, caña de azúcar, cacao, plátano de exportación, banano, tabaco negro, flores y café.

3. Incluye cebada, fríjol, maíz, sorgo, soya, tabaco rubio, trigo y aceite de palma.

Fuente: (JARAMILLO, 2002).

Como se puede observar (cuadro 3), el modelo ha beneficiado principalmente los productos tropicales exportables (en donde, a juicio de los expertos, el país tiene ventajas comparativas) y los bienes no transables como la avicultura, los tubérculos, las frutas y las hortalizas. Los cultivos más golpeados por la apertura han sido los cultivos sustitutivos de importaciones como los cereales y las oleaginosas. Las cifras de áreas no cultivadas ascienden a 850 mil hectáreas. El crecimiento promedio de la década de los noventa fue 1.2% en promedio, frente a 3.3% de promedio histórico para el sector (MINAGRICULTURA, 2001).

Según el plan nacional de desarrollo (2002- 2006) "Hacia un Estado Comunitario", se dio un proceso de modernización fundamentado en una mayor orientación a los mercados externos y una gradual especialización en la producción tropical. Y por supuesto, se disparó la importación de alimentos y materias primas de origen agropecuario a cifras históricas de cerca de 8 millones de toneladas y se pierden unos 350 mil empleos. Hasta el año de 1996, las importaciones se acercaban a los 6 millones de toneladas (Cuadro 4).

Cuadro 4. Importaciones agropecuarias, volumen y valor (1990-1996)

AÑO	VOLUMEN (TONELADAS)	VALOR (MILLONES DE DOLARES)
1990	1.983.800	559,8
1991	1.678.700	437,9
1992	2.847.900	719,2
1993	3.269.400	893,2
1994	4.334.800	1.269,5
1995	4.587.000	1.594,8
1996	5.606.100	1.992,3

FUENTE: (SUÁREZ MONTOYA, 2007).

En la balanza comercial (cuadro 5) es donde se aprecia con mayor claridad las desventajas del modelo, pues mientras las importaciones pasaron de US \$ 378,6 en 1991 a US \$ 1.984,33 millones, en 2005, 424%, las exportaciones aumentaron sólo US \$ 2585, 66%, y el sector agrario redujo su participación en el PIB a 11% en el año 2002, la más baja de toda la historia.

Cuadro 5. Evolución del comercio exterior agropecuario de Colombia (1991- 2005)
(Millones de dólares)

AÑO	IMPORTACIONES	EXPORTACIONES	BALANZA
1991	378,6	2.736,2	2.357,6
2005	1.984,33	4.569	2.585
Crecimiento (%)	424%	66%	9,6%

Fuente: para 1991 (JARAMILLO, 2002: 166 y 168); para 2005 en www.sac.org.co (SUÁREZ MONTOYA, 2007).

Otra variable que permite apreciar el impacto del nuevo modelo es en las áreas sembradas. En el cuadro 6 se aprecia la disminución de áreas dedicada a cultivos transitorios, entre 1990 y 1997, en 6.2%, en tanto que las áreas dedicadas a permanentes se incrementa en 2.2%. La situación sería poco relevante, si no se consideran los productos y los productores implicados. En efecto, en buena parte de los transitorios se encuentran los alimentos más importantes de la dieta de los colombianos y los productores dedicados a estos cultivos son en su mayoría los campesinos y pequeños productores. En consecuencia, esta reconversión productiva, afecta la seguridad alimentaria y deja sin posibilidades de trabajo a muchos campesinos que deben dedicarse a otras actividades.

Cuadro 6. Áreas cultivadas, 1990 y 1997
(Miles de hectáreas)

CULTIVOS	1990	1997	CRECIMIENTO ANUAL PROMEDIO (1990-1997)
Transitorios	2.495,5	1.620,8	(6,2)
Arroz	521,1	390,0	(4,1)
Papas	161,4	166,8	0,5
Maíz	836,9	573,4	(5,4)
Hortalizas	87,6	95,8	1,3
Algodón	200,5	61,3	(16,9)
Sorgo	273,0	102,6	(14,0)
Soya	116,2	43,5	(14,0)
Fríjol	164,6	135,3	(2,8)
Trigo	56,7	23,6	(12,5)
Cebada	54,3	9,6	(24,8)
Otros ¹	23,3	18,9	(3,5)
Permanentes ²	1.243,7	1.448,2	2,2
Caña de azúcar	114,8	168,3	5,5
Plátano	344,8	379,1	1,4
Caña panelera	199,6	209,9	0,7
Aceite de palma	89,7	145,1	6,9
Yuca	207,3	181,8	(1,9)
Frutas	70,9	129,0	8,5
Banano	32,4	42,0	3,7
Cacao	120,7	109,6	(1,4)
Otros ³	63,5	74,6	2,7

1. Ajonjolí, maní y tabaco rubio.

2. Excluye café y flores.

3. Ñame, fique, plátano de exportación, coco y tabaco negro.

Fuente: (JARAMILLO, 2002).

Pero las consecuencias devastadoras del modelo neoliberal no se agotan ahí. La “apuesta exportadora 2006- 2020”, del actual gobierno, puede generar una desaparición total de la producción campesina y poner en riesgo la seguridad y soberanía alimentaria del país. La política prioriza los siguientes productos como promisorios exportables:

1. Cultivos de Tardío Rendimiento: Palma de Aceite, Cacao, Caucho, Macadamia y Marañón
2. Frutas: Pitahaya, Mango, Bananito, Lima Tahití, Feijoa, Aguacate, Uchuva, Piña, Maracuyá, Lulo, Mora, Granadilla y Tomate de Árbol
3. Hortalizas: Ají, Espárrago, Cebolla Bulbo, Brócoli, Coliflor, Lechugas Gourmet y alcachofa
4. Forestales
5. Potenciales Exportables: Tabaco, Algodón y Papa Amarilla
6. Carne Bovina y Lácteos
7. Acuicultura: Camarón de Cultivo y Tilapia
8. Cafés Especiales
9. Tradicionales Exportables: Café, Flores, Azúcar, Plátano y Banano
10. Biocombustibles: Etanol a partir de caña de azúcar, caña panelera y yuca y biodiesel a a partir de palma de aceite.

Según el gobierno, la “estrategia permitirá aprovechar las oportunidades que se derivan de la apertura comercial en curso”. Pero, advierte “que la competencia internacional también ejerce presiones sobre el sector agrícola productor de bienes importables” y por ello diseña “un paquete de apoyos internos a los productores de los bienes más sensibles a la disminución de la protección en frontera, a través del programa Agro, Ingreso Seguro (AIS). La situación es de tal proporción que el mismo que diseña la política presume la debacle.

Cuadro 7. Área sembrada (Hectáreas)
Metas 2006-2020

	2006	2010	2015	2020	AREA NUEVA 2020/2006
Tardío Rendimiento	433.906	632.469	982.943	1.425.352	991.447
Frutas Ciclo Largo	40.707	56.678	77.225	91.663	50.956
Frutas Ciclo Corto	42.306	52.770	68.444	76.250	33.943
Hortalizas	17.991	31.085	50.748	56.547	38.557
Tradicionales Exportables	1.001.360	953.256	943.263	939.611	-61.748
Exportables Potenciales	96.882	115.339	137.624	164.592	67.710
Reforestación Comercial	220.703	450.703	850.713	1.429.613	1.208.910
Etanol (Yuca y Caña)	40.000	149.000	185.000	215.000	175.000
TOTAL APUESTA EXPORTADORA	1.893.854	2.441.300	3.295.961	4.398.628	2.504.774
Otros Cultivos	2.895.940	2.941.557	2.997.846	3.198.509	302.569
TOTAL CULTIVOS	4.789.794	5.382.857	6.293.807	7.597.137	2.807.343

Fuente: MADR, DNP – Visión 2019 y Gremios.

De acuerdo con los productos priorizados, las metas expresadas en áreas y toneladas, salvo la carne, los lácteos, los cultivos de la dieta básica de los colombianos no hacen parte de dicha política. Ello conlleva un enorme riesgo, dado que según las tendencias internacionales, los productos alimentarios de la dieta básica han venido aumentando de manera sostenida en los últimos años (cuadro). Pero el riesgo no se agota, en las posibles consecuencias de desabastecimiento del país, sino en la imposibilidad para que los más pobres puedan acceder a los alimentos y satisfacer sus requerimientos alimentarios.

Otra consecuencia que se deriva de la apuesta exportadora es la paulatina desaparición de los campesinos, quienes históricamente han producido los alimentos en el país, porque se quedan sin poder hacer lo que saben hacer. Entonces, la retórica aquella de convertir a los campesinos en prósperos empresarios se evapora, porque la mayoría de los campesinos son desplazados a los cinturones de miseria de las ciudades y unos pocos se convertirán en asalariados de las nuevas empresa exportadoras, con sistemas de contratación que no satisfacen los requerimiento mínimos laborales como las famosas cooperativas de trabajo tan cuestionadas hoy en día.

Cuadro 9. Valor unitario en dólares por tonelada de los principales productos agropecuarios importados (2000-2004)

PRODUCTO	2000	2001	2002	2003	2004	VARIACION (2000-2004)
Maíz	96	113	119	130	174	44%
Trigo	120	146	158	176	187	55,8%
Soya	223	205	207	251	323	44,8%
Fibra de algodón	1.185	1.216	977	1.298	1.497	26,3%
Cebada	142	172	151	176	186	30,9%

FUENTE: (SUÁREZ MONTOYA, 2007).

Consideraciones finales

La escasa utilización de la tierra potencialmente útil para la actividad agraria es otro de estos factores que está contribuyendo a la situación de crisis y descomposición del campesinado. De 21.5 millones de hectáreas, sólo se utilizan cerca de 4 millones. Lo anterior debido fundamentalmente a la alta concentración de la propiedad. Se estima que el 10% de los propietarios poseen el 85% de la tierra cultivable y el 90% de ellos sólo tiene el 15%. Este hecho genera niveles de productividad inadecuados, deterioro de los recursos y lo más preocupante pobreza y marginalidad social en el campo. Además, hay un inadecuado e ineficiente uso del recurso agua, incrementando los costos de producción y generando erosión y salinización de los suelos.

En cuanto al acceso a la propiedad de la tierra, para cumplir el precepto constitucional (Art. 64 CPC), con relación a la redistribución y enajenación de las tierras ingresadas al patrimonio del Estado en desarrollo de los procesos judiciales de extinción del dominio, la política se orientará a destinar dichas tierras a **proyectos empresariales rurales, a los cuales se vinculará sectores industriales y de servicios en las zonas de producción**. Se trata de entregar la tierra que ha sido arrebatada a los campesinos por los paramilitares a los palmeros y grandes inversionistas como ya se ha hecho en algunas zonas del país. Y para completar y materializar tal política, el gobierno creará las zonas francas agroindustriales.

Para posibilitar el acceso a la tierra, el objetivo de la “política de reforma agraria”, no se sale de la **compra-venta** de tierras establecida en la Ley 160 de 1994, con un instrumento tortuoso para acceder a un subsidio otorgado por el Estado que, además, de engorroso el mecanismo de acceso, nadie garantiza que los necesitados accedan a él; pues éste se otorga según convocatorias (Art. 49). El subsidio será administrado por el INCODER, ya sea directamente o mediante la celebración de contratos de encargo fiduciario o de fiducia pública, y será asignado a través de procedimientos de libre competencia. En fin, la manera propuesta para “reformular” la estructura agraria es uno de los tantos embelecos de libre mercado que defiende y profundiza este gobierno.

El Estado podrá adjudicar las tierras baldías que tengan “aptitud agropecuaria” para “la adecuada destinación productiva” a colonos, campesinos y medianos productores para constituir “reservas campesinas” y “zonas de desarrollo empresarial” a las sociedades, entidades solidarias o asociaciones del sector agrario, de cualquier índole que sean reconocidas por el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural como empresas especializadas del sector agropecuario y forestal. Con esto no solo se ampliará la frontera agrícola afectando los recursos naturales sino que, además, se favorecerá al gran capital ávido de tierras baratas para la producción de cultivos de ciclo largo como los priorizados en la “apuesta exportadora”.

En lo que concierne al desarrollo científico y tecnológico para el sector agrario, se contempla la modernización tecnológica, pues sin tecnología no hay desarrollo agropecuario. Para ello, el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, en coordinación con las entidades del Sistema Nacional de Ciencia y Tecnología Agroindustrial, definirá una política de generación y transferencia de tecnología para la estrategia de desarrollo rural, orientada a garantizar la seguridad alimentaria, mejorar la productividad y la competitividad, y optimizar el uso sostenible de los factores productivos.

Con base en los lineamientos de dicha política, COLCIENCIAS, CORPOICA, los centros especializados de investigación agropecuaria, silvicultural y pesquera, el ICA, el SENA, las Universidades y las demás entidades responsables de la generación y transferencia tecnológica programarán las actividades de investigación, adaptación y validación de tecnologías requeridas para adelantar los programas de modernización tecnológica en las zonas rurales. Cabría preguntarse, con qué recursos se va a adelantar la investigación. Y podrá argumentarse, que para el efecto el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural establecerá el Fondo de Modernización Tecnológica para el Sector Rural, cuyos recursos se destinarán a financiar las actividades de los mencionados organismos y entidades, y para estimular la creación de otras organizaciones especializadas en la prestación de los servicios de asistencia técnica y transferencia de tecnología. Los recursos del Fondo serán asignados por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología Agropecuaria, y se originarán en aportes del presupuesto nacional, en recursos de cofinanciación de las entidades territoriales o de organizaciones privadas, los créditos internos y externos que se contraten para este fin, y recursos de cooperación internacional. En fin, una política de “buenas intenciones”, pero sin presupuesto asignado.

Y, para cerrar con broche de oro la política de modernización de los campesinos, el Gobierno Nacional fortalecerá los Institutos de Educación en el sector rural, promoverá y fomentará la formación en competencias laborales y técnicas. Se buscará (aunque no se sabe cómo) capacitar la mano de obra para las eficientes y competitivas empresas agroexportadoras, que florecerán con esta política, porque los campesinos dejarán de serlo en virtud de la misma, no para convertirse en prósperos empresarios, si no para desdibujarse en los cinturones de miseria de las grandes ciudades como ha ocurrido históricamente.

La cuestión es elemental, y se puede explicar desde la teoría del valor; es decir, de la cantidad de trabajo incorporado en las mercancías producidas y de la manera como se realizan éstas en el mercado. En el modelo de industrialización por sustitución de importaciones, la acumulación de capital se hace sobre la base del capital productivo, caso en el cual la producción de alimentos que hacen los campesinos contribuye a reducir el costo de los salarios del sistema industrial y, en consecuencia, ayuda a incrementar la plusvalía relativa. En el modelo de apertura, la acumulación de capital no se hace sobre el capital productivo sino sobre el capital financiero especulativo y, por lo tanto, la plusvalía no se hace sobre el incremento de la plusvalía relativa sino por la vía del despojo de masas de obreros y campesinos. Los campesinos, entonces, dejan de ser importantes al sistema como productores de bienes salario baratos, y pasan de explotados incluidos a despojados excluidos. Los mecanismos de dominio en el modelo de sustitución de importaciones estaban sujetos a la ley del valor y del mercado; mientras que en el neoliberal hay una trasgresión de la ley del valor que genera la exclusión de bastos sectores populares, entre ellos, los campesinos (RUBIO, 2006).

Referencias bibliográficas

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. AgroVisión Colombia 2025. Bogotá, 2001.

RUBIO, B. Una teoría con campesinos. Los despojados del nuevo imperialismo. Revista ALASRU. Nueva Época, n. 3. México, 2006.

_____. Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. México: Plaza y Valdés, 2003.

POMAREDA, C.; SEGURA, J. Indicadores de desempeño de cadenas agroalimentarias: metodología y caso ilustrativo. Lima: IICA, 2007.

KALMANOVITZ, S.; ENCISO, E. La agricultura colombiana en el siglo XX. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, Colombia, 2003.

JARAMILLO, C. Crisis y transformación de la agricultura colombiana 1990- 2000. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SUÁREZ MONTOYA, A. El modelo agrícola colombiano y los alimentos en la globalización. Bogotá: Ediciones Aurora, 2007.

Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas

Salvador Ferradás Carrasco

Doctor en Geografía

e-mail: marenostrumconsult@yahoo.es

Resumen

La singularidad de los territorios, su paisaje y los componentes inmersos en él, tanto culturales como medioambientales, son los elementos que diferencian unos espacios de otro y lo que les hace atractivo a un tipo de visitante de calidad, que según se ha comprobado en diversos estudios es el más beneficioso para los destinos receptores, no sólo porque genera más beneficio que otro tipo de turismo, como pueda ser el que se relaciona con el turismo de masas, sino que además el tipo de visitante de calidad suele ser más respetuoso con el medio y con la población que cualquier otro tipología de turista, y es dentro de ofertas, como la que ofrece el turismo cultural, donde podemos encontrar ese tipo de visitante al que nos estamos refiriendo

Palabras claves: sector turístico; sostenibilidad; patrimonio cultural; ecoturismo.

Resumo

Desenvolvimento Local, Promoção e Publicidade: Critérios da Qualidade Ambiental e Territorial para a melhoria das Cidades Turísticas

A singularidade dos territórios, sua paisagem e seus componentes tanto culturais como ambientais são os elementos que diferenciam os espaços e que têm atraído visitantes qualificados, conforme comprovado em diversos estudos. Esta condição é a mais benéfica para os receptores dos territórios, não só porque gera mais benefício que outro tipo de turismo, como pode se relacionar com o turismo de massas. Além disso, o visitante qualificado é mais respeitoso com o meio e com a população que qualquer outro tipo de turista. É no turismo cultural, onde encontramos esse tipo de visitante ao qual nos referimos neste estudo.

Palavras chaves: turismo rural; sustentabilidade; patrimônio cultural; ecoturismo.

Abstract

Local development, promotion and publicity: approaches of environmental and territorial quality for the improvement of tourist cities

The singularity of the territories, his landscape and the immersed components in it, so much cultural as environmental, are the elements that separate a few spaces from other one and that it makes to them attractive to a type of quality visitor, who according to has been verified in diverse studies it is the most beneficial for the destinies recipients, not only because it generates more benefit that another type of tourism, how can be the tourism of masses, but besides the type of quality visitor occurs more respectful with the environment and with the residents that any another tourist's typology, and it is inside offers, as which it offers the cultural tourism, where we prune to find this type of visitor to whom we do allusion

Key words: touristic sector; tourism; sustainability; cultural heritage; eco-tourism.

Introducción

La actividad turística puede llegar a constituir un pilar muy importante dentro de la economía y el desarrollo local de aquellos municipios que cuentan con un patrimonio histórico y cultural atractivo, máxime si el entorno natural también acompaña.

La puesta en escena de los activos patrimoniales puede llegar a contribuir a importantes procesos de recuperación urbana, principalmente en aquellos espacios que muchas veces encontramos más degradados, como puedan ser los cascos históricos, es decir, la parte más antigua de las ciudades, que sin embargo justamente por eso son las que suelen contar con una arquitectura o mobiliario urbano, entre otros elementos, con un potencial histórico-cultural muy interesante para el visitante.

El uso turístico que el patrimonio ofrece puede llegar a gestar muchas oportunidades para el desarrollo de un territorio, pero hay que ser conscientes que dicho patrimonio es un recurso frágil, y lo más importante no renovable. Por lo tanto, las administraciones, sobre todo locales, tienen que asumir un papel protagonista y comprometerse con la formulación y en la gestión de estrategias sostenibles.

El uso de los recursos culturales, históricos y medioambientales y su introducción en el sector turístico, para uso y disfrute de una demanda turística que los requiere, exige previamente a ponerlos en escena, de una planificación sustentada en políticas turísticas, territoriales y relacionadas con los activos patrimoniales.

Ahora bien, en el momento de plantear la cuestión de la utilización turística del patrimonio se debería contemplar desde una visión integradora que afronte los factores culturales, económicos, medioambientales y funcionales que el uso responsable del patrimonio y la presión del turismo plantean.

Así, se debe plantear las relaciones existentes entre el patrimonio y el sector turístico estableciendo líneas de intervención que sean operativa, que ayuden a soslayar los problemas existentes o que se puedan llegar a generar a corto y medio plazo, y en definitiva a diseñar estrategias patrimoniales y turísticas bajo parámetros sostenibles.

Al respecto de lo apuntado, la Organización Mundial del Turismo (1999) expuso una serie de principios en los que se puede observar los siguientes aspectos: la relación entre los sitios de patrimonio y el turismo es de naturaleza dinámica y puede implicar valoraciones encontradas, en función de ello, debe gestionarse de modo sostenible para la actual y para las futuras generaciones.

Esto implica asumir, entre otras cuestiones, que el patrimonio cultural tiene un valor intrínseco donde la autenticidad es uno de sus principales activos y ello obliga, ante las potencialidades de desarrollo turístico, establecer límites para que el cambio sea asumible. Por otra parte, la planificación de la conservación y del desarrollo turístico de los lugares con patrimonio debe garantizar que la experiencia del visitante sea satisfactoria y enriquecedora. En el mismo contexto, hay que apostar por la calidad y la autenticidad en la presentación de los contenidos y conseguir la actitud respetuosa del visitante.

El criterio de calidad como referente de la nueva Política Turística

El concepto de sostenibilidad y calidad van unidos, y es evidente cuando se quieren instaurar referentes cualitativos como pueden ser los relacionados con la aplicación de la Agenda 21 (en la cual encontramos una serie de principios y propuestas que han demostrado ser valedores de una puesta en práctica bastante funcional) e incluso en la propia definición que contiene el criterio de sostenibilidad, al tratar aspectos relacionados con los recursos naturales y culturales bajo perspectivas de un crecimiento económico que sea capaz de satisfacer tanto al visitante como a las poblaciones presentes y futuras sin hipotecar dichos recursos.

En un primer orden, queremos puntualizar que la calidad, definida como la propiedad o conjunto de propiedades inherentes a una cosa que permite apreciarla como igual, mejor o peor que las restantes de su especie, se ve modificado como criterio, principalmente comparativo, al implicar a las poblaciones; a los individuos.

En este contexto para el ámbito turístico una aproximación a definir calidad pasaría por entenderla como, un conjunto de requisitos y cualidades que todo municipio turístico debería cumplir sobre sus productos y servicios, con el objeto de producir la máxima satisfacción en el cliente. En definitiva, cubrir las expectativas que sobre productos y servicios tiene el usuario.

En un entorno con un alto grado de competitividad como es en el que se ve inmerso la actividad turística, los municipios turísticos que deseen lograr un desarrollo local, partiendo de actividades como las que contemplan el sector turístico, debe de tener en cuenta que la competencia entre destinos turísticos por la atracción del turista debe incluir en sus planes de promoción la calidad y la gestión medioambiental como herramientas fundamentales que dotan de ventajas competitivas al producto turístico, para ello algunos destinos dentro del ámbito internacional desarrollan estrategias de diferenciación y segmentación basadas en mejorar la satisfacción del cliente por medio de aplicar el criterio de calidad en todos los ámbitos.

La importancia de conseguir dar satisfacción al cliente es la de asegurarnos su fidelidad en que vuelva al destino turístico. Ahora bien, para lograr la fidelización del cliente es necesario que los destinos turísticos puedan conocer cuáles son las expectativas que tiene el visitante sobre los servicios y productos recibidos, así como la valoración que hacen de estos.¹

La calidad percibida por el usuario se debe a las diferencias entre lo que esperan recibir y la percepción que tienen *in situ* de la realidad del espacio elegido. Así, tanto la oferta como el producto será evaluado según variables como las necesidades personales, experiencias de lugares visitados con anterioridad, información recibida de familiares, amigos, medios de comunicación (prensa, televisión, radio, etc.) y muy especialmente la promoción; la forma de publicitarse el destino.

Muchas veces no se valora que una inflación de las expectativas del turista puede hacer fracasar la percepción recibida por éste, aunque los servicios prestados sean buenos. Una herramienta de gran ayuda en este proceso son las encuestas e investigaciones sobre las expectativas de los usuarios que sean interpretadas correctamente por los gestores para diseñar ofertas y productos que presten los servicios de acuerdo con lo esperado. La gestión turística muchas veces no ha contado con los usuarios y sin el conocimiento de estos difícilmente se puede logra una gestión integrada de calidad. En este sentido, si el turista desconfía de las prestaciones que va a recibir de un destino es necesario que exista un indicador que garantice a los turistas que recibirán el servicio buscado.

Otro aspecto que abarca el criterio de calidad es el que relaciona ésta entendida como excelencia en la gestión². De esta manera, dicha interrelación, se configura como una estrategia clave para los destinos turísticos y los agentes implicados de forma que puedan competir con una cierta garantía de éxito. Cualquier espacio turístico podría aplicar unos parámetros de calidad en sus procesos de planificación y gestión, para ello es conveniente evaluar los puntos fuertes y las áreas susceptibles de mejoras³ a partir de los cuales podríamos establecer políticas de actuación.

¹ - La herramienta más utilizada es por medio de encuestas que sean descriptivas y cuantificables.

² - Un acercamiento a definir Gestión de Calidad sería el modo en que se desarrolla un plan de futuro bajo premisas de operatividad, controlando sus procesos y resultados y con miras a una mejora permanente. La planificación, en primer orden, y su posterior gestión remitiendo los errores que puedan darse en el proceso, son los instrumentos que pueden lograr un triunfo satisfactorio y operativo de cualquier proceso que se desee llevar a cabo.

³ - Por ejemplo mediante la aplicación de un análisis D.A.F.O, en este sentido, y a modo de ejemplo pueden ver al referente Carrasco, Cuadernos de Turismo, nº 7. Universidad de Murcia. (España).

Hay que tener presente la existencia de diversos enfoques de autoevaluación dentro de ellos lo más normal sería comenzar ésta por matrices del territorio y cuestionarios a la población turística, para en etapas posteriores matizar más en profundidad. Dicho enfoque puede llevarse a cabo por entidades cualificadas o bien por un profesional que sepa en que terreno está trabajando de forma que la teoría se conjugue con su puesta en práctica de forma eficiente.

En esta línea, queremos hacer notar que uno de los enfoques que se debe tener en cuenta es el que se relaciona con el criterio de diferenciación, el cual se suele encontrar en nuestros recursos territoriales, caso del patrimonio histórico, cultural y natural, por otra parte los recursos territoriales se debe sumar al proceso de segmentación, entendiendo por ésta el agrupar usuarios con necesidades comunes e intereses parecidos y el especializar nuestra actividad de forma que podamos satisfacer las necesidades específicas de un visitante concreto.

Al segmentar y usar elementos que nos diferencien de otros, logramos no sólo reducir competencia, sino también ofrecer productos y servicios mejores y que potencian el desarrollo local de cada municipio; lo autóctono se encuentra en la idiosincrasia de cada pueblo y eso es lo que le hace atractivo y diferente de otros.

De forma, que englobado en nuestros conjuntos histórico-artísticos, al igual que en nuestro folclore y en el propio medio físico, se encuentran los elementos de diferenciación con los que se debiera contar más a menudo, recuperándolos y usándolos de forma inteligente como atractivo para el foráneo. Queremos subrayar que, muchas veces, la identidad propia de un espacio es lo que la diferencia de otro, sin embargo absurdamente, se tiende a globalizar espacios y repetir patrones tanto culturales, como estéticos. Por otra parte, el territorio y el medio físico de un espacio determinado puede garantizar un factor de diferenciación con respecto a otros y si además le damos un tratamiento de calidad medioambiental, por ejemplo haciendo uso de la aplicación de sistemas de gestión ambiental para destinos turísticos a partir estándares o normas internacionales de referencia como la implantación de la Agenda 21, conseguiremos otro elemento de diferenciación como es el que da el propio criterio de calidad.

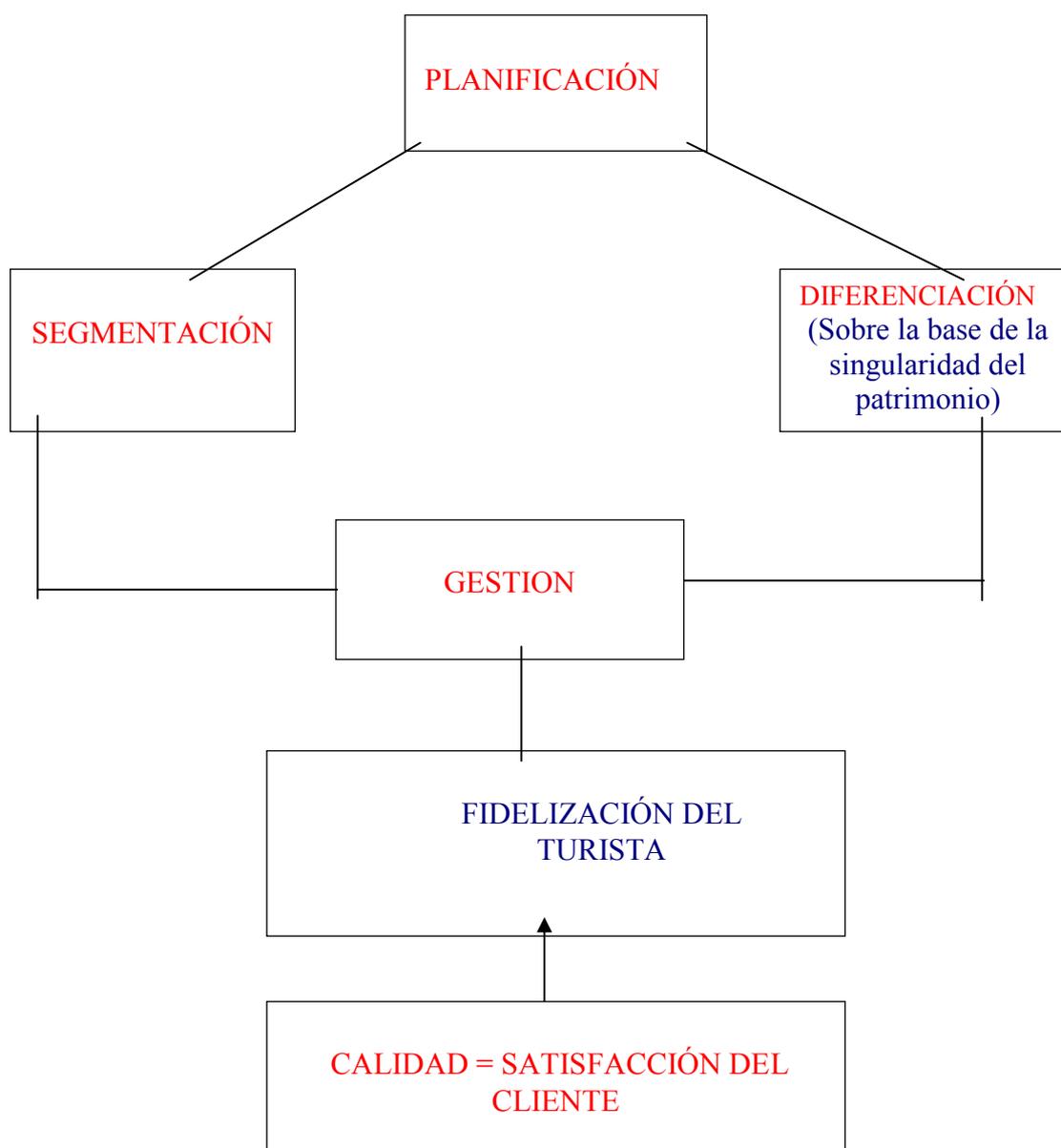
Lo citado, puede ser un referente en la planificación y gestión de desarrollo local de muchos destinos, con implicación en el sector turístico, que quieran mejorar sus espacios, tanto desde el punto de vista de atraer al turista, como para beneficio de la población residente, ya que la mejora de las ciudades y espacios implicados es evidente.

El éxito a largo plazo de un municipio turístico se basa en lograr un turismo de calidad, organizado dentro de un sistema territorial planificado que integre al conjunto del sistema económico y social con su medio ambiente. En resumida cuenta, criterios como la calidad medioambiental se tienen que combinar con los citados de diferenciación y segmentación, específicamente por medio de éste último criterio, se agruparan los individuos que estén interesados en disfrutar de los recursos que el destino les ofrezca.

En este sentido, la singularidad propia de elementos como son los relacionados con el patrimonio histórico y cultural, así como con los incluidos en el medio natural, es a nuestro entender, el camino por el que se consigue identificar plenamente un espacio y puede llegar a diferenciarse, en mayor o menor medida, de otro; ya que la cultura, la historia, el propio medio físico, puede tener semejanzas entre espacios, pero nunca pueden ser iguales. Lo expuesto son factores de atracción que obliga al turista a visitar el espacio que desea conocer, sobre todo el medio físico (de igual modo ocurre con el clima) no es algo transportable, el visitante tiene que desplazarse al sitio para disfrutar de él.

Al respecto de lo que hemos señalado en este epígrafe presentamos a continuación el siguiente esquema que hace referencia a que teniendo en cuenta que por medio de la planificación que integre la segmentación de la demanda turística conforme a las ofertas y productos que quieran ofrecer, y siendo conscientes que con la puesta en valor y la debida gestión del patrimonio natural e histórico cultural, que es lo que dota de singularidad y atractivo a un territorio, se puede lograr la fidelización de la clientela turística; al haber dotado de calidad el territorio.

PARÁMETROS PARA CONSEGUIR LA FIDELIZACIÓN DE LA CLIENTELA TURÍSTICA



Criterios a considerar a la hora de dinamizar un espacio turístico: la capacidad de acogida

Un concepto que consideramos esencial en todo lo que hemos estado tratando es el relacionado con la capacidad de acogida. Si se quieren hacer las cosas dentro de parámetros de sostenibilidad y que la actividad turística redunde en beneficio de la población en general, hay que razonar sobre el concepto de capacidad de acogida, entendida como el número total de habitantes que puede llegar a albergar un destino turístico sin que se dañe su cultura, naturaleza, economía o sociedad.

Por lo tanto, se tendrá que tener en cuenta aspectos como limitar el número de visitas, especialmente en las zonas sensibles que cuentan en sus proximidades con áreas protegidas o de especial interés medioambiental o cultural.

Para lograr un desarrollo turístico sostenible, no se debe olvidar en ningún momento uno de los aspectos principales y es que el desarrollo turístico debe ser en todo momento apropiado para la capacidad del medio.

En esta línea, es en la que se suele destacar el concepto de capacidad de acogida (o carga) precisamente como aquella capacidad del entorno más allá de la cual éste no es capaz de soportar los impactos que los visitantes sumados a la población residente provocan.

Por lo tanto, se impone la necesidad de diseñar estrategias integradas, apoyadas en la planificación turística, para poder ofrecer alternativas que al mismo tiempo que respondan a la demanda se adapten al marco en que se dan.

Sería un error considerar que el fenómeno turístico no genera consecuencias que pueden ser perjudiciales en el núcleo receptor si la política turística que se lleva a cabo no es la conveniente. Una política turística errónea puede dar lugar a que se produzcan daños (a veces irreversibles) en el medio ecológico. No obstante no tiene forzosamente que ser así, bien enfocado el turismo puede ayudar a preservar espacios naturales, o lograr la mejora de núcleos urbanos.

Lo ideal es buscar un equilibrio adecuado entre desarrollo turístico y la protección del medio. Un desarrollo turístico sostenible es primordial, porque la actividad turística en parte se sustenta de los atractivos y actividades que se dan en el medio natural o en relación con el patrimonio histórico, si dichos recursos turísticos se degradan la misma actividad turística se está degradando.

De la misma manera, es necesario verificar la capacidad del espacio que se quiera desarrollar como destino turístico, no sólo para que éste sea competitivo, sino también habitable para la población local, de tal forma que se tenga en cuenta las variables para absorber visitantes en función tanto del factor humano como del factor espacial. Sólo bajo estas premisas se puede lograr un desarrollo local sostenible.

En este punto Piperoglou (1967) apunta que antes de desarrollar regiones o localidades turísticas debería verificarse su capacidad para absorber turistas, nuevas instalaciones y actividades, es decir considerar su capacidad de carga.

La capacidad de carga real es el umbral de la actividad turística más allá del cual se saturan las instalaciones (capacidad física), se degrada el entorno (capacidad ambiental) o se disminuye el placer del visitante (capacidad perceptual o psicológica), a estos hay que sumar la capacidad social de acogida de la población local. La dificultad para medir y cuantificar estos umbrales es lo que restringe el uso del concepto de capacidad real. Ahora bien, la misma percepción y degradación del entorno por saturación deberían ser suficientes criterios de medida (Pearce, 1988).

La necesidad de una planificación operativa en la que se tenga en cuenta criterios como el de capacidad de carga viene dada porque el turismo demanda y consume un espacio geográfico, comprende un sustrato físico, un «continente» (el medio natural), compuesto por unos elementos geofísicos o geonaturales (el clima, la geología, la topografía, la flora o la fauna, entre otros); y comprende también un «contenido», unos elementos creados o generados por la ocupación humana, conocidos como geohumanos o geoculturales (López, F.1994). Todos estos elementos tienen que ser tenidos en consideración.

Desde nuestra óptica, la conservación de los espacios protegidos y del medio ecológico en general es de vital importancia, tanto como recurso turístico, como por razones de sentido común. De forma que, entre las ventajas comparativas de un destino se encuentran de forma preeminente sus recursos culturales e históricos, así como físicos insertos en su medio natural, los cuales se deben completar junto con la necesidad de conjugar la rentabilidad económica con el desarrollo sostenible, además de considerar que las vías para la competitividad frente a otros destinos tiene como principios la diversificación de ofertas y productos, así como la cualificación de los servicios prestados.

Ahora bien, hay que tener en cuenta el espacio donde se desarrollan esas ofertas y productos y como al introducir el componente territorial y medioambiental nos damos cuenta de la fragilidad que tienen los espacios sobre todo los relacionados con las franjas litorales

por la estrechez de su contexto geográfico y la fácil saturación de su espacio, tanto por individuos como por consumo del suelo relacionado con inmuebles o infraestructuras⁴.

Una vez se conocen, y se tienen en cuenta, aspectos como el citado de capacidad de acogida, y por otra parte, se ha sistematizado y valorado los recursos con los que se cuentan, es necesario, y lógico darlos a conocer, ya que de nada sirve el disponer de unos recursos naturales, históricos, culturales, así como de una buena oferta de productos y servicios si no se dan a conocer al mayor número de individuos posibles para que los visiten y disfruten estos. Por lo tanto, para atraer a la demanda turística es necesario conocer como poner en el escenario turístico los recursos territoriales de que se dispone.

Promoción y publicidad de los recursos territoriales

La diversidad de destinos existentes da lugar que los espacios turísticos entren en pugna unos con otros por lograr captar y fidelizar al visitante, y es ahí donde entra la promoción, al dotar de la información necesaria para conseguir atraer al visitante, ya que éste tomará sus decisiones, en gran medida, a partir de la información recabada y de cómo perciba en su imaginario las ofertas, productos y los propios recursos turísticos que el destino le puede ofrecer (Morgan y Hunt, 1994). De igual modo, la comercialización juega un importante papel ya que es la vía por la cual se hace llegar a la demanda la información dispuesta.

De modo que podemos observar aspectos como el relacionado con las marcas turísticas que buscan posicionar un destino en el mercado y tienen su reflejo, la mayor parte de las veces, en los recursos territoriales como principal variable de la imagen promocional (Mundet, 1996).

En este sentido es necesario para una variedad de profesionales, además de los relacionados con el sector y otros que en la actualidad trabajan directa o indirectamente con aspectos que guardan relación con la actividad turística como puedan ser publicistas, sociólogos, economistas o geógrafos entre otros, el conocer y asimilar instrumentos que rigen diversos criterios que influyen en el fenómeno turístico, como pueda ser el caso del marketing, y dentro de éste la promoción.

Hay que tener en cuenta que los recursos territoriales son los principales aspectos diferenciadores de un espacio, y los que dotan de idiosincrasia a éste, por lo tanto la lógica y el sentido común nos dicta que es necesaria la preservación del patrimonio, como es el caso del histórico que podemos ver reflejado en la arquitectura, en los efectos monumentales, a veces en el mobiliario urbano de algunas poblaciones que guardan en ellos su identidad histórica.

De forma que, tanto la población como los agentes dedicados a la actividad turística (hoteles y agencias de viajes, entre otros) tienen su mayor valedor como activo turístico de atractivo y captación de la demanda turística en la preservación y mejora de sus elementos patrimoniales. Cuanto más pérdida de identidad de un territorio y más uniforme sea un destino en relación a otros menos atractivo tendrá.

El marco geográfico provee, mediante los atributos más relevantes del territorio, a la creación de la marca turística⁵. La representación mental que se hace el visitante del futuro destino visitado queda presente en la marca y en el caso de ésta de forma sucinta y fácil de recordar. Algo intangible, en principio, como es la idea de la promoción y específicamente de la marca turística, se hace tangible por medio de la plasmación de los recursos turísticos en ésta. Así, sobre la propuesta de los recursos se construye un discurso turístico creíble, atractivo, homogéneo y vendible. El estandarte sobre el que ondean los atributos fundamentales del producto turístico (Memelsdorff, 1998).

⁴ - Al respecto C.f.r Carrasco (2009) El consumo del espacio litoral en las ciudades turísticas. Universidad de Sevilla. España.

⁵ - Al respecto C.f.r. Carrasco (2009). Instrumentos para el desarrollo y la dinamización de ciudades con patrimonio histórico-cultural. Universidad de Lima. Perú

La marca turística tiene dos fases, una primero en el que se da el lanzamiento de la marca turística, cuando esta se da a conocer, y es principalmente en ese momento cuando se hace referencia a los recursos territoriales turísticos. En una segunda fase, se da lo que se denominan *marcas paraguas* (es decir marcas globales), esta fase se da cuando los destinos ya se han dado a conocer, se pasa a aspectos a veces más abstractos, en última estancia más globales, y aún en esta segunda fase también muchas veces se recurre a los recursos territoriales como punto de atractivo de la oferta.

Para ejemplificar lo citado, podemos observar como la marca *España Verde* hace alusión a los destinos turísticos de la cornisa cantábrica, en el norte del país, donde el clima es más lluvioso y frío que en el litoral mediterráneo o en el sur del país, lo cual da lugar a que se potencie un tipo de turismo más centrado en un eje identificador de su territorio como es el caso de su naturaleza.

En este contexto, se dieron acciones sinérgicas entre varias entidades dedicadas al sector turístico, como pueden ser empresas de alojamiento hotelero o restauración, entre otras, y por otra parte una mayor relación de trabajo entre diversos municipios y administraciones, que si bien en un principio fue a nivel local, se llegó a transmitir la idea promocional y conseguir subvenciones y una mayor difusión inclusive a nivel nacional.

En la línea de lo que estamos tratando, también es interesante aproximarnos a definir lo que son los conceptos base (la acepción más usada es *base-line*) que constituiría entenderlos como la representación tangible de la marca que busca la implantación en el imaginario del usuario.

Los conceptos base persiguen dos objetivos, reflejar lo principal de la oferta con lo más representativo de los deseos de la demanda. Además, desde nuestra óptica, también debería presentar un elemento central y diferenciador en su estrategia de posicionamiento, y este podría venir usando componentes patrimoniales, ya que estos representan la idiosincrasia geográfica (en toda la extensión de la palabra, tanto espacial como en lo que atañe al individuo) del territorio.

En la información desprendida de los aspectos promocionales, los *base-lines* siguen teniendo, entre sus principales propuestas, los recursos turísticos, así lo podemos observar, sobre todo a escala local en múltiples municipios turísticos, como en sus conceptos base se disponen sobre referencias geográficas haciendo alusión a *la costa, el mar, etc.*

Dentro de la escala regional también se suele usar reseñas geográficas, pero junto a estas se opta por propuestas más intangibles dispuestas por pautas de tradición en el imaginario de la demanda turística, así observamos conceptos referidos a los destinos turísticos como *lugar de contrastes o excelencia*, entre otros aspectos; de igual forma, las propuestas buscan sugestionar al individuo a tomar una decisión favorable al destino ofertado, en ese sentido, vemos referencias como *descubra, disfrute, deja huella, etc.*

Un ejemplo lo podemos observar en las Islas Canarias (España): *visite, conozca y disfrute de las islas afortunadas*, es uno de los eslogan del que han hecho uso, y que integra todo lo que hemos citado, la referencia geográfica (tangible) al tratar de islas, el concepto (intangible) referido al imaginario popular al referirse a éstas como afortunadas, y finalmente las propuestas positivas que invitan a visitar, conocer y disfrutar del entorno insular como una experiencia que no se pueden perder.

En otro orden de cosas, otro apartado de interés es el relacionado con prospecciones, como las llevadas a cabo en otros países de occidente en el que se contempla el estudio de la demanda junto con los estudios territoriales en los que los recursos turísticos que se desprenden del patrimonio natural y cultural guardan una gran relevancia.

Dichos estudios son vistos como una actuación estratégica que propiciaría la mejora en los destinos turísticos, tanto desde el punto de vista del turismo emisor como del destino receptor. Específicamente de las prospecciones a los usuarios se desglosa mucha información útil de sus necesidades que después puede ser utilizada como medio de cubrir sus necesidades.

Son muchos los turistas en el ámbito internacional que dan una gran importancia a formas específicas de información que ayudan a tomar sus decisiones finales del destino

escogido. Es el ejemplo de países como Reino Unido, Alemania, Francia o Estados Unidos donde los resultados de una encuesta realizada a turistas en estos espacios demuestra la gran importancia que le conceden en la toma de sus decisiones finales la información desprendida de folletos situados en el *hall* de los hoteles o a través de una breve película disponible en la televisión de la habitación del hotel.

A tenor de lo señalado, se puede concluir planteándose la necesidad de implantar una adecuada estrategia de comunicación turística en los destinos implicados en el sector. Pero en primer término, es conveniente conocer que clase de información demanda el turista. Un gran error, como indican Ortega Martínez y Rodríguez Herráez (2005), es que no se plantee el dinero invertido en términos de calidad entendida tanto en la sostenibilidad de ofertas y productos, como en la consecuente satisfacción de la clientela. Es decir, qué quiere el cliente, en esos términos se debería plantear el marketing turístico.

Por otro lado, es cierto que si a la promoción no le acompaña un compromiso y confianza en los intercambios y relaciones con la demanda, o dicho de otro modo, si se engaña al visitante ofertando, promocionando, lo que luego no se le va a dar, se pondrá en duda la reputación del destino turístico y cuando esto ocurre el destino empieza a decaer en captación de un turismo de calidad.

No se debe observar al turista como un autómatas, los intercambios entre el visitante y el destino receptor son algo más que transacciones puntuales, son relaciones que pueden tener continuidad temporal, al menos si de fidelizar a la clientela se trata, es decir que el turista tenga entre sus elecciones predilectas para futuros viajes a destinos turísticos del ámbito internacional, esos municipios donde han contribuido a satisfacer sus expectativas.

Para lograr lo señalado, el concepto de reputación es muy importante; ahí entraría lo que se denomina *marketing relacional*, aquel que plantea analizar los intercambios más allá de meras transacciones enfocándolo como relaciones que se pueden consolidar, por lo tanto señala la relevancia que tiene el establecer relaciones firmes y duraderas con el receptor integrándolo dentro del segmento que corresponda para poder desglosar mejor sus intereses y intentar cubrir las expectativas del usuario de la forma que más le satisfaga (Morgan y Hunt, 1994), pero para lograr, todo lo señalado, es necesario un esfuerzo integrado en todas las vertientes que lleven a ese proceso de satisfacción del visitante.

El individuo toma decisiones basadas en la información de la que dispone, que viene dada por las señales que percibe transmitidas desde las entidades y destinos emisores, de forma que una oferta o producto que quiera ser competitivo se debe apoyar en una serie de criterios como son el contar con componentes que comuniquen e identifiquen los atributos de que dispone, de entre dichos componentes la reputación de marca es una de las variables más importantes utilizadas para evaluar y escoger, ante la variedad existente en el mercado, una oferta o producto en detrimento de otro, e igual ocurre con los destinos turísticos, la reputación da al usuario información para evaluar las diversas alternativas existentes, juega como señal de refuerzo en la toma de decisiones del futuro visitante (Memelsdorff, 1998). De forma, que puede reducir esfuerzo tanto en la búsqueda de información como en el riesgo percibido con respecto a la elección del lugar escogido (Erdem y Swait, 1998)

Por lo tanto, una marca que identifique un destino o producto con reputación es, en cierto modo, una promesa de que lo ofertado es lo que se va a obtener. Esto es lo que le da la reputación, fideliza a la clientela y hace que este repita destino.

De no cumplirse lo ofrecido, se pierde la reputación y si el turista dispone de liquidez para escoger destino, al sentirse engañado, sencillamente dejara de seguir visitando el espacio que le ha defraudado, además de la información negativa que se desprenderá de su experiencia y que será compartida con otros usuarios.

Lo citado dará lugar a que cada vez más ese tipo de destinos con promoción engañosa, que oferta aspectos muy alejados de la realidad, vaya deteriorándose y cubriéndose de un tipo de visitante que no cuenta con posibles donde escoger, se conforma con lo que hay, y en definitiva es más afín a lo que finalmente el destino en su inconsciencia, o participe en los deseos de hacer dinero rápido y de cualquier forma ha permitido o

buscado, con los aspectos negativos que de ello se infiere⁶. En relación con lo apuntado, vemos la importancia que tiene el concepto de reputación y la marca es el reflejo de dicha reputación.

La marca responde a la necesidad de hacer tangible, las ofertas y productos existentes en la propia actividad. En esta línea, las marcas turísticas deberían, para ser útiles, rentabilizar la imagen de los atributos fundamentales del producto turístico conforme al segmento de mercado que quieran captar, y a la par, diferenciarse con respecto a las otras marcas de otros destinos turísticos. Y que duda cabe que los elementos patrimoniales son el mejor criterio de diferenciación de un espacio con respecto a otro, ya que es el sello de identidad de un territorio.

Pero para tener tanto, por una parte, una marca fundamentada en el concepto de reputación como, por otro lado, crear una marca basada en los elementos patrimoniales, hay que tener en cuenta en todo momento los criterios cualitativos, es decir, aquellos que tienen como referente la persecución de la excelencia turística.

Sobre ella, sobre el concepto de calidad, que debería guiar cualquier propuesta de desarrollo local de cualquier municipio inmerso en el sector turístico, es donde se debe de fundamentar tanto la planificación como la posterior gestión del sector propiamente dicho.

Conclusiones

Así pues, los destinos que cuentan con un patrimonio que ofertar cuentan con una oportunidad de atracción de la demanda turística basada en la singularidad, en la idiosincrasia, que ofrece como criterios de diferenciación unos espacios de otros con base en su patrimonio histórico y cultural, así como, cuando disponen de él, también en su marco natural, con la posibilidad añadida de que al mejorar el poder de atracción de la demanda turística basándose en la puesta en escena del patrimonio, ha logrado una mejora cualitativa de su propio entorno físico y urbano.

Ahora bien, el lograr lo citado conlleva hacer operativas propuestas como que parte del beneficio económico que se sustrae del sector turístico redunde en beneficio de la preservación del propio marco patrimonial.

En esta misma línea, también para dotar de calidad un municipio turístico hay que tener en cuenta otros aspectos, , tratados en este artículo, como los relacionados con la capacidad de acogida.

Todos los aspectos citados son valorados por la demanda turística, que en gran medida captados gracias a una promoción activa pueden lograr la atracción, y posteriormente si lo expuesto en la promoción se refleja en la realidad, y más aún si supera sus expectativas, lograr la fidelización de la clientela turística; la cual se desplazará donde sus expectativas y motivaciones sean cubiertas.

En resumida cuenta, y a tenor de los que hemos presentado en este artículo, el turista seleccionará los productos y servicios que más satisfagan sus expectativas y donde los encuentre, ese será su destino elegido, en detrimento de otros que no visite.

Una forma de cubrir las expectativas de la demanda turística es dotando la oferta y productos turísticos de aspectos cualitativos (de calidad) que reflejen los deseos del visitante. Para conseguirlo, entre los elementos a tener en cuenta están el conocer los

⁶ - Aspectos negativos tales como un visitante menos cualitativo en todos los aspectos como pueda es el ser respetuoso con el medio, nada o poco interesado en las cuestiones patrimoniales, más interesado en la búsqueda de experiencias que poco tiene que ver con el ocio si con la masificación y las propuestas ligadas al bullicio, con un bajo índice de gasto, en resumen un tipo de turismo muy común en nuestras costas, que tienen sobre todo en el ocio nocturno en bares, discotecas, o en el casco urbano su mayor activo de disfrute, y que sirve para engrosar la estadísticas del número de visitantes que recibe nuestro país, siendo muy pocas las referencias a como el índice de gasto del visitante a disminuido, lo cual demuestra que tipo de turismo estamos recibiendo.

recursos de los que dispone el territorio, y por otra parte conocer cuales son los deseos y preferencias de los turistas, así por ejemplo se debería identificar las necesidades, percepciones, motivaciones, del usuario turístico, de forma que posteriormente se planifiquen políticas para satisfacer sus requerimientos.

Para finalizar queremos indicar, que algunas de los instrumentos que se pueden usar para potenciar un **desarrollo local** operativo, por lo tanto alejado de meras propuestas que después no tienen su consecución en la realidad, pasa por contemplar aspectos como el que se basa en los estudios de cualificación medioambiental y territorial de los municipios con componente turístico.

En este sentido se trabaja sobre la elaboración bajo el prisma de la utilización del **SIG** (Sistema Geográfico Informatizado) que refleje tanto los recursos como los criterios de mejora medioambiental y territorial, en base a los componentes físico-ecológicos, como son el relieve, vegetación, aguas marinas y continentales, entre otros elementos, y por otra parte los antrópicos, aquellos en los que el componente humano a dejado su impronta, como es el caso de la morfología urbana o la composición histórico-arquitectónica entre otros elementos.

Por otra parte, también se trabaja en indicadores que contemplen variables como la capacidad de acogida desde el punto de vista porcentual; los criterios de contaminación y las área de estudio, como puedan ser los relacionados tanto con la contaminación acústica, con los vertidos sólidos o líquidos; el análisis de la accesibilidad a los diversos puntos que componen el territorio, poniendo el énfasis en aquellos más concurridos y la aglomeraciones o atascos que se den; en la misma línea en la prospección también se plantea el conocimiento de dotaciones, equipamiento e infraestructura, como son por ejemplo las relacionadas con dotaciones de agua potable o recogida de residuos.

Las variables señaladas son entre otras, que llevaría más de un artículo tratar, las que se exponen en un trabajo en el que se incluye propuestas **tendenciales** y de **rehabilitación**, también plasmadas con el uso del SIG, es decir el futuro de los espacios analizados si no se llevan a cabo medidas correctoras y de mejora, así como por otra parte, propuestas de líneas de intervención sobre el medio, que de llevarlas a práctica dará como resultado una optimización en el municipio de estudio, como en el incremento de la mejora de calidad de vida de la población.

De la elaboración, desarrollo y puesta en práctica de la labor citada, la cual se puede complementar con otros estudios⁷, es como se puede plantear una propuesta de trabajo que sea operativo y no meramente utópico y que pueda dar un desarrollo a escala local; que desde el punto de vista de quién escribe el presente artículo es la única filosofía rectora para cualquier prospección. Dicha filosofía se fundamenta en que todo trabajo puede y debe revertir en el que debe ser el único y autentico beneficiario: la población y el territorio en que se inserta.

BIBLIOGRAFÍA

ERDEM, T.; SWAIT, J. Brand equity as a signalling phenomenon. Journal of Consumer Psychology, Vol.7, nº.2, 1998.

⁷ Como por ejemplo, los que se desprenden del barrido bibliográfico desde el enfoque multidisciplinar (tanto en el ámbito legislativo, económico, geográfico o sociológico, entre otros), así como también como parte del trabajo se puede prospectar a la demanda turística en los segmentos que se quieran dinamizar, bien en aquellos relacionados con el turismo cultural, el ecológico o cualquier otro, para lo cual se coge una población objetivo o diana y se muestrea por medio de encuestas y entrevistas, por medio de preguntas abiertas y cerradas, o bien se hace uso de la documentación veraz existente sobre el tema. Así por ejemplo, entre otra documentación en España la información que se desprende de *Frontur*, para conocer el turismo internacional, y *Familitur* para el nacional, son dos referentes muy usados en el trabajo de técnicos que trabajan en aspectos relacionados con la actividad turística.

CARRASCO, S. F. El consumo del espacio litoral en las ciudades turísticas. Revista de Investigación Espacio y Tiempo, Sevilla, n. 23, 2009.

CARRASCO, S. F. Instrumentos para el desarrollo y la dinamización de ciudades con patrimonio histórico-cultural. Revista Internacional de Ciencias de La Tierra, Lima, n. 138, 2009. Disponible en: <http://www.mappinginteractivo.com/prin-ante2.asp?id_peri=148>. Inicio de sesión en: 01 de mar. 2010.

CARRASCO, S. F. El turismo náutico en la oferta turística. Cuadernos de Turismo, Murcia, n. 7, 2001.

LÓPEZ, F. Actividad turística y espacio geográfico en el umbral del siglo XXI. Papers de Turismo, n 14, 1994.

MORGAN, R. M.; HUNT, S. The Commitment Trust Theory of Relationship Marketing. Journal of Marketing, ?, v. 58, n.3, 1994.

MUNDET, C. L. Geografia, turisme i màrqueting. Una barreja imposible o una barreja necessària? Dispòsits digital de documents de la UAB, Barcelona., n. 29, 1996. Disponible em: <<http://ddd.uab.cat/record/16379>>. Acceso em: 02 de mar. 2010.

MEMELSDORFF, F. Marketing estratégico en turismo: branding, identidad y cultura corporativa. Revista Valenciana d'Estudis Autonòmics, Valencia, v. 25. 1998.

MARTINEZ, E. O.; HERRAÉZ, B. R. Importancia de la comunicación en los destinos turísticos internacionales: La percepción de los turistas extranjeros en los destinos españoles. Cuadernos de Turismo, Murcia, n.15. 2005.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Código Ético Mundial Para el Turismo. Santiago de Chile, 1999.

_____. Tendencias de los mercados turísticos: Panorama mundial y actualidad del turismo. Madrid, 2004.

PEARCE, D. Development Topics in applied geography. México: Trillas, 1998.

O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”

Sérgio Roberto Moraes Corrêa

Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG)

Professor do Departº. de Educação Especializada da Universidade do Estado do Pará

Endereço Profissional: Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Departamento de Educação Especializada, Rua do Una,s/nº, Djalma Dutra, Bairro do Telegrafo, BELÉM, Pará, Brasil

Telefone: (91) 4009-9516

Endereço eletrônico: sergiorcm2001@yahoo.com.br

Resumo

Esse artigo constitui, de forma resumida, o capítulo I de minha pesquisa de mestrado, intitulada: “*Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural na Amazônia: uma leitura a partir da Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem*”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB), defendida em julho de 2007. Nesse texto, teço e entrelaço alguns fios acerca da origem do MAB, para demarcar um divisor de águas na história da sociedade brasileira, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas, que passam a impulsionar a reconfiguração de novas contradições e conflitos na dinâmica socioespacial deste país e da Amazônia, particularmente, em torno do desenvolvimento e da educação do campo. Para tanto, delimito esse breve percurso e navegar histórico no município de Tucuruí, no Estado do Pará, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT).

Palavras-chave: MAB, Amazônia, Desenvolvimento, Educação e Campo.

Resumen

El Movimiento de los Afectados por Represas em la Amazônia: um movimiento popular nacente de “vidas inundadas”

Ese artículo se constituye, de forma resumida, en el capítulo de mi investigación del curso de Máster cuyo título es Educación Popular del Campo y Desarrollo Territorial Rural en la Amazonia: una lectura a partir de la Pedagogía del Movimiento de los Afectados por la Represa, realizada en el Programa de Post grado en Educación de la Universidad Federal de Paraíba (PPGE-UFPB), defendida en julio de 2007. En ese texto, he entrelazado algunos hilos sobre el origen del MAB, para limitar un divisor de aguas en la historia de la sociedad brasileña, identificando nuevos sujetos, nuevas demandas y temas, que pasan a promover la reconfiguración de nuevas contradicciones y conflictos en la dinámica socio espacial de este país y la Amazonia, particularmente en torno al desarrollo y la educación del campo. Para ello, delimito ese breve recorrido y navegar histórico en el municipio de Tucuruí, en el Estado de Pará, a partir de la construcción de la Planta Hidroeléctrica de Tucuruí (UHT).

Palabras Clave: MAB – Amazônia – Desarrollo – Educación y Campo.

Summary

The Movement of the Affected by Dams in the Amazonia: a nascent popular movement of “flooded lives”

This article is constituted, of summarized form, the chapter I of my master research, titled: “*Popular education of the field and rural territorial development in the Amazonia: a reading from the pedagogy of the movement of the affected by dams*”, realized in the program of

postgraduation in education of the federal university from Paraíba (PPGE-UFPB), It was defended in 2007 July. In this text, I weave and I intertwine some threads about the origin of the MAB, in order to demarcate a divisor of waters in the history of the Brazilian society, identifying new subjects, new demands and themes, that pass to stimulate the reconfiguration of new contradictions and conflicts in the social and spatial dynamic of this country and the Amazonia, in particular around the development and of the education of the field. For this, I delimit this short journey and historical sail in the town of Tucuruí , in the State of Pará , from the construction of the Hydroelectric Power Station of Tucuruí (UHT).

Keywords: MAB; Amazonia; Development; Education and Field.

(...) A lembrança que eu tenho, hoje, é só tristeza e mágoa, a saudade do passado, sei que o tempo não apaga, porque o que eu mais gostava hoje está de baixo d'água, vou lutar por minha terra, que furnas danificou, junto com meus companheiros, irei seja aonde for, quero outra terra igual a que ela nos tirou, queremos toda justiça no processo que parou (...).

(Antônio José - MAB)

Introdução

Sem a pretenciosidade de querer dar conta da história do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) nesse texto, até porque essa pesquisa não teve tal propósito, teço e entrelaço alguns fios acerca da origem desse Movimento para demarcar um divisor de águas, a partir da emergência do MAB na sociedade brasileira, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas, que passam a impulsionar a reconfiguração de novas contradições e conflitos na dinâmica socioespacial deste país e da Amazônia, particularmente em torno do desenvolvimento e da educação do campo. Para tanto, delimito esse breve percurso e navegar histórico no município de Tucuruí, no Estado do Pará, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), que assume como “Grande Projeto”, um caráter fundamentalmente contraditório dentro da política desenvolvimentista do regime militar, que incluía a exclusão e empobrecimento de certos setores da sociedade e o uso degradante dos recursos naturais, para gerar crescimento econômico, progresso e modernidade para a sociedade e para a região amazônica, especificamente. É, no entanto, como consequência e resultante dessas contradições, que emerge, de “vidas inundadas”, o movimento popular dos atingidos por barragem, “de baixo”, de “peixes pequenos”, para “resistir e r-existir” à lógica predadora dos “grandes tubarões”.

A política de modernização conservadora do regime autoritário: um desenvolvimento às avessas social e ambiental

Em meados dos anos 70, o mundo, ainda, se encontrava efervescido no calor da guerra fria, na qual os blocos capitalista e socialista disputavam fronteiras dos continentes e das nações para expandir seus projetos de sociedade. A América Latina, ao mesmo tempo em que vivia a experiência de revoluções de corte socialista em alguns países, passava, predominantemente a ser varrida por uma onda de golpes militares, que implantavam regimes ditatoriais de direita.

Parece, todavia, que esse contencioso e belicoso teatro latino-americano, em parte, não seguiu a tese enunciada pelo “breve século” de Eric Hobsbawm (1995), uma vez que parecia, para nós, um retorno a outros pesadelos de nossa trágica e forte história de autoritarismo. Foi uma “Era dos Extremos” com requintes de retorno ao trágico tempo histórico de barbárie que não acabou.

Nesse enredo contraditório e conflituoso, a sociedade brasileira vivia e experienciava a trama de um dos momentos mais sombrios e tenebrosos de sua história: a ditadura militar (1964-1985) (CHIAVENATO, 1994). Censura, perseguições, torturas e mortes conflitavam e contradiziam com o discurso do regime militar da modernidade e do progresso, isto é, do “Brasil Grande ou Potência” (Gonçalves, 2005), que, no afã de se integrar (ou melhor, se subjugar) à economia mundial sob a égide do capitalismo urbano-industrial nascente e da modernização agrícola via revolução verde, não levou em consideração as possíveis conseqüências perversas de tal empreendimento geopolítico-econômico, cultural, científico-tecnológico desenvolvimentista.

A teoria clássica desenvolvimentista, assentada na racionalidade moderna, que promete e faz emergir, a partir da razão humana, a força de toda e qualquer felicidade do homem, com base no crescimento econômico e no domínio da natureza, é a mesma que o fragmenta, coloca-o em crise, assim como, a crise social, moral, ambiental e teórica (BRITO e RIBEIRO, 2002).

Desta feita, é bem melhor enveredar pela análise de que, para esse regime autoritário, *os fins justificavam os meios* na sua forma mais perversa e cruel, que excluía a ética *na* e *da* política, da coisa pública, da economia, da ciência e da tecnologia, alijando do processo grande parte da sociedade e sufocando bruta e os que resistiam ao seu projeto modernizante *hegemônico*, instaurando, assim, o *terror* e o *medo* na sociedade (ESPINOSA *apud* CHAUI, 1982).

Isso, com vista, a impor seu atroz modelo de governar e de desenvolvimento para a sociedade, concentrando e conservando nas mãos e na cabeça de uma minoria o poder de dar continuidade a uma lógica colonialista de crescer e desenvolver para poucos internamente, mas, sobretudo, voltado para atender os interesses de fora, externos, desenhando e ordenando, por conseguinte, um quadro territorial sócio-ambiental brasileiro de ampliação e de intensificação da exclusão, da desigualdade social e da degradação dos recursos naturais.

Aqui, é digna de citação a crítica que a filósofa Marilena Chauí faz a essa idéia de *progresso tecnológico* e modernidade conservadora mercantil.

Vivemos num mundo dominado por aquilo que a ideologia dominante convencionou designar como “progresso tecnológico”. Resultado da exploração física e psíquica de milhões de homens, mulheres e crianças, da domesticação de seus corpos e espíritos por um processo de trabalho fragmentado e desprovido de sentido, da redução de sujeitos à condição de objetos sócio-econômicos, manipuláveis politicamente pelas estruturas da organização burocrático-administrativa, o “progresso” seqüestra a identidade pessoal, a responsabilidade social, a direção política e o direito à produção da cultura por todos os não-dominantes. (CHAUI, 1982, p. 56).

E Otávio Paz (*apud* CHAUI 1982, p. 57) arremata, argüindo: “o progresso povoou a história com as maravilhas e os monstros da técnica, mas desabitou a vida dos homens. Deu-lhes mais coisas, mas não lhes deu mais ser”.

Sob esse discurso do elogio e do ufanismo da modernidade e do progresso, à luz da racionalidade urbano-industrial capitalista, o governo militar ancorava-se num modelo de desenvolvimento que avançava e reforçava esse ideário do *Brasil Grande*, por meio da *Integração Nacional*, sustentado e justificado pela ideologia da *Segurança Nacional*, haja vista a expansão do bloco socialista para o continente Latino-Americano, que representava tanto para os gestores territoriais militares e civis, mas, sobretudo, para os Estados Unidos, financiadores desses regimes ditatoriais, ameaça ao território brasileiro, às suas fronteiras territoriais e ao modelo capitalista nascente.

Nesse rearranjo, com base nesse ideário, os Grandes Projetos se estendem pelo território nacional, constituindo-se num conjunto articulado, articulador e estratégico, para dar corpo no que veio a se materializar como um modelo de desenvolvimento de modernização conservadora, que passava a reconfigurar a organização socioespacial das

relações sociais de produção e simbólico-culturais no país, particularmente na Amazônia, gestando novas formas de apropriação, domínio, controle e significação do território (GONÇALVES, 2005; BECKER, 1998).

Aqui apresento, sinteticamente, algumas características desse **modelo de desenvolvimento de modernização conservadora**, que marcou essa época e de onde emerge, contraditoriamente, o que viria a ser o MAB.

- Esse modelo de desenvolvimento de modernização conservadora estruturou-se e organizou-se com base num macro-planejamento político, que expressou a estratégia geopolítica econômica, cultural e ambiental da elite brasileira e internacional para integração da sociedade brasileira, particularmente da Amazônia, ao modelo de modernização e progresso do grande capital.
- Esse macro-planejamento político foi formulado, definido e implementado, de forma autoritária, unilateral e seletiva, por gestores territoriais militares e civis, com a participação estratégica financeira e intelectual de organismos internacionais multilaterais, ligados ao grande capital. Nesse projeto, definiram-se as diretrizes político-econômicas, que esboçaram os grandes projetos a serem engendrados pelo Estado brasileiro via *pólos de crescimento*, que propiciassem a interligação entre os circuitos nacionais e internacionais e, assim, o fluxo financeiro e de mercadorias (BECKER, 1999).
- Esse macro-planejamento político do regime militar-civil atendeu, principal e exclusivamente, os interesses do projeto urbano-industrial do setor do grande capital nacional e inter/trans/multinacional e do projeto de modernização da agropecuária brasileira, que promoveu a expansão da fronteira agropecuária para Amazônia sob o regime de grandes propriedades fundiárias, levando à intensificação e expansão da concentração fundiária, dos conflitos agrários, da destruição ambiental e da precarização do trabalho (desemprego e trabalho escravo) e das condições de vida das populações locais e migrantes pobres (FERNANDES, 2001). Essa modernização da agricultura inicia-se e situa-se no bojo da “revolução verde” (1950-1960), que explicita o “modelo de desenvolvimento rural” desse período e pelo “modelo de desenvolvimento rural integrado” (1970-1980), que procura “corrigir as distorções criadas pela Revolução Verde. Contudo, não se trata de nenhuma mudança substancial, mas de estender a Revolução Verde para os pequenos proprietários” (MONTENEGRO GOMES, 2006, p. 04).
- Esse modelo desenvolvimentista, pela sua natureza exclusivista, hierárquica e classista, para implantação de grandes empreendimentos (estradas, rodovias, ferrovias, barragens, extração e produção mineral, madeireira, agrícola e pecuarista, etc.), não levou em conta as demandas e necessidades locais do campo e da cidade, seus modos de existir, seus saberes, suas identidades culturais, a bio-sociocultural diversidade que traçam a paisagem de múltiplos territórios da sociedade brasileira e amazônica. Esse modelo, ainda que se apresentasse, ideologicamente, como universal, na sua essência, ele era fundamentalmente particular e excludente, um contradesenvolvimento social (MARTINS, 2002).
- Se a hegemonia desse projeto de desenvolvimento era construída e legitimada, sobretudo, pela força, coerção, não se pode, contudo, desconsiderar, também, o vigor da sua geopolítica cultural colonialista para construir um consenso em torno de tal projeto. O movimento político cultural anti-comunista se espacializava na busca de territorializar as fronteiras do capitalismo imperialista. Os grandes meios de comunicação que compunham o bloco dominante assumem papel preponderante para legitimar esse regime autoritário (CHIAVENATO, 1994). Aqui, é importante destacar o papel de sua política educacional, que ajudou, decisivamente na conformação de uma nova subjetividade, um padrão de valores, de regras e normas, para conduzir e enraizar o pensar, o agir e o sentir na sociedade. Isso implicava tanto respaldar e fortalecer tal modelo e expansão imperialista, como controlar social e

politicamente os movimentos resistentes, asfixiando-os e esvaziando-os, para evitar qualquer movimento de subversão ou “desordem”¹.

Esse movimento político-cultural de convencimento manifestou-se, também, por meio do impressionismo simbólico-cultural que os grandes empreendimentos carregavam consigo, representando o suposto novo “eldorado”, progresso, crescimento, modernidade e civilização da nação brasileira. Por exemplo, um desses grandes projetos foi a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da qual tratarei mais à frente de maneira detalhada.

Esse mega-projeto não ocupou somente um território do ponto de vista físico, material para potencializar e fomentar novas relações de produção na região amazônica. Ele produziu e ocupou um território do ponto de vista, também, simbólico-cultural, a fim de espacializar e territorializar o capitalismo nascente e vigente. Ele carregou consigo a idéia fabricada de progresso e de desenvolvimento para a região, para o Pará e, particularmente, para Tucuruí, com objetivo de justificar, concomitantemente, esse padrão e lógica de produção, ajudando, por conseguinte, a fabricar e a moldar o indivíduo, a sua subjetividade e a sua identidade de acordo com o padrão dominante de sociedade. Não foi por acaso que Tucuruí foi cunhada com a denominação, como retrata o Caboclo, integrante do MAB, de “Cidade das Luzes”, que é descrita não somente pela luz no seu sentido literal, mas, sobretudo, simbólico, representando progresso e desenvolvimento, no entanto, com as populações rurais, adverte ele, “na margem do lago da barragem sem energia, sem luz”, à margem e vitimizadas pelo progresso de um desenvolvimento que não desenvolve.

- Esse modelo provocou a desestruturação dos modos de vida e trabalho das populações do campo, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pequenos (as) trabalhadores (as) familiares rurais, extrativistas etc., combinando e confluindo, com isso, para a “precarização do território” e desenraizamento cultural dessas populações (GONÇALVES, 2005).
- Esse modelo acelerou vertiginosamente a expansão urbana no país, principalmente na região amazônica, incentivando e forçando à migração, ao êxodo rural, ao mesmo tempo em que provocou uma ocupação desordenada do espaço urbano, gerando inúmeros problemas sócio-ambientais, gestando favelas, com isso, *apartheids* socioespaciais.
- Para levar acabo seu afã de progresso, crescimento econômico e modernidade, esse modelo causou impactos ecológicos grandiosos, produzindo uma autêntica “saga ecológica” (BOFF, 2004).
- Esse modelo de desenvolvimento conservador primou, exclusivamente, pelo crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento sócio-ambiental. Isso implicava a justificativa e o reforço da dualidade e do hiato do paradigma desenvolvimentista hegemônico entre econômico versus social e versus ambiental. Se de um lado esse discurso hegemônico sustentava a tese de que tinha que fazer o “bolo crescer, para depois dividir”, do outro, imprimia no imaginário social da sociedade que a floresta era um “obstáculo ao progresso”, reforçando, portanto, a lógica do domínio pelo homem da natureza como pressuposto fundante da “razão instrumental” (GONÇALVES, 2005). Como explica o ilustre Celso Furtado,

(...) a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 75).

¹ Na reforma educacional implementada pelo governo militar, são inseridas no currículo escolar as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que tinham como objetivo ideológico legitimar e justificar o *status quo* vigente (CHAUI, 1982). O MOBRL se insere aí.

- Esse modelo gerou um crescimento econômico concentrado e desigual, aumentando a concentração de riqueza e da renda nas mãos de uma minoria nacional e global, expandindo, por conseguinte, a geografia da exclusão e das desigualdades sociais e culturais, políticas e econômicas na sociedade brasileira, além dos grandes impactos ambientais. Talvez, como explica Josué de Castro (2006), um dos maiores equívocos da teoria clássica desenvolvimentista tenha sido associar diretamente crescimento ao desenvolvimento e dissociar desenvolvimento da qualidade de vida, do social, do cultural, do político, do ético e do ecológico.
- Esse modelo é, portanto, a marca da “modernização às avessas” (LOREIRO, 2001). Ele gera e produz uma ampla e complexa rede de infra-estrutura, transporte, comunicação, informação, urbanização para usufruto e benefício de poucos, especialmente para os de fora, imprimindo ao rural, sobretudo a suas populações marginais, a imagem do atraso, do primitivismo, do tradicional em oposição ao moderno (urbano), presas à corrente do “desencanto” weberiano (2004). A histórica promiscuidade entre público e privado se perpetua, ao passo que, grande parcela da sociedade, padece da falta e da ineficiência das políticas públicas que assegurem os direitos elementares e básicos ao ser humano e à sociedade.

É importante considerar, entretanto, que esse modelo de desenvolvimento não se deu sem resistência. Movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade lutaram e resistiram contra o regime militar ditatorial e sua política desenvolvimentista, demarcando, assim, um campo contra-hegemônico de “r-existência” que emergia dos “de baixo”, como foi o caso do MAB, que apresento e problematizo a seguir.

As grandes hidrelétricas e as raízes organizativas populares do MAB no Brasil

Um desses mega-projetos reside na construção de grandes barragens, Usinas Hidrelétricas, que vão se constituir na matriz do modelo energético brasileiro, para atender aos interesses, principalmente das empresas eletrointensivas² do grande capital nacional e, principalmente, inter e transnacional, que passavam a inscrever novas formas de uso e significação do território nacional e dos recursos naturais, no caso em questão, sobretudo, da água, por meio do potencial energético dos rios, a fim de levar a cabo esse projeto desenvolvimentista conservador.

O modelo energético baseado na produção de energia hídrica significa 20% de toda energia produzida no mundo. Esta forma de produção de energia já expulsou de suas terras de 40 a 80 milhões de pessoas no mundo. No Brasil 92% da energia produzida vêm da fonte hídrica, já tendo expulsado mais de um milhão de pessoas de suas terras. (MAB).

Para construção dessas barragens, nesse período, por exemplo, conforme Documento da CPI das Barragens, foram inundados milhões e milhões de hectares de terras e florestas, sacrificando e precarizando muitos povos e grupos sociais históricos do campo (Indígenas, Afrodescendentes - comunidades remanescentes de quilombos - meeiros, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos, camponeses etc.) que foram remanejados para outras áreas, na realidade, expulsos e expropriados de suas terras, colocando em cheque seus modos de vida, suas atividades próprias e seculares de produzir sua existência individual e coletiva, material e simbólica.

Além da desestruturação e do aumento da exclusão dessas populações, esse modelo energético e de desenvolvimento provocou e vem provocando sérios impactos

² Essa é a chamada indústria pesada: Indústrias de Cimento, Siderúrgica (Aço), Metalurgia (Ferro-ligas, Alumínio), Química, Papel e Celulose. Ela se constitui na maior consumidora de energia, 48,4%. Estas indústrias têm como características serem grandes consumidoras de energia.

ambientais, sacrificando, reduzindo e colocando em risco toda uma rica diversidade biológica entre fauna e flora e, por conseguinte, a sustentabilidade dos ecossistemas.

Com o efeito da intensificação da falta de condições básicas de produção e reprodução de vida e trabalho dessas populações remanejadas, ocorre um aumento explosivo populacional, principalmente em cidades adjacentes a esses projetos, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Todavia, essas populações, já excluídas do campo, frustram-se com a falta de oportunidades e de condições de vida e trabalho nos centros urbanos dessas cidades, passando a aumentar, então, o grosso dos excluídos e das excluídas.

Essa situação se desdobra, então, na “ocupação desordenada” dessas cidades, levando-as ao processo de “favelização”, de aumento da miséria, da violência etc, o que vai requerer maior investimento do Estado em políticas sociais, coisa que, quando acontece, reduz-se a política assistencialista, contingencial e populista, ocasionando, por conseguinte, maior exclusão e desigualdade social, ampliando, nesses centros urbanos, a existência de bolsões de miséria e de “segregação social” (apartheid).

Isso é parte do resultado desse modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro autoritário, do qual essa matriz energética é parte integrante, que segue uma lógica tanto exógena (atender, principalmente, os interesses econômicos do capital internacional) (GONÇALVES, 2005; CASTRO, 1999), quanto urbanocêntrica, representada pela modernização conservadora da época, que exclui o campo de suas populações sem poder político-econômico e cultural. Isso quer dizer que não é qualquer território do campo que é excluído, como o dos grandes proprietários de grãos, de fazendas, das madeireiras, que passaram somente a estender e ampliar seus domínios territoriais tutelados e beneficiados por esse Estado autoritário, mas, sim, o território do campo dos grupos e classe sociais excluídos.

É na trama desse enredo, mais precisamente no início dos anos 70 do século XX, que se encontram as raízes históricas do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 09). Três foram, segundo registros da história do MAB, os focos principais de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento mais tarde:

Primeiro na região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. **Segundo no Sul**, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. **Terceiro na região Norte**, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí (2002, p. 06).

Na região Nordeste, nos anos 70, no Vale do Rio São Francisco, mais conhecido, cantado e poetizado como “Velho Chico”, as barragens de Moxotó e Sobradinho foram, segundo registros da história de luta e de organização do MAB (PARTE I), feitas sem qualquer consideração para os problemas sociais. Entre Pernambuco e Bahia, no final dos anos 70, no médio do Velho Chico, com a construção da barragem de Itaparica, foi inundada uma área de 834 km² e foram expulsas e expropriadas 40.000 pessoas.

Nesse período, “lideranças de sindicatos rurais começaram a promover reuniões nos municípios, invocando a trágica situação dos atingidos”. Essa organização e mobilização nascente dos atingidos e atingidas, nessa região, por essas barragens concentrou suas reivindicações nas seguintes questões: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias”. Essa organização e mobilização passou a se estruturar e se tornar mais forte com a constituição de uma “coalizão sindical, sob o nome

de Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco”, que se deu, em 1979, a partir de uma primeira concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia, Pernambuco. Em 1980, também em Petrolândia-PE, ocorre a segunda concentração, reunindo mais de 5.000 pessoas (MAB, PARTE I).

Numa demonstração de avanço e maior capacidade organizativa, esses sindicatos, em 1984, conforme registra esse Documento, com apoio de técnicos, elaboram um documento – Diretrizes Básicas para o Reassentamento – no qual reforçam as reivindicações anteriores e introduzem novas questões: “lotes de 25 hectares dos quais 6 irrigados, irrigação por aspersão, administração de projetos pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas”. No entanto, como a CHESF só conversava, não dando respostas concretas às reivindicações dos sindicatos e não cumprindo os prazos acordados, o movimento nascente dessa região se ampliou e radicalizou, promovendo ocupações com apoio de vários setores da sociedade civil e do poder público.

Na região Sul, na Bacia do Rio Uruguai, o projeto energético, via Plano 2010 da Eletrobrás, “projetava a construção de 23 barragens, que expulsariam 200.000 pessoas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Nessa região, reside uma questão particular: “pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra” (MAB, PARTE I).

A organização e luta de resistência no Alto Uruguai, de um lado, seguiram um caminho parecido com o de Itaipu: ação de religiosos e militantes da CPT na mobilização, presença dos sindicatos de trabalhadores rurais, importância fundamental da informação, organização dos atingidos nas comunidades e municípios. (MAB, PARTE I)

Em Santa Catarina, mais precisamente em Concórdia, 350 agricultores criaram, em 1979, a “Comissão Regional de Barragens”, cujo objetivo era “obter junto a ELETROSUL maiores informações sobre o projeto e divulgá-las amplamente, advertindo os atingidos acerca da ameaça que pairava sobre suas vidas” (MAB, PARTE I). Com a criação dessa Comissão, podê-se, aos poucos, promover ações de organização e mobilização com vista a cobrir a área projetada da região para construção de novas barragens, o que implicava uma maior resistência.

No decorrer dessa caminhada, em fevereiro de 1983, em Carlos Gomes, considerado o distrito mais vigoroso no combate às barragens de Machadinho, 20 mil pessoas se juntaram e mobilizaram para participar da “Romaria da Terra”, que tinha como tema central “Águas para vida, não para morte”. Esse é um dos temas geradores do MAB, que se transformou em “palavra-de-ordem” do movimento, inclusive, em nível mundial na luta contra as barragens.

Em 1985, é realizado um abaixo-assinado, que traz como questão de fundo “Não às Barragens”. Através da Comissão Regional de Barragens, esse documento consegue um milhão de assinaturas, que foi entregue ao poder público federal na representação do Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários. Num primeiro momento, essa Comissão centrou suas reivindicações em “indenizações justas e terra por terra”, mas a partir dessas organizações e manifestações mais ampliadas consciente e politicamente, a luta se deu contra a construção das barragens: Terras Sim, Barragens Não, palavra-de-ordem que passa a dar força e identidade ao que viria ser o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, PARTE I).

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) como mais um “Cavalo de Tróia” na Amazônia: a saga dos povos e da natureza

Ao chegar ao contexto da região amazônica, é importante considerar, mesmo que resumidamente, o papel estratégico que essa região assume para a implantação e

condução desse modelo de desenvolvimento de modernização conservadora e a trama que ela assume nesse cenário geopolítico, cultural e econômico mundial.

Primeiro vale lembrar que, nessa região, durante o governo de Getúlio Vargas (ALVES FILHO, 1999) e, posteriormente o governo de JK, ambos já ensaiavam a integração da Amazônia ao eixo central de desenvolvimento do Brasil (o Sudeste) com o objetivo de realizar a desigual e predatória política de integração nacional, que reforçava a condição de colônia dessa região como mero espaço de exploração e expropriação das populações locais, da exploração e exportação das suas riquezas naturais e de fornecimento de matéria prima para abastecer e desenvolver aquele centro urbano-industrial nascente, símbolo da entrada no progresso e na modernidade do capitalismo, além da sua inserção na política internacional.³

O governo militar, assentado no discurso ideológico tanto da modernização e desenvolvimento da nação brasileira, quanto da segurança nacional, cria o caminho justificável para avançar na política de integração nacional sobre a Amazônia em meados da década de 60. Ele a insere como espaço geopolítico e econômico estratégico, para levar avante esse modelo de desenvolvimento autoritário, com base no “grande capital”, e salvaguardar o território nacional do “risco separatista”, haja vista o avanço do bloco socialista no continente e as forças sociais de resistência de esquerda no país, no campo e na cidade (ALVES FILHO, 1999).⁴

Como estratégia, são elaboradas frases de efeito nacionalistas cuja finalidade era construir um imaginário consensual entorno desse projeto desenvolvimentista e legitimar o regime vigente. Frases como: “Integrar para não entregar”; “Homens sem terra para terra sem homens”. Reconstruía-se e fortalecia-se o conjunto de mitos no imaginário social da sociedade, já criados sobre a região, como: “Vazio demográfico”; “Pulmão do Mundo” (FILHO, 1999; GONÇALVES, 2005).

Em face dessas condições, de forma burocratizada, autoritária e articulada com o grande capital, gesta-se em gabinetes e escritórios multinacionais o conjunto de “Grandes Projetos” ou os “Projetos Faraônicos” que foram impostos sobre a região amazônica (FILHO, 1999; GONÇALVES, 2005). Dentre estes, amplia-se e intensifica-se a criação de redes e eixos rodo-ferroviários, rasgando imensas florestas, tendo em vista promover tal integração, facilitar a exploração das suas riquezas naturais e a exportação das matérias primas, para abastecer os centros internos do desenvolvimento e o mercado externo.

Com efeito disso, reconfigura-se a organização do espaço amazônico. O padrão de organização do espaço *rio-varzea-floresta* é substituído pelo padrão *estrada-terra-firme-subsolo*, os quais, conforme explica Carlos Gonçalves (2005, p. 79), são “contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região”. Para esse autor,

Até a década de 60 foi entorno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocaram para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar à região ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica. (GONÇALVES, 2005, p. 79).

Nesse enredo, a bacia amazônica era tomada, perversa e desastrosamente por esse modelo, como berço da geração de energia para os mega-projetos, como, principalmente de mineração, que viriam se ancorar nesse porto seguro, chamado

³ Nesse governo, construiu-se a Rodovia Bernardo Sayão, a Belém-Brasília objetivando implementar a política de integração nacional, como parte desse modelo desenvolvimentista, que gerou profundas transformações na organização espacial da região amazônica (GONÇALVES, 2005, p. 12).

⁴ Segundo Armando Filho (1999), nesse contexto, o processo de ocupação da Amazônia pelos grandes empreendimentos apoiados pelo Estado ocorreu em três períodos: **1º Período** de 1966 a 1970; **2º Período** de 1970 a 1974; e o **3º Período** de 1974 a 1978.

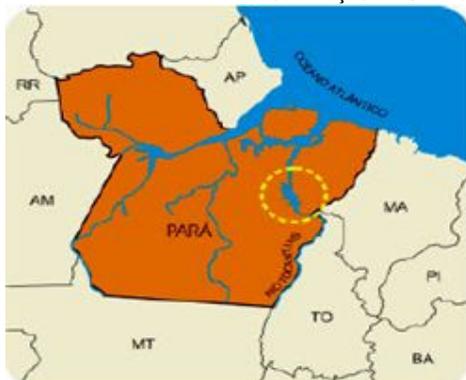
Amazônia, reconvertida pela razão do Estado e do grande capital à nova colônia, agora, interna e externamente.

A política de integração preconizada pelos militares criou uma relação colonial interna, na qual a região sudeste, residência do grande capital, tornou-se metrópole de outras regiões do país, aí incluída a Amazônia. Os interesses locais e regionais são sobrepujados pelas novas diretrizes fixadas em instâncias centralizadas. [...] inauguração de uma política de integração nacional elaborada em centros e gabinetes distantes, em escritórios de empresas multinacionais e com prioridades ao grande capital nacional e estrangeiro. Essa política dos projetos megalomaniacos ou faraônicos não levou em conta os interesses da população amazônica, nem tampouco a vocação geográfica dessa região. Sua função essencial era a de captar divisas. (FILHO, 1999, p. 34).

Nesse sentido, redefini-se o papel de colônia dessa região, assegurando ao Brasil, no contexto internacional da divisão do trabalho, sua condição de terceiro-mundo e internamente desenhando um quadro de um *Brasil com vários brasis*, mais para justificar suas disparidades regionais e espaciais do que para assegurar e valorar sua ampla e vistosa diversidade socioespacial e ambiental.

No Sudeste do Estado do Pará, no município de Tucuruí, é construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no Rio Tocantins (**ver foto abaixo**). Conforme Documentos do Movimento dos Atingidos por Barragem, em 1978, “sem quaisquer informações acerca do projeto, as famílias a serem ATINGIDAS começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte, empresa responsável pela obra” (MAB, PARTE I, p. 02).⁵

Localização da UHT e do Reservatório de Tucuruí



Fonte: Plano Diretor do Município de Tucuruí



Hidrelétrica de Tucuruí-PA

Na conversa com uma das lideranças do MAB, ele explica e reafirma que, além da não informação dada pela empresa responsável às populações locais sobre a obra, impediu-se, também, a população da área a ser atingida de dar continuidade às suas atividades produtivas e/ou criarem novas atividades.

Logo que a Eletronorte começou a fazer os estudos para construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, em 1974, ela já começou fazendo o levantamento das famílias atingidas e impedindo que essas famílias fossem trabalhar, plantando, fazendo novas atividades, porque idéia é que fosse feito da terra dessas pessoas objeto de indenização. Parou-se tudo aí (CABOCLO).

⁵ Conforme o transcurso histórico traçado pela Eletronorte, no ano de 1974, baixa-se o decreto autorizando a construção da UHT. Em 1975, têm início as obras. Em 1984, é realizado enchimento do reservatório (lago artificial). Neste mesmo ano, entra em operação a 1ª unidade da UHT.

Porãnga é filha de pescador, residente atualmente na cidade de Tucuruí, nasceu à margem do Rio Tocantins, em Ipixuna, um dos municípios inundados pela barragem (dentre as cidades inundadas, a CPI das Barragens cita: Jacundá e Ipixuna). Ela, ao tomar a experiência de sua família, relata que a mesma foi induzida e enganada para vender suas terras pelo oportunismo dos poderosos, interessados na barragem. Aproveitaram-se, diz ela, das péssimas condições socioeconômicas das populações locais, da sua condição de analfabetos e de seu desejo em ir para cidade em busca de vida melhor, para convencê-las a vender as suas terras.

Na época prometeram tanta coisa! Para quem não tinha nada de dinheiro e quem queria ir para cidade, pensando em uma vida melhor, não pensou duas vezes em vender suas terras. Venderam! Mas, quando foram pegar o prometido, cadê? A terra que prometeram não estava nem marcada muito menos roçada, como fizeram na propaganda. E o dinheiro? Esse foi uma ilusão. Além de muitos não receberem a indenização, os que receberam, receberam um valor que nunca paga por aquela terra. Foi uma enganação, porque se aproveitaram da condição de analfabeto, das condições de pobreza e do apoio que tinham dos grandes poderosos (PORÃNGA).

A CPI das Barragens (1991, p. 05), nas suas investigações sobre a barragem de Tucuruí, assinala:

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se constituiu num abuso de poder do Governo Federal que a projetou e a construiu sem ouvir sua população, além de realizar estudos precários sobre o Impacto Ambiental na área de influência da barragem.

Essa barragem, conforme esse mesmo documento do Movimento, inundou uma área de 2.830 km² e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingido sete municípios à montante⁶ da barragem e mais outros à jusante dela. A despeito disso, Caboclo relata que, conforme dados oficiais, foram atingidas 5.700 famílias, mas acredita que esse número seja bem maior. Ademais, adverte para a importância do reconhecimento das populações à jusante da barragem serem reconhecidas como atingidas.

A barragem de Tucuruí atingiu 5.700 famílias! Esse é o número dado pela empresa. A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos diretamente: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Ipixuna e Cametá. (...) É importante considerar, ainda, os municípios que estão localizados na jusante da barragem, que foram atingidos, também, como: Mocajuba, Baião, Igarapé Miri, que foram reconhecidos no governo atual [federal] como atingidos. (CABOCLO).

Em relação a essas populações da jusante atingidas, Jacó, integrante do Movimento em Tucuruí, relata:

Eu não fui atingido diretamente, mas indiretamente fui atingido, porque na época eu não morava aqui [em Tucuruí], eu morava na jusante. Ai o que acontece? No ano passado, foi feita uma pesquisa aqui e nós estamos com 38 espécies de peixe que não existem mais pra jusante pelo fato de ter fechado aqui [em Tucuruí, à montante]. O que ficou pro lado de baixo [à jusante] subiram. Ai fica nesse pedaço ai. Quando a água seca, o povo está sem comer, sem jeito pra sobreviver, pega o peixe, acaba. Hoje, 38

⁶ Montante fica a cima da barragem da UHT, onde se localiza o grande lago artificial, criado com, a construção da barragem. A jusante fica abaixo da barragem, parte que ficou mais seca a partir da construção dessa barragem.

espécies de peixe não existem mais pra jusante. Quer dizer, foi atingido! Não diretamente, porque eu não perdi o que foi pro fundo, mas ficou no seco. Ai o prejuízo aumentou. Porque, a gente tinha nossa lavoura pra lá [jusante], meu pai tinha muita lavoura, no momento em que foi fechado aqui, a água não cresceu mais pra lá como era, ai começou a falhar o peixe, os grandes açaizal que tinham, que faziam parte do rio, das baixadas [várzea], foram morrendo, foi ficando pra cima da terra. Banana que era muito plantio, que tinha na beira d'água foi ficando no seco, acabando tudo. E daí por diante. Se for pensar o que deu de prejuízo, pra cá, pra jusante no caso, eu fui atingido indiretamente pela barragem.

Dentre as populações atingidas, estavam (estão, ainda), como registra Negra, integrante do MAB na região,

As comunidades quilombolas, que só vieram a ser reconhecidas como atingidas há pouco tempo. Era o pessoal da jusante, abaixo do rio, abaixo da hidrelétrica. Foram ainda atingidas comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas, pescadores.

Para Negra, essas populações “foram arrancadas de suas terras, expulsas e seduzidas com a promessa de emprego e melhor qualidade de vida para onde iam ser deslocadas”. Seu Xavante, pescador da região, explica que os técnicos e as autoridades chegavam às comunidades para conversar com a população local, prometiam que a barragem viria trazer “desenvolvimento, trabalho, renda e melhor condição de vida para as populações”. Diziam que para onde elas iriam ser remanejadas chegaria energia. Ele diz que foi “tudo ilusão e tristeza! A gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo”:

Os técnicos e as autoridades, que chegavam na nossa comunidade pra conversar com a gente. Eles diziam e prometiam que a barragem ia trazer desenvolvimento, trabalho, renda e melhor condição de vida pra gente. Dizia que pra onde a gente ia ser remanejado ia chegar energia. Tudo ilusão e tristeza! A gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo (XAVANTE).

Para Negra, isso representou “o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida. Tinha tudo isso por lá, agora eles não têm mais nada disso. 70% da população não receberam indenização”.

No tocante a essa problemática, seu Lavrador, originário e morador da região, explica que muitas pessoas foram “forçadas” a deixar as suas terras sob ameaça. Ele explica e afirma que essas pessoas foram “expulsas, expropriadas” tanto de suas terras, quanto de suas origens.

(...) quantas pessoas não foram forçadas a deixar suas terras? Muitas pessoas que estavam resistindo foram ameaçadas. Por isso, que a gente diz que elas foram expulsas e expropriadas das suas terras, das suas origens, onde seus pais, avós e outros antepassados nasceram, cresceram e morreram.

É importante considerar, como alerta e ensina Negra e seu Lavrador, que a expulsão e expropriação das populações de suas terras estão diretamente vinculadas, também, as suas origens, o que implica um desenraizamento histórico-cultural, visto que desses povos, não são somente saqueados e depredados indevida e brutalmente seus bens materiais, a terra em si e por si, mas o jeito de está sendo dessas populações na sua relação com e na terra, com esses diversos ecossistemas, seus rituais, seus valores, seus conhecimentos, o

seu modo de *produzir-e-existir e cuidar* (BOFF, 2004). Por isso, falar da desestruturação dos modos de vida dessas populações atingidas, que têm todo o direito de lutar pela sua terra, a fim de que possam resgatar o seu sentido de existir, rememorando sua história, rompendo, como adverte Hobsbawm (1998), com o *presenteísmo*, que rouba a história, as raízes, a memória.

Aqui reside a compreensão do processo de “desterritorialização”, isto é, de exclusão e de perda do território dessas populações atingidas mais diretamente pela barragem, que foram expulsas e expropriadas de suas terras. A perda de seus territórios, primeiro, não pode deixar de ser concebida dentro de um processo contraditório e conflituoso de interesses no seio da sociedade (FERNANDES, 2004, 2006). Segundo, essa exclusão e perda do território ou expulsão e perda da terra precisa ser entendida na unidade indissociável e dialética entre o material e o simbólico-cultural, posto que a terra, a água, a floresta de onde e onde se produzem os produtos e bens de consumo e comércio para sua reprodução social e humana de existência, também, produzem-se e reproduzem saberes, culturas, identidades; transmitem-se tradições, valores e costumes que conformam a sua organização histórico-social e cultural como povos, grupos sociais.

Por isso, essa exclusão ou perda e expulsão da terra dessas populações precisa ser compreendida de forma mais alargada e complexa, para além da terra ou território em seu sentido físico, natural ou material mecanicista. Como explica Negra, isso representou “o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida”.

No tocante a essas populações atingidas pela barragem da UHT, a CPI das Barragens (CPI, 1991, p. 11) aponta que

(...) a população atingida vivia de atividades agroextrativistas. Combinavam agricultura de subsistência com o extrativismo pesqueiro e florestal. Os critérios não levaram em conta essa relação. Apenas a área de terra a ser entregue a cada família parece ter sido critério que os dirigentes dos órgãos governamentais e da Eletronorte levaram em conta nesse remanejamento.

Essa constatação da CPI das Barragens sugere e reforça a tese de que o espaço rural, dentro dessa lógica desenvolvimentista, foi reduzido à agricultura ou à agropecuária, desconsiderando as multiculturas produtivas desenvolvidas no espaço rural brasileiro e, particularmente amazônico pelas suas populações rurais locais, o que caracteriza a complexidade e diversidade desse espaço e o desafio para as políticas públicas de desenvolvimento rural superarem esse reducionismo agrícola e setorial (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2004). Antônio C. Diegues (1999, p. 55), em seu estudo sobre o impacto dessa barragem, afirma e defende:

A instalação desse projeto alterou profundamente o modo de vida dos habitantes dessa área, principalmente por terem incluído em seu cotidiano outras formas de relacionamento com os novos atores que chegavam à região: as grandes empresas, particularmente a Eletronorte.

A minha defesa é de que esse modelo e política energética, fundado nessa racionalidade e lógica produtivista capitalista, gera e produz a desestruturação dos modos de vida e de trabalho dessas populações, que, além de “inundar” sua memória, seus saberes, suas atividades próprias e seculares de produzir o território, produzindo-se, nele e com ele, sua existência individual e coletiva, material e simbólico-cultural, “inunda”, também, uma “economia invisível”, que se faz, historicamente, na contramão da economia de mercado dominante, isto é, ela é colaborativa, coletiva, solidária, familiar, comunitária, respeita a natureza e dela é indissociável. Essa “economia invisível”, que emerge de um *abismo-primido*, de baixo, e é “inundada por e pelos de cima”, tem seus limites – que são grandes –, mas apresenta possibilidades para se reinventar novas territorialidades, lógicas

de desenvolvimento e formas de sociabilidades alternativas à hegemônica. Isso foi e está sendo destruído pela e para imposição dessa lógica de mercado, que vem intensificando a exclusão dessas populações do campo na região amazônica, expressa em territórios cada vez mais precarizados para a sobrevivência e convivência humana e social.

À luz da perspectiva que desenha uma geografia material e simbólica da contradição e do conflito sócio-espacial, a desterritorialização, segundo Rogério Haesbaert (2004), resume-se, de fato, na “territorialização precária”, que expressa a exclusão de um conjunto de pessoas e grupos sociais produzida e recriada por essa sociedade perversa capitalista.⁷

Essa desterritorialização ou precarização do território ou, ainda, a exclusão dessas populações atingidas se expressa de forma mais explícita e trágica ao se tomar como base as condições de vida e trabalho a que foram subordinadas e relegadas essas populações nos locais para onde foram assentadas.

Caboclo relata:

Onde eles botaram [o governo, a empresa Eletronorte] o pessoal, as famílias que eles tiraram, pra fazer novo assentamento de Parakanã, ninguém demorou lá um mês. Pra se jantar ou pra se almoçar, era um batendo e o outro comendo. Era uma fila, um atrás do outro, e a muriçoca (mosquito) ferruando. A proliferação de mosquito foi absurda. Está lá, ainda, na área [Parakanã]. É só conversar com os moradores, porque depois de muito tempo voltaram, porque não tinham outra alternativa, que eles vão dizer qual é a proliferação de mosquito.

Porãnga explica que essas pessoas atingidas, além de serem enganadas, ficaram mais empobrecidas, haja vista que antes da construção da barragem, mesmo com grandes dificuldades, as terras dessas populações produziam muito: plantavam, pescavam em abundância. Com a barragem, parte grandiosa dos recursos naturais é destruída, desestruturando os modos de vida dessas populações atingidas, forçando-as a migrar para cidade, onde passavam a “mendigar”.

Foi só prejuízo, porque as pessoas pobres que venderam suas terras, ficaram mais pobres, passaram a mendigar nas cidades; e a destruição da natureza. Essas pessoas viviam dela: da pesca, da plantação, da fruta. Ai elas foram sentir o quanto elas tinham perdido. Antes da construção dessa hidrelétrica, essas terras produziam muito, era uma enormidade de frutas, as pessoas pescavam em abundância nesse riozão do Tocantins. Elas tinham outras necessidades, como até hoje a gente tem, mas comida? Comida a gente tinha a vontade, e vendia o que sobrava, para comprar o que a gente precisava. Essas terras não sei nem se tinham algum valor, que pudessem comprar!

Nos estudos de Edna Castro e Rosa Acevedo (1989 *apud* DIEGUES, 1999, p. 57) destaca-se a seguinte narrativa, cujo conteúdo exprime as condições de vida e de trabalho antes e depois da construção da barragem.

Lá era o seguinte: nós vivia no nosso terreno, lá no Breu Branco. Nós tinha casa no centro, tinha casa na rua, tinha sítio no centro e tinha rua. Lá pra nós o peixe era farto, a caça era fácil, a vida era outra. A terra lá dava do feijão à melancia. Maxixe e tudo que a gente precisasse. Mas aqui a gente planta feijão, a banana, seja o que for, e dum jeito num dá... pra gente comer aqui tem que comprar um quilo de feijão, um quilo de peixe e é na cidade. (Mojú, Gleba 6, Lote 5, na PA-263).

⁷ Costa (2004), ao analisar o conceito de *desterritorialização*, identifica várias noções de *território*. Essas abordagens são: político-ideológica; materialista; idealista; e filosófica. Ele aponta duas possibilidades de compreender a desterritorialidade: uma hegemônica; e outra dos subordinados.

Essas autoras relatam que

Longe das facilidades proporcionadas pela cultura do rio, quando supria a dieta alimentar com a pesca, frutas e plantações da roça, a primeira parcela de famílias deslocadas, no loteamento do Mojú (PA-263), enfrentou terrenos de solos inférteis e secos. Isso significou, nos primeiros anos, o suprimento de sua necessidade alimentar pela compra de bens antes acessíveis como farinha, peixe e frutas; o abandono de tradições no uso de plantas medicinais, anteriormente de fácil acesso, enfim, investir tempo e energia para criar um novo habitat de vida e trabalho. (CASTRO *et al*, 1989 *apud* DIEGUES, 1999, p. 56).

Isso se constitui numa espécie de “aglomerados de exclusão”. No que tange isso, Costa (2004, p. 313) explica que essa expressão traduz:

A dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de desterritorialização – ou de territorialização precária – a que estamos nos referindo. [...] O termo aglomerado serve assim tanto para definir conjuntos, agrupamentos em geral traços de onde provêm concepções como as de aglomeração humanas ou urbanas [deve-se acrescentar rural – *grifos do autor*], quanto para significar amontoamento, um tipo de agrupamento em que os elementos estão ajuntados confusamente. Esta é, aproximadamente, a noção aqui proposta para aglomerados de exclusão, espécie de amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão (COSTA, 2004, p. 148).

É relevante, contudo, reconhecer nos depoimentos acima uma releitura, redescoberta e valor do lugar anterior, que mostra e evidencia um sentimento de pertença e reconhecimento de seus territórios – o rio, os igarapés, a mata, o quintal, as lendas –, e que se expressam como lembrança do lugar, assumindo o *trabalho* caráter e papel fundamental nesse processo (DIEGUES, 1999, p. 58). Em relação a isso, Diegues assinala:

A memória alimenta as continuidades e religa o passado a esse presente que está sendo reconstruído. A relação mais estreita com a natureza, com as particularidades da mata, certamente inspira as lendas, como a dos botos, da matinta pereira ou outras formas pelas quais a magia que a floresta encerra se manifesta. Essa continuidade encontrada no simbólico dessas populações se expressa, sobretudo, na criação e na recriação do grupo pelo trabalho, ao contrário da exterioridade encontrada no trabalho assalariado e tem um caráter intimamente relacionado com o conjunto da vida (1999, p. 58).

No que versa sobre a degradação ecológica causada por essa barragem, a CPI das Barragens evidencia a negligência e o desprezo pelos estudos desses impactos pela Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte – o descumprimento das frágeis leis ambientais do país.

Ressalta-se também que a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte), empresa pública, concessionária da exploração da energia, descumpriu quase que na totalidade o Código de Águas (Decreto nº. 24.643/34), que regulamenta o uso de água no Brasil e, em particular, a energia hidráulica, determinando medidas que garantam seu aproveitamento racional (RELATÓRIO CPI, 1991, p. 05).

Como já mencionado anteriormente, essa barragem inundou uma área de 2.830 km², atingindo municípios à montante e à jusante da barragem. Criou um dos maiores lagos artificiais do mundo, onde estão submersas vidas e vidas. Flora e fauna, com uma riqueza

de diversidade biológica, foram afogadas. Além disso, o solo e clima foram alterados. Toda uma diversa, ampla, rica e complexa rede ecológica, com múltiplos ecossistemas, foi alterada e comprometida.

Numa de minhas viagens pelo lago de Tucuruí, descrevo:

Em uma embarcação (uma pequena lancha) do MAB, iniciamos nosso percurso pelo grande lago artificial. É imensidão! Nele, numas áreas mais, outras menos, aparecem quantidades e quantidades de florestas inundadas, árvores de lei (como a castanheira) no do lago. Um



*uma
meio*



essas áreas de paliteiro (observar foto ao lado). O piloto da embarcação segue atento, com olhos, permanentemente, atinados para os troncos existentes no lago. Uma das pessoas do MAB, acompanhante da viagem, me diz que tem que ter conhecimento dessa região pra navegar, que é pra não bater, provocar um acidente, principalmente naquelas áreas

onde a floresta inundada não aparece. Outra pessoa reforça, explicando: depende da vazante e da enchente do lago. Nesse período, é tempo de enchente. Vai subir muito essa água ainda (ela aponta para uma imensa ponte, que fica sobre o lago, que dá acesso para outros municípios próximos, como Novo Repartimento e Pacajá, e diz que vai chegar até a marca que aparece no extremo superior da ponte), vai beirar uns 20 a 30 metros (abre um sorriso). Dou-me conta de que com essas experiências existenciais dramáticas vividas por esses sujeitos, eles vão reconstruindo seus saberes e práticas como forma de reproduzir suas vidas. Vou observando, também, à margem desse grande lago, as ilhas, que estão sendo rapidamente desmatadas pelas madeireiras e, também, para pastagem. São grandes fazendas, com poucas cabeças de gado. Outras ilhas transformadas em Fundação, como a do treinador de futebol Carlos Luxemburgo. Essas ilhas, diz-me uma pessoa, estão sendo apropriadas por pessoas de grande influência política e poder econômico, o que caracteriza a privatização de territórios. Nessas mesmas ilhas, vemos as pessoas mais pobres trabalharem de caseiro ou zeladora da propriedade, assim, como em outras ilhas observo famílias proprietárias nas piores condições de vida, ainda sem energia. O linhão de Tucuruí passa por cima, mas não atende essas pessoas. Seguimos para ver de perto a UHT e chegar ao Rio Tocantins. Já era tardinha, cinco horas mais ou menos. Nesse percurso, pude ver e sentir mais de perto as áreas de paliteiros. O

piloto pára o motor, temos que ir empurrando a embarcação, apoiados nessas árvores-mortas, a de podermos nos deslocar nessa área. Para mim, um encontro com o trágico. Meus olhos rasos d'água e emudecida inscrevem-me o sentimento de tristeza e indignação. Florestas e florestas inundadas,



*fim
voz*

árvores secas desfolhadas formam a paisagem desse grande cemitério, cuja cruz é simbolizada pelas próprias árvores, que somem e aparecem no movimento de vazante e enchente do lago. Penetro meu olhar no lago, observo troncos e troncos, galhos e mais galhos imersos. Pássaros pousam nos restos mortais das árvores. Os mosquitos rodam o local. Continuamos no caminho até chegar a UHT. Segurança e seguranças nessa área. As placas sinalizam o limite de aproximação. É uma imensa, grandiosa obra, é uma grande cortina de concreto. Ainda mais agora com a sua duplicação. Ao seu lado, a grande Eclusa de Tucuruí (observar foto ao lado), por onde vai ser escoada, diz-me um dos acompanhante da viagem, a riqueza das grandes empresas de mineração e de soja, mas eles dizem [empresários e governo] que é uma obra pras populações ribeirinhas!. Bem próximo da UHT,

*também, uma empresa mineradora Camargo Corrêa, que é abastecida pela Usina e, também, bem próximo, várias comunidades de pessoas com nenhum ou de baixo poder socioeconômico sem energia, conformando uma cartografia (multi)territorial de grandes contradições.*⁸

Diegues informa e desenha um quadro trágico de destruição e irresponsabilidade causado pela UHT:

No reservatório com 212.000 ha foi submergido ainda 2.500.000 m³ de madeiras nobres motivo de intensas críticas por parte da sociedade regional e nacional ao empreendimento. Para que se possa avaliar melhor, a própria SUDAM, em 1977, analisou a possibilidade de aproveitamento do potencial madeireiro que seria inundado e concluiu pela irracionalidade na administração nesse projeto. Da área de 161.000 ha que esse estudo recobria a SUDAM encontrou um potencial comercializável na ordem de 29.156.396 m³. A projeção para o montante de 212.000 ha identifica 42.264.320 m³ de madeira aproveitável, mais de 8 vezes o volume de madeiras consumidas anualmente pelas indústrias madeireiras no estado do Pará, segundo o IBDF.

A despeito dessa saga ecológica, o Documento do MAB explica:

A produção de energia de fonte hidrelétrica era tida como limpa e barata. Mas, além de toda a destruição social e econômica que causam, as barragens provocam muitos problemas ambientais. Por exemplo, as árvores que permanecem no lago formado pela barragem se decompõem. O apodrecimento do material orgânico forma os paliteiros e emite grande quantidade de gases, como o gás metano e gás carbônico, causadores do efeito estufa (aquecimento global da atmosfera). Foi o que aconteceu nos reservatórios das hidrelétricas já construídas na região amazônica, como Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO) (MAB, 2006, p. 01).

Vale retomar o relato de Jacó, segundo o qual:

No ano passado, foi feita uma pesquisa aqui e nós estamos com 38 espécies de peixe que não existem mais pra jusante pelo fato de ter fechado aqui [em Tucuruí, à montante]. O que ficou pro lado de baixo [à jusante] subiram. Ai fica nesse pedaço ai. Quando a água seca, o povo está sem comer, sem jeito pra sobreviver, pega o peixe, acaba. Hoje, 38 espécies de peixe não existem mais pra jusante.

Caboclo relata que até “agente laranja foi colocado pra matar as árvores, porque a empresa contratada pra fazer o desmatamento se envolveu num bolo de corrupção”. Vale considerar, ainda, que esse mega projeto atraiu trabalhadores de vários lugares do país, principalmente da região Nordeste. Além das condições precárias de vida e de trabalho a que essas pessoas foram submetidas e vitimadas, provocaram-se vários problemas socioespaciais no município de ocupação desordenada, favelização, violência, drogadição, prostituição, gerando de forma mais evidente grandes aglomerados de exclusão e espaços de concentração de riqueza, configurando, assim, uma geografia das contradições, da segregação, do *apartheid*.

No tocante a isso, seu Lavrador relata que:

E a quantidade de gente que essa obra atraiu? As pessoas desempregadas de vários cantos do Brasil se danaram para cá, pra

⁸ A *Cartografia*, numa abordagem territorial relacional e integradora, articula, dialeticamente, as dimensões (social, política, econômica, simbólico-cultural, ambiental, subjetiva e objetiva, material e simbólica) e as escalas (local, regional, nacional e global) possibilitando apreender a totalidade.

conseguir um trabalho. Esse lugar reuniu um monte de gente, assim como ficou em Marabá (outro município do Estado do Pará), durante a extração de ouro na será pelada. Essa cidade, rapaz, ficou amontoada de gente. Eles (piões-trabalhadores) ficavam amontoados em barracas em condições ruins de trabalho, mais ruim mesmo! Essa obra, rapaz, trouxe muito problema pra cidade: violência, prostituição, droga. Um com riqueza da energia e outro mais pobre.

Com base nessas considerações, é possível constatar a grandiosidade do impacto produzido por esse mega empreendimento da UHT. Impactos de ordem social, cultural, econômica, política e ambiental. Essa compreensão de impacto transpõe aquela que visualiza somente a questão ambiental ou social. Houve e há, ainda, certo discurso *do e pelo* progresso e *da e pela* modernidade para minimizar e eufemizar tal saga humana e ecológica.

No que se refere a isso, Caboclo adverte que,

O estudo tem que ser bem amplo. Os problemas ambientais, sociais e culturais que vão ser causados. O problema cultural quase não se leva em conta. As pessoas têm uma relação de vizinhança muito forte e não se vê isso como importante. Eles deslocam as pessoas atingidas: uma vai pro um lado, outra vai pro outro. Eles não consideram os impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos!!! Eles (atingidos) perdem o meio de vida deles, muitas vezes a pesca, a agricultura familiar.

Ao perguntar o que representa a Barragem de Tucuruí para algumas pessoas do Movimento e da localidade, buscando apreender seu significado para elas, exprimem-se as seguintes representações. Para Floresbela, moradora, hoje, da cidade de Tucuruí, mas nascida à margem do Rio Tocantins, numa comunidade ribeirinha, a UHT representa um “monstro engolidor de gente”. Essa denominação é cunhada simbolicamente para explicar que muitas pessoas, trabalhadoras, morreram no período de construção dessa barragem. Além da morte dessas pessoas, com a inundação de vasta extensão de terras e florestas, através da criação do imenso lago artificial de Tucuruí, animais e plantas morreram, desenhando uma grande paisagem na forma de um “cemitério de vidas inundadas”. Ela explica que, atualmente, muitas pessoas continuam adoecendo e morrendo depois da conclusão dessa obra. A malária é um grande exemplo, que se perpetua forte na região, principalmente nas localidades próximas desse lago.

Um amigo meu chama para hidrelétrica de mostro engolidor de gente, porque, durante o período de sua construção, morreram muitas pessoas. Além dela ter engolido gente, ela engoliu outras vidas: dos animais, das plantas. Esse lago ele é um cemitério de vidas inundadas. E depois dela pronta, quantas pessoas e outros seres não continuam adoecendo, definhando, morrendo? A malária continua matando, principalmente nessas localidades próximas do lago! (FLORESBELA).

É importante associar esse relato ao do seu Lavrador, segundo o qual, houve

(...) a morte de muita gente durante a construção dessa hidrelétrica. Quantas pessoas não morreram na construção dessa Tucuruí? (UHT). Muitos morreram soterrados, mas ninguém das autoridades responsável informava, dava só como desaparecido (que não foi mais trabalhar). A gente sabia, quando a «piazada» (trabalhadores da obra) se reunia para beber.

Negra, ao se referir ao significado da barragem, assinala que

A usina só representa milhões para os construtores, para rede celpa que vende energia, pra própria Eletronorte. Um significado muito grande pra eles, pros tubarões, pra esse pessoal que vive desse acumulo de energia que é vendida, inclusive, pra fora do Estado do Pará. Construir as coisas pra eles. Não tem nada de vantagem pro povo. Essas ilhas do entorno do lago, dentro praticamente da barragem, ninguém tem energia, ninguém tem acesso à energia. Quer dizer eles constroem uma barragem para vender energia pros outros estados e o povo que foi atingido não tem acesso a ela. Ela só representa a extração das nossas riquezas daqui. A energia de Tucuruí, a Vale do Rio Doce usa isso pra extrair e exportar os minérios daqui, pra levar a riqueza da Amazônia. Então, pra tirar o que a gente tem ela tem uma representatividade muito grande. Agora, pra ajudar os atingidos? Ajudar a população? Não ajuda em nada!

A UHT é compreendida tendo um caráter, marcadamente produtivista e mercadológico, posto que está vinculada diretamente aos interesses do grande capital, o que Negra denomina como os grandes, os tubarões. Isso é explicitado pela geopolítica econômica estratégica que esse empreendimento assumiu e assume na região de fornecedora de energia para as grandes empresas nacionais e trans/multinacionais extratoras, produtoras e exportadoras de minério. Isso, entretanto, em detrimento da população local, principalmente daquelas que foram atingidas diretamente. Ademais, existem as comunidades vítimas e marginais nas ilhas que permanecem sem energia, excluídas e vitimadas por esse projeto.

Seu Nestor explica que o “comercial foi feito, dizendo que a energia era pra todos, mas a gente, que está aqui, sabe pra que foi, pra quem, como foi e quais estão sendo os prejuízos sociais e ambientais pra gente e outras pessoas”. Assim, a energia oriunda da Hidrelétrica de Tucuruí passa sobre várias comunidades, mas não atende essas populações. Conforme dados do MAB, somente 2% de propriedades na região Norte possuem energia.⁹

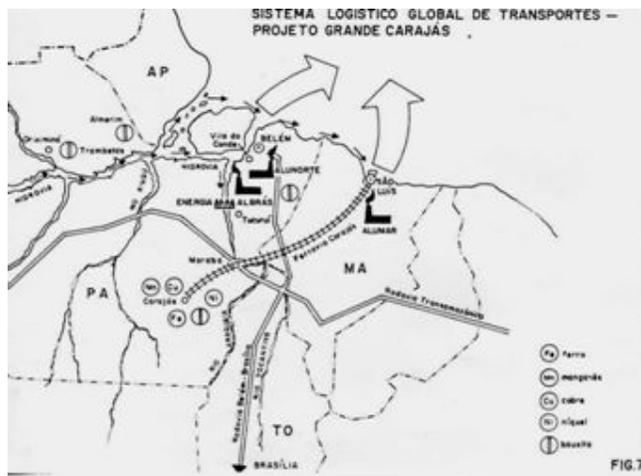
Ao perguntar para Caboclo o que representa para ele a UHT, ele sorri e responde, dizendo: “O pessoal fala que a Usina de Tucuruí é nossa [sorri...]. Não é nossa usina! Nunca foi e nunca vai ser! Ela representa todo mal possível que a gente pode retratar de forma mais completa”, e diz que essa barragem representa a “destruição da Amazônia”.

O mal que essa barragem fez a 5.700 famílias, que esse é o número dado pela empresa, ao expulsar essas famílias e não dar as condições, é grandioso! A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos. Onde eles botaram [o governo, a empresa Eletronorte] o pessoal, as famílias que eles tiraram, pra fazer novo assentamento de Parakanã, ninguém demorou lá um mês. Vai à beira do lago às seis horas da tarde ou na hora do almoço, deita numa rede, que você vai ver um negócio que se chama de cabo-verde, é um tipo de mutuca, vai ver! Isso agora amenizou muito. Se a gente olhar concretamente a coisa, a riqueza gerada pela ALBRÁS-ALUNORTE, está servindo a quem? A riqueza gerada pela Vale do Rio Doce, está servindo a quem? 5.700 famílias!!! Essas empresas têm responsabilidade por isso. Receberam 20 anos de energia de graça dessa barragem! E ai nós se volta pra isso, pra essas 5.700 famílias que foram largadas! Então, a barragem de Tucuruí representa, pra nós, a destruição da Amazônia!

A própria porção territorial que esse projeto ocupa possibilita identificar essa estratégia geopolítica e econômica, para atender aos demais Grandes Projetos (BECKER, 1998), principalmente os complexos minero-metalúrgicos, como da Vale do Rio Doce e da

⁹ Conforme IBGE (2006, p.144), na região norte, 99,1% de domicílios particulares permanentes urbanos possuem iluminação. No Pará, esse percentual é de 98,9%. Isso, contudo, restringe-se ao espaço urbano dessa região e dessa unidade da federação, não apontando o percentual do espaço rural.

ALBRAS-ALUNORTE, nos municípios de Serra dos Carajás e Barcarena, no Pará, respectivamente – autênticos *enclaves* no seio da Amazônia (ver figura abaixo). Na realidade, esse mega-projeto faz, portanto, parte de uma *rede* complexa e ampla dentro do setor produtivo brasileiro, assumindo papel relevante tanto para produção de energia para esses grandes projetos instalados na região, quanto para exportar energia para outras regiões, atendendo aos interesses do grande capital, prioritariamente estrangeiro.¹⁰



Fonte: Becker (1998).

Conforme explica Bertha Becker (1998, p. 70):

Os gastos de 5.000.000.000 de dólares, obtidos com financiamentos externos, foram justificados por sua importância para autonomia energética nacional, mas na realidade a função da usina é suprir em energia o complexo metalúrgico, garantindo com tarifas subsidiadas a produção de alumínio nos grandes projetos.

Ao falar da importância da energia para o desenvolvimento da região amazônica, o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto faz crítica a sua implantação e sua forma de uso, que atende, alienadamente, interesses de fora, desenvolve para fora, sendo um *enclave* na região, reafirmando a condição de colônia da Amazônia. Para ele (1994, p. 116):

É evidente que a tecnologia humana não permite transferir a tecnologia de Tucuruí por 23.000 km sobre o mar para o Japão. Se pudesse, o Japão hoje o faria, não o fez porque é muito mais inteligente, factível, transportar essa energia em forma de lingote de metal.

Ao fazer, ainda, menção sobre a corrupção que escondia essa obra “faraônica”, Pinto (1994, p. 115) explica que:

Nós temos em Tucuruí uma fábrica de silício metálico, da construtora Camargo Corrêa, que foi a responsável pela construção da obra. Essa obra, hidrelétrica de Tucuruí, como vocês sabem, foi construída em nove anos e durante os nove anos ela custou 5,4 bilhões de dólares. Pelos cálculos iniciais de nossos engenheiros, que são peritos em barragens, ela deveria ter custado 2,1 bilhões de dólares. Custou apenas uma vez e meia mais, mas é um erro de cálculo que nós podemos admitir no Brasil. Bom, desses 5,4 bilhões de dólares, 500 milhões de dólares líquidos, tirando todos os

¹⁰ A Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), que gerencia a UHT, atua num território cuja extensão percentual é da ordem de 58% do território nacional, incluindo as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. A UHT abastece e exporta energia para fora da região Norte.

lucros deles, foram para o bolso do Dr. Sebastião Camargo, dono da Camargo Corrêa. E se vocês forem ler a coleção de “Forbes” e “Furtune”, durante o período de construção de Tucuruí, vocês vão ver que a partir da conclusão da hidrelétrica de Tucuruí o Dr. Sebastião Camargo tornou-se um dos três únicos brasileiros com fortuna pessoal acima de 1 bilhão de dólares. Então essa foi nossa grande contribuição ao ranking internacional dos muito ricos: o Dr. Sebastião Camargo ficou muito rico neste período.¹¹

Vale fazer menção a música, à poética *Toca Tocantins* que faz uma crítica à construção da Usina de Tucuruí, apontando o impacto danoso sobre o Rio Tocantins e às vidas pertencentes a essas águas com a criação do grande lago artificial, que tinha e tem como fim gerar energia, principalmente para essas grandes indústrias mineralógicas, a fim de gerar altos lucros não importando os meios para isso.

Toca Tocantins/Tuas águas para o mar/Os meios não são o fim/
Porque vão te matar/Quiseram te afogar em águas assassinas/
E nelas afogar a vida. (CHAVES e DAMOUS, 1991).

Isso revela a marca perversa, excludente e predadora desse modelo de desenvolvimento que se impunha sobre a região amazônica: uma “modernização às avessas”, como defende Violeta Loureiro (2001, p. 47), e como adverte Carlos Gonçalves (2005, p. 13) “mais uma vez o destino da Amazônia era decidido à revelia de seus habitantes, como se fora uma região colonial, vazia de gente (de ‘gente inferior’, como pensam os colonialistas) e somente portadora de recursos naturais, repleta de mitos”.

Isso figura na representação do “Cavalo de Tróia” que foi essa Usina Hidrelétrica de Tucuruí na região, assim como, também, os demais que se instalaram e que se perpetuam na Amazônia enquanto “presente de grego”, recolocando-a na rota do (ne) colonialismo vigente de mercado. Para Diegues (1999, p. 52), “como em outros lugares da Amazônia, também nos municípios de Tucuruí, Jacundá, a busca pelo desenvolvimento incluía a exclusão e o empobrecimento de certos setores da sociedade”, assim como, a *saga* ecológica e social de sua gente.

A água e a energia, portanto, passam a ser transformadas mais intensamente, conforme essa lógica de desenvolvimento de modernização conservadora, em *fetiches*, ou seja, nada mais do que mercadorias. Num de seus Cadernos de Formação, o MAB, contando um pouco de sua história, traz como tema central a “Ditadura contra as populações atingidas por barragem”, denunciando para a sociedade a transformação da água em mero negócio de mercado pelos grandes grupos econômicos e pelo Estado, por isso, a expressão cunhada de *hidronegócio*, já evidenciando essa barbaridade intensificada pelo neoliberalismo, conforme, agora, a ditadura do mercado (MAB, maio, 2004), o que Milton Santos (2001) denomina de “globalitarismo”. É relevante, contudo, considerar que, se de um lado, as Barragens existentes no país, advindas desse modelo de desenvolvimento territorial autoritário, provocaram esse conjunto de impactos, de outro, é preciso dar-lhes um novo sentido, humano e ecológico, assim como caminhar na direção de outro modelo energético e de desenvolvimento.

As raízes do MAB na Amazônia: a resistência e a r-existência dos/as “de baixo”

Em face do quadro socioespacial, político, econômico, cultural e ecológico anteriormente descrito, os condicionantes são criados para mobilização, organização e

¹¹ Conforme dados da Eletronorte, o concreto utilizado na 1ª etapa [da UHT] daria para construir 1067 edifícios de 12 andares ou 93 estádios do Maracanã. O aço utilizado na construção da UHE daria para construir 19 torres Eiffel ou se as peças fossem emendadas, daria 4 vezes a volta na terra.

insurgência de segmentos sociais populares, principalmente do campo, para iniciar uma resistência e luta em favor das populações atingidas pela barragem da UHT.

Antônio Diegues em seu estudo sobre o Movimento assinala que:

As tensões afloradas pelo processo de desalojamento de seus sítios, em boa parte herdadas pela linhagem familiar, estiveram na base do início da resistência contra o processo expropriatório. Os pequenos produtores se organizaram politicamente, com o intuito de garantir seus direitos ameaçados (DIEGUES, 1999, p. 56).

Ao conversar com uma das lideranças do Movimento na região acerca do surgimento do MAB, ele explica que:

(...) só depois de iniciada a construção e barrado o rio, é que se começou o movimento dos expropriados pela indenização, lote por lote, casa por casa, que isso terminou não sendo conquistado por eles [pelo movimento]. A luta continua até hoje. Então, naquele momento se criaram comissões no Brasil inteiro onde tinha que se enfrentar a construção de barragem. Aqui, se criou a CATHU, que foi a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. Ela era conduzida pelo sindicato dos trabalhadores rurais e, também, pela CPT. Através dessas comissões, é que foi surgindo, culminando com a criação do MAB no Brasil e na região (CABOCLO).

Mais uma vez o papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é colocado na condição de vanguarda para realizar a mobilização e organização dessas populações atingidas em busca da luta pelos seus direitos mínimos e individualizados no momento.

O fato, todavia, de se ter iniciado a mobilização e organização popular após a construção e barragem do Rio Tocantins diferencia sua história da região Sul do país, onde a mobilização e organização popular de resistência à construção das barragens iniciaram-se antes. Isso pode ajudar a explicar a força que o MAB tem nessa última região de uma forma mais consolidada.

Segundo documento do MAB (PARTE I, p. 02), em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o “Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que encaminhou a empresa ELETRONORTE e a outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações”. A partir daí, as mobilizações e pressões passam a ser mais fortes, posto que a organização das populações atingidas ganhava corpo e voz.

Exemplo disso, foram os dois acampamentos que o Movimento fez. Um, em 1982, que, durante três dias, ficaram em frente ao escritório da ELETRONORTE, na cidade de Tucuruí, onde se reuniram 400 pessoas. Nesse momento, o movimento apresentava as seguintes reivindicações: “terra por terra (lotes de 21 alqueires), vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento pelos prejuízos” (Idem).

O outro foi em abril de 1983, no qual conseguiram mobilizar e reunir 2000 pessoas e quando conseguiram reabrir as negociações com a empresa. Nesse momento, uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi conversar com a presidência da empresa em Brasília. Enquanto essa Comissão estava em Brasília, o acampamento foi mantido até que se tivesse um acordo, que levasse em consideração as reivindicações do movimento nascente. Nesse sentido, como afirma o documento do Movimento, “A luta pelo cumprimento do acordo passou a ser o objetivo geral do movimento” (Idem).

Não obstante as pressões ganhassem vigor, Diegues (1999, p. 56) afirma que:

(...) as medidas tomadas pela empresa para assentar essas famílias em outras áreas, definidas pelos órgãos que se ocupavam de terras (INCRA e Iterpa), foram arbitrárias e, por isso, recusadas na maioria pelos agricultores. Como desdobramento, foi constituindo-se um sério campo de

conflitos. As indenizações, por exemplo, consideradas irrisórias e corroídas pela inflação foram rejeitadas por muitos. Tendo de forma abrupta seus projetos de vida interrompidos, essas famílias experimentaram longos momentos de insegurança devido, sobretudo, a impossibilidade de trabalhar e produzir, dado a instabilidade que envolve um processo de mudança de uma área para outra, agravado pela desigualdade de interesses das partes.

Cabe considerar que a efervescência desse conflito e o vigor do movimento vão-se dando num arrolamento de definhamento do regime ditatorial na sociedade e ascensão e efervescência dos movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade na sociedade brasileira.

A expressividade do movimento viria a se fortalecer com a emergência de novos problemas sofridos pelos atingidos remanejados. Em função de toda má gestão e da negligência da Eletronorte, as conseqüências dos impactos sócio-ambientais advindos da barragem passavam a se evidenciar com mais força.

[...] 600 famílias já reassentadas tiveram suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se equivocou na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, foi infestada por uma praga de mosquito até então desconhecida na região (MAB, PARTE I, p. 2,3).

Em 1989, o movimento parece demonstrar ganhar mais força, quando passa a reunir “os expropriados de montante e os atingidos de jusante” da barragem, criando a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), para lutar pelos seus direitos, haja vista as problemáticas decorrentes da má qualidade da água, que atingiram a saúde das populações, suas atividades pesqueiras, precarizando ainda mais suas condições de vida e trabalho.

O movimento ganhou amplitude, articulando-se a outros setores organizados da sociedade na luta pelos direitos de cidadania, em que se inclui o respeito às relações tradicionais de uso mantida com a floresta e com o rio. Fizeram, nessa caminhada, aliança com grupos indígenas atingidos pela barragem de Tucuruí. (DIEGUES, 1999, p. 60).

Essa composição de forças, assumindo os sindicatos de trabalhadores rurais locais força de vanguarda, ampliou a ação do movimento, sua expressividade diante da sociedade e fortalecimento na região, a fim de construir uma força política e social de resistência para reafirmar a luta pelos direitos dos atingidos.

É importante perceber que num primeiro momento esse movimento, assim como os das demais regiões estavam se centrando em reivindicações que se limitavam a requerer terra por terra, vila por vila, indenização, ressarcimento dos prejuízos causados pelas barragens em nível local, sem uma articulação maior, sem uma contestação à matriz política energética e ao modelo de sociedade.

Mas, no curso dessa caminhada, a partir da articulação das comissões em nível nacional, as reivindicações passaram a ser ampliadas para uma contestação ao modelo energético e de sociedade, demonstrando o alargamento da força e da consciência social e política desse sujeito coletivo que vinha emergindo.

Como relata Antenor, a corrente do movimento ia se atrelando e se estendendo, ganhando mais força, embora persistissem as situações limitantes para essa ampliação.

O nosso sofrimento era muito grande. Ai a gente foi se juntando, foi se juntando, fazendo uma grande união, para lutar por nossos direitos. Ai a gente foi ficando mais forte. Ai o pessoal foi vendo que a gente estava reivindicando e conquistando nossos direitos, começaram a se unir. Mas foi difícil. Ainda é difícil de unir as pessoas para lutar.

Essas comissões enquanto organizações locais começam a se articular em nível nacional, para construir um projeto nacional, que estaria, também, articulado com um movimento internacional de luta contra as barragens no mundo, defendendo e empunhando como palavra-de-ordem: **Águas para Vida, não para morte!**

Todas as obras acima citadas apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje, de organização popular, e como aspecto negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção das barragens. Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil. (MAB, 2002, p. 07).

Com efeito disso, amplia-se a resistência e a insurgência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o que ajudava vislumbrar uma contra-hegemonia e fortalecer em nível nacional, regional e local a idealização e construção de novos caminhos, alternativos ao modelo dominante. Parece que, nesse caminhar do Movimento dos povos atingidos, ele passa a fincar as balizas de um caminhar profundamente político-pedagógico, colocando e pondo novos sujeitos, problemas e temas na cena e na trama dos conflitos na sociedade.

Ao fazer referência ao surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragem na sociedade brasileira, Carlos Gonçalves (2005, p. 159) explica:

A emergência de um forte movimento da sociedade civil no Brasil, e com ele a constituição de múltiplos protagonistas, a partir dos anos setenta e em claro confronto com o regime ditatorial, colocou, para além da questão da redemocratização, uma pluralidade de demandas de diferentes sujeitos sociais que surpreendeu os analistas das ciências sociais.

À medida que o Movimento ampliava suas ações, capacidade de organização, mobilização e luta por seus direitos, expressava, por conseguinte, mais “consciência de suas condições de expropriados e atingidos” e maior organicidade política, para lutar contra as formas de degradação de suas condições de vida e trabalho, contra a degradação da natureza.

Isso traz a idéia de uma identidade e dimensão educativa, que o Movimento vai tecendo e fazendo no movimento de resistência e de luta, nas suas organizações e mobilizações, demonstrando para sociedade outra maneira de agir e de olhar para os Cavalos de Tróia, que davam de “presente” – *presente de colonizador* – à região amazônica¹² e ao Brasil, sob o véu-imaginário do desenvolvimento, da modernização, do progresso capitalista e da racionalidade eurocêntrica.

Nesse caminhar, o **Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB)** nasce concebido como um:

[...] movimento popular, de massa, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (MAB, 2002, p. 05).

¹² Na região amazônica, foram construídas outras barragens nesse período. Uma delas foi a Hidrelétrica de Balbina, em Manaus, que mais causou impacto ambiental e social. Atualmente, a luta vem se dando contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.

Gonçalves defende que o MAB conseguiu demarcar um território contraditório ao conceber e colocar, de um lado, os povos como “atingidos” pela política de desenvolvimento do Estado, de outro, como sujeito, “protagonista” de outras propostas e ações. Para esse autor, o Movimento:

Indica a contradição diretamente posta pela ação do Estado como protagonista. As populações se colocam aqui claramente como *atingidas*, ou seja, como aqueles que não foram os destinatários da ação do Estado, ao contrário, foram atingidos pela ação deste. No entanto, ao se constituírem como movimento dos atingidos por barragem colocam-se como sujeitos que, por sua própria ação, desejam ser protagonistas de suas vidas (2005, p. 159).

No tocante a essa contradição que a terminologia atingido encerra, as narrativas a seguir evidenciam bem essa premissa, que carregam junto a representação da identidade desses sujeitos como excluídos e excluídas desse modelo energético e de desenvolvimento, que atinge direta e indiretamente. Ai está expresso, também, um saber crítico da sua condição de atingido e de excluído por esse modelo de desenvolvimento, mas, também, de protagonista sócio-político na sociedade.

Ser atingido é, além de inundar a terra, tem essa questão do setor energético, da tarifa de energia. Pra quem a barragem estar sendo construída? Quem que paga a conta da barragem? Tem todas essas indagações e acima de tudo isso a cultura do povo (atingido) e de toda suas raízes que ficam em baixo da água. Então, acabam com a vida dessas pessoas (NEGRA).

Bom, para mim, atingido é todo aquele que foi direta ou indiretamente atingido pela barragem. Diretamente, são aqueles que perderam suas terras, suas casas, suas roças; e os indiretamente são aqueles que moram nas cidades, que sofrem com o mosquito, com aumento do preço da energia (MARIA).

A Amazônia está sendo privatizada! Privatizada, através da construção de barragem, através de concessão pra explorar bauxita. Enfim, a Amazônia está sendo entregue! (CABOCLO).

No I encontro Nacional dos Atingidos por Barragem (1989), em Goiânia-GO, defini-se como atingido (a):

Todos aqueles [as] que sofrem modificações nas condições de vida, como conseqüência da implantação das Usinas Hidrelétricas, independente de ser atingido direto ou indireto. Atualmente, afirma que além destes, fazem parte do Movimento todos aqueles que assumem a causa dos povos atingidos e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade (MAB, 2005, p. 08 e 09).

Nesse sentido, a terminologia atingido imprime tanto a contradição da política do modelo de desenvolvimento do Estado na sociedade brasileira, quanto demarca a práxis político-social, cultural e ecológica de um sujeito coletivo emergente que luta contra esse modelo de desenvolvimento vigente excludente e anti-ecológico.

Ele se caracteriza, ainda, como um movimento que se contrapõe ao modelo neoliberal de sociedade e às políticas do setor energético controladas pelo capital privado, defendendo o controle público desse setor energético com a participação popular (MAB, 2002, p. 05). Assim, no I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragem, em

1991, ocorrido em Brasília-DF, o MAB é instituído oficialmente como “movimento nacional, popular e autônomo” (MAB, 2005, p. 09).¹³

A identidade do MAB é constituída de um conjunto de identidades: Os integrantes do MAB são, em maioria, camponeses, trabalhadores rurais sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores (MAB, 2004, p. 08).

Em 1996, em Brasília-DF, ocorre o III Congresso Nacional do MAB. Para o movimento, esse evento teve um caráter de extrema relevância, posto que “definiu que o Movimento passaria a lutar também por um modelo energético com ênfase para as questões sociais e ambientais e pela participação popular na gestão desse setor” (MAB, 2005, p. 09).

E, no ano de 1997, em Curitiba-PR, realizou-se o I encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragem no qual foi elaborada a *Declaração de Curitiba*, que instituí o dia 14 de março como o *Dia internacional de Luta Contra as Barragens*.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997, é criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões. (MAB, 2005).

Em novembro de 1999, em Belo Horizonte-MG, o MAB realiza o seu IV Congresso Nacional, no qual é reafirmado o compromisso de:

Lutar contra o modelo capitalista neoliberal e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclua um novo modelo Energético. O Congresso definiu, também, que os grupos de base constituem-se como o principal método de organização dos atingidos (MAB, 2005, p. 09).

Outro fato marcante na história do MAB foi o I encontro Nacional Massivo realizado em 2003, em Brasília-DF. Nele, a partir da identificação das problemáticas de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, sofridas pelos atingidos, definiu-se:

Pela luta em defesa de um projeto socialista para o Brasil integrado a um novo modelo energético, aos valores coletivos e à cultura do campo, pelo fortalecimento do poder popular e pelos direitos dos atingidos (terra, moradia, trabalho, saúde, educação, cultura e meio ambiente) (MAB, 2005, p. 10).

Em 2003, o MAB é retomado na região de Tucuruí. Conflitos internos nas organizações locais fragilizam a luta do Movimento e retardam suas conquistas. Ao mesmo tempo, outras organizações populares, por fora do MAB, se organizam para acompanhar as indenizações das populações atingidas pela duplicação da barragem de Tucuruí com a “cota 74”, que é a elevação do nível do lago, para gerar mais energia.¹⁴

No tocante a isso, Caboclo relata que:

Depois de criado o MAB nacional, em 1991, aqui (Tucuruí), ele foi conduzido pelo sindicato dos trabalhadores rurais por uns tempos, uns seis anos, mas deixaram de ter uma ligação direta com o movimento nacional,

¹³ Nesse momento, o movimento decidiu que a sua principal instância deliberativa passava a ser o Congresso, com periodicidade trienal. Com o encerramento do Congresso em 14 de março, essa data ficou deliberada como *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens* (MAB, 2005, p. 09).

¹⁴ O dado mais recente sobre a extensão do reservatório da UHT, conforme Pinto (2007, p. 06), aumentou, agora, em mais 5%, passando para 3.007 km². Isto representa 123 km² (ou mais de 12 mil hectares, o equivalente aproximadamente a 10 mil campos de futebol).

pelo movimento (nacional) entender que eles (organizações locais) desviaram dos princípios do Movimento. Com a perda dessa ligação com o movimento nacional, em 2002, houve um trabalho da Eletronorte pra indenizar pessoas que foram atingidas pela cota 74. A cota 74 é a operação da usina no nível do lago na 74, que ela operava na cota de 72 metros. Então, de 72 metros ia subir pra 74. São 74 metros pra poder gerar mais energia. Isso é a altura da água do lago, o que eles (Eletronorte) chamam de “espelho d’água”. Então, fizeram o limite 74 metros. Com isso, 5.900 a 6.000 famílias foram atingidas por esse aumento do nível do lago. Então, uma empresa de Goiânia foi contratada pra fazer o levantamento de famílias atingidas pra Eletronorte indenizar. Então, começamos a acompanhar as indenizações como associação, porque até então o MAB não estava em atividade aqui, isso em fevereiro/março de 2002. Quando entrou o governo Lula, em 2003, houve uma denúncia por parte de um ex-diretor de engenharia da Eletronorte, que era o Daimo, para o MAB (cuja sede é em Brasília) que estava havendo aqui em Tucuruí onda de corrupção nas indenizações. Interessante que era do governo para o movimento a denúncia de corrupção e não do movimento para o governo. Então, o MAB mandou dois representantes aqui para ver o que estava acontecendo. Através da CPT, eles chegaram até nós. Ai nos pediram ajuda pra organizar o movimento aqui pra ver essa questão da 2ª etapa da barragem, que era essa cota 74, e ninguém fez nada! Fizeram? A Eletrobrás indenizou da forma como ela quis as pessoas. E ai é importante entender que pessoas com direito à indenização até hoje ficaram sem receber sua indenização. Então, com o pedido dos integrantes do MAB para organizar o movimento aqui, começamos a organizar os grupos de base em 2003. 15 Março de 2004, se deu a nossa primeira luta local, quando nós ocupamos a península da barragem. Foi a primeira manifestação do MAB.

No ano de 2004, o MAB realizou a **1ª Marcha Nacional com o lema Águas pela Vida**. Nessa Marcha, reuniram-se pessoas, grupos e povos atingidos de 15 estados federativos. A Marcha durou 15 dias, foi de Goiânia-GO à Brasília-DF. Esse encontro teve como objetivo animar e fortalecer a unidade nacional dos povos atingidos, ampliar as alianças com diversos setores da sociedade, denunciar a problemática social dos povos atingidos. Essa Marcha

Resultou em diversas conquistas junto ao governo federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Pesca e Ministério da Educação) e à Eletrobrás nas áreas de crédito (PRONAF), terra, produção de peixes, cestas básicas, educação e formação (MAB, 2005, p. 10).

Nesse contexto, o Movimento dos Povos Atingidos na Amazônia ganha mais força, articulado, agora, além de internamente na região, também, nacionalmente, pautando a luta por outro modelo energético e de desenvolvimento justo, solidário e responsável social e ambientalmente (MAB, 2004).

Para Gonçalves (2005, p. 159), a Amazônia ganhou um lugar de destaque no Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem exatamente pelo significado que a região tem tido no contexto internacional, pelas articulações de interesses inicialmente feitas pelos de “de cima” e “por cima”.

Já salientamos que as instituições multilaterais (BIRD e o BID) foram às principais avalistas da ditadura e dos interesses dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais na construção de infra-estrutura e, neste sentido, foram os principais protagonistas do modelo que tentou se implantar na Amazônia nos últimos vinte/trinta anos. Estes foram os articuladores “por cima”. No entanto, quebrando o privilégio dessas articulações até então feitas exclusivamente “por cima”, “pelos de cima” e “para os de cima”, vimos emergir novas articulações “por baixo”, “pelos de

baixo” e que apontam não só para os interesses dos “de baixo” como para o interesse de todos.

Castro e Acevedo (1989 *apud* DIEGUES, 1999, p. 60), ao fazerem menção à construção da identidade dos povos atingidos do Tocantins, apontam para aprendizagem, a partir da prática política, que move uma pedagogia emergente da luta política:

A construção da identidade dos atingidos por barragem no Tocantins traduz um longo exercício na aprendizagem da prática política, não poucas vezes, pela pedagogia do ensaio e erro. O direito à terra, que ocupam e ao trabalho nela incorporado, encerram os elementos mais imediatos que reforçam os traços políticos, culturais, sobretudo, no reconhecimento de que as conquistas dependem de como serão encaminhadas as ações coletivas. Processo que traduz a própria constituição de sujeitos políticos agindo sobre condições determinadas interna e externamente no seu meio.

Na dinâmica da região amazônica, “emergem vários movimentos sociais que, pelas suas próprias identidades reivindicadas, indicam que novos sujeitos sociais estão entrando em cena, gestando e demarcando, por conseguinte, novas identidades, demandas e novas territorialidades de ‘r-existência’”(GONÇALVES, 2005, p. 130). Dentre esses movimentos de corte popular, o MAB.

São movimentos de r-existência, posto que não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, [assassinam os rios] mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar (Idem, p. 130).

Como veremos mais a frente, de maneira mais detalhada, ainda que essas populações atingidas do campo estejam a enfrentar, ainda, fortemente um processo de desterritorialização com ameaça de construção de novas barragens no país e, principalmente na Amazônia, é importante, no entanto, considerar que está em curso um processo de (re)territorialização levado a cabo por um conjunto de movimentos sociais do campo, como MST, MPA, MAB, FETAGRI, MMC, entre outros, que vêm lutando pela reforma agrária, inscrevendo, assim, um novo quadro do campesinato, do território e da questão agrária na sociedade, a partir da produção de novos territórios e de desenvolvimento territorial rural.¹⁵

Nesse sentido, não há como conceber a desterritorialização como “fim dos territórios”, uma vez que todo processo de desterritorialização implica sua contra-face dialética, a “(re)territorialização”, criação, produção de outros territórios dentro de uma dinâmica de correlações de poder, onde determinados sujeitos, grupos/classes sociais envidam esforços sócio-político-econômicos e culturais para lutar, erigir, engendrar suas territorialidades de acordo com seus interesses e necessidades individuais e/ou coletivos, subjetivos e/ou objetivos, materiais e/ou simbólico-culturais, locais e/ou globais.

Para Costa (2004, p. 32):

(...) defendemos a idéia de que muito do que os autores denominam desterritorialização é, na verdade, uma nova forma de territorialização, a que chamamos de “multiterritorialidade”, um processo concomitante de destruição e construção de territórios, mesclando diferentes modalidades territoriais (como os “territórios-zona” e o “territórios-rede”), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.

¹⁵ O caso das Usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, Estado de Rondônia, que fazem parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal, exprimem o contencioso sócio-ambiental na sociedade, assim como Belo Monte, no Pará.

Com efeito disso, é importante capturar o papel pedagógico desse processo de (re) territorialização ou contra-movimento – dessa **pedagogia do movimento** – na conformação desse novo cenário que se apresenta engendrado por esses sujeitos coletivos na sociedade, no caso dessa pesquisa o MAB, e o papel que a educação popular do campo vem assumindo no fortalecimento desse contra-movimento, nessa aspiração à construção de novos caminhos e formas de desenvolvimento rural e sociabilidades alternativas.

Ao lançar, nesse primeiro capítulo de reflexão, o título **Movimento dos Atingidos por Barragem: Um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**, eu o fiz empregando uma análise crítica, para demarcar a contradição da qual, interpreto, seu nascimento, pois à medida que as grandes barragens inundavam vidas, precarizando-as e depredando-as, emergia, nascia daí uma resistência contra a “negação da condição humana”, um movimento de baixo, do *abismo-oprimido*, de gente lutando pela vida, por direitos, por respeito à natureza; hoje, a favor de outro modelo alternativo de energia e de sociedade, que reconheça a necessidade da condição de “ser mais” do ser humano (FREIRE, 1987) e do “cuidar” (BOFF, 2004) na relação umbilical de “zelo” entre ser humano-e-natureza e, portanto, de “r-existir”, ou seja, novas formas de existência (GONÇALVES, 2005).

Ao mencionar a emergência do MAB, Caboclo reconhece a dimensão contraditória da ação do Estado e os condicionantes daí gerados:

Eu costumo dizer que quem criou o MAB foi o governo. Mas, tu pode me perguntar: mas como o governo? Por não indenizar as pessoas, negar seus direitos, por deixar ao léu e sem nenhuma condição os trabalhadores é que eles se organizaram. Se organizaram! Ai nasceu o MAB, porque as comissões resolviam problemas locais. Então, o MAB acaba levantando e tomando as demandas do Brasil inteiro onde existe construção de barragem.

Isso possibilita tecer e entrelaçar novos fios para se construir outras relações socioculturais, ético-políticas e pedagógicas entre ser humano e natureza, produzindo novos territórios, formas de desenvolvimento e de educação popular do campo na região amazônica, reproduzindo, por conseguinte, novos padrões de existência e formas de sociabilidades alternativas.

“Fecho”, assim, essa reflexão com a poesia do atingido Antônio José, que tomei como epigrafe no início do artigo, por meio da qual expressa a necessidade de lutar com os companheiros pela terra e por justiça na esperança de conquistar outra terra como aquela que foi afogada por um modelo de desenvolvimento predatório e negador de vidas.

(...) A lembrança que eu tenho, hoje, é só tristeza e mágoa, a saudade do passado, sei que o tempo não apaga, porque o que eu mais gostava hoje está debaixo d’água, vou lutar por minha terra, que furnas danificou, junto com meus companheiros, irei seja aonde for, quero outra terra igual a que ela nos tirou, queremos toda justiça no processo que parou (...).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), janeiro de 2000.
- ALVES FILHO, Armando A. **A Política dos Governos Militares na Amazônia**. In. [et al]. Pontos de História da Amazônia. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999.
- _____. [et al]. **Pontos de História da Amazônia**. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999.
- BECKER, Bertha K. **Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia**. Revista Território, ano IV, nº6, jan/jun. 1999.
- _____. **Amazônia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- Brasil. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.
- _____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. CENSO 2000.
- BRITO, Daniel Chaves de et al. **A modernização na era das incertezas: crises e desafios da teoria social**. Artigo, 2002.
- CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade: a propósitos de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Avançados da Amazônia (NAEA). Vol.2, nº 1 – Junho de 1999.
- CASTRO, Josué. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Disponível em: [www.file:///A:/Josue de Castro – desenvolvimento e subdesenvolvimento](http://www.file:///A:/Josue%20de%20Castro%20-%20desenvolvimento%20e%20subdesenvolvimento), Acesso em: 25 de abril de 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador**. In. BRANDÃO, Carlos R. [et al]. (Orgs). **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).
- COSTA, Rogério H. da. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- DIEGUES, Antônio C. **Modelo Econômico e os Modos de Vida: Confrontos e Alternativas no Sul do Pará**. In. (Org). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999.
- FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. <http://www.desenvolvimentoterritorial.br/textos>. Acesso 30/03/2007.
- _____. [et al]. **Ocupações de terra – 2000 – 2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra**. Comunicação apresentada no 14º ENG-AGB. Rio Branco, Acre, 16-21 de junho de 2006.
- _____. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. AGRÁRIA, nº. 01, pp. 16-36, 2004.
- _____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época v. 92).
- Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento da Amazônia (FPECDA). **Caderno de Textos: contribuições para o debate Por uma Educação do Campo na Amazônia/Pará**. II Seminário Estadual de Educação do Campo. Belém-Pa, junho de 2005.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Circulo do livro, 1974.
- GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. [s.l.: s.n.].
- LOUREIRO, Violeta R. **Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernidade às avessas**. COSTA, Maria J. J. (Org). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MAB. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem**. Coletivo de Educação. Edição 1ª - Brasília-DF: Janeiro de 2005. Caderno Pedagógico.
- _____. **A educação no Movimento dos Atingidos por Barragem**. 2ª.ed. Brasília-DF: Agosto de 2004. Caderno de Formação, nº 05.
- _____. **Ditadura contra as populações atingidas por barragem**. Brasília-DF: Maio de 2004. Caderno de Formação, nº 08.
- _____. MAB: **Uma história de luta, desafios e conquistas**. São Paulo. Secretaria Nacional do MAB: 2002. Caderno nº 07.
- _____. **Uma História de Organização e Luta**. Parte 01. [s.l.: s.n.].
- História do MAB. Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em 25 de abril de 2006.

MONTENEGRO GÓMES, Jorge R. **Desenvolvimento Territorial Rural**: Mudar para que nada mude. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoterritorial.br/textos>. Acesso em: 30 março de 2007.

PINTO, Lúcio F. **A Amazônia entre estruturas desfavoráveis**. D'INCAO, Maria A. [et al]. (Orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém-Pa: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

Plano Diretor do Município de Tucuruí. Prefeitura Municipal de Tucuruí. Tucuruí-PA, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Texto apresentado na ANPEC dentro do eixo Economia Regional e Economia Agrária. (sem data).

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Uma descrição agroecológica da crise atual

Gustavo de L. T. Oliveira

Filósofo, Mestre em filosofia política pela *University of Colorado at Boulder*, EUA

Pesquisador e tradutor autônomo

Endereço postal: SHIS Qi 28 Conjunto 02 Casa 13

71.670-220, BRASÍLIA, DF, Brasil

Telefone: (61) 9970-3800, (61) 3541-8141

Endereço eletrônico: guslto@gmail.com

Resumo

Esse artigo consiste em uma revisão teórica sobre a atual crise econômica e ecológica. Promove a agroecologia como base para um programa político que busque o progresso tanto econômico como social. No entanto, esta abordagem *descritiva* da atual situação econômica e ambiental da economia alimentícia global não se estende para *prescrições* agroecológicas de como lidar com a atual crise. Nesse, argumenta-se que o desenvolvimento da industrialização, incluindo particularmente a industrialização do sistema de produção agrícola, é a principal causa da crise econômica e ambiental decorrente, caracterizada pelo crescente número de pessoas sujeitas a fome, miséria e violência, e também pela degradação da biodiversidade global e da sustentabilidade dos ecossistemas. A presente descrição e as prescrições agroecológicas aqui fundamentadas promovem uma reconstrução radical de toda economia alimentícia global baseada no fortalecimento e expansão do território camponês através de uma reforma agrária abrangente da totalidade da estrutura política e econômica da sociedade.

Palavras-chave: Agroecologia; Agronegócio; Crise Econômica; Crise Ambiental; Reforma Agrária.

Resumem

Una descripción agroecológica de la crisis actual

Este artículo es una revisión teórica sobre la actual crisis económica e ambiental. Promove la agroecología como base para un programa político que busca el progreso tanto económico como social. Sin embargo, este análisis descriptivo de la actual situación económica y ambiental de la economía alimenticia global no promueve prescripciones agroecológicas específicas para hacer frente a la crisis actual. En este artículo se argumenta que el desarrollo de la industrialización, incluyendo particularmente la industrialización del sistema de producción agrícola, es una causa principal de la crisis económica y ambiental decurrente, caracterizada por un creciente número de personas expuestas a hambre, miseria y violencia, y también por la degradación de la biodiversidad global y de la sostenibilidad de los ecosistemas. Esta descripción y las prescripciones agroecológicas aquí fundamentadas promoven una reconstrucción radical de toda la economía alimenticia global basada en el fortalecimiento y expansión del territorio campesino a través de una reforma agraria abrangente de la totalidad de la estructura política y económica de la sociedad.

Palabras clave: Agroecología; Agronegócio; Crisis Económica; Crisis Ambiental; Reforma Agraria.

Abstract

An agroecological description of the current crisis

This essay is a theoretical review about the current economic and environmental crisis. It promotes agroecology as basis for a political program that seeks both economic and social progress. However, this *descriptive* analysis of the current economic and environmental situation of the global food economy does not extend to agroecological *prescriptions* for how to address the current crisis. In the current essay, I argue that the development of industrialization, including particularly the industrialization of the agriculture production system, is a main cause of the economic and environmental crisis we are currently undergoing, which is characterized by a growing number of people subjected to hunger, poverty, and violence, as well as by the degradation of global biodiversity and of the sustainability of ecosystems. This agroecological description and the prescriptions which could be based on it promote a radical reconstruction of the entire global food economy based on the strengthening and expansion of the peasant territory through an agrarian reform that encompasses the totality of the political and economic structure of society.

Keywords: Agroecology; Agribusiness; Economic Crisis; Environmental Crisis; Agrarian Reform.

Introdução

Esse artigo é uma discussão sobre a agroecologia como base para um programa político que busca o progresso tanto econômico como social. É uma análise *descritiva* da atual situação econômica e ambiental da economia alimentícia global, enquanto a seguinte articulará *prescrições* agroecológicas para como lidar com a atual crise, considerando seus aspectos ambientais, alimentares, econômicos, políticos e sociais. Podemos antecipar essas prescrições advogando criticamente uma reforma agrária abrangente da totalidade da estrutura política e econômica da sociedade. Essa discussão está situada nas teorias recentes sobre o Território que vão “além da significação clássica mais utilizada no conceito como espaço de governança [defendendo] a idéia que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida.” (FERNANDES, 2008, p.273) Neste enfoque, *territórios* expressam mais do que “meros espaços,” tendo uma característica e existência social de maior complexidade e, portanto, uma maior função teórica nessa discussão de questões políticas pertinentes à agricultura em seu meio ambiente e organização social.

O conceito de *espaço* pode ser utilizado como “ponto de partida para uma reflexão sobre o território” mas, considerando que o espaço nada mais é que “a materialização da existência humana,” conclui-se que

Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. (FERNANDES, 2008, p. 276)

O território da agroecologia, então, não se preclui ao espaço aonde se encontram fenômenos puramente ecológicos ou agrários, como a competição entre lavoura, pestes e ervas daninhas. “Sistemas agrícolas são artifícios humanos, e os determinantes da agricultura não cessam nos limites dos campos [mas] refletem as estratégias de subsistência humana e suas condições econômicas... como a disponibilidade de trabalho, acesso e condições de crédito, subsídios, percepção de riscos, informação sobre preços, obrigações familiares, tamanho de famílias, e acesso a outras formas de se viver.” (ALTIERI, 1995, p. 6)¹ Uma análise do *território da agroecologia* então, requer uma incorporação de

fatores não somente da agricultura, mas de todo o “sistema de produção” agrícola. (idem, p. 4) Desse modo, a agroecologia “apresenta os princípios ecológicos básicos de como estudar, planejar, e administrar agroecossistemas que são não só produtivos, mas também capazes de conservar seus recursos naturais, *sendo viáveis economicamente, socialmente justos, e harmônicos com aspectos culturais.*” (ALTIERI, 1995, p. ix, grifo do autor)

O objetivo desse par de artigos é derivar portanto, da descrição agroecológica da crise atual no presente texto, as implicações normativas ou prescritivas que “transcendem os limites do campo de agricultura” (idem, p. 4), promovendo assim uma articulação do território da agroecologia que abrange a totalidade do “modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização em sua maior parte, com base na biodiversidade, sem a utilização de agrotóxicos.” (FERNANDES, 2008, p. 282) Juntos, a presente descrição e as subseqüentes prescrições agroecológicas promovem o fortalecimento e expansão do território camponês.

Esse foco na agricultura justifica-se por duas razões principais: primeiro, estamos atualmente em meio a uma drástica crise da agricultura que tem como seu aspecto mais recente e mais visível os conflitos ou distúrbios por alimentos em dezenas de países na África, Ásia e América Latina desde 2007. Crucial é notar, adicionalmente, que “a maioria dos que passam fome no mundo não são consumidores urbanos de comida, mas produtores camponeses de produtos agrícolas.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.10; WEIS 2007) A agricultura é a principal atividade econômica dessas pessoas marginalizadas e excluídas e é também a atividade de produção que atende diretamente às suas necessidades básicas neste período de crise. Ainda mais, o texto buscará demonstrar não só que a miséria é maior em áreas rurais como, e mais significativamente, que a pobreza rural é o que promove a miséria urbana em particular e que limita o progresso social em geral. (MELO, 2006)

A segunda razão principal para esse foco na agricultura é que essa esfera de produção utiliza, por si própria, a grande maioria de recursos naturais como a terra e água, assim como uma porção substancial de produtos químicos, minerais e combustíveis fósseis. (WEIS 2007; CLEVELAND 1995a; 1995b) Conseqüentemente, agricultura é diretamente responsável pelo maior e mais imediato impacto humano em nosso meio ambiente. Na verdade, “a agricultura implica a simplificação da estrutura do meio ambiente em grandes áreas, trocando a diversidade natural por um pequeno número de plantas e animais domesticados [levando ultimamente] à produção de um ecossistema artificial que requer constante intervenção humana.” (ALTIERI, 2007, p.189) A agricultura é o maior nexo, portanto, entre os sistemas sociais e ambientais que constituem a existência de nossa espécie e, conseqüentemente, é “a interação destes dois sistemas que tem de ser viável e benéfica para as pessoas.” (ALTIERI, 1995, p.24) Assim, o programa político promovido nesse projeto visa a *sustentabilidade ambiental e social* da produção de alimentos para que as pessoas possam exercer controle, isto é, *soberania*, sobre sua própria nutrição e reprodução. (DESMARAI, 2007) O programa político promovido justifica e necessita, enfim, uma reconstrução fundamental de toda economia alimentícia global com base na agroecologia, isto é, uma *agroecologia militante*. (GUTERRES, 2006)

O contexto da crise atual

Durante o último século a população humana saltou de pouco mais de 1 bilhão para mais de 6 bilhões de pessoas e, no início de nosso século, as Nações Unidas estimaram que nossa população chegará à cerca de 8 a 11 bilhões até o ano 2050. “Para alimentar tal população adequadamente, sem subnutrição e escassez, a quantidade de produtos vegetais designados para consumo de humanos e animais domésticos terá mais do que dobrar para todo o planeta.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.15) Esse fato – *quando não examinado* – tem levado a maioria das pessoas a ver os problemas de fome e miséria rural “em grande parte como problemas de produção,” (ALTIERI, 1995, p.71) e assim “a atitude mais comum na abordagem sobre a fome é propor explicações em termos do *declínio do alimento*

disponível.” (SEN, 1981, p.57) Por conseguinte, “a maioria dos projetos de desenvolvimento agrário visaram o aumento da produção de mercadorias agrícolas e o acesso à mercados.” (ALTIERI, 1995, p.71; SEN, 1981) O objetivo seria baratear o custo de produtos alimentícios e aumentar as oportunidades de renda de agricultores através, principalmente, da *industrialização* da agricultura.

Durante o último século, mecanização, ênfase no uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, seleção de sementes, especialização de plantações, extensão de sistemas de irrigação e liberalização contraditória do comércio agrícola caracterizaram um processo de intensificação e extensificação da agricultura que resultou em ganhos de produtividade significativamente mais altos que de todas as revoluções agrícolas anteriores. (MAZOYER, ROUDART, 2006) Devido a este incrível crescimento em produtividade agrícola *per capita*, nunca houve na escala global mais alimento disponível por pessoa do que hoje. (FAO, 2002) Este modelo de crescimento, no entanto, “falhou não só em detectar sinais de estresse e declínio ambiental, mas também, em várias instâncias, promoveu sinais econômicos enganosos e errôneos.” (NEMETZ, 2007, p.7) Devido à combinação de complicações ambientais e econômicas, portanto, apesar que “a tendência da disponibilidade de alimento por pessoa tem se elevado recentemente na maior parte do mundo, todavia a fome aguda tem ocorrido com muita freqüência e existe evidência da intensificação das ameaças de fome.” (SEN 1981, p.42; FAO, 2008) Nota-se finalmente que “enquanto nas décadas recentes a porcentagem da população mundial vivendo com severa falta de alimentos declinou, os números absolutos cresceram.” (WEIS, 2007, p.11; MAZOYER, ROUDART, 2006; FAO, 2008) No último século, “globalmente, muito mais mortes prematuras foram causadas pela pobreza em tempos de paz do que por todas as guerras juntas.” (POGGE, 1998, p.529) Existe hoje mais de um bilhão de pessoas que sofrem subnutrição crônica, dois bilhões que sofrem rotineiramente de deficiências de micronutrientes e, “é difícil enumerar quantas pessoas mais sofrem vários outros estágios de insegurança alimentar, como a incerteza rotineira de conseguir a próxima refeição.” (WEIS, 2007, p.12; FAO, 2008) Até mesmo valores, como a estimativa do Banco Mundial de 2.8 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$2 por dia, estão sendo contestados por pesquisadores proeminentes da globalização, indicando problemas inerentes aos modelos de cálculo utilizados pelo Banco Mundial que “subestimam grosseiramente” a extensão da miséria. (SANJAY, POGGE, 2005)

Aspectos ambientais da crise atual

A agricultura de larga escala e de alto consumo de insumos externos que caracteriza a revolução agrária atual gera muitas e variadas complicações ambientais incluindo, “a erosão e perda de fertilidade dos solos, a depleção de reservas de nutrientes, a salinização e alcalinização dos solos, a poluição dos sistemas hídricos e a perda de terras aráveis para o desenvolvimento urbano.” (ALTIERI, 2007, p.95) Dada a escala temporal geológica da formação do solo e a magnitude desses problemas no ecótopo agrícola, “é freqüentemente difícil e, quando possível, extremamente caro” reverter estes danos. (WEIS, 2007, p.32) Fertilizantes sintéticos foram fortemente responsáveis pelo considerável aumento da produção agrícola durante o século passado. Ao longo do tempo, no entanto, porções cada vez maiores de fertilizantes têm de ser adicionadas ao solo “para compensar não só a grande perda de minerais via colheitas, mas também a espoliação de nutrientes através de lençóis freáticos, que chega à várias dezenas de quilos de agro-químicos por hectare.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.386) Já que a expansão da agricultura industrial é radicalmente indiferente ao espaço, trazendo insumos para o local de produção agrícola “ao invés de implantar as operações agrárias nos ciclos biológicos presentes no local (ou facilmente induzidos naquele local),” ela utiliza insumos externos “até qualquer quantidade que seja imediatamente lucrativa (i.e., no máximo durante o curso de poucos anos)... Enquanto a qualidade da terra declina, a necessidade de insumos externos aumenta.” (DUNCAN, 1996, p.122) Isto estabelece um ciclo de insumos constante que caracteriza

fundamentalmente toda tecnologia industrial que move a revolução agrícola. Isto não ocorre, no entanto, sem altos custos.

A liberação no ambiente de 130 milhões de toneladas de fertilizantes sintéticos utilizados mundialmente a cada ano é responsável pela extensa eutroficação de ecossistemas aquáticos, fenômeno que caracteriza-se por um crescimento excessivo de algas fotossintéticas e microorganismos aquáticos que, em um estágio avançado, levam à um déficit de oxigênio que elimina assim toda a vida animal de lagos, lagoas e baías afetadas. (ALTIERI, 2007) Fertilizantes sintéticos também são responsáveis por níveis perigosamente altos de contaminação de água potável em várias regiões rurais do mundo. Quantidades insalubres de nitratos por exemplo, que levam à metahemoglobinemia ou desenvolvimento de tumores gástricos, de bexiga e de esôfago, foram encontradas em mais de 25 por cento dos poços pesquisados nos Estados Unidos. (CONWAY, PRETTY, 1991) No curso da complexa cadeia alimentar e do processo co-evolucionário dos vários componentes do agroecossistema, os impactos ambientais negativos de fertilizantes sintéticos se agravam e ficam cada vez mais diversos:

Fertilizantes químicos também podem se tornar poluentes aéreos e recentemente se tem relacionado seu uso à destruição da camada de ozônio e ao aquecimento global. Seu uso excessivo também tem sido relacionado à acidificação e salinização de solos e a maior incidência de pestes e doenças causadas por insetos através da mediação de mudanças nutricionais negativas nas plantações. (ALTIERI, 2007, p.197)

Além do uso de fertilizantes a agricultura industrial depende também de vários outros insumos sintéticos principalmente pesticidas como os inseticidas, herbicidas, fungicidas; e uma crescente quantidade de antibióticos para uso em animais.

Para analisar o uso sistemático de pesticidas, no entanto, é capital compreender o dramático deslocamento em direção às monoculturas de trigo, arroz, milho, algodão e soja envolvido no modelo de agricultura industrial. Como citado, essa expansão e simplificação simultâneas da agricultura implicam que certas plantações tem que ser expandidas “além de seus territórios ‘naturais’ ou regiões favoráveis, para áreas de maior possibilidade de pestes, ou com água limitada, ou solos de baixa fertilidade, requerendo a intensificação de controles químicos... para superar tais fatores limitantes.” (ALTIERI, 2007, p.192) Ainda mais, mesmo em condições favoráveis, monoculturas são inerentemente mais vulneráveis à pestes e doenças já que “plantas cultivadas em monoculturas geneticamente homogêneas não possuem os mecanismos de defesa ecológica necessários para tolerar o impacto de surtos de pestes.” (ALTIERI, 2004, p.xii) O aumento contínuo do uso de pesticidas é outro aspecto do ciclo de insumos invariável da agricultura industrial que tem levado à “resistência e mutações das pragas ao longo do tempo, que por sua vez tendem a serem combatidas com maior quantidade de insumos e novos produtos químicos – um ciclo que afeta, ao final, também outras espécies além daquela que se quer combater e impõe sérios riscos à saúde humana.” (WEIS, 2007, p.31)

Estudos de longo prazo realizados nos Estados Unidos e envolvendo milhares de poços têm apontado que, resíduos de pesticidas excedentes aos limites permitidos para potabilidade da água pela Agência de Proteção ao Meio Ambiente daquele país (EPA), são encontrados em 15 por cento dos casos. (PRETTY, 2005) Mesmo sem levar em consideração os problemas conseqüentes a exposição crônica à pesticidas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) relata que pelo menos 3 milhões de pessoas no mundo a cada ano sofrem de intoxicação aguda por pesticidas, resultando em, no mínimo, 250.000 mortes. (OMS, 1992; OMS, PNUMA 1990) Estimou-se em 1980 que o custo indireto do uso de pesticidas, resultante do tratamento de complicações de saúde e degradação ambiental, já alcançava US\$8 bilhões por ano e não há dúvida que esse custo continua a aumentar desde então. (PIMENTEL et al., 1980) Apesar de tais conseqüências negativas sociais e ambientais já serem conhecidas há várias décadas (e.g., CARSON, 1962), o uso de pesticidas continua crescente. Por exemplo, mesmo após ter sido condenada por

“propaganda enganosa” em 1996 nos Estados Unidos, por afirmar que seu herbicida - *Roundup* - era “biodegradável” e “não-tóxico”; a empresa Monsanto continuou a promover seu produto, seu uso aumentou, e essa empresa foi novamente condenada nas mesmas bases na França em 2007. O fato que 20 a 30 por cento das colheitas atualmente continuarem a ser perdidas devido à ocorrência de pragas apesar do aumento substancial do uso de pesticidas, é uma séria indicação da crise da agricultura moderna. (ALTIERI, 2007)

Devido a extensão das complicações ambientais e a severidade dos problemas de saúde que têm gerado, nos anos recentes, empresas de agro-tecnologia, cientistas e políticos têm apresentado a engenharia genética como a promessa que novas tecnologias moverão a agricultura além dessa dependência de fertilizantes e pesticidas sintéticos, aumentarão a produtividade, reduzirão os custos de insumos e ajudarão a reduzir os problemas ambientais. (OFFICE OF TECHNOLOGY ASSESSMENT, 1992) Mesmo que a engenharia genética seja capaz de reduzir a dependência de insumos e aumentar a produtividade – e muitas pesquisas recentes indicam que ela não é capaz - esta tecnologia “promove soluções de gene único para problemas resultantes de sistemas de monocultura, ambientalmente instáveis, baseados em modelos industriais de eficiência.” (ALTIERI, 2004, p.xvi) Sendo em última análise o modelo que por si próprio é responsável pelos problemas que necessitam de atenção, a maioria das “soluções” biotecnológicas irão meramente antecipar – e provavelmente ampliar – os mesmos problemas, requerendo então e ainda outra “solução” tecnológica. (WEIS, 2007) Por exemplo, a melhoria genética da capacidade de uma planta de regular seus nutrientes em solos altamente salinizados pode limitar a queda das safras, mas, enquanto a plantação continuar em um modelo de agricultura industrial, os sistemas de irrigação irão persistir em aumentar a salinização daquele solo, de tal forma que a perda de produção após algumas poucas colheitas permanecerá inevitável.

Pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Agricultura dos Estados Unidos considerando combinações entre doze regiões e oito lavouras no país concluiu que a produção não foi significativamente diferente em lavouras geneticamente modificadas (GM) versus não-modificadas em sete das doze combinações de lavoura/região. (USDA 1999) Enquanto algumas lavouras GM revelaram um aumento significativo de produção (13 a 21 por cento), outras indicaram reduções substanciais (12 por cento). Pesquisas semelhantes realizadas pelo Instituto de Agricultura e Recursos Naturais da Universidade de Nebraska concluíram que variedades GM – apesar de mais caras – produziram 6 por cento a menos que suas semelhantes não-modificadas e 11 por cento a menos que as lavouras convencionais mais produtivas. Um relatório envolvendo 8.200 pesquisas universitárias realizadas na Argentina também demonstrou uma perda média de 6,6 bu/ac, ou 6,7 por cento, para todas as lavouras GM estudadas. Notavelmente, algumas lavouras GM sofreram perdas de até 30 por cento. (ALTIERI, 2004, p.11-14)

Não há evidência que lavouras GM reduzem o uso de pesticidas principalmente porque enquanto existe uma enorme variedade de pestes (e uma inter-relação ainda mais complexa entre elas, suas cadeias alimentares e outras espécies afetadas por pesticidas) a engenharia genética, que visa suplantiar o uso de pesticidas, é planejada apenas para pestes-alvo e aplicada sobre monoculturas altamente homogêneas. Apesar da uniformidade de tais plantações, grandes variações geográficas e biológicas resultam em infestações altamente variáveis e, conseqüentemente, eficiência altamente variável em suplantiar o uso de pesticidas. A análise do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos concluiu que para a maioria das combinações de lavouras/regiões estudadas não houve diferença estatisticamente significativa no uso de pesticidas em plantações GM e não-modificadas, enquanto em certas regiões (e.g., o delta do Mississippi) quantidades significativamente mais elevadas de pesticidas foram aplicadas em lavouras GM do que nas lavouras convencionais. (USDA 1999) Mesmo se a biotecnologia pudesse reduzir significativamente as necessidades do uso de pesticidas em certas ocasiões, o maior custo das sementes GM e a imprevisibilidade de infestações por pragas fazem que na maioria das vezes não seja lucrativo para os agricultores cultivar plantações GM. Não é de surpreender, portanto, que mesmo em lavouras GM importantes como o milho Bt-resistente, o uso de pesticidas tem

permanecido constante apesar do aumento significativo da área coberta por essas lavouras. Ainda não há evidência que a biotecnologia reduz o uso de pesticidas, no entanto está claro que ela altera significativamente a biota dos solos e afeta processos como a mineralização e decomposição de matéria orgânica, aumentando assim a necessidade de fertilizantes e outros insumos para esses solos. (ALTIERI, 2004)

Existem evidências que a abordagem de “simplificação” da biotecnologia atual para o manejo de pragas conduz a uma crescente resistência tanto entre espécies alvo quanto entre outras. O uso de lavouras GM *Roundup Ready* (plantações projetadas para resistir ao herbicida glifosato produzido pela Monsanto) persiste, apesar da evidência emergente que várias ervas daninhas estão desenvolvendo resistência à esse herbicida, ainda que lentamente. (ALTIERI, 2004) Acrescenta-se que pode existir certo risco que “plantações transgênicas venham a se tornar ervas daninhas por si próprias,” e uma preocupação ainda maior que “a distribuição em larga escala de plantas transgênicas possa promover a transferência de genes modificados das lavouras para outras plantas, que então poderiam se tornar danosas.” (ALTIERI, 2004, p.41) Já existe consenso entre os cientistas que tais transferências têm ocorrido e continuarão a ocorrer (e.g., 50 a 80 por cento das amostras de lavouras convencionais estudadas nos Estados Unidos apresentam contaminações por variedades GM), e “os desacordos são tão somente sobre quão sério será o impacto destas transferências.” (ALTIERI, 2004, p.41; MELLON, RISSLER, 2004)

Para compreender a gravidade deste risco é necessário primeiramente entender a importância da biodiversidade para agroecossistemas estáveis e sustentáveis. Em agroecossistemas diversos e complexos,

estresse severo no ambiente físico, como mudanças de umidade, temperatura ou luz têm menos chance de causar dano ao sistema como um todo porque, em uma biota diversificada existem inúmeras alternativas para a transferência de energia e nutrientes. Assim, o sistema pode se ajustar e continuar a funcionar depois do estresse com pouca ou nenhuma interrupção perceptível. Similarmente, controles bióticos internos (i.e., relações entre predadores e pestes) previnem oscilações destruidoras em populações de pragas, promovendo ainda mais a estabilidade geral do ecossistema natural. (ALTIERI, 1995, p.57-58)

Por toda a história, portanto, agricultores “dependem da manutenção funcional da biodiversidade dos solos, das espécies de plantas (incluindo a variedade de germoplasma intra-espécie), das árvores, animais e insetos para manter um balanço ecológico e ciclos de nutrientes.” (WEIS, 2007, p.29) A imensa variedade de ecossistemas foram administrados com igual diversidade de técnicas como plantações integradas em vários padrões, taxas e combinações, adubos locais como os baseados no arado de matéria vegetal para decomposição dentro do solo (especialmente de plantas leguminosas ricas em nitrogênio), terras de pousio e a reciclagem de nutrientes através da integração de pequenas populações de animais na produção agrícola. (ALTIERI, 1995; MAZOYER, ROUDART, 2006) Apesar da evidência que “humanos tem sistematicamente exterminado espécies, ao menos até onde a paleo-história nos permite conhecer” (SINCLAIR, 2007, p.220); enquanto a produção agrícola inevitavelmente requer certa manipulação deliberada com redução da biodiversidade local (ALTIERI, 2007), a ameaça contra a existência de outras espécies por sistemas de agricultura nunca antes se aproximou da escala e nível atuais. (WEIS, 2007) De acordo com um relatório das Nações Unidas sobre o estado dos ecossistemas na virada do milênio,

durante os últimos 50 anos humanos tem alterado ecossistemas mais rapidamente e extensivamente que em qualquer outro período comparável na história humana, em grande parte para atender a demanda rapidamente crescente por alimentos, água potável, madeira, fibras e combustíveis. Isso resultou em uma perda substancial e irreversível da diversidade de vida na Terra. (WRI, 2005, p.1)

Apesar das dificuldades de cálculo, estima-se que cerca de 30.000 espécies estão sendo extintas há cada ano. (LEAKEY, LEWIN, 1995; MAY 1995)

A seriedade desse problema só pode ser avaliada quando se considera a história da evolução como um todo: durante os últimos um milhão de anos, extinções ocorreram em baixas taxas e por longos períodos entretanto, durante o último século essas extinções aumentaram em cerca de 100 vezes essa taxa. “Essa taxa é semelhante a dos cinco principais eventos de extinção na história da vida terrestre, incluindo a extinção dos dinossauros.” (SINCLAIR, 2007, p.217-8) Diferentemente dessas últimas cinco crises no entanto, há consenso que a atual sexta crise é provocada “inteiramente por humanos, pela destruição e fragmentação de ecossistemas naturais e auto-organizadores.” (WEIS, 2007, p.37; SINCLAIR, 2007) “Pouquíssimas áreas continuam não comprometidas pelas alterações no uso da terra induzidas pela agricultura,” então não é de se surpreender que a agricultura é “uma das principais atividades que afetam a diversidade biológica.” (ALTIERI, 2007, p.189) Esta erosão da biodiversidade inicia-se nas próprias fazendas através do crescente foco em monoculturas:

Até sete mil espécies de plantas foram cultivadas ou coletadas como alimento na história humana, mas... houve um drástico declínio, tanto na diversidade de espécies de plantações quanto na diversidade genética dentro destas mesmas espécies (chamado “erosão genética”) durante o século vinte, chegando a 75 a 95 por cento, de acordo com estimativas da FAO. Hoje, essencialmente trinta tipos de culturas alimentam o mundo, provendo 95 por cento do consumo calórico e de proteína vegetal da humanidade. Só os “três grandes” cereais (arroz, trigo e milho) constituem mais da metade de todas as calorias vegetais e 85 por cento de todo o volume de grãos produzidos mundialmente. (WEIS, 2007, p.16-7; FAO, 1997; MAZOYER, ROUDART, 2006)

A perda de biodiversidade nas fazendas não pára com as monoculturas em si, mas continua até ao nível dos microorganismos, detritívoros e invertebrados no solo. (ALTIERI, 1995; WEIS, 2007) Diante da complexidade das relações entre as várias espécies dentro de agroecossistemas – no solo, na vegetação e nos animais delas dependentes – “a capacidade de adaptação a longo prazo de espécies dentro de paisagens drasticamente simplificadas e dominadas por humanos varia muito e as consequências do rompimento de ecossistemas, freqüentemente, não podem sequer ser completamente compreendidas nem sua estabilidade pode ser re-estruturada.” (WEIS, 2007, p.38) Sabe-se seguramente que a extinção até mesmo de uma única espécie em particular pode arruinar habitats muito complexos como um todo. (SINCLAIR, 2007) A perda da biodiversidade nas fazendas resulta enfim na perda de biodiversidade pelo agroecossistema como um todo e subseqüentemente por toda a biosfera. Este processo ocorre de forma mais proeminente como consequência direta de insumos agroquímicos e pela perda de habitats naturais devido à expansão de lavouras. (ALTIERI, 2007)

“Pesquisadores tem apontado repetidamente sobre a extrema vulnerabilidade associada à uniformidade genética.” (ALTIERI, 1995, p.369) Um dos exemplos mais familiares desta vulnerabilidade associada à agricultura homogênea é a “fome da batata” ocorrida na Irlanda nos anos 1845-52, quando a população daquela ilha foi reduzida em mais de um quarto. O colapso da produção de batata ocorreu porque “o perfil uniforme das batatas era altamente suscetível a praga *Phytophthora infestans infestans*.” (ALTIERI, 2007, p.190) No Peru, por outro lado, aonde uma variedade muito maior de espécies de batata (e outras lavouras) eram cultivadas durante o século XIX, surtos dessa mesma praga foram manejáveis e não resultaram em fome. (MAZOYER, ROUDART, 2006) Outros exemplos desta vulnerabilidade incluem a perda de 4 milhões de hectares de vinhas uniformes na França pela *Phylloxera vitifoliae*, as repetidas perdas de bananais na Costa Rica pela *Fusarium oxysporum* e *Mycosphaerella musicola*, perdas de cerca de 15 por cento de todas as plantações de milho nos Estados Unidos durante a maior parte da década de 1970 pela *Phomopsis obscurans*, perdas de até 30 por cento das plantações de batata no “Sul global”

devido a *Phytophthora infestans* (ALTIERI 2007), e a perda de quase todas as plantações de tomate no leste e nordeste dos Estados Unidos esse ano devido a essa mesma praga. (MOSKIN, 2009) No Brasil, só em 1999, mais de 1,7 milhão de árvores cítricas foram exterminadas devido às infecções de *Xanthomonas axonopodis*. (GOTTWALD, GRAHAM, SCHUBERT, 2002) O risco de surtos de pestes não manejáveis também aumenta com a alta concentração da pecuária geneticamente homogênea, ameaçando a produção destas fazendas e aumentando o risco até mesmo de doenças próprias de animais virem a infectar humanos, como a influenza aviária H5N1 (BLOOM, E.; de WIT, V.; CARANGAL-SAN JOSE, M.J., 2005, WEIS, 2007) e a atual pandemia da influenza suína H1N1 (2009).

Devido aos riscos associados à ausência de biodiversidade e à taxa e extensão da erosão genética de ecossistemas inteiros; a perda de biodiversidade está sendo rapidamente reconhecida como “o problema mais importante para o mundo hoje e para a futura sobrevivência da espécie humana.” (SINCLAIR, 2007, p.217) Nesse contexto, o risco que plantações transgênicas impõem à biodiversidade através da simplificação de sistemas agrícolas e a promoção da erosão genética pela transferência de genes para espécies não ou semi-domesticadas é da mais alta seriedade. (ALTIERI, 2004, 2007)

Os impactos sociais da perda de plantações locais, resultantes da uniformidade genética ou de mudanças na integridade genética de variedades locais devido a poluição genética, podem ser consideráveis em países em desenvolvimento. Na extrema periferia, perdas de plantações significam contínua degradação ecológica, miséria e até fome. (ALTIERI, 2004, p.24-5)

Alguns países, incluindo a União Européia, proíbem o cultivo de plantações GM e se recusam a importar esses produtos. “Na maioria dos países,” no entanto, “padrões de biossegurança para a monitoração de tais liberações são ausentes ou inadequados para a previsão de riscos ecológicos.” (ALTIERI, 2007, p.200) Em 2004, mais de 80 milhões de hectares já estavam cobertos por plantações GM em 22 países no mundo, com a grande maioria dessas plantações concentradas naqueles países com governos extremamente corruptos e com intermediações do agronegócio muito fortes, como a Argentina e os Estados Unidos. (ibid.) Nesse último, as agências de Administração de Alimentos e Drogas (FDA) e de Proteção ao Meio Ambiente (EPA) caracterizaram plantações GM como “substancialmente equivalentes” à plantações convencionais, permitindo assim a liberação de milhões de toneladas de material geneticamente modificado “sem os devidos testes que poderiam antecipar os impactos de curto e longo prazo na saúde de humanos e de ecossistemas.” (ALTIERI, 2004, p.xiv) Regulamentação governamental está ausente até mesmo no processo de aprovação da liberação comercial de plantações transgênicas, que “é baseado em informação científica provida voluntariamente pelas empresas que produzem plantações GM... Devido ao fato que nenhum cientista pode assegurar que tais alimentos são completamente sem risco, parece que a maioria da população dos EEUU está sendo submetida a um experimento alimentício em larga escala.” (ALTIERI, 2004, p.30) Adiciona-se a essa preocupação que tal “experimento” ocorre sem sequer a ciência, muito menos o consentimento, dos sujeitos envolvidos. Por exemplo, os genes de resistência aos antibióticos e a utilização de enzimas industriais em praticamente todas as plantações GM levantam importantes questões sobre suas conseqüências para a saúde humana, particularmente no que cabe ao comprometimento do sistema imunológico. (TICCIATI, TICCIATI, 1998) Ainda além, “mesmo na ausência de efeitos imediatos (agudos), é possível que leve até quarenta anos para um potencial carcinogênico agir em um número suficiente de pessoas para que seja detectado como um fator causal.” (ALTIERI, 2004, p.40)

A biotecnologia não aumenta significativamente a produção nem reduz a quantidade de pesticidas e fertilizantes utilizados, podendo até criar novas pestes e também resistência nas antigas através de mutações e transferências genéticas. Tais transferências também aumentam o risco de que novos genótipos virais sejam gerados a partir da recombinação entre o RNA do vírus infectante e o RNA transcrito pelos genes manipulados, que poderia

então infectar a flora selvagem através da dispersão de pólen. (ALTIERI, 2007) Sendo que estes fatores ampliam-se a si mesmos, perpetuando ciclos de insumos-biodegradação-insumos, está claro que “a prática atual de monoculturas associada com plantações GM está diminuindo ainda mais o *pool* genético até que não se possa evitar uma pandemia catastrófica.” (ALTIERI, 2004, p.36) A homogeneização genética induzida por plantações GM substancia e amplia severamente a ameaça de perda de biodiversidade e erosão genética, deixando a biosfera como um todo profundamente vulnerável pela sexta vez em toda a história de nosso planeta. De forma mais imediata, condições adversas para plantações homogêneas resultam na perda de subsistência de agricultores camponeses e custos insustentavelmente elevados para populações urbanas e nações dependentes da importação de alimentos. Enquanto a biotecnologia continuar a ser empregada como um mero ajuste técnico para problemas ambientais gerados por etapas passadas de ajustes técnicos, sem questionar as concepções falhas que levam à esses problemas em primeiro lugar, essa nova tecnologia irá – com certeza – “ampliar os riscos ambientais associados à simplificação e toxicidade de agroecossistemas industriais.” (WEIS, 2007, p.73) Levando em consideração a seriedade dessas preocupações e a severa carência de experimentos de longo prazo sobre os riscos ambientais e de saúde de plantações GM, pesquisadores proeminentes na área de agroecologia já pedem “uma moratória de plantações transgênicas, baseados no princípio de precaução [que] deve ser imposto nos EEUU e em outras regiões... até que tais estudos possam ser completados.” (ALTIERI, 2004, p.54)

Foi demonstrado que o modelo monocultural químico-dependente de agricultura, assim como as novas biotecnologias, que iriam supostamente reduzir essa dependência química, são fatores importantes que contribuem para a alarmante perda de biodiversidade. Estes não são, no entanto, os únicos fatores que contribuem para essa crise. “Mudança climática ampliam ainda mais o problema de perda e fragmentação de habitats, já que espera-se que a taxa de mudanças seja muito mais rápida que a capacidade de adaptação da maioria das espécies, e aquelas capazes de migração terão maior dificuldade de movimento por longas distâncias dentro de um ambiente dominado por humanos.” (WEIS, 2007, p.38) Pesquisas combinadas em todo o globo estimam que 15 a 37 por cento das espécies, nos ecossistemas estudados, serão “condenadas a extinção” devido ao impacto da mudança climática até 2050. (THOMAS *et al.*, 2004) A agricultura está associada à mudança climática por dois fatores principais: primeiro, a substituição da biomassa natural por plantações jovens reduz drasticamente a quantidade de carbono que se fixa no ambiente. Isto é particularmente problemático quando o desflorestamento ocorre para abrir espaço para pasto, que fixa praticamente nenhum carbono com relação à biomassa da floresta original. (MAZOYER, ROUDART, 2006) A área dedicada à agropecuária aumentou de 265 milhões de hectares em 1700 para cerca de 1,5 bilhão de hectares atualmente, predominantemente às custas de matas e florestas. (CLAY, 2003) Além do desmatamento, a agricultura também está associada à mudança climática pela extrema dependência energética que caracteriza as monoculturas de alta escala e com alto consumo de insumos. (CLEVELAND, 1995b) Quantidades substanciais de combustíveis fósseis são utilizados na produção e emprego de maquinário pesado e insumos químicos (especialmente pesticidas e fertilizantes sintetizados a partir de petroquímicos) e, no transporte de todos estes insumos e equipamentos por longas distâncias devido à simplificação e especialização de monoculturas, assim como no transporte igualmente distante das colheitas, levadas para usinas processadoras de alimentos, e outros produtos agrícolas para consumo em centros urbanos; tipicamente essas distâncias estão em torno de 2.000 a 2.500 quilômetros para produtos alimentícios e são ainda maiores para os materiais mais pesados de produção agrícola. (WEIS, 2007)

Todos estes fatores ameaçam a biodiversidade, desestabilizando e ampliando o dano ecológico que está levando números alarmantes de espécies à extinção, afetando inevitavelmente também os humanos que se encontram nesses mesmos ecossistemas. Esse efeito nos humanos, como na biosfera como um todo, é distribuído desigualmente entre seus vários membros. Entre os humanos, os mais pobres e marginalizados são os mais drasticamente vulneráveis à problemas de saúde devido à poluição, insegurança

alimentar e possível fome devido ao colapso da sustentabilidade de agroecossistemas. (TUBIELLO, FISCHER, 2007) Sendo que a fome tem continuado mesmo durante a grande expansão da produção agrícola do último século e, já que existe ainda o risco de insegurança alimentar e fome crescente (FAO, 2008), os aspectos sociais da produção agrícola devem ser analisados além de seus impactos ambientais e suas conseqüências inquietantes.

Aspectos sociais da crise atual

A fome é a característica de certas pessoas não *terem* alimento suficiente para comer. Não é a característica de não *haver* alimento suficiente para comer. Enquanto a última pode ser a causa da primeira, ela é somente uma de várias causas *possíveis*. Se, e como, a fome está relacionada ao abastecimento de alimento, isso requer uma investigação dos fatos. (SEN, 1981, p.1, grifos no original)

A investigação dos fatos pertinentes à crise alimentícia atual e sua relação com o abastecimento global de alimentos transforma-se rapidamente em uma investigação de toda a economia alimentícia global, uma vez que os laços produtivos da agricultura têm se fortalecido significativamente acima e abaixo nas linhas de produção e através dos continentes pelos últimos poucos séculos. (MAZOYER, ROUDART, 2006) O fator mais importante que permite a existência de qualquer coisa semelhante a uma economia alimentícia *global* é certamente o transporte à base de combustíveis fósseis. É conveniente, portanto, iniciar a investigação da estrutura social do sistema de produção agrícola aonde deixamos a análise dos problemas ambientais da agricultura industrial, isto é, em sua extremamente alta dependência energética, particularmente dos combustíveis fósseis.

As origens da alta dependência energética da agricultura estão entrelaçadas ao nascimento da revolução industrial. Na verdade, as revoluções industriais e agrícolas evoluem lado a lado até o dia de hoje. (MAZOYER e ROUDART, 2006) Ao despertar do século XIX,

após dez mil anos de evolução e diferenciação agrícola, os povos do mundo eram herdeiros de múltiplas formas de agricultura. Estas eram tão diferentes umas das outras quanto as agriculturas das florestas intertropicais e savanas, as agriculturas irrigadas das regiões áridas e semi-áridas, a agricultura de arroz alagado das regiões úmidas e tropicais, as agriculturas associadas à pecuária das regiões temperadas e certas regiões tropicais, para não mencionar ainda as múltiplas formas de pastoreio das planícies frias e semi-áridas. (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.441)

Essa pluralidade de sistemas agrícolas reflete a diversidade de ecossistemas nos quais eles estão inseridos. Em outras palavras, esses são agroecossistemas distintos. Apesar dessa grande diversidade de agroecossistemas, entretanto, uma característica importante os diferencia do modelo industrial de agricultura que se expandiu durante o século vinte: todos esses sistemas precedentes de produção agrícola dependeram primariamente de recursos *internos*, como a “reciclagem de matéria orgânica, mecanismos próprios de controle biológico e padrões de irrigação fluvial e precipitação pluvial.” (ALTIERI, 2004, x) A revolução industrial “mudou dramaticamente a utilização dos recursos naturais do planeta pela humanidade [marcando] a transição de uma dependência principal em recursos renováveis para a exploração em grande escala de recursos não-renováveis, mais notavelmente em fontes energéticas baseadas em fósseis.” (NEMETZ, 2007, p.8) O carvão foi o primeiro combustível a alimentar a revolução industrial e seu impacto na agricultura começou com a disseminação de ferrovias e barcos à vapor.

Revolucionando o transporte marítimo e terrestre, o motor à vapor alterou profundamente as possibilidades de prover a agricultura com insumos e fertilizantes para o enriquecimento do solo a grandes distâncias, assim como as possibilidades de venda de produtos agrícolas em mercados distantes... Ao mesmo tempo, a ferrovia abriu vastos territórios nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, norte de África, Argentina, e sudeste do Brasil para a colonização agrícola Européia. (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.366)

Nestas áreas de solos férteis e clima temperado, agricultores recentemente imigrados tomaram grandes extensões de terras dos povos indígenas e se organizaram com menos vestígios da economia feudal associada à propriedade e trabalho rural da Europa antiga. Estes agricultores também estavam melhor equipados, mais produtivos e geralmente tinham mais baixos custos de produção que agricultores europeus. Portanto, os preços de suas mercadorias caíram continuamente e invadiram os mercados europeus. Por exemplo, entre 1850 e 1900 o preço do trigo caiu mais da metade e as importações européias dos Estados Unidos subiram de 5 milhões de bushels para cerca de 200 milhões.

Esta importação maciça de mercadorias agrícolas básicas causou uma imensa queda nos preços de produção na Europa, que levou a uma queda da renda agrícola e do preço da terra, a suspensão de investimento e a um crescente êxodo rural. Enfim, isso colocou regiões inteiras da agricultura européia em crise. (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.369)

Esta primeira experiência global de uma crise devido a produção agrícola exagerada não arruinou todos os agroecossistemas na Europa já que os efeitos, como habitualmente, foram altamente divergentes em diferentes países e até em diferentes regiões dentro dos mesmos países. (ibid.) No entanto, os mesmos fatores que se combinaram para gerar aquela crise agrícola persistiram em ritmo acelerado e tanto a produção quanto a comercialização de mercadorias industriais e agro-industriais expandiu-se significativamente. Daqui pode-se decorrer para demonstrar como a expansão deste sistema de produção agrícola durante o século 20 está agora culminando com a economia global alimentícia como um todo entrando em crise.

O crescente uso de insumos externos ao local de produção agrária é o maior causador da expansão da revolução agrícola contemporânea. Em 1900 “somente 10 a 15 por cento dos nutrientes exportados através de colheitas vinha de fertilizantes minerais. Todo o resto vinha do cultivo do ecossistema por si próprio.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.367) Quando combustíveis de maior energia, como o petróleo, ultrapassaram a utilização do carvão no processo de industrialização da economia, a crescente mecanização e motorização (especialmente o motor de combustão interna) ampliaram a produção e transporte de tecnologias de insumos. O uso drasticamente maior de energia fóssil permitiu que a quantidade de agroquímicos utilizados hoje na maioria das fazendas seja dez vezes maior do que em 1950 (CLEVELAND, 1995a; MAZOYER, ROUDART, 2006), respondendo por grande parte do incrível aumento da produtividade do trabalho na agricultura durante o último século:

Cem anos atrás, a diferença de produtividade entre as agriculturas menos e mais produtivas no mundo variavam de dez a cem quintais por trabalhador agrícola, ou uma taxa de 1 para 10. Em menos de um século, a revolução agrícola contemporânea aumentou a produtividade do trabalho na agricultura nos países industrializados e em alguns setores limitados da agricultura dos países em desenvolvimento por varias dúzias de vezes. Conseqüentemente a taxa de produtividade bruta entre a agricultura manual menos produtiva e a mais produtiva agricultura motorizada hoje está na ordem de mais de 1 para 1000! (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.441)

É claro, a mecanização e tecnologias de insumo que permitem essa maior produtividade de trabalho requerem uma quantidade imensa de capital, logo, a maioria dos agricultores em países menos industrializados continuam isolados dos ganhos desta revolução agrícola. Somente cerca de um terço de todas fazendas na América Latina e no oeste da Ásia foram capazes de adotar o uso de tratores. Estas foram predominantemente médias e grandes fazendas capitalistas ou estatais, com monoculturas de grãos, algodão ou cana-de-açúcar, com o objetivo de exportação. Na África e no leste da Ásia, aonde plantações de arroz de várzea predominam sobre outras monoculturas de cereais, tratores só se encontram em menos de 10 por cento das fazendas. Até a tração animal está além do alcance da maioria dos agricultores do mundo, estando presente em menos de 15 por cento de fazendas na África intertropical, em menos de 20 por cento na América Latina e no oeste da Ásia e em menos de 30 por cento no leste da Ásia. Atualmente, “mais de 80 por cento dos agricultores na África e entre 40 e 60 por cento na Ásia e América Latina continuam a trabalhar somente com ferramentas manuais.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.442)

Os avanços técnicos desta revolução agrícola que geraram a grande diferença de produtividade entre a mais simples agricultura manual e o modelo industrial mais avançado não foram, por si próprios, causadores de danos ao desenvolvimento dos pequenos agricultores. O uso crescente de petróleo e de tecnologias mais eficientes reduziram significativamente os custos de transporte mundial acrescido a certas políticas de comércio internacional promovidas para a proteção da agricultura doméstica de nações industrializadas que simultaneamente requereram a liberalização de economias menos industrializadas. (WEIS, 2007) Como consequência,

os preços de mercadorias alimentícias básicas, particularmente cereais, são hoje cada vez mais os mesmos na maioria dos países do mundo. Estes são determinados pelas exportações de baixo preço de países com excedente da alta produtividade agrícola na América do Norte, América do Sul (Argentina, Brasil), Europa, e Oceania (Austrália, Nova Zelândia). (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.451)

Devido a esta queda nos preços dos grãos, o preço de todas as mercadorias alimentícias substitutas também caiu. As fazendas menores e menos equipadas nas nações menos industrializadas foram então forçadas “a reduzir ou abandonar o cultivo de plantações de alimentos destinados à comercialização para dedicar uma crescente parte de seus recursos para produtos tropicais para exportação, que encontravam menor competição, [por exemplo] café, chá, cacau, tabaco, amendoim, algodão, abacaxi, bananas, etc.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.453-4) No entanto, até plantações tropicais para exportação foram cada vez mais submetidas a competição contra plantações alternativas das nações mais industrializadas (e.g., açúcar de cana contra açúcar de beterraba, óleo de amendoim contra óleo de soja) assim também a competição contra produção industrial em si mesma (e.g., borracha e algodão contra sintéticos). Ainda além, certos aspectos da revolução agrícola em países industrializados (destacadamente fertilizantes e pesticidas sintéticos) foram exportados para países menos industrializados para a chamada Revolução Verde, gerando competição doméstica entre as grandes e as pequenas e sub-equipadas fazendas. Conseqüentemente, houve uma queda no preço da maioria das mercadorias tropicais para exportação também. Por exemplo, a média do preço de chá, café e cacau (mercadorias tropicais não afetadas por competição de países mais industrializados) caiu 1,13 por cento por ano entre 1950 e 1984 em relação ao preço de produtos manufaturados importados pelos países menos industrializados. (ROBBINS, 2003) Calculado a preço de mercado, a queda a longo prazo do preço de mercadorias agrícolas resulta em fazendas que não conseguem investir tendo menos produtividade, enquanto simultaneamente os aumentos na produtividade do trabalho, que cresce nos setores industriais e de serviço, elevam os salários e junto com eles o limite de renovação para todas as fazendas. Por conseguinte, fazendas camponesas relativamente improdutivas tem gradativamente maior

dificuldade de gerar renda o suficiente para atingir seu limite de renovação e entram em crise. (MAZOYER, ROUDART, 2006)

Enquanto as maiores fazendas com mais capital são capazes de continuar gerando lucro ou tem o capital necessário para reinvestir em outras alternativas se os preços de mercadorias agrícolas ficam muito baixos; a maioria das fazendas pequenas e sub-equipadas caem abaixo de seus limites de renovação e são compradas na expansão das outras. Camponeses que se encontram sem terra engrossam o mercado de trabalho, reduzindo assim os custos de trabalho na região. Isto abaixa o custo de produção das grandes fazendas que empregam trabalhadores rurais dentro do modelo industrial de agricultura. Além da maior diferença na produtividade do trabalho criada pelas fazendas industriais, a maior disponibilidade de mão-de-obra barata resultante também é um fator importante em exacerbar a tendência de queda dos preços agrícolas. Esse processo alimenta e agrava a si mesmo; enquanto mais e mais fazendas são empurradas abaixo de seus limites de renovação, a produção e o trabalho barateiam, e assim mais pequenos agricultores ficam incapazes de competir e entram em crise. (NEMETZ, 2007)

Não é possível verificar em pequenas regiões, poucos anos, ou poucas plantações a tendência geral de queda de preço de mercadorias agrícolas. Isto ocorre porque as flutuações são extremamente divergentes entre diferentes produtos vegetais e animais e estas mesmas variações podem tomar enormes proporções. Os dois gráficos da história panorâmica da agricultura mundial feitos por Mazoyer e Roudart (2006, p.458-9), ilustram a evolução dos preços reais de trigo, açúcar, arroz, milho e borracha nos Estados Unidos de 1850 a 1990. Visualizando em gráfico algumas das principais plantações por um período tão longo em uma região tão extensa, “é possível levar em consideração simultaneamente a enormidade das flutuações, a extensão da tendência de queda dos preços destas mercadorias e a correlação próxima destas tendências decrescentes a longo prazo.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.456) O estudo também calculou o impacto que esta tendência de queda dos preços de mercadorias agrícolas tem nas pequenas fazendas camponesas de renda média:

Considere um agricultor de cereais Sudanês, Andino, ou Himalaio, utilizando ferramentas manuais e produzindo 1.000 kg de grãos líquidos (deduzidas as sementes armazenadas), sem fertilizantes ou pesticidas. Cerca de cinquenta anos atrás, tal agricultor recebia o equivalente a US\$50 (relativos a 2001) por 100 kg de grãos. O agricultor tinha que vender 200 kg para renovar ferramentas, roupas, etc., mantendo 800 kg para alimentar quatro pessoas modestamente. Diminuindo seu próprio consumo um pouco, o agricultor poderia até vender 100 kg a mais para comprar alguma ferramenta nova e mais eficiente. Vinte anos atrás, este mesmo agricultor recebia não mais que o equivalente a US\$20 (relativos a 2001) por 100 kg. Portanto o agricultor tinha que vender 400 kg para renovar ferramentas e retinha somente 600 kg para alimento, desta vez insuficiente para quatro pessoas. Não era mais possível comprar ferramentas novas. Finalmente, hoje, se tal agricultor recebe não mais que US\$10 por 100 kg de grãos, mais de 600 kg tem que ser vendidos para renovar equipamentos, o que é praticamente impossível uma vez que não é possível alimentar quatro pessoas com 400 kg de grãos. Na verdade, neste preço, o agricultor não é capaz nem de renovar completamente suas ferramentas, mesmo que mínimas, nem de se alimentar adequadamente e renovar sua força de trabalho. (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.15)

Ao ponto que a agricultura camponesa cai abaixo deste limite de renovação e entra em crise, o declínio de ferramentas, a degradação da biodiversidade e fertilidade do agroecossistema, a deterioração generalizada de saúde e a subnutrição de plantas, animais e até mesmo humanos sujeitam os agricultores camponeses a tanta instabilidade econômica e ecológica que uma única colheita falha é suficiente para forçá-los ao endividamento. Ainda mais, com condições de produção comprometidas, as boas colheitas são raras, sua média de produção diminui e quase sempre, após repagar as dívidas, não sobra praticamente

nada para próprio consumo, muito menos para re-investimento. Sob as condições econômicas atuais, quando um agricultor camponês, utilizando somente ferramentas manuais, tem uma renda média de US\$60 por ano, levaria o investimento total de 33 anos de trabalho para comprar um par de bois e pequeno equipamento de tração custando US\$2.000, outros 300 anos mais para comprar um pequeno trator custando US\$20.000, e 3.000 anos para comprar o conjunto completo de equipamentos e agrotecnologia utilizados nas fazendas mais avançadas dos países industrializados.

Estima-se que entre 35 e 50 por cento de toda agricultura camponesa está regularmente abaixo do limite de renovação e portanto em séria insegurança alimentar. Quando em crise, mais cedo ou mais tarde “a população camponesa cai abaixo do limite de sobrevivência e não têm outra opção senão emigrar para as favelas ou campos de refugiados, isto é, se nenhum outro desastre econômico, climático, biológico ou político ocorrer nesse meio tempo, agravando a situação e levando à fome súbita.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.443) Apesar destes problemas serem muito mais graves nos países menos industrializados, os indicadores sociais associados à expansão da agricultura industrial são notáveis até mesmo dentro dos Estados Unidos. Quarenta e seis entre cinquenta e seis estudos realizados durante cinco décadas naquele país, encontram impactos adversos nos indicadores de bem-estar de comunidades rurais, como maior desigualdade de renda e menor taxa de emprego nestas comunidades, com todos os problemas subseqüentes que tal situação produz como maior criminalidade, conflitos sociais e menor estabilidade familiar, participação comunitária e consumo local. (STOFFERAHN, 2006)

Apesar disso os países menos industrializados, que têm grandes áreas de território de baixo custo e os trabalhadores pior pagos do mundo, são capazes de maximizar a produtividade do trabalho de tal forma que – sem os pesados subsídios e outras políticas protecionistas – um número substancial de agricultores nos países mais industrializados teriam renda nula ou negativa. Para manter essas fazendas acima do limite de renovação, sistemas de crédito subsidiado pelo governo são criados e a aquisição de máquinas, fertilizantes e outras agrotecnologias são, não só, isentas de impostos mas às vezes até diretamente subsidiadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o governo subsidia entre 85 e 90 por cento a água para irrigação. (HAMMOND, 1998) Legislações garantem a posse da terra para grandes e médios agricultores, criam e fortalecem instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento de agrotecnologias e financiam aposentadorias “para agricultores se aposentarem mais cedo e assim acelerar a liberação de novas terras.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.432) Posto que agricultores com terras abaixo de certa “área de assentamento mínimo” são excluídos da maioria dos subsídios diretos, créditos com juros reduzidos e subsídios indiretos através de investimento público em infraestrutura; essas políticas de protecionismo agrícola reduziram a demanda por terra por parte de pequenos agricultores e facilitaram a expansão de fazendas maiores acelerando o desaparecimento daqueles para liberar mais terras para estes. Relevante notar que não só nos Estados Unidos e na Europa, mas em praticamente todos os países da OCDE, cerca de 80 por cento de todos os subsídios agrícolas são pagos para os 20 por cento dos agricultores de maior renda. (WEIS, 2007) No final das contas, as complicações econômicas e ambientais que estão sendo descritas nesse artigo agravam a dependência da agricultura destes países de subsídios governamentais aumentando os custos mais rapidamente que os agricultores podem reinvestir e, é claro, a “externalização dos custos sociais e ambientais” é um gigantesco subsídio indireto por si própria. É cada vez mais freqüente que até as maiores fazendas são incapazes de se manter acima de seus limites de renovação sem a aplicação de crescentes subsídios.

O Acordo sobre Agricultura da Organização Mundial de Comércio que entrou em efeito em 1995 “constituiu um grande marco no desenvolvimento da economia alimentícia global estabelecendo, pela primeira vez, regras multilaterais restringindo a soberania dos governos para estabelecer suas próprias políticas agrícolas.” (WEIS, 2007, p.128) No entanto, essa “verdadeira constituição supranacional” está longe de ser igualitária: ao mesmo tempo que força países menos industrializados a abrir seus mercados para

importações dos países mais industrializados, a orientar suas próprias economias ainda mais em direção à exportação e a cortar suporte para o consumo agrícola doméstico, ela também permite que os Estados Unidos, Europa e outros países mais industrializados continuem a intensificar sua competição de exportação baseada em subsídios e aumentar seletivamente o protecionismo, como barreiras tarifárias de importação. (WEIS, 2007) O *Freedom to Farm Act* dos Estados Unidos (1996), por exemplo, removeu pisos de preços para agricultores, favorecendo os comerciantes sobre produtores e intensificando a espiral da queda de preços, a superprodução e a necessidade de aumento nos subsídios. (ROSSET, 2006) Os Estados Unidos aumentaram os subsídios diretos à renda agrícola de 13 por cento em 1996 para 49 por cento em 2000. Para isso, o custo orçamentário da Lei Agrícola (*Farm Bill*) dos Estados Unidos quase que dobrou desde 1996, alcançando mais de US\$180 bilhões na primeira década do século atual - um recorde histórico. (USDA, 2002) A agricultura é a atividade produtiva mais subsidiada constituindo, junto com energia e transporte, 87 por cento de todos os subsídios mundiais. (PEARCE, 2002) Sob o ponto de vista das estimativas de distorções de mercado ocasionadas, os subsídios agrícolas custaram em média 1,3 por cento do PIB dos países da OCDE em 2000 ou cerca de US\$1 bilhão por dia. (BANCO MUNDIAL, 2002) Esse valor é seis vezes maior que o total pago por todos os países da OCDE juntos como assistência ao desenvolvimento dos países menos industrializados. (WEIS, 2007)

A magnitude deste suporte, combinado com pagamentos ou programas para a re-introdução ou extensão agrícola ligados à preço e produção, levam ao aumento de produção agrícola nos Estados Unidos acima dos níveis que normalmente caracterizariam mercados livres. Este excedente agrícola irá por sua vez se alastrar por mercados globais com o apoio de créditos de exportação e programas de assistência alimentar, abaixando assim o preço de mercadorias agrícolas e distorcendo o fluxo do comércio agrícola. (MAYRAND et al., 2003, p.vi)

O impacto econômico e ambiental do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) no México é notável por revelar problemas gerados por políticas de comércio contraditórias. Como prometido por seus proponentes, a implementação do NAFTA gerou 500.000 empregos em manufatura entre 1994 e 2002, mas a enxurrada de produtos agrícolas e manufaturados baratos, subsidiados pelos Estados Unidos e Canadá, sobrepujaram pequenos agricultores que não puderam competir. O setor agrícola perdeu 1,3 milhão de empregos desde 1994, resultando conseqüentemente em uma perda líquida de 700.000 empregos. Mais ainda, pelas razões apresentadas acima, o crescimento de produtividade da própria agricultura mexicana, pelo maior acesso às agrotecnologias através do NAFTA, não se traduziram em um aumento de renda; e a expansão da indústria e agricultura industrial aumentou os danos devido à poluição em mais que US\$36 bilhões por ano. Enfim, a pobreza acentuada aumentou a tendência dos camponeses de expandir sua agricultura para terras vulneráveis e marginais e o retorno ao consumo de bens ambientais locais (como utilização de madeira para fogo), resultando ultimamente em “uma taxa média de desflorestamento maior que 630.000 hectares por ano desde 1993 nas regiões biologicamente ricas do sul do México.” (NEMETZ, 2007, p.11)

A globalização da agricultura industrial durante o século vinte significou a monopolização da economia global alimentícia por poucos grandes produtores nas nações mais industrializadas, empobrecendo a maioria do campesinato do mundo, empurrando muitos deles para terras menores e menos férteis e marginalizando outros para um proletariado rural sem terra. Essas complicações econômicas não ficaram, no entanto, restritas ao interior, sendo que o êxodo rural causado por essa crise agrícola vem saturando as favelas das cidades por todo o planeta. Em países onde as revoluções agrícolas e industriais co-evoluíram mais proximamente, uma porção maior do êxodo rural pode ser incorporada nas indústrias e serviços e, no caso da Europa, muitos camponeses desenraizados puderam emigrar para as colônias. Na maioria destas colônias e no resto do mundo, no entanto, a “revolução verde” avançou a agricultura industrial prioritariamente ao

desenvolvimento da indústria ou de uma economia de serviços. Quase todos os governos responderam ao êxodo rural com maior prioridade ao processo de industrialização, oferecendo a esse setor isenção de impostos, financiamentos com juros baixos, subsídios, significativos investimentos públicos e políticas protecionistas de comércio exterior na competição estrangeira como altos impostos de importação, cotas de importação, etc. (MAZOYER, ROUDART, 2006) Estas políticas apóiam a indústria às custas da agricultura, aumentando o custo de produtos manufaturados para produtores agrícolas que compõem o maior e mais pobre grupo da população e também, contribuem para a super valorização de moedas nacionais com o efeito de subsidiar importações e cobrar impostos de exportações, sendo assim particularmente desfavorável para produtores agrícolas em países menos industrializados. (WEIS, 2007) Um estudo conduzido em dezessete países na África, Ásia e América Latina entre 1960 e 1985 concluiu que o protecionismo à indústria exerceu a maior influência sobre a queda relativa dos preços de produtos agrícolas em relação a outros preços. (KRUEGER et al., 1992) A miséria gerada pelo crescimento independente da indústria e agricultura industrial aumentou os gastos governamentais de assistência social ao mesmo tempo que reduziu o poder aquisitivo doméstico dos países menos industrializados, restringindo assim o crescimento econômico, reduzindo o produto interno bruto e limitando o desenvolvimento.

Com esta compreensão dos acontecimentos recentes relativos a agricultura mundial e seus efeitos na economia global na disponibilidade de alimentos e o desenvolvimento nacional, é possível agora revisitar a decorrente crise alimentícia, mencionada anteriormente, como o sintoma mais visível da crise agroecológica em que a humanidade se encontra na virada do milênio. Quando o mercado global está saturado de grãos baratos vindos de agriculturas industriais, como ao final dos anos 1960 e na década de 1980, a importação de grãos à baixo custo atacam repetidamente a produção de agricultores locais nos mercados domésticos, que então entram em crise e reduzem ou abandonam a produção. Alguns anos depois, quando custos ambientais ou econômicos restringem a produção e reduzem as reservas, como durante os anos 1970, preços mais altos dos produtos agrícolas retornam porém, muitos dos agricultores que haviam entrado em crise não estão mais em posição de aproveitar esses aumentos de preços e aqueles que permaneceram mantêm pouco ou nenhum lucro após o pagamento de suas dívidas assumidas durante o período anterior. (MAZOYER, ROUDART, 2006) No curso dos anos 1990, a agricultura entrou em um novo ciclo de preços crescentes e, considerando a grande dependência da agricultura industrial na energia fóssil e em petroquímicos, os preços dos produtos agrícolas durante os anos 2000 culminaram em resposta aos custos gritantes do petróleo. O preço de petróleo bruto subiu cerca de 920 por cento entre janeiro de 1999, quando custava US\$16/barril, e julho de 2008, quando atingiu o recorde histórico de US\$147.27/ barril. Como conseqüência, desde o início de 2006 a média do preço mundial do arroz elevou-se cerca de 217 por cento, do trigo 136 por cento, do milho 125 por cento e da soja 107 por cento. O preço do arroz dobrou de setembro de 2007 até abril de 2008. (STEINBERG, 2008) Ao final de 2007, a FAO estimou que 37 países já estavam sofrendo crises alimentícias. Desde o ano passado, os conflitos ou distúrbios por alimentos e outras efervescências em larga escala tem acontecido em vários países por todo o planeta, particularmente nos países que importam mais do que exportam alimentos e que continuam pesadamente endividados com os países que os colonizaram e outras nações mais industrializadas. Isso é resultado de décadas de políticas liberais que traçaram importações de alimentos baratos como forma de “modernização”, acelerando o desenvolvimento de uma classe de trabalhadores industriais e contendo as pressões por aumento de salários (dada a importância da alimentação no custo de vida e, portanto, no preço da mão-de-obra). As conseqüências negativas de médio a longo prazo não foram imprevisíveis, mas foi muito mais fácil ignorá-las “quando as importações de alimentos eram baratas e os preços de mercadorias tropicais relativamente flutuantes durante as décadas de 1950 e 1960.” (WEIS, 2007, p.101) Agora que o déficit do balanço dos pagamentos para todos os países menos industrializados que não produzem petróleo subiu de US\$6 bilhões em 1960 para mais de US\$100 bilhões desde os anos 1980 (MAZOYER, ROUDART, 2006), estes países são

forçados a se submeter a “reajustes estruturais” demandados por seus credores, se prendendo cada vez mais à essa rotina industrial.

A insuficiência da demanda em mercados domésticos devido a marginalização do campesinato e a queda subsequente dos salários em toda a economia “é a causa essencial da redução geral do crescimento, da tendência ao investimento especulativo e da crise econômica mundial que tem se desenvolvido desde o início dos anos 1970.” (MAZOYER, ROUDART, 2006, p.444) Apesar dessa redução geral no crescimento não provocar por conta própria nenhum *limite* inflexível ao crescimento suficiente para justificar os argumentos de certos pesquisadores (e.g., DOBSON, 1995), os efeitos conjuntos das complicações ambientais mencionadas acima deixam uma porção substancial da agricultura mundial extremamente vulnerável ao colapso súbito devido a infestações de pragas ou incapacidade de comprar combustíveis e petroquímicos à preços rapidamente crescentes. Enquanto o crescimento contínuo significa “ainda maior estreitamento do *pool* genético até que não seja mais possível prevenir uma epidemia catastrófica” (ALTIERI, 2004, p.36), o capital necessário para reverter esta ameaça nunca estará a disposição da grande maioria dos agricultores para quem os custos de petroquímicos e mecanização continuarão a aumentar enquanto as reservas de combustíveis fósseis mais baratas se extinguirão durante as próximas poucas décadas.

A maioria dos principais países produtores de petróleo já atingiram ou estão rapidamente atingindo a metade de suas reservas e a realidade das reservas se reduzindo combinada a crescente quantidade de energia necessária para extrair os minguados estoques irá certamente aumentar os preços, um fenômeno que está sendo chamado “pico do petróleo.” Quando estes custos são embutidos no transporte, uso de maquinário e insumos agrícolas, isto leva a um efeito deletério, pelo menos à curto prazo, nos países de baixa renda e com déficit alimentício, que já gastam uma grande parte de seu pouco orçamento externo na importação de alimentos. (WEIS, 2007, p.39; HARVEY, 2003; HEINBERG, 2005)

Apesar do colapso súbito do mercado financeiro baseado nos Estados Unidos (quando a “bolha” do setor imobiliário finalmente “estourou” em setembro de 2008) ter encorajado o reinvestimento no mercado de *commodities*, temporariamente reduzindo o custo do petróleo e outros combustíveis fósseis; é esperado que seus custos continuem a aumentar após os mercados financeiros se acalmarem e começarem a se estabilizar e, durante todos esses ciclos econômicos, espera-se que a crise da biodiversidade continue a se agravar. O efeito conjunto destes processos é complexo mas não incompreensível: certamente se reduzirão as possibilidades de reinvestimento em práticas mais estáveis e sustentáveis para a maioria dos agricultores do mundo. Em certo momento, dependendo dos acontecimentos políticos do futuro próximo, uma quantidade suficiente de agricultores estará tão vulnerável às oscilações econômicas e/ou ambientais que seu colapso irá reduzir a capacidade produtiva do sistema agrícola permanentemente. Essas perdas absolutas irão ser transferidas à outros setores da economia e, mesmo sem marcar limites rígidos ao crescimento econômico, irão necessariamente fazer com que os resultados de qualquer desenvolvimento seja contraditório para o campesinato empobrecido. Apesar da inconclusividade dos debates teóricos sobre os limites ao crescimento baseados em cálculos abstratos de “entropia” ou “matérias primas” em geral (DALY, 1995, 1998; SAGOFF, 1998), o modelo de agricultura industrial em si está condenado ao colapso provavelmente durante esse mesmo século e, a menos que a economia global se desloque radicalmente de suas bases atuais, o crescimento econômico se tornará impossível.

Conclusão da análise descritiva

O “Relatório Sobre o Estado do Mundo” do *Worldwatch Institute* de 2006 identifica bem este “limite ao crescimento” quando conclui que “o caminho do desenvolvimento do

século vinte... é um beco sem saída [porque] é incapaz de satisfazer a crescente demanda dos mais de 8 bilhões de pessoas no século vinte um.” (FLAVIN, GARDNER, 2006, p.18, 21) Isso não seria por que esse modelo não é capaz de produzir uma quantidade suficiente de alimento para toda aquela população (isto é, por que há limites “absolutos” ao crescimento), mas sim porque a produção dessa quantidade de alimentos dentro desse modelo agravaria, por conta própria, a miséria e os riscos de colapso ambiental, assegurando crises econômicas e agrícolas cada vez mais catastróficas e aumentando a vulnerabilidade à fome de mais de um bilhão de pessoas e a vários outros estágios de insegurança alimentar, miséria, e marginalização de outros bilhões mais.

É importante lembrar que – enquanto o ciclo de desenvolvimento industrial da agricultura e a crescente dependência alimentícia continuarem – não seria necessário um colapso *completo* do sistema de agricultura industrial ou do ecossistema como um todo para que limites ao desenvolvimento sejam atingidos. Como podemos ver presentemente, a importação de alimentos pode experimentar grandes aumentos de custo devido à restrições em qualquer aspecto importante do sistema de produção agrícola. Custos montantes de petróleo e petroquímicos são os fatores mais imediatos e proeminentes para as crises alimentícias que estão ocorrendo e, outros fatores que continuarão a limitar o crescimento incluem, a erosão e exaustão dos solos, infestações de pestes cada vez mais destrutivas, clima instável e inadequado assim como custos de transporte, mecanização e agrotecnologia cada vez mais elevados. Enquanto qualquer combinação de tais fatores limitantes afetar uma porção significativa da produção global de alimentos, o aumento inevitável do custo de importações de alimentos deixarão cada vez mais pessoas na miséria e com fome nas nações menos industrializadas, e enquanto estes ciclos se intensificam durante a primeira metade desse século, até as maiores economias industrializadas sofrerão depressões e arriscarão o colapso. Dada a situação na qual a economia global se encontra atualmente após o colapso dos mercados financeiros baseados nos Estados Unidos, essa preocupação parece mais tragicamente real agora do que em qualquer outro momento desde a Grande Depressão dos anos 1930.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecology: the science of sustainable agriculture. Boulder, CO: Westview, 1995.

_____. Genetic engineering in agriculture: the myths, environmental risks, and alternatives, 2ª ed. Oakland, CA: Food First, 2004.

_____. Fatal harvest: old and new dimensions of the ecological tragedy of modern agriculture. In: NEMETZ, Peter (org). Sustainable resource management. Londres: Edward Elgar, 2007, pp. 189-213.

BANCO MUNDIAL. Global economic prospects and the developing countries in 2002: making trade work for the world's poor. Washington: Banco Mundial, 2002.

BLOOM, Erik; de WIT, Vicent; CARANGAL-SAN JOSE, Mary Jane. Potential economic impact of an avian flu pandemic on Asia. Asian Development Bank ERD Policy Brief No. 42, Manila, 2005.

CARSON, Rachel. Silent spring. Nova Iorque: Houghton Mifflin, 1962, reimpresso 2002.

CLAY, Jason. World agriculture and the environment: a commodity-by-commodity guide to impacts and practices. Washington: Island, 2003.

CLEVELAND, Cutler. Resource degradation, technical change, and the productivity of energy use in U.S. agriculture. Ecological economics, v. 13, 1995a, pp.185-201.

_____. The direct and indirect use of fossil fuels and electricity in U.S. agriculture. Agriculture, ecosystems and environment, v. 55, 1995b, pp.111-21.

CONWAY, Gordon; PRETTY, Jules. Unwelcome harvest: agriculture and pollution. Londres: Penguin, 1991.

DALLY, Herman. Consumption and the environment. Report from the institute for philosophy and public policy, v. 15, n. 4, 1995, pp.4-9.

_____. Reply to Mark Sagoff's 'Carrying capacity and ecological economics'. In: CROCKER, D; LINDEN, T. (orgs.) Ethics of consumption: the good life, justice, and global stewardship. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1998, pp. 53-62.

DESMARAIS, Annette. La Vía Campesina: globalization and the power of peasants. Halifax, NS: Fernwood, 2007.

DOBSON, Andrew. Green Political Thought. 2ª ed., Londres: Routledge, 1995.

DUNCAN, Colin. The centrality of agriculture: between humankind and the rest of nature. Montreal: McGill-Queen's University, 1996.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Office of Technology Assessment. A new technological era for American agriculture. Washington: US Government Printing Office, 1992.

_____. United States Department of Agriculture (USDA) Genetically engineered crops for pest management. Washington: USDA Economic Research Service, 1999.

_____. Farm security and rural investment act. Washington: USDA, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, Eliane; FABRINI, João (orgs.) Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FLAVIN, Christopher; GARNER, Gary. China, India, and the new world order. In: State of the World 2006, The Worldwatch Institute, 2006, pp. 3-23.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The state of the world's plant genetic resources for food and agriculture. Roma: FAO, 1997.

_____. World agriculture: towards 2015/2030 – Summary Report, Roma: FAO, 2002.

_____. The state of food insecurity in the world 2008. Roma: FAO, 2008.

GOTTWALD, T. R.; GRAHAM, J. H.; SCHUBERT, T. S. Citrus canker: the pathogen and its impact. Plant Health Progress. Online. doi: 10.1094/PHP-2002-0812-01-RV. ago, 2002.

GUTERRES, Enio. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. GUTERRES, Ivani (org.) São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HAMMOND, Allen. Natural resource consumption: North and South. In: CROCKER, D; LINDEN, T. (orgs.) Ethics of consumption: the good life, justice, and global stewardship. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1998, pp. 437-475.

HARVEY, David. The new imperialism. Nova Iorque: Oxford University, 2003.

HEINBERG, Richard. The party's over: oil, war and the fate of industrial societies. Gabriola Island, BC: New Society, 2005.

KRUEGER, Anne; SCHIFF, Maurice; VALDÈS, Alberto. The political economy of agricultural pricing policy. Baltimore, MD: Johns Hopkins University, 1992.

LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. The sixth extinction: patterns of life and the future of humankind. Nova Iorque: Earthscan, 1995.

MAY, Robert. Conceptual aspects of the quantification of the extent of biological diversity. In: HAWKSWORTH, David (org.) Biodiversity Measurement and Estimation. Londres: Chapman & Hall, 1995, pp. 13-20.

MAYRAND, Karel; DIONNE, Stephanie; PAQUIN, Marc; PAGEOT-LEBEL, Isaak. The economic and environmental impacts of agricultural subsidies: an assessment of the 2002 US Farm Bill & Doha Round. Montreal: Unisféra International Centre, 2003.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. A history of world agriculture: from the Neolithic age to the current crisis. MEMBREZ, Jayme (trad.) Nova Iorque: Monthly Review Press, 2006.

MELO, João Alfredo Telles. Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.

MELLON, Margaret; RISSLER, Jane. Gone to seed: transgenic contamination in the conventional seed supply. Cambridge: Union of Concerned Scientists, 2004.

MOSKIN, J. Outbreak of fungus threatens tomato crop. New York Times. Nova Iorque: 17 jul, 2009, A, p. 16.

NEMETZ, Peter. Sustainable resource management. Londres: Edward Elgar, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Our planet, our health: report of the WHO Commission on Health and Environment. Genebra: OMS, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Public health implications of pesticides used in agriculture. Genebra: OMS, 1990.

PEARCE, David. Environmentally harmful subsidies: barriers to sustainable development. Seminário da OCDE sobre subsídios danosos ao meio ambiente. Paris, 7-8 Novembro, 2002.

PIMENTEL, D.; HEPPELRY, P.; HUNSON, J.; DOUDS, D.; SEIDEL, R. Environmental and social costs of pesticides: a preliminary assessment *Oikos*, v. 34, 1980, pp. 126-40.

POGGE, Thomas. A global resources dividend. In: CROCKER, D; LINDEN, T. (orgs.) Ethics of consumption: the good life, justice, and global stewardship. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1998, pp. 501-36.

PRETTY, Jules. The pesticide detox: towards a more sustainable agriculture. Londres: Earthscan, 2005.

- ROBBINS, Peter. Stolen fruit: the tropical commodities disaster. Londres: Zed, 2003.
- ROSSET, Peter. Food is different: why we must get the WTO out of agriculture. Londres: Zed, 2006.
- SAGOFF, Mark. Carrying capacity and ecological economics. In: CROCKER, D; LINDEN, T. (orgs.) Ethics of consumption: the good life, justice, and global stewardship. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1998, pp. 28-52.
- SANJAY, Reddy; POGGE, Thomas. (2005) How *not* to count the poor. In: ANAND, S.; STIGLITZ, J. (orgs.) Measuring global poverty. Oxford: Oxford University, 2006.
- SEN, Amartya. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Londres: Clarendon, 1981.
- SINCLAIR, Anthony. Is conservation a lost cause?. In: NEMETZ, Peter (org.) Sustainable resource management. Londres: Edward Elgar, 2007, pp. 217-238.
- STEINBERG, Stefan. Financial speculators reap profits from global hunger. Global Research, Center for Research on Globalization, April 24, 2008.
- STOFFERAHN, Curtis. Industrialized farming and its relationship to community well-being: an update of a 2000 report by Linda Lobao. Relatório para State of North Dakota, Office of the Attorney General, State of North Dakota v. Crosslands, North Dakota District Court, 2006.
- THOMAS, C.D.; CAMERON, A.; GREEN, R.E.; BAKKENES, M.; BEAUMONT, L.J.; COLLINGHAM, Y.C.; ERASMUS, B.F.N.; de SIQUEIRA, M.F.; GRAINGER, A.; HANNAH, L.; HUGHES, L.; HUNTLEY, B.; van JAARSVELD, A.S.; MIDGLEY, G.F.; MILES, L.; ORTEGA-HUERTA, M.A.; PETERSON, A.T.; PHILLIPS O.L.; WILLIAMS, S.E. Extinction from climate change. Nature, v. 427, 2004, pp. 145-8.
- TICCIATI, Laura; TICCIATI, Robin. Genetically engineered foods: are they safe? New Canaan, CT: Keats, 1998.
- TUBIELLO, Francesco; FISCHER, Günther. Reducing climate change impacts on agriculture: global and regional effects of mitigation, 2000–2080. Technological Forecasting and Social Change, v. 74, 2007, pp. 1030-1056.
- WEIS, Tony. The global food economy: the battle for the future of farming. Nova Iorque: Zed, 2007.
- WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). Ecosystems and human well-being synthesis. Millennium Ecosystem Assessment, Geneva: United Nations, 2005.

¹ Essa e todas as subseqüentes citações de textos em Inglês traduzidas pelo autor.

Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização¹

Onélia Carmem Rossetto

Departamento de Geografia – UFMT/GECA/CP
oneliarossetto@ufmt.br

Resumo

O presente artigo busca apontar as transformações nas técnicas de manejo da pecuária e nas relações sociais de um grupo de famílias residentes no Pantanal de Cáceres – Mato Grosso, Brasil. Para tanto, adota como técnicas de pesquisa a observação direta e a realização de entrevistas com representantes de duas gerações. Conclui-se que, inserida em um contexto em que as pastagens cultivadas proporcionam maior lucratividade, a tradição pantaneira não se inscreve no presente como prolongamento do passado, mas sim como aspectos mutáveis comandados pelo ritmo incessante das transformações. A globalização e a modernização são desafios para o desenvolvimento sustentável fazendo-se necessário que a proteção ecológica caminhe simultaneamente com as transformações culturais e os anseios econômicos dos habitantes do Pantanal.

Palavras-chave: Pantanal; Tradição; Cultura; Modernização; Desenvolvimento Sustentável.

Resumen

Sustentabilidad Ambiental del Pantanal de Mato Grosso: Interfaces entre la cultura, la economía y la globalización

El presente artículo busca apuntar las transformaciones en las técnicas de manejo de la pecuaria y en las relaciones sociales de un grupo de familias residentes en el Pantanal de Cáceres – Mato Grosso, Brasil. Para tanto, adopta como técnicas de investigación la observación directa y la realización de entrevistas con representantes de dos generaciones. se concluye que, inserida en un contexto en el que las pastos cultivadas proporcionan mayor ganancia, la tradición pantaneira no se inscribe en el regalo como prolongación de la pasado, sino que como aspectos mutables comandados por el ritmo incesante de las transformaciones. La globalización y la modernización son desafíos para el desarrollo sostenible haciéndose necesario que la protección ecológica camine simultáneamente con las transformaciones culturales y los anhelos económicos de los habitantes del Pantanal.

Palabras-llave: Pantanal; Tradición; Cultura; Modernización; Desarrollo Sostenible.

Abstract

Environmental Sustainable of Mato-Grossense Pantanal: Globalization, Economy and Culture Interfaces

This present article shows the transformations in the cattles manipulates technics and the socials relations of the families groups that live in the city of Caceres, state of Mato Grosso in Brazilian Pantanal. For this, it uses like research technics the local observation and interviews with people of two generations of each group family. Thinking that the pantanal tradition is in the context where the pastures offer the most lucrative busnisses, the pantanal

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária, Conservação da Biodiversidade e Pantanal – GECA/UFMT vinculado ao Centro de Pesquisas do Pantanal- CPP.

tradition in the present time is not a continuity of the past time. The globalization and the modernization of techniques are challenges to the sustainable development. It is necessary that the ecological protection walks side by side with the culture transformations and the economical dreams of the pantanal people

Keywords: Pantanal; Tradition; Culture; Modernization; Sustainable Development.

Introdução

As relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza transformam-se através dos tempos. Este processo envolve mudanças nos aspectos imateriais e materiais da cultura, como consequência pode ocorrer a uniformização das técnicas de trabalho, dissolvendo características seculares que são padronizadas de acordo com novos modelos.

Tal processo é denominado por Sachs (1986) como mudanças no estilo de vida e resulta dos anseios individuais/ coletivos de um grupo ou através de fatores externos, tais como as forças do mercado e do progresso técnico. Para o autor, a aceitação das transformações está submetida a limites culturais, técnicos e econômicos. O primeiro, associa-se aos valores, crenças, costumes e regras como herança coletiva do grupo social que orienta as opções individuais. O segundo, relaciona-se às exigências de diferentes grupos ao acesso a recursos, tecnologias e equipamentos.

Nas duas últimas décadas, o ambiente rural brasileiro vem passando por profundas alterações, transformando-se, nas palavras de Silva (1999), em um “novo rural” entendido do ponto de vista espacial como um *continuum* do urbano, ou seja, o meio rural brasileiro se urbanizou. Este processo resulta da industrialização da agricultura e do entrelaçamento de características do meio urbano no meio rural e vice-versa.

Entretanto, a impressão das marcas das sociedades na paisagem natural está sujeita a restrições ecológicas. Sachs (1986) reafirma a necessidade de uma simbiose duradoura entre os seres humanos e a natureza, a fim de garantir às gerações futuras um planeta habitável, via conservação dos elementos naturais necessários ao bem-estar da humanidade.

Atualmente a população residente nas áreas rurais do Pantanal Mato-grossense passa por um momento de reestruturação econômica, adaptando seus saberes para conviver com a modernidade. Segundo Canclini (1997), este período é marcado por intensos movimentos de substituição ou interação de aspectos antigos com novos. Esta convivência simultânea resulta em conflitos entre elementos que resistem às inovações e aqueles que se transformam ou são substituídos.

Este processo evidencia a presença de uma escala multitemporal, na qual o “antigo” e o “novo” passam despercebidos aos olhares desatentos. No entanto, seus vestígios desvelam-se nos objetos, nas transformações das técnicas de trabalho, nas alterações dos hábitos e comportamentos, ou seja, nos aspectos da cultura imaterial e material.

O processo de modernização é visível nas áreas rurais do Pantanal Mato-Grossense, algumas características são substituídas, outras, redimensionadas, adquirindo novas formas de manifestar-se na paisagem. A antiga sociedade caipira tradicional descrita por Cândido (1964), que elaborou técnicas e conhecimentos obtendo certo equilíbrio ecológico e social cede processualmente lugar às inovações resultantes da modernidade.

Na trajetória deste artigo, pretende-se apontar e refletir sobre as transformações nas técnicas de manejo da pecuária e nas relações sociais de um grupo de famílias residentes no Pantanal de Cáceres – Mato Grosso, com ênfase para as consequências desse processo na paisagem natural, especificamente nas unidades produtivas denominadas fazendas pantaneiras tradicionais.

Nas fazendas pantaneiras constata-se a presença de proprietários e trabalhadores (peões), que ali nasceram ou residem há cinquenta anos ou mais, denominados, para o escopo desta pesquisa de “pantaneiros tradicionais”. Tal grupo, até época recente, manteve

modos de vida e técnicas de manejo da pecuária extensiva seculares, conservando por meio dessas características a tradição.

Segundo Cabral (1963), as propriedades rurais no Pantanal mantiveram-se sob o domínio da mesma família por gerações consecutivas. O referido grupo criou formas específicas de relações sociais e de convivência com as singularidades das condições naturais, desenvolvendo a pecuária extensiva como base econômica através de técnicas de manejo que imprimiram, de acordo com a literatura (RONDON,1972; BARROS,1998), marcas pouco nocivas ao equilíbrio do meio ambiente.

Como correlato, os pantanais brasileiros foram considerados pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como uma das regiões mais intocadas do mundo, área prioritária para conservação ambiental, assumindo o status de patrimônio natural da humanidade. Mediante esse fato, o estereótipo construído sobre os habitantes pantaneiros transmite a idéia de grupos sociais vivendo temporalidades específicas e mantendo as sub-regiões pantaneiras como paraísos intocados, verdadeiros santuários ecológicos.

Porém, observa-se que os pantaneiros tradicionais passam por um momento de conflito devido às idéias modernizadoras introduzidas pelos seus filhos, ou seja, pela segunda geração. Esse grupo, após maior conexão com o mundo globalizado e com outros ambientes rurais modernizados, busca difundir novas técnicas de trabalho que visam à maior produtividade e acúmulo de capital, contestando os saberes tradicionais que determinam as formas de manejo do gado há pelo menos dois séculos.

Desse modo, observam-se alterações substanciais nos papéis desempenhados pelas identidades sociais pantaneiras no contexto da estrutura produtiva, interferindo nas relações de trabalho e alterando as formas de convivência na família e no grupamento de vizinhança.

No campo da cultura material, constata-se a introdução de novos instrumentos e técnicas de manejo. por conseguinte, a vegetação nativa, outrora conservada e utilizada como principal fonte de alimento do gado bovino, está sendo retirada e substituída por forrageiras exóticas, transformando o ambiente natural.

As transformações nos aspectos materiais e imateriais da cultura desvelam a existência de diferentes espaços e tempos, de aspectos novos e velhos que se misturam continuamente, sugerindo que o tradicional modo de vida do pantaneiro, sua adaptabilidade aos ciclos de cheias e vazantes, as técnicas de produção da pecuária extensiva e as formas de convivência social terão um breve tempo de permanência.

Tais questões colocam em destaque a necessidade de se repensar o enfoque sobre a dimensão da cultura nos processos que envolvem vantagens econômicas e grupos considerados tradicionais. Inserida em um contexto onde as pastagens cultivadas proporcionam maior lucratividade, a tradição pantaneira não se inscreve no presente como prolongamento do passado, mas sim como aspectos mutáveis comandados pelo ritmo incessante das transformações.

No discurso sobre a cultura como elemento a ser considerado no processo de desenvolvimento sustentável, a tendência é um movimento no sentido de proteção e de preservação (ROSSETTO, 2006). No contexto investigado, a questão que ora se impõe é se realmente o foco deve ser direcionado nesse sentido, posto que os próprios atores mostram-se contrários a ele e buscam mudanças.

Assim, ressalta-se a necessidade de atualizar a abordagem dada à cultura no bojo do discurso ambientalista, passando a considerar realmente os anseios locais, admitindo transformações nos grupos que mantiveram a tradição por longo tempo, enfim, acatando a modernização como um desafio para o desenvolvimento sustentável no sentido de que a proteção ecológica caminhe simultaneamente com as transformações culturais e os anseios econômicos.

Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados realizou-se no Pantanal de Cáceres, Mato Grosso, área de estudo do presente trabalho. Essa denominação é homônima ao município, localizado na porção sudoeste do Estado (16° 04' 14" de lat. Sul e a 57° 40' 44" de long. Oeste) no ponto de confluência entre o rio Paraguai e as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364, mesorregião do sudoeste mato-grossense, microrregião do Alto Pantanal, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve os seres humanos e suas relações no grupo social, optou-se por estabelecer uma rede de pessoas que residissem em áreas próximas e possivelmente convivessem e desenvolvessem sua sociabilidade de maneira coletiva.

A longa vivência com alguns atores facilitou o esclarecimento dos critérios da pesquisa e a seleção das seis famílias a serem estudadas. A seguinte informação "*tar família é pantanero antigo, o filho dele tem fazenda em tar "lugar*", possibilitou detectar a rede de entrevistados, que compreendeu:

- Primeira geração ou pantaneiros tradicionais - pessoas que nasceram e/ou residem nos pantanais há cinquenta anos ou mais. Integram este grupo fazendeiros, peões e pequenos sítiantes.
- Segunda geração - pessoas de ambos os sexos que são filhos dos pantaneiros tradicionais, envolvendo proprietários de terra e/ou trabalhadores autônomos e/ou assalariados. Para escolher os representantes dessa categoria, utilizou-se como critério a residência no local ou a prática de alguma atividade na área rural pesquisada.

Apesar da seleção das seis famílias como grupo principal envolvendo a primeira e a segunda geração, as visitas a outras propriedades localizadas na área em estudo, inclusive pertencentes a migrantes e/ou utilizadas para empreendimentos turísticos, permitiram a ampliação das informações, enriquecendo o material de campo e possibilitando o confronto entre os dados.

As identidades sociais foram observadas individualmente, no contexto da família e do grupo social. A coleta sistemática de dados explorou particularmente as técnicas de observação sistemática e entrevistas (HAGUETTE, 1990; CRUZ NETO, 1998) devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de problemas que envolvem as relações sociais.

A entrevista, na condição de instrumento de coleta de dados, está submetida aos cânones do método científico, ou seja, à busca da objetividade. Entretanto, como técnica, possibilita também a coleta de informações de caráter subjetivo, imersas em alguns casos em reações não-verbais (HAGUETTE, 1990). Esse tipo de informação evidencia o estado emocional do informante, suas opiniões, atitudes e valores que devem ser confrontados ou complementados com outros dados, almejando a apreensão do real da forma mais fidedigna possível.

Richardson et al. (1999) aponta como uma das modalidades a entrevista não-estruturada. Essa técnica é desenvolvida por meio de uma conversa guiada pelo entrevistador, na qual o informante descreve aspectos considerados relevantes, fornecendo informações detalhadas que possam ser descritas, utilizadas em uma análise qualitativa e atendam os objetivos da pesquisa.

Foram realizadas vinte entrevistas não-estruturadas, sendo seis com informantes da primeira geração ou pantaneiros tradicionais e quatorze com a segunda geração. Poucas foram marcadas com antecipação. Grande parte das informações foi obtida em momentos e locais inusitados: no trajeto da área urbana de Cáceres para as fazendas, ou no trajeto entre as fazendas; tomando banho nas baías em visitas à vizinhança; nas cozinhas, auxiliando na preparação das refeições; nos períodos de descanso quando os grupos voltavam do campo no final da tarde; ou nas rodas que se formavam casualmente em diferentes momentos, inclusive nas festas, quando se "*matava uma rês*" para oferecer um churrasco aos visitantes.

O tempo de convivência com o grupo permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança: as informações surgiam naturalmente como aspectos da realidade vivida, permitindo a mínima interferência do pesquisador, considerado como um membro do grupo.

Como correlato, os atores envolvidos não necessitavam dissimular seus sentimentos e pensamentos, pois não se sentiam informantes.

Por outro lado, a convivência com o grupo por praticamente vinte anos exigiu, no momento em que o espaço-tempo vivido transformou-se em campo de pesquisa, momentos de estranhamento enfatizados por Schutz (1979, p.19) “...como de desligamento [...] para obter a visão objetiva da comunidade hospedeira”. Nesse sentido, buscou-se estabelecer com os informantes “...uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio os quais eles levam suas vidas...” (Geertz, 2001-a, p.26).

Por não ter participado da tradição histórica por meio da qual o grupo se formou, portanto excluída das experiências condizentes ao passado que fundamentam a história do grupo, fez-se necessário recorrer à memória, confrontando tempos históricos diferentes que incluíam o momento vivido e as formas de vida *de antigamente*. Esse aspecto permeou a coleta de dados com as duas gerações.

É importante salientar que, em investigações desta natureza, muitos caminhos são construídos no desenrolar do processo, a exemplo da revisão teórico-conceitual, pois a determinação dos textos relevantes que seriam incorporados ao escopo do artigo se fez aparente durante a trajetória da pesquisa. Assim, o campo teórico foi uma construção no movimento entre a vivência no campo, as observações e a busca de explicações no pensamento daqueles que em algum momento elaboraram reflexões sobre temáticas e experiências similares.

A coleta de dados em órgãos oficiais foi realizada por entrevistas semi-estruturadas nas seguintes instituições: Fundação Estadual de Meio Ambiente de MT – FEMA; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA; Secretaria Municipal de Turismo de Cáceres –SEMATUR, Instituto de Defesa da Agropecuária de MT – INDEA. Além de dados estatísticos obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Técnicas de manejo do gado nas pastagens nativas e exóticas: rupturas na tradição

A forma de manejo do gado integra a cultura pantaneira tradicional que, em algumas fazendas, permanece há aproximadamente duzentos anos. As técnicas praticadas na área em estudo, fundamentam-se no entendimento formulado pela experiência das sucessivas gerações e caracterizam-se pela criação de gado de forma extensiva, na qual os rebanhos são soltos nos pastos nativos, exigindo poucos cuidados por parte do proprietário (Quadro 1).

Época do ano	Comportamento do rebanho	Técnicas de manejo
Janeiro/fevereiro/março – período das águas	Os campos estão alagados e os animais pastam dentro da água e para dormir buscam as cordilheiras. As vacas que foram montadas em outubro estão prenhes.	É um período de poucas atividades devido às inundações. A boiada já foi vendida; o pecuarista percorre os campos para ministrar o sal mineral e observar o rebanho.
Abril/maio/junho -período da vazante, as chuvas cessam e os campos ficam parcialmente inundados. As águas ficam represadas nos <i>'barreiros'</i> , nas lagoas ou baías permanentes ou temporárias.	Período de nascimento dos bezerros. Ao transitar pelo campo ou buscar água, o gado pode ficar atolado nos barreiros	Este período é considerado o mais trabalhoso. Há necessidade de efetuar vários rodeios por dia para <i>'curar os bezerros'</i> recém-nascidos. O gado que fica preso nos barreiros necessita ser retirado, evitando assim a diminuição do rebanho.
Agosto/setembro/outubro – período da seca	Período em que os touros fazem a monta	Intensificam-se os números de rodeios, permitindo que as vacas

		<p>fiquem mais tempo junto com os touros. O sal mineral é fornecido para o gado no próprio campo para evitar desgaste físico e perda de peso. O período é seco, marcado pela escassez de água e pasto.</p> <p>Os trabalhadores consertam cercas danificadas no período das águas e constroem os aceros para proteger a cerca das queimadas.</p>
Novembro/dezembro – início do período das águas	O gado encontra-se mais forte pois já ocorreram as primeiras chuvas e o pasto rebrotou.	O pecuarista faz novos rodeios para apartar os 'bezerros de ano' destinados à venda.

Quadro 1 - Calendário e técnicas tradicionais de manejo do gado nas pastagens nativas

Fonte: Entrevistas com pantaneiros tradicionais

Organizadora: Onélia Carmem Rossetto

As técnicas de manejo tradicionais, que vigoram em algumas fazendas pantaneiras, integram a cultura material e imaterial e por serem repetidas continuamente sem impactar de forma negativa o ecossistema são consideradas responsáveis pela manutenção do equilíbrio e da sustentabilidade.

As pastagens naturais representam importantes recursos para o desenvolvimento da pecuária extensiva nos moldes tradicionais, no entanto, em grande parte das áreas pantaneiras, apresentam baixa qualidade nutricional, sendo necessários 3,6 ha/animal, podendo chegar na parte leste a 5,0 ha/animal (RODRIGUES; COMASTRI FILHO, 2002).

Segundo Pott (1997), a flora pantaneira apresenta cerca de 1700 espécies, destas, duzentas são gramíneas, duzentas, leguminosas e setenta, ciperáceas, as três principais famílias forrageiras, além de aproximadamente 400 espécies de outras famílias com possibilidades de utilização na alimentação bovina. A manutenção da boa qualidade das pastagens nativas exige tratamentos culturais considerados pela primeira geração como 'limpeza', sendo realizados pela própria natureza ou pela ação antrópica.

Para os pantaneiros tradicionais, as águas que espalham-se na planície durante as cheias representam um acontecimento cíclico responsável pela limpeza dos campos e a renovação da pastagem nativa, dispensando o uso de insumos químicos e a mão-de-obra humana, efetuando assim o controle natural das espécies invasoras (ROSSETTO; BRASIL JR., 2002)

Devido às diferenças entre os tipos de solos, existem áreas com pastagens naturais de melhor qualidade, consumidas quase que totalmente pelo gado, enquanto outras, normalmente afastadas dos mananciais aquíferos, possuem pastos de pior qualidade, rejeitados pelo rebanho. Essas áreas formam as denominadas 'macegas', com espécies como o camará (*Vochysia divergens*), o assa-peixe (*Vernonia scabra*), a canjiqueira (*Byrsonima orbignyana*) entre outras, consideradas invasoras das pastagens nativas, caracterizando-se pelo baixo valor forrageiro (POTT, op. cit.).

Este tipo de pastagem é manejada pelos pantaneiros tradicionais através da queima que ocorre na época seca, entre fins de julho e início de agosto, com o objetivo de obter forragem mais fresca e possibilitar nova brotação, além de controlar as plantas invasoras.

A utilização do fogo como elemento de manejo das pastagens nativas do Pantanal é um elemento da cultura pantaneira que faz parte da tradição, posto que vem se perpetuando entre as gerações. Quando questionados sobre os possíveis efeitos negativos das queimadas no ambiente físico os pantaneiros tradicionais afirmam que estas não o prejudicam, pois é uma ação praticada há mais de duzentos anos e o Pantanal continua apresentando fauna, flora e solo como antigamente; se os efeitos fossem negativos, alterações teriam sido observadas.

Esse argumento, fruto da observação empírica e da vivência, não admite posições contrárias. Na perspectiva da primeira geração, a queima é altamente positiva, pois extermina os morcegos hematófagos que, ao sugar o sangue dos bovinos, podem ser transmissores da raiva, além de ferir os animais, colaborando para a proliferação das moscas varejeiras nas chagas expostas, afetando a sanidade animal.

Além disso, segundo os entrevistados, o fogo contribui para a diminuição do número de cobras que atacam o gado, aumentando o índice de mortalidade. Entretanto, o argumento principal é a necessidade de efetuar a limpeza do pasto que será renovado com as primeiras chuvas, principalmente o capim-carona (*Elyonorus muticus*), cujo consumo pelo bovino dá-se pela rebrota até aproximadamente quatorze dias após a queima.

No Pantanal as áreas destinadas a reservas ecológicas ou vedadas, ou seja deixadas em posio com a ausência dos rebanhos, acumulam material morto e macega, principalmente na época da seca, podendo ocasionar incêndios. O acúmulo da vegetação ressecada no período de estiagem, é a principal causa das queimadas tidas como acidentais.

Para expedir a autorização para a queima controlada do pasto, o IBAMA passou a cobrar uma taxa por hectare. Os proprietários da primeira geração argumentam que a referida quantia torna-se exorbitante mediante o tamanho das áreas a serem manejadas. Como consequência, a queima é praticada sem autorização ou orientação.

Rodrigues e Comastri Filho (2002) afirmam que pesquisas foram realizadas sobre os efeitos nocivos da queima no Pantanal concluindo que o fogo não alterou a 'diversidade de espécies vegetais. Contudo, estudos recentes divulgados por Cardoso e Crispim (2002) demonstram que em áreas de savana gramíneo-lenhosa, na sub-região da Nhecolândia (pantanal sul-mato-grossense), onde se pratica a queima anual, ocorre uma redução de 36% da biomassa aérea, acumulada nos onze meses subseqüentes à queima e, com sua reincidência no ano seguinte, uma redução de aproximadamente 50%, além da degradação físico-química e biológica dos solos.

Rodrigues et al. (2003) cita como desvantagens da queima o efeito negativo no conteúdo de água no solo, principalmente por reduzir a infiltração e elevar as perdas por evapotranspiração; nos terrenos em declive ocorre um aumento das perdas por erosão; além de eliminar insetos que são inimigos naturais de algumas pragas e prejudicar espécies da fauna nativa.

Segundo orientações dos órgãos ambientais, é necessário que a queima seja planejada, esteja de acordo com os aspectos legais (autorização para a queima) e técnicos (condições climáticas, ferramentas e equipamentos, período correto, entre outros).

A queima sem o devido controle pode atingir qualquer fitofisionomia vegetal como as matas e o cerrado, refúgios de animais silvestres e grandes reservatórios sumidouros de CO², considerado um mecanismo de desenvolvimento limpo.

Os pantaneiros tradicionais consideram que sabem controlar a queimada por praticá-la de forma restrita, apenas nas fitofisionomias vegetais que não se prestam à alimentação do rebanho, alegam também que a grande quantidade de biomassa vegetal pode ser considerada um risco maior caso ocorra um incêndio acidental.

A utilização do fogo durante séculos como uma ferramenta de manejo possui uma conotação cultural e seu controle pelos órgãos ambientais possibilitou transformações na cultura pantaneira expressas através de mudanças nas técnicas tradicionais. Este fato toma relevância quando a regulamentação da queimada pelos órgãos ambientais é um argumento utilizado pelos pantaneiros para justificar o desmatamento e a formação de pastagens cultivadas, principal característica que sinaliza para modernização da área em estudo (ROSSETTO; BRASIL JR., 2003).

A substituição das pastagens nativas pelas exóticas é a principal característica da modernização da pecuária na área em estudo e sinaliza para transformações substanciais do secular convívio harmonioso do pantaneiro tradicional com o ambiente natural (Quadro 2).

Período seco	Período chuvoso	Justificativa da ação
1 – A área a ser cultivada é cercada para impossibilitar a entrada do gado (por volta do mês de agosto);		O período das águas dificulta a construção das cercas.
2 – Quebrar a vegetação com o correntão.		As ações 1 e 2 são desenvolvidas no mesmo ano e na mesma época
3 – No ano seguinte ocorre o enleiramento. Esta ação é desenvolvida com tratores providos de lâmina frontal. Em seguida o solo é gradeado para retirar possíveis raízes e exterminar ervas daninhas(julho/agosto).		Período seco que facilita o trabalho das máquinas.
	4 – Quando ocorrem as primeiras chuvas (por volta de outubro, novembro) o solo é novamente gradeado para retirar possíveis restos vegetais.	
	5 – Com auxílio do trator e da semeadeira faz-se o plantio (outubro/novembro) no início do período de chuvas.	
	6- Com as primeiras chuvas, o pasto começa a produzir sementes.	Nesta fase o gado é solto no pasto para, através do seu deslocamento, espalhar as sementes em vários lugares, principalmente naqueles que o pasto não germinou.
7- Retirada do pavio, ou seja, da leira que foi formada com o desmatamento. A vegetação que foi empilhada é queimada.		Depois que o gado distribui a semente e rapa o pasto, a leira fica exposta para atear fogo, sem risco de proliferação. Feito isso, com o auxílio de um trator junta-se o restante que sobrou da queima e se realiza nova queimada. A vantagem de queimar no ano seguinte é justificada pela existência de muita madeira branca, que não tem cerne. Esse material apodrece muito facilmente. Isso permite que se faça o enleiramento com um trator de pneu e não de esteira devido aos custos menores.

Quadro 2- Calendário e técnicas de manejo da pecuária na pastagens exóticas

Fonte: Entrevistas com pantaneiros tradicionais.

Organizadora: Onélia Carmem Rossetto

As transformações na vegetação natural através do desmatamento e plantio das forrageiras exóticas não requer, na mesma proporção, o conhecimento da paisagem e as formas de orientação que integravam os saberes tradicionais, embora a sazonalidade climática continue subjugando o calendário de manejo das pastagens exóticas .

O manejo do gado, nas forrageiras cultivadas, exige o sistema de rotação de pastagens ou seja, o controle do rebanho que é retirado dos locais de pastagens menores e colocado nos campos maiores, deixando o outro em pousio, para que possa se recuperar.

O resultado é o maior aproveitamento das forrageiras, controle mais eficaz das ervas daninhas e insetos como a cigarrinha e também o aumento da produtividade. Os pantaneiros da segunda geração afirmam que a produtividade do rebanho praticamente dobra; nas pastagens nativas, de cem vacas retiravam cinquenta bezerros; nas pastagens cultivadas obtêm-se até oitenta e cinco bezerros.

No sistema tradicional, não existia a preocupação com a separação entre touros e vacas. No sistema de pastagens cultivadas, a estação de monta é definida, os touros ficam com as vacas em épocas determinadas, assim, o pecuarista pode controlar a época do nascimento dos bezerros, evitando período das cheias, facilitando o manejo do gado, aumentando a produtividade e tendo maior aproveitamento dos touros.

O único ponto negativo mencionado pelas duas gerações é o custo na formação das pastagens e no próprio manejo, principalmente na limpeza. O controle das ervas daninhas não é mais feito com a queimada ou com a passagem das águas. Atualmente nas pastagens cultivadas a limpeza é feita com produtos químicos.

O grupo pesquisado congrega identidades pertencentes a várias camadas sociais. Porém os detentores de maiores posses são os principais responsáveis pela adoção da inovação. Isso não significa que os desprovidos de rendas não almejem substituir as pastagens naturais. Os pequenos sítiantes não desmatam porque não têm capital. No entanto, são convincentes em seus discursos ao defender e elencar as vantagens do novo sistema.

Observa-se atualmente que alguns pequenos proprietários vendem frações das propriedades, desfazendo-se do capital, para investir no cultivo das pastagens exóticas. Dessa forma, as novas técnicas não se disseminam de maneira uniforme, estando limitadas apenas pelas diferenças de poder aquisitivo, como correlato, a paisagem pantaneira apresenta-se com áreas de pastagens nativas e exóticas.

As espécies de forrageiras exóticas que se adaptam às condições naturais do Pantanal ainda estão sendo estudadas. Segundo Comastri Filho (1997), estudos feitos nas sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás constataram que a braquiara (*Brachiaria decumbens*) e a humidicola (*B. Humidicola*) adaptam-se aos solos das cordilheiras.

No Pantanal de Cáceres, os pecuaristas utilizam essas espécies vegetais para substituir as pastagens nativas, mesmo que pesquisas científicas não tenham comprovado sua adaptabilidade às condições naturais locais. Como os solos pantaneiros são bastante permeáveis, existe a probabilidade deste agrotóxico alcançar o lençol freático e contaminar os aquíferos da região. Além disso, através das inundações, os resíduos que ficam na superfície podem ser levados a grandes distâncias, atingindo diversos locais da bacia do Rio Paraguai.

A prática do cultivo das forrageiras é acompanhada pelas demais inovações, tais como as vacinas contra as principais doenças que afetam a sanidade animal; a inseminação artificial e a criação de novas raças, inclusive de ovelhas em algumas poucas propriedades, normalmente pertencentes a migrantes.

A principal justificativa para o início do plantio de forrageiras encontrada na bibliografia refere-se ao ciclo das grandes cheias ocorrido nos pantanais a partir de 1974 (SILVA, et.al., 1992; VILA DA SILVA, et al., 1998-b). Segundo os autores, o aumento do período de chuvas e das áreas inundáveis resultou na diminuição da oferta de forragem nativa para o gado, forçando os pecuaristas pantaneiros a iniciarem o cultivo do pasto exótico.

Segundo as fontes orais, no Pantanal de Cáceres, o cultivo do pasto exótico foi introduzido tardiamente, no final dos anos 80 e início dos anos 90. Diante deste fato, é possível afirmar que a área em estudo não participou do processo de modernização das áreas rurais brasileiras que segundo Silva (1982), ocorreu em meados das décadas de 60 e 70 nem tampouco se constituiu como fronteira para o capital, processo sofrido pelo Estado de Mato Grosso no mesmo período.

A partir de 1950, esta unidade da federação passa a receber os excedentes populacionais do Centro-Sul do país. As políticas governamentais estimulam a ocupação

das áreas consideradas vazias, visando ao aumento e à incorporação da fronteira agrícola à economia nacional (CASTRO et al., 1994).

Neste momento o norte mato-grossense passa a representar a nova fronteira agrícola que, na perspectiva de Silva (op.cit.), não necessita necessariamente apresentar-se como um local distante ou um vazio demográfico, e sim, apresentar atrativos econômicos para o ponto de vista do capital.

Diante desse contexto, é possível argumentar que enquanto os interesses do capital estavam centrados na porção norte do Estado, a área rural do Pantanal de Cáceres permaneceu em relativo esquecimento, mantendo as condições ecológicas e culturais tradicionais.

Os pantaneiros da primeira geração, afirmam que as transformações foram mais acentuadas em meados da década de 90, com a melhoria dos meios de comunicação, principalmente as estradas e a entrada de migrantes que começaram a desmatar e plantar forrageiras exóticas.

Dessa forma, pode-se, com segurança, afirmar que as propriedades pertencentes aos pantaneiros tradicionais adotaram o plantio do pasto exótico após observarem que sua utilização nas fazendas pertencentes a migrantes, localizadas nas áreas circunvizinhas, obtiveram resultados positivos.

As inovações trazidas pela '*gente de fora*' redefine o papel da vizinhança, que passa a ser observada como difusora da nova técnica de trabalho, portanto o estereótipo '*do pessoal do sur*' relacionado a pessoas que, devido às condições naturais, não dominam o manejo do gado nos pantanais não condiz mais com a realidade vivida. No atual momento histórico, os migrantes são vistos, principalmente pela segunda geração, como pessoas que trazem o progresso para o local, considerados mais experientes a ponto de serem consultados para tomada de decisões.

No Pantanal o desmatamento não se restringe apenas às cordilheiras ou às áreas de expansão urbana, é possível constatar que a retirada da cobertura vegetal original avança em direção às matas ciliares do Rio Paraguai, atingindo as várzeas alagadas periodicamente.

As matas ciliares são áreas de preservação permanente e por localizarem-se no Pantanal de Mato Grosso, seu manejo deveria ser normatizado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA. Ao entrevistar representante deste órgão, constatou-se que esta normatização, até o momento da presente pesquisa, não foi elaborada.

Junk e Silva (1999) analisam as conseqüências da retirada da vegetação inundável ao longo de um rio, dentro do pantanal, e constatam que a relação custo-benefício é reduzida de tal forma, que o desmatamento deveria estar fora de qualquer discussão.

Os argumentos utilizados foram a diminuição dos estoques de alimentos para os peixes frugívoros que, assim, perdem sua fonte alimentícia; a diminuição da qualidade da água devido à perda da função filtradora da vegetação; o decréscimo de habitats dentro da paisagem e a redução da biodiversidade e da beleza paisagística que têm grande influência para o turismo.

Além de comprometer a fauna, a prática da retirada da cobertura vegetal interfere nos movimentos do solo. Segundo dados do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP (BRASIL, 1997), as bacias dos rios Jauru e Paraguai apresentam-se como uma zona de erosividade elevada. Em tais condições, o solo é facilmente carregado para as partes mais baixas, contribuindo para o assoreamento dos mananciais hídricos da região.

Silva et al. (1992) enfatiza que a localização dos desmatamentos no pantanal pode provocar o isolamento de determinadas espécies da fauna procedentes do cerrado e da floresta amazônica através da interrupção dos corredores de dispersão.

As diferentes fitofisionomias presentes no pantanal abrigam seiscentos e cinquenta e seis espécies de aves. Nas áreas de floresta, vivem cerca de quatrocentos e quarenta e três espécies (67,5%), e as demais distribuem-se em habitats de alguma forma abertos como cerrados, campos inundáveis, rios, baías, corixos e pastagens. Duzentos e oitenta e seis espécies (43,6%) habitam somente florestas (CINTRA; ANTAS, 1996).

Assim, o desmatamento e fragmentação de capões e cordilheiras, áreas florestadas pouco ou não alagáveis, destroem habitats-chave, com flora e fauna específicas, que tem a função de refúgio e sítios de nidificação de numerosas espécies, contribuindo para a redução da diversidade e abundância das aves de habitats florestais presentes no pantanal. Lourival et.al (1999) alerta que as alterações antrópicas podem levar à extinção de muitas espécies ainda desconhecidas ou catalogadas.

Os pecuaristas que estão adotando o plantio de pasto não recebem nenhuma sugestão técnica especializada. Para economizar, alguns adquiriram sementes de péssima qualidade e plantam sem o devido espaçamento. Em função disso, algumas áreas são abandonadas, sendo inundadas por ervas daninhas

Na paisagem pantaneira, as transformações originaram uma nova organização do tempo objetivo, que continua obedecendo a sazonalidade climática, porém com determinado grau de incerteza. O crescente desmatamento dos capões, cordilheiras e demais áreas, inclusive impróprias ao manejo de pastagens, no bojo das transformações pelas quais está passando todo o ecossistema, estão influenciando a simbiose outrora existente.

Após a intensificação do cultivo de forragens, os pantaneiros tradicionais passaram a observar algumas anomalias na paisagem natural. Os fenômenos relacionados à sazonalidade das estações climáticas, antes mais ou menos previsíveis, foram mencionados mais freqüentemente.

Assim, constatam a ausência de chuvas, o frio fora de época, a vazante mais acelerada dando lugar à seca, obrigando-os a aumentarem o número de represas para que o gado não morra de sede. Os períodos de secas e cheias, outrora definidos, possibilitavam a renovação das pastagens, com as alterações nessa dinâmica as forrageiras nativas são invadidas pelas pragas ou macegas, no linguajar pantaneiro, *'hoje o pantanar tá sujando, só vem cambará e canjiqueira'*.

Para os entrevistados da primeira geração, as pastagens nativas dos pantanais diminuem naturalmente, obedecendo um ciclo que ocorre num prazo de cem anos. Nos primeiros cinquenta anos o *'pantanar suja'*, ou seja, cria *'macega'* e os pastos *'vão se acabando'* e nos cinquenta anos seguintes o *'pantanar limpa'*, diminuem as macegas e as pastagens naturais voltam a nascer.

Ao constatar anomalias climáticas infere-se a possível influência das ações antrópicas no pulso de inundação contudo, para explicar tais fenômenos, alguns pantaneiros tradicionais apelam para a observação empírica legitimada pelo longo tempo de vivência no local, outros preferem atribuí-los aos desígnios de Deus. Constata-se nos depoimentos que as razões do senso comum são constantemente utilizadas, nas palavras de Geertz (1997, p. 114), "... não se baseiam em coisa alguma a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade".

Além das irregularidades climáticas, os discursos dos pantaneiros tradicionais enfatizam alterações no número de espécies da fauna silvestre. Alguns acreditam que a proibição da caça têm prejudicado o plantio das roças. Outros afirmam que com a substituição das forrageiras nativas pelas exóticas e a exploração turística em algumas propriedades do entorno, a quantidade de animais vem diminuindo devido à ação predatória dos turistas interferindo, inclusive, na época do defeso, ou seja, da reprodução dos peixes.

Os impactos do turismo e da ação dos barcos de pesca em relação às margens dos rios pantaneiros ainda necessitam de pesquisas científicas. Contudo, segundo as observações coletadas, o movimento da água originado pelas embarcações associadas à retirada da mata ciliar vem causando erosão.

No que concerne às preocupações conservacionistas, as áreas de reserva legal são consideradas de extrema importância por sua utilidade na proteção do rebanho bovino e da fauna silvestre, durante os meses de frio.

Os pantaneiros da primeira geração acatam a modernidade como um novo tempo, mencionam a finitude da vida humana e referem-se às gerações subseqüentes com uma certa amargura, como agentes que destruirão o ambiente natural do Pantanal, apesar de terem tido maior acesso ao conhecimento via educação formal.

O grupo de pantaneiros tradicionais busca eximir-se da responsabilidade pelas alterações no ambiente natural, apontando a segunda geração como principal agente impulsionador da ruptura na tradição pantaneira. O progresso e a retirada da vegetação nativa apresenta-se como um imperativo inevitável influenciando a construção de cenários que profetizam significativas alterações nas paisagens.

Assim, o meio ambiente pantaneiro vem sendo profundamente modificado, entretanto, há uma característica comum entre as duas gerações, o entendimento que a natureza responde às ações humanas via irregularidades que interferem nos modos de vida.

Todavia, os depoimentos da segunda geração apresentam diferenças substanciais segundo o lugar social do entrevistado na estrutura produtiva. Os trabalhadores assalariados demonstram sentimentos dúbios fortemente influenciados pela diminuição da oferta de trabalho. Para a segunda geração de maior poder aquisitivo, as alterações na dinâmica natural são conseqüências da inevitável modernização. Esse grupo não evidencia preocupações com o equilíbrio do meio ambiente pantaneiro e ressalta os interesses econômicos.

Para provocar um enfoque diferenciado sobre os impactos das ações dos pantaneiros no ambiente natural, caberia, talvez, sustentar, entre os pantaneiros da segunda geração, as considerações sobre as irregularidades climáticas, efeitos já observáveis no cotidiano que, de certa forma, estão causando preocupações, entretanto, analisando os depoimentos percebe-se que soluções técnicas são apontadas para minimizar os efeitos das práticas inadequadas.

Diante do exposto é possível afirmar que a substituição do pasto nativo pelo exótico é um processo que não pode ser resumido apenas a uma anomalia climática, como o ciclo de cheias a partir de 1974. As mudanças foram ocorrendo de forma paralela no contexto da família e do grupo social, assim, o desmatamento no Pantanal resulta das alterações nos aspectos materiais e imateriais da cultura pantaneira, marcado por conflitos e rupturas na tradição que, de certa forma, altera as tradicionais identidades pantaneiras, remanejando-as dentro da estrutura produtiva.

Identidades Pantaneiras e Relações Sociais

As identidades são construídas sofrendo mutações ao longo dos anos. Algumas permanecem, outras transformam-se e, ainda, novas identidades surgem continuamente influenciadas por múltiplos fatores, entre eles, as relações estabelecidas nos grupos sociais. Em Haesbaert (1999), o processo de identificar-se caracteriza-se por ser reflexivo, dialógico, portanto inserido em uma relação social. Para o autor, a identidade nunca é definida de forma clara por estar sempre em processo de formação e reconstrução.

As famílias que residem nas áreas rurais do Pantanal são elementos importantes para a compreensão das transformações ocorridas na paisagem. A convivência no mesmo local por pelo menos duas gerações possibilita que estas sejam consideradas depositárias das permanências e mudanças das relações sociais e das formas de manejo do ambiente natural.

Freyre (1946) enfatiza que a família é, desde o século XVI, o principal elemento colonizador do Brasil. Através das famílias residentes nas propriedades rurais, o capital que desbrava a paisagem natural se instala em território brasileiro e este grupo social passa a constituir-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.

Nas fazendas pantaneiras, as famílias assumem grande importância como espaço das relações sociais. Essa situação foi fortalecida ao longo do processo histórico mediante as condições da paisagem natural caracterizada por longo período de cheias que dificultava os deslocamentos e da paisagem cultural expressa pela grande extensão das fazendas e distância entre as sedes dessas propriedades.

Consta na historiografia que, nas primeiras fazendas da região, residiam normalmente os descendentes diretos e suas respectivas famílias para evitar despesas de

separação judicial das terras. Alguns trabalhadores e seus familiares moravam no mesmo local, às vezes até na mesma casa que os patrões, todos congregados sob o regime do proprietário (CORRÊA FILHO, 1946).

No Pantanal, por longo tempo, o costume de proteger a integridade do patrimônio comandou a conduta de transmissão dos bens familiares, elemento que facilitou a reprodução das normas e valores culturais. Atualmente, constata-se que as famílias pantaneiras não têm condição de se manterem conforme os padrões tradicionais, devido às mudanças proporcionadas pela globalização e a conseqüente modernização das técnicas de trabalho, pelos conflitos intergeracionais e pela partilha de heranças que resultaram na reconfiguração do modo de vida pantaneiro.

Nesse contexto, surgem novas relações no grupo social da família e da vizinhança, a terra perde o valor simbólico associado à família, assumindo o valor de mercadoria. Alguns pantaneiros, vendem as propriedades que herdaram para migrantes; enquanto que outros, adquirem as porções de terras que foram perdidas pelos seus progenitores no momento da reestruturação fundiária, ou seja, na década de 1980. Assim, os pequenos sítiantes estão buscando a periferia das áreas urbanas.

Estes aspectos resultam na dissolução e/ou transformações das identidades pantaneiras tradicionais, tais como, o fazendeiro que, apesar da posse de grandes extensões de terra mantém hábitos simples, baixa capitalização e dependência das condições naturais para o exercício da pecuária extensiva. Essa identidade, transforma-se paulatinamente e atualmente seu perfil assemelha-se ao dos pecuaristas das demais regiões do país. O estereótipo que associava o fazendeiro pantaneiro a um exemplo de convívio sustentável entre as práticas produtivas e o meio natural dissipa-se, embora ainda esteja presente nas representações sociais da mídia e do povo brasileiro de forma geral.

Além da referida identidade, o tradicional peão pantaneiro, admirado por viver em estreita simbiose com as características naturais locais, desenvolvendo conhecimentos e estratégias de trabalho singulares, vêm sendo substituída por outras identidades exigidas pelas transformações das técnicas produtivas. Com a expansão de atividades relacionadas ao plantio de forrageiras e as transformações nas técnicas de manejo do gado, a oferta de emprego para os peões está cada vez mais escassa.

Atualmente, no Pantanal, a mão-de-obra deve apresentar outras qualificações, como por exemplo, a habilidade de dirigir tratores, consertar máquinas e demais implementos utilizados no desmatamento, tais como, tratores de esteira, semeadeiras e roçadeiras mecânicas.

Aos peões pantaneiros restam duas alternativas, ou qualificam-se para desempenhar as novas funções, o que é raro, ou migram para as áreas urbanas, fatos observados no decorrer da pesquisa. Para as gerações futuras, possivelmente a imagem dos peões pantaneiros estará associada aos rodeios *country* e pouco se saberá sobre seu modo de vida e participação na construção da paisagem cultural pantaneira.

Dessa forma, não é mais possível divulgar a imagem dos habitantes pantaneiros como povos que mantiveram este ecossistema em harmonia por aproximadamente duas gerações. Vive-se no atual momento histórico a modernização das áreas rurais pantaneiras e a principal conseqüência desse processo no ambiente natural é o desmatamento com a substituição das forrageiras nativas pelas exóticas, cujos impactos ecológicos ainda são pouco estudados pela comunidade científica.

As transformações no Pantanal estão relacionadas à dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção e ao processo de globalização como um novo fenômeno de reestruturação produtiva da economia mundial via intensificação das trocas com o mundo globalizado, resultam na descaracterização de seu sistema econômico e cultural.

Com a expansão dos meios de transportes e de comunicações, sobretudo da mídia com a sua reconhecida força formadora e divulgadora de valores, fica cada vez mais difícil pensar na tradição para definir as relações entre as gerações pantaneiras. No entanto, constata-se que, entre as gerações pesquisadas há o sentimento de pertencimento ao

Pantanal, elemento que sinaliza para existência de um processo de identificação com o lugar.

Na atualidade há uma ênfase na diversidade econômica das atividades locais. Contudo, a tradição pecuarista constitui-se ainda em um foco de resistência às inovações, inclusive pela segunda geração, adepta da modernização. No Pantanal, o tempo das mudanças sempre ocorreu de forma peculiar, a urgência do novo não ultrapassa alguns aspectos da tradição e a manutenção da pecuária como principal atividade produtiva, embora modernizada, representa um elemento de resistência da tradição, dificultando a inserção da pluriatividade nessa paisagem rural.

O crescimento econômico é um fenômeno microeconômico pois depende das decisões das unidades produtivas, ao mesmo tempo em que se torna macroeconômico pois relaciona-se também a fatores institucionais tais como políticas públicas nem sempre acessíveis à população local.

As sociedades não se desenvolvem em isolamento e as mudanças são expandidas através de muitos canais e contatos que promovem a difusão de inovações culturais e tecnológicas. Hagerstrand (apud Chabaribery, op. cit.) aponta para a teoria da difusão geográfica de inovações no espaço rural, afirmando que existem irregularidades no padrão geográfico e no tempo da difusão das inovações no campo. Esse processo ocorre dentro de sistemas sociais, cujos grupos e classes, são ligados por firmes relações mútuas e recíprocas de interdependência e interação, entretanto, a difusão ocorre mais lentamente no espaço social que no espaço geográfico.

No espaço social, este processo necessita provocar rupturas na resistência do indivíduo quanto à adoção da inovação, fato que demanda tempo e necessita da informação intensiva sobre as benesses das novas tecnologias. Já no espaço geográfico, a difusão das novas tecnologias requer uma ordenação hierárquica no campo da comunicação (de centros mais adiantados para locais mais atrasados) através das redes estabelecidas.

Duarte (1998, p. 12) ressalta que o processo de modernização da agricultura no Brasil deve ser entendido no contexto da globalização da economia pois, “neste cenário legitimam-se determinadas relações de produção e dominação (...). O setor rural passa (...) por um processo de reconversão tecnológica e produtiva, de (re) socialização social, cultural e ambiental...”.

Tal processo na realidade investigada implica um movimento em dupla direção, no qual, por um lado, podem ocorrer as transformações das identidades e o esquecimento das tradições pantaneiras via incorporação de novos modos de vida e modernas técnicas de produção, por outro, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, aconteceria a revalorização da cultura material e imaterial produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição dos aspectos tradicionais.

É consenso que a expansão da economia de mercado baseada em alta produtividade pode resultar em efeitos negativos nas paisagens. Entretanto, Frederking (2002) contrapõe-se a esta visão antagônica entre crescimento da economia e equilíbrio ambiental, pois acredita na existência de um relacionamento endógeno entre a cultura e desenvolvimento econômico, nos quais aspectos da tradição podem persistir sem conseqüências negativas para o desenvolvimento. Dessa forma, seria possível conciliar o progresso econômico com a diversidade cultural.

Jenkins (2000) compartilha desse pressuposto acrescentando que a modernização e a globalização poderiam reforçar a tradição e a consciência da diversidade cultural. Estes elementos assumiriam o status de mercadoria e seriam comercializáveis para um grupo de consumidores que busca os produtos e serviços associados à autenticidade e à tradição.

Nesse sentido, o modo de vida pantaneiro seria um recurso econômico que, introduzido no mercado adequadamente, poderia gerar renda e empregos. Nessa linha, surge o fenômeno da pluriatividade no ambiente rural (KAGEYAMA, 1998; SCHNEIDER, 2001) que sinaliza para novas formas de organização da produção ou de antigas práticas assumirem novos significados como alternativa de geração de renda.

Dessa forma, os pressupostos que envolvem a sustentabilidade ambiental necessitam gerenciar as transformações, inclusive nos aspectos culturais, propondo

alternativas preventivas e pró-ativas para os diferentes grupos que possam, de alguma forma, influenciar no desenvolvimento sustentável do Pantanal, principalmente a população local e o poder público.

Como um acontecimento contemporâneo, as ações nocivas ao meio ambiente são passíveis de serem administradas através de instrumentos de gestão ambiental, cujos interesses estejam centrados em diretrizes que atendam aos interesses dos habitantes locais, ou seja, maior produtividade econômica e, paralelamente, conservem os aspectos da paisagem cultural, minimizando os impactos no ambiente natural.

Dessa forma, há a necessidade de fortalecer atividades econômicas coerentes com a área alagável do Pantanal, direcionando, através dos programas governamentais e das atividades fiscalizadoras, a exploração do ambiente natural e, de forma concomitante, apoiando pesquisas que subsidiem o planejamento regional, estendendo-se, inclusive aos países vizinhos.

Como área fronteira, os Pantanais brasileiros e a região chaqueña da Bolívia e Paraguai poderiam discutir coletivamente os instrumentos de gestão ambiental através de políticas partilhadas de forma a promover a otimização e a eficiência dos programas que visam impulsionar e gerir o processo desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, se faz necessário a promoção de projetos de difusão tecnológica como meio essencial à promoção das transformações econômicas estimulando estratégias preventivas ancoradas no pressuposto de que representa mais vantagem, tanto na perspectiva ecológica, como na perspectiva econômica, prevenir os danos ambientais do que procurar remediá-los posteriormente.

Na esfera jurídica é necessário rever as legislações ambientais federal e estadual vigentes que tratam o ecossistema pantaneiro de forma similar aos demais, desconsiderando as características naturais dessa área alagadiça. Essa ação deve ocorrer paralelamente à reestruturação da atuação dos órgãos públicos, no sentido de enfrentar os problemas da realidade pantaneira, a começar pelo desmatamento, implementando ações educativas, de fiscalização e punição, rompendo com a situação de anonimato e impunidade que ora prevalece.

Considerações Finais

Os conhecimentos aqui pormenorizados resultam dos relatos orais dos pantaneiros que residem no Pantanal de Cáceres há cinquenta anos ou mais, enfatizando que a memória desempenha o papel de eixo temporal entre passado e futuro (COSGROVE, 1998) e os saberes são indissociáveis da expressão material e objetiva, visto que o domínio da técnica e do material acompanha a tradição do saber fazer, enquanto elemento cultural.

O movimento entre as discussões teóricas e o espaço-tempo vivenciado pelas famílias pesquisadas permite a constatação que ainda existe uma significativa distância entre o mundo das idéias representado pelo discurso do desenvolvimento sustentável e a realidade concreta, baseada na lógica de maior produtividade econômica, contudo, certos aspectos culturais tradicionais que resistem às inovações, podem representar uma alternativa para a construção do meio ambiente equilibrado, patrimônio das gerações vindouras.

Paralelamente, busca-se enfatizar que, com apoio do Estado, através de intervenções no sentido de estimular a cultura pantaneira tradicional e o aumento do rendimento econômico, a segunda geração representaria um elo de resistência entre as práticas tradicionais e as transformações resultantes da modernização, minimizando os impactos no ambiente natural.

As transformações observadas nos aspectos da cultura material e imaterial estão atreladas a processos macroeconômicos tais como os diversos programas/políticas públicas direcionados ao Pantanal e ao seu entorno que, de forma geral, apresentam resultados negativos para o ambiente natural, desconsideram os aspectos culturais presentes no modo de vida pantaneiro e excluem os habitantes locais dos processos decisórios.

Em síntese, não existem fronteiras ou delimitações entre transformações culturais e alterações no ambiente natural, tudo ocorre a um só tempo, em uma velocidade que não obedece mais ao ritmo lento das águas que estendem-se sobre a planície pantaneira. No momento em que concluo esta seção, em pleno mês de agosto de 2008, penso que o ‘*pantano já secou*’ e a paisagem continua sendo construída infinitamente.... quiçá, no futuro, através da intervenção de outros grupos sociais, com novos valores e outras formas de apropriação dos elementos naturais.

Referências Bibliográficas

- BARROS, A. L. Gente Pantaneira (crônicas da sua história). Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP. Análise Integrada e Prognóstica da Bacia do Alto Paraguai. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente- PNMA, 1997-c. v. II, tomo III.
- CABRAL, O. Histórias de uma região (Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia). Rio de Janeiro: Himalaya, 1963.
- CANCLINI, N.G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Traduzido por Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. (Ensaio Latino-Americanos, 1).
- CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964. (Coleção Documentos Brasileiros n. 118).
- CARDOSO, E. L.; CRISPIM, S. M. A. Queimada controlada no pantanal. Disponível em: <<http://www.embrapa.br:8080/aplic/ru.../>> Acesso em: 07 dez. 2002.
- CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZZI, M.; PRETI, O. A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- CHABARIBERY, D. Inovações e desigualdades no desenvolvimento da agricultura paulista. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1999. (Coleção Estudos Agrícolas,7).
- CINTRA, R.; ANTAS, P. T. Z. Distribuição geográfica, história natural e conservação das espécies de aves da região do Pantanal no Brasil. In: II Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal: Manejo e Conservação. 1989, Corumbá. Anais. Brasília: SPI, 1996, p.98-99.
- COMASTRI FILHO, J. A. Pastagens cultivadas. In: CATTO, J. B.; SERENO, J. A. (orgs). Tecnologias e Informações para a Pecuária de Corte no Pantanal. Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1997. p. 21- 47.
- CORRÊA FILHO, V. Pantanais Matogrossenses (devassamento e ocupação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1946.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 51-66.

DUARTE, L. M. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. In: DUARTE, L. M. G.; BRAGA, M. L. S. (orgs). Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 11-22.

FREDERKING, L. C. Is there an endogenous relationship between culture and economic development? Journal of Economic Behavior & Organization, v. 48. 2002. p. 105-126. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/econbase>> Acesso em: 18 dez. 2002.

FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 5. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1946. (Coleção Documentos Brasileiros, 1º volume).

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Traduzido por Vera Mello Joscelyne. Petropolis: Vozes, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA R. L. (orgs). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1990.
JENKINS, T. N. Putting postmodernity into practice: endogenous development and the role of traditional cultures in the rural development of marginal regions. Ecological Economics 34, 2000. p. 301-314. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/locate/ecocon>> Acesso em: 18 dez. 2002.

JUNK, W. J; SILVA, C. J. da. O conceito de pulso de inundação e suas implicações para o Pantanal de Mato Grosso. In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal – Manejo e Conservação. 1996, Corumbá. Anais. Corumbá: Embrapa Pantanal, 1999. p. 17-28.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas. Brasília: Editores Danilo Rolim Dias de Aguiar e José Benedito Pinho, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-SOBER, v. 1. p. 555-566, 1998.

LOURIVAL, R. F. F.; SILVA, C. J. ; CALHEIROS, D. F. Os impactos da hidrovía Paraguai-Paraná sobre a biodiversidade do Pantanal – uma discussão multidisciplinar. In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal – Manejo e Conservação, 1996, Corumbá. Anais. Corumbá: Embrapa Pantanal, 1999. p. 517-535.

POTT, A. Pastagens nativas. In: CATTO, J. B.; SERENO, J. A. (orgs). Tecnologias e informações para a pecuária de corte no Pantanal. Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1997. p.7-20.

RICHARDSON, R. J. ; PERES, J. A.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, C. A. G.; COMASTRI FILHO, J. A. A pecuária e as pastagens do pantanal. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/ct/artigos/2002/artigo_030502.htm> Acesso em: 07 dez. 2002.

RODRIGUES, C. A.; CRISPIM, S. M. A.; COMASTRI FILHO, J. A. Queima controlada no pantanal. Disponível em: < <http://www.cpap.embrapa.br/publicações/online/DOC35> > Acesso em: 07 dez. 2003.

RONDON, J. L. N. Tipos e aspectos do pantanal - Mato Grosso. São Paulo: Nobel, 1972.

ROSSETTO, O. C.; BRASIL JÚNIOR, A. C. P. Cultura material e modernização econômica: elementos para discussão da sustentabilidade ambiental dos Pantanaís Mato-grossenses. In: _____. (orgs). Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Universidade de Brasília, 2002-a. p. 15-36.

ROSSETTO, O. C. Vivendo e mudando junto com o “*Pantananar*”: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras. Anais do 4. Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal – Sustentabilidade Regional. Corumbá – MS de 23 a 26 de novembro de 2004. Editores Balbina Maria Araujo Soriano. Suzana Maria de Salis. Guilherme de Miranda Mourão. Luiz Alberto Pellegrin – Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. [CD-ROM]

ROSSETTO, O. C.; BRASIL JR., A. C. P. Cultura e Desenvolvimento Sustentável no Pantanal Mato-Grossense: entre a tradição e a modernidade. Revista Sociedade e Estado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. v. 1, n.1. Brasília. EdUnB, 2003.

SACHS, I. Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986.
SCHENEIDER, S. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. In: II Seminário sobre o novo rural brasileiro. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: a fase III do Projeto Rurbano. 2001. Campinas, Anais. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. 2001. p. 2-38.

SCHUTZ, A. Fenomenologia e Relações Sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz.

SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. O novo rural brasileiro. 2. ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, M. P.; MOURÃO, G. M.; MAURO, R. A.; COUTINHO, M. E.; TOMÁS, W. M. Situação do desmatamento no pantanal. In: II Congresso Latino-americano de Ecologia; I Congresso de Ecologia do Brasil. 1992, Caxambú. Resumos. Caxambú: [s.ed.], 1992. p.381-382.

VILA DA SILVA, J. dos S.; ABDON, M. de M.; SILVA, M. P. Levantamento do desmatamento no pantanal brasileiro até 1990/91. Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira. Brasília, v.33. n. especial, p.1739-45. out. 1998.

Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará¹

Déa de Lima Vidal

Professora Adjunta, Doutora em Agricultura e Economia Agrária, Coordenadora do Laboratório de Estudos em Sistemas Semi-Áridos (FAVET) da Universidade Estadual do Ceará, Telefone: (85) 31019932, Av. Paranjana, 1700, Bairro Serrinha, CEP 60740-903, Fortaleza, CE (lesisa2008@gmail.com)

João Vitor de Oliveira Alencar

Estagiário e Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Membro do Laboratório de Estudos em Sistemas Semi-Áridos da Universidade Estadual do Ceará (joaoflit@yahoo.com.br)

Resumo

Analisaram-se os impactos provocados por determinados componentes do padrão tecnológico adotado pela agricultura brasileira, sobre as relações sociais de produção em Unidades Familiares (UFs) rurais da Depressão Sertaneja no semi-árido do Ceará. 96 UFs foram diferenciadas a partir de dados originais no tocante à composição e produtividade do fator trabalho e do nível de mecanização. Como resultados sobressaem: (i) presença da força de trabalho assalariado sazonal, em todas as UFs rurais, excetuando-se as da Comunidade de Tapera e (ii) a maioria das UFs apresentaram baixo índice de mecanização. Assim, as UFs de Tapera, Queimadas e Lustal II se constituíram nas que sofreram menores transformações internas do trabalho familiar, relacionadas às variáveis de baixa mecanização, caracterizando-se assim, como camponesas. Essas UFs podem servir de base para a (re)estruturação de um modelo alternativo de desenvolvimento, contrário à racionalidade globalizadora. A alta intensificação de seu fator trabalho, indicando sua máxima mobilização aliada à baixa dependência da mecanização e importante presença de jovens, permite vislumbrar que ainda controlam recursos desse sistema agrário marginal e ameaçado, convidando para sua restauração e aperfeiçoamento.

Palavras-chave: campesinato, dinâmica camponesa, semi-árido, Depressão Sertaneja Cearense.

Resumen

Diferenciación campesina en la Cuenca Sertaneja Semi-árida del Estado del Ceará

Los impactos provocados por determinados componentes del patrón tecnológico adoptado por la agricultura brasileña han sido analizados en lo que concierne a las relaciones sociales de producción en Unidades Familiares (UFs) rurales ubicadas en

¹ Este trabalho corresponde a uma versão revisada e ampliada da Comunicação apresentada ao Evento "Fórum do Semi-Árido: Teorias e Práticas", realizado em Sobral – Ce nos dias 21 a 23 de Outubro de 2009. A estrutura geral do texto foi modificada, havendo sido realizadas significativas alterações.

Cuenca Sertaneja del Semi-Árido, Estado del Ceará, Brasil. Datos originales de noventa y seis UFs han permitido la diferenciación de las mismas por intermedio de variables sobre la composición y productividad del factor trabajo y del nivel de mecanización. Como resultados se evidenciaron: (i) presencia de la fuerza de trabajo asalariado sazonal en todas las UFs rurales, con excepción de las pertenecientes a la Comunidad de Tapera y (ii) la mayoría de las UFs presentaron bajo índice de mecanización. Por lo tanto, las UFs de Tapera, Queimadas y Lustal II se han constituido en las que han sufrido las más pequeñas transformaciones internas del trabajo familiar, relacionadas a las variables de baja mecanización, caracterizándose así como campesinas. Esas UFs pueden servir de base para a (re)estructuración de un modelo alternativo de desarrollo, contrario a la racionalidad globalizante. La alta intensificación de su factor trabajo, indicativo de su máxima movilización unida a la baja dependencia de mecanización e importante presencia de jóvenes rurales, ha permitido conjeturar que todavía aquellas UFs controlan recursos de este sistema agrario marginal y amenazado, invitando para su restauración y perfeccionamiento.

Palabras-clave: campesinato; dinámica campesina; semi-árido; Cuenca Sertaneja Cearense; restauración.

Abstract

Peasant differentiation on the Semiarid Hinterland Depression, State of Ceará

The impacts provoked by determined technological standard components of the adopted by Brazilian agriculture had been analyzed on the social production relations in agricultural Familiar Units (FUs) of the Sertaneja Depression, Semi-arid area of Ceará, Brazil. 96 FUs had been differentiated from original data in regards to the factor work composition and productivity and mechanization level. The follow outstanding results were found: (i) the sazonal wage-earning work presence in all the agricultural FUs, excepting in the Tapera Community and (ii) the majority of the FUs had presented mechanization low index. Thus, the Tapera, Queimadas and Lustal II FUs had constituted those Communities had suffered the minors familiar work internal transformations, related to the low mechanization, characterizing theirselves thus, as peasants. These FUs can serve of base for structuring an alternative model of development, in the opposite to the globalizer rationality. The high intensification of its factor work, indicating its maximum mobilization allied to low mechanization dependence and the important young rural people presence, allows to glimpse that still those rural communities UFs control resources of this agrarian disadvantaged and threatened system, inviting for its restoration and perfecting.

Key-words: peasant; peasant dynamics; semi-arid; Hinterlands Ceara Basin; restoration.

Introdução

Dispondo de meios limitados a agricultura camponesa, orientada inicialmente para a produção de subsistência, vem sendo subjugada à produção capitalista e condicionada a aumentá-la sem cessar, para atender suas necessidades monetárias crescentes, acentuadas pelas taxações comerciais e fiscais; gerando, por conseguinte, uma situação de pobreza ao campesinato à medida que é submetido a uma modernização limitada, desigual e inadaptada, pensada de cima para baixo. Em conseqüência, a pobreza

camponesa leva a uma superexploração do meio, à sua degradação e à escassez (BARBOSA *et al.*, 2008; MAZOYER, 1991). Agora, não se trata mais de *modernização*, de progressão ou mesmo de estagnação. Trata-se sim, de regressão do meio, fome e êxodo. A incorporação *maciça* de meios importados para desenvolver a agroexportação além de ser inacessível, é geradora de crise para o campesinato. Portanto, é necessário passar-se pela *mobilização prioritária* e pelo *melhoramento contínuo dos recursos locais*: mobilização dos recursos fundiários, mobilização da força de trabalho da população camponesa e utilização máxima das energias locais (ALTIERI, NICHOLLS, 2002). Assim, satisfazer prioritariamente as necessidades locais da reprodução social (de subsistência e ecológica), através da valorização máxima do trabalho e dos recursos disponíveis e da minimização dos insumos onerosos é um processo que questiona o modelo dominante, já que esse último maximiza a agroexportação, juntamente com as importações dos meios modernos, em detrimento da economia camponesa. Trata-se, pois, de uma nova via, de um novo modelo de desenvolvimento: autocentrado e menos dependente (AS-PTA, 2009; CONTAG, 1997; MAZOYER, 1991). Procura-se por conseguinte, restaurar a economia alimentar e os ecossistemas degradados e propõem-se tecnologias mais *adaptadas, intermediárias*, projetos de *desenvolvimento integrado*. O principal objetivo desse desenvolvimento deve ser precisamente o de salvar, restaurar e aperfeiçoar a economia camponesa, que controla os recursos e os ecossistemas marginais e ameaçados, os *espaços perplexos* (ARAÚJO, 2000a).

Defendem-se, pois, outros modelos de desenvolvimento para as denominadas *zonas de agricultura marginal*, ou áreas desfavorecidas, e ao fazê-lo incorpora-se uma perspectiva *desde baixo*, embora, sem ocultar o fato de que "*as sociedades rurais e o problema do agro já não são explicáveis somente no âmbito puro da agricultura*" (BORBA, GOMES, TRUJILLO, 2009). No entanto, há uma década ao menos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG, 1997) vem argumentando sobre a necessidade premente de se utilizar em maior escala os recursos próprios e disponíveis na unidade familiar, evidenciando que, a superação pelo campesinato de sua situação de empobrecimento crescente, supõe romper com a dependência técnica dominante e, assim, resistir à exclusão social por meio do resgate produtivo (CARVALHO, 2003).

Campeinato e Espaços Perplexos esquecidos

As pesquisas sobre o agro brasileiro se desenvolveram, primordialmente, sobre os espaços dinamizados pelo capital, objetivando entender as implicações do modo de produção capitalista sobre as relações sociais de produção particulares do campo, prioritariamente enfocadas em áreas modernizadas. Ao nível de semi-árido do Ceará, especificamente, têm-se os trabalhos pioneiros de Elias (2006, 2005, 2002, 2001), nos quais objetivou reconhecer a mecânica de (re)produção dos espaços agrícolas de seus *vales úmidos*, recentemente incorporados à produção agropecuária globalizada, pontos de difusão da agricultura científica e do agronegócio.

No entanto, a literatura não fornece estudos sistemáticos e aprofundados sobre o funcionamento de unidades camponesas em *espaços perplexos* (ARAÚJO, 2000a) cearenses, localizados no semi-árido da depressão sertaneja, espaços não racionalizados pelo capital, observa-se assim, uma lacuna muito significativa que permitirá, caso não seja sanada, o aprofundamento da fragilidade camponesa. Ademais, a ótica de análise preponderante, ademais de privilegiar os espaços capitalizados, quando se volta para os espaços desfavorecidos, o faz seguindo a tendência recente nos trabalhos realizados sobre economia política e sociologia rural no Brasil: a da não abordagem do campesinato como categoria de análise. O termo "agricultura familiar", nem sempre apoiado em

definição teórica clara é utilizado majoritariamente em estudos empíricos. A preferência da última designação para a pequena unidade de produção rural, desconhece pois, o camponês, a camponesa, substituídos por uma noção neoliberal de pequeno empreendedor, tão impregnada na figura do agricultor familiar.

Essa perspectiva contribui para o enfraquecimento do debate político travado em torno do tema da questão agrária, visto que o conceito de produtor familiar é usado como alternativa ao de camponês, por apresentar caráter operacional não conflitivo, já que ignora os interesses divergentes de classes no campo e por melhor representar a realidade de um rural submetido à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. O conceito de campesinato, no entanto, permite apreender a complexidade do sujeito histórico, diferentemente do que ocorre com os de pequena produção e agricultura familiar (MARQUES, 2008).

Campesinato: divergência conceitual

Em geral, os estudos que dedicam especial atenção aos paradigmas da questão agrária brasileira, sob o modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, caracterizam-se pelos antagonismos políticos, pois concebem de formas distintas o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Tais estudos interpretam o avançar desse modo de produção levando em conta duas tendências consideradas clássicas: (i) o modo de produção capitalista é entendido como contraditório, logo, em seu processo de reprodução, produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês e (ii) o modo de produção capitalista, apesar, de também entendido como contraditório, produzirá a inevitável homogeneização com o decorrer de seu processo, supondo formação de um proletariado único num pólo e uma classe burguesa noutro (OLIVEIRA, 2007; CAMPOS, 2005).

Referente à primeira tendência, a qual contrapõe essas concepções que preconizam o fim do campesinato, Santos (1981) assinala que a reprodução ampliada do capital necessita de relações não-capitalistas de produção para se efetivar. Nesse sentido, a acumulação capitalista desenvolve-se através da dominação do capital sobre os processos de trabalho não-capitalistas, resultando, pois, na reprodução subordinada do campesinato. No entanto, esse autor converge com a segunda tendência, a seguir apresentada, quando concebe que a subordinação do trabalho camponês ocorre formalmente ao capital, integrando a sua produção ao sistema capitalista de modo horizontal ou vertical. Nesse contexto, o capital impõe as suas determinações ao processo de trabalho camponês, efetuando o controle parcial do processo produtivo e finalmente produzindo a pauperização das famílias camponesas, mediante relações de trocas desiguais, explorando o valor gerado pela produção camponesa.

Para Martins (1990) o próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção, isto é, no processo de reprodução ampliada do capitalismo o capital redefine antigas relações (pré-capitalistas), assumindo formas tipicamente capitalistas, opostas ao modo de produção anterior, e articula [...] *relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução* (MARTINS, 1990, p. 20). Portanto, para esse autor o capital não comporta outras formas de produção em seu interior (pré-capitalistas e não-capitalistas), pois o sistema as incorporou e lhes deu nova roupagem, como a renda da terra, que sendo de origem pré-capitalista perdeu esse caráter e se transformou em renda territorial capitalizada; ou seja, entende que não cabe analisar essas relações como fora do capitalismo e sim como relações sociais de produção de dentro desse sistema.

Oliveira (2007) também partilha da tese de Martins de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo e que a combinação entre os setores capitalistas e não-capitalistas, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, é mais uma das formas próprias do sistema para realizar a reprodução ampliada do capital, assinalando que *o capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital* (OLIVEIRA, 2007, p.20). Em sua concepção, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, visto que essa conceituação leva em conta os atributos e especificidades que marcaram a indústria, a qual foi razão da elaboração desse conceito. Para Oliveira o que realmente ocorre é a sujeição do campesinato ao capital, sem que o mesmo seja expulso da terra, sem que o camponês seja expropriado do seu meio de produção.

De acordo com a segunda tendência, com o desenvolvimento do capitalismo o campesinato tende a desaparecer, tornando o acesso à terra cada vez mais difícil, pois na medida em que o camponês se insere à lógica da produção capitalista, se subordina cada vez mais ao sistema, ficando refém da produção em escala – o que os camponeses não tem a seu favor – por conseqüência, tecnificam (modernizam) a produção para compensar essa *limitação*. Porém, para poder ter acesso a essa mecanização, hipotecam suas propriedades sujeitando-se às taxas de juros, através de financiamentos, os quais não conseguem pagar em razão das baixas dos preços dos produtos agrícolas em época de colheita farta, do aumento do custo da produção e a conseqüente baixa de sua rentabilidade, perdendo-a, portanto, com o decorrer do processo.

Silva *et al.* (1983) entendem que esse processo, denominado de *diferenciação interna* (camponeses ricos ou pobres), é resultado das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, determinado pelas formas de articulação da pequena produção familiar de subsistência com os setores do capital, que por sua vez, reflete, no final desse processo, o camponês sob uma forma modernizada (os camponeses ricos), e os camponeses pobres, expropriados de seus meios de produção, vendo-se obrigados a sujeitarem a sua força de trabalho ao capital, portanto, se proletarizando. Segundo esse autor, dependendo das particularidades com que foi redefinida a articulação campesina com o mercado, haveria os processos de decomposição das unidades camponesas: o processo de proletarização ou semiproletarização (*hacia abajo*); e o processo de capitalização, isto é, os camponeses tornar-se-iam *farmers* do tipo norte-americano (*hacia arriba*).

Sousa (2009) também adota essa concepção e aponta que, a economia campesina é a base para a evolução de uma produção essencialmente capitalista, visto que no seu interior são engendradas relações feiticizadas a todo o momento, por conseguinte, ocorrem os processos de desagregação, proletarização e diferenciação interna. Esse autor entende que, para se apreender a subsunção da economia camponesas ao capital, é necessário compreender a subordinação do trabalho ao capital, o qual comporta em seu interior outras formas de produção – pré-capitalistas e não-capitalistas – e a subordinação se efetivaria a partir de duas formas: a subsunção formal e a real do trabalho ao capital.

A atualidade do conceito de campesinato baseado nas contribuições de Teodor Shanin (1979 e 1983) e Klaas Woortmann (1990) foi lucidamente evidenciada por Marques (2008, p. 58), já que:

[...] enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os

processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Assim, esse trabalho se enquadra no primeiro marco teórico, onde o modo de produção capitalista entendido como contraditório em seu processo de reprodução, produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês. Nesse estudo o campesinato é compreendido como a classe social na qual a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva, destinando a maior parte da sua produção para o consumo familiar. Considera-se assim, a agricultura (e pecuária) camponesa como o conjunto de formas de produção que se opõem ao latifúndio patronal estando majoritariamente estabelecida nos espaços desfavorecidos, *perplexos*, submetidos a uma exploração exagerada.

Debruçando a análise sobre o campesinato em seu *locus* original

Segundo Bergamasco (2005), ainda há uma lacuna considerável no conhecimento da lógica camponesa brasileira em suas três dimensões:

(i) O cálculo econômico específico - uma forma de produzir camponesa (CHAYANOV, 1987; KUNZE, 2009);

(ii) O modo de vida - uma forma de vida social camponesa (OLIVEIRA, 2008; SHANIN, 2008) e

(iii) A *economia moral* - a cultura camponesa (WANDERLEY, 1995, 1999, 2003; THOMPSON, 1984; SCOTT, 1976). A questão central que se coloca, portanto, é o desenvolvimento de estudos que permitam a compreensão do funcionamento das unidades camponesas, de sua diversidade e de sua complexidade. Buscar, compreender como as mudanças gerais da sociedade brasileira interferiram no campesinato, projetando-o em direção a distinto espaço de reprodução e em consequência demandando dele transformações endógenas (Bergamasco, 2005).

Estudos sobre o funcionamento da dinâmica camponesa têm sido realizados dentro de assentamentos rurais e não em áreas originais camponesas. Sobre os primeiros, discorre-se particularmente sobre dois - um para a Região Sudeste e um para a Região Nordeste - por haverem trabalhado *lato sensu* estratégias de sustentabilidade e aspectos da Economia Moral Camponesa (RAMOS, SAMPAIO, 2007; SAMPAIO, LIMA, 2007). No Estado de São Paulo, com enfoque em Araraquara, Souza, Ferreira e Bergamasco (2008) analisaram o processo de uso e ocupação do solo e as dinâmicas relacionadas às moradias em dois assentamentos. Seus resultados indicam duas estratégias diferentes que se deram pela opção de diversificação da propriedade em um assentamento e pelo plantio de culturas voltadas ao autoconsumo no outro. Portanto, verificaram que as estratégias de uso e ocupação do solo adotadas foram diferentes e pautadas pelas perspectivas de mercado e mão-de-obra utilizada na produção principalmente. No Ceará, Vidal (2006) em um grupo de nove assentamentos rurais de reforma agrária, identificou os elementos dos sistemas agrários em funcionamento para discutir sua sustentabilidade. Os resultados relativos à dinâmica produtiva camponesa mostraram que a sustentabilidade dos assentamentos se baseava: (i) nas condições de preservação ambiental, que por sua vez dependiam do estímulo ao agro-silvo-pastoralismo com caprinos e da necessidade de créditos adequados e (ii) na diversificação dos sistemas produtivos - entendendo diversificação, como o conjunto das estratégias de diminuição dos riscos e vulnerabilidades inerentes às zonas desfavorecidas e frágeis - que era estimulada pelo funcionamento econômico e técnico dos organismos públicos ou privados de assessoramento presentes nos assentamentos.

Outros trabalhos, também realizados em assentamentos rurais de reforma agrária e majoritariamente com dados originais coletados *in situ*, têm desenvolvido aspectos específicos da dinâmica das famílias em diferentes áreas brasileiras, gerando um conhecimento sistemático e aprofundado que vêm sendo disponibilizado progressivamente. No Ceará, especificamente nos Sertões Centrais e dos Inhamuns, duas contribuições merecem destaque por abordarem aspectos da economia moral camponesa, a saber: Sampaio e Lima (2007) trabalharam o saber camponês na apropriação dos recursos no Sertão dos Inhamuns, CE, por intermédio de discussões com famílias camponesas do Assentamento Ingá/Facundo, localizado no Município de Parambu. Os autores situam o contexto histórico no qual o camponês está inserido, bem como suas práticas culturais e demonstram que as ações camponesas se expressam por meio de iniciativas de resistência ao sistema excludente imposto. Ademais, colocam que o estabelecimento da relação sociedade-natureza nesse assentamento, está fundamentado nas trajetórias de vida dos camponeses residentes, e exemplificam essa relação através das formas de lidar com a terra como caracterizadoras dos costumes dos parceiros e agregados ali residentes. Na mesma linha, Ramos e Sampaio (2007) identificaram no cotidiano de famílias do Assentamento Palmares, situado em Crateús, Sertões Centrais do Ceará, os vários modos de convivência e de apropriação da natureza no Semi-Árido, a saber: utilização dos recursos da caatinga, a cultura local em diferentes formas de expressão, as técnicas de armazenamento de sementes e da água da chuva, atividades de agricultura e pecuária, atividades não agrícolas, solidariedade dos amigos e parentes e os sonhos de vida.

Na seqüência serão relacionados, alguns estudos referentes somente ao Estado de São Paulo devido ao grande leque de abrangência temática e cronológica alcançado. Ciente se está da existência de um leque muito maior de contribuições, por isso, essa sistematização para o Estado de São Paulo, não pretende esgotar o assunto, mais sim apontar as principais tendências já trabalhadas. Assim, esforços sistemáticos e generosos de equipes de pesquisadores(as) da UNESP, UNICAMP e UNIARA, entre outras, têm focado questões em assentamentos rurais paulistas ligadas principalmente à historicidade (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2004; ANTUNIASSI, 2003); conflitividade e negociação entre classes sociais (CHONCHOL, 2003; FERRANTE, 1984); poder local, inserção sociopolítica e criminalização (BARONE, 2004; FERNANDEZ *et al.*, 2003; FERRANTE, BARONE, 2003; BARONE, 1996; FERRANTE, 1984, 1986); reassentamentos (HESPANHOL, COSTA, SANTO, 2003); organização da produção (COSTA, BERGAMASCO, 2003); financiamento (JORGE, SOUZA, 2003; NORDER, 2003); comercialização (SANT'ANA *et al.*, 2003); diversidade sociológica e produtiva (MACIEL, 2004; WHITAKER, 2003); metodologia sobre captação da oralidade tradicional (WHITAKER, 2002); metodologia qualitativa para trabalho de campo (DUVAL, 2004); aspectos sanitários (BORGES, FABBRO, 2006) e educação (BASTOS, OLIVEIRA, 2004).

Tal avanço em riqueza documental sobre assentamentos rurais de reforma agrária para o Estado de São Paulo, que alberga tanto proposições teórico-conceituais, teórico-metodológicas, análises estrutural-econômicas, de funcionamento, bem como aproximações de natureza histórico-antropológico-cultural, não encontra paralelo para outra região do país, bem como para a agricultura camponesa em seu *locus* original, ou seja, que se mantém em seu lugar autóctone.

A profusão de experiências no âmbito dessa agricultura de assentamentos, demonstra que há elementos suficientes para distinguir e ponderar as análises para esse estado, tal como recentemente alguns autores vêm fazendo. Dentre esses, citam-se Carmo (2003) e Ferrante, Barone e Kuranaga (2006). Carmo (2003), desenvolveu estudo a partir de dados secundários sobre sustentabilidade em assentamentos rurais paulistas,

analisados em seu conjunto. Comparou rendas monetárias, rendimento de culturas vegetais, nível tecnológico e índice de utilização de insumos. Dentre suas conclusões, destaca-se que, mesmo sem técnicas apropriadas às suas condições, os assentamentos mostraram-se produtivos, embora com menores rendimentos quando comparados às médias paulista e brasileira, mas capazes de absorver tecnologia, e com inserção econômica que impacta positivamente seu meio circundante. Também para assentamentos paulistas, tomados em seu todo, Ferrante, Barone e Kuranaga (2006) analisaram para um período de 20 anos sua perspectiva econômica junto às questões da organização interna, mobilização, participação política, agricultura tradicional e meio ambiente. Apontam principalmente que: (i) apesar da prática inexistência da participação do Estado, as famílias assentadas acabaram cumprindo uma função econômica alternativa mesmo que em associação com o complexo sucro-alcooleiro e (ii) a proposta da agricultura orgânica que não se fez realidade em larga escala ainda, o que não impediu o reconhecimento de que foi iniciativa dos assentamentos de reforma agrária propô-la para uso massivo.

Considerando que o termo assentamento encontra-se relacionado a um espaço no qual determinada população *ainda será instalada*, já que nele não estava previamente (BERGAMASCO, PAMARD, CHONCHOL, 1997), se desprende que, por maior antiguidade que cheguem a possuir determinados assentamentos, os mesmos representam uma nova instalação, uma nova *instauratione*, evidenciando um prévio desenraizamento, ou, se preferir *desencaixamento* organizacional. Como já está bem estabelecido na literatura especializada, esses seres humanos, sob os impactos da modernização capitalista no campo, foram expulsos de suas terras, de seu *habitat* (CHONCHOL, 2003).

Gaston Bachelard (1993) ao tratar de um lugar, fala da casa, diferenciando o lugar de outros espaços, dizendo que o lugar é o “meu canto”. Assim, sem o sentimento de identidade, um espaço não é *meu canto* e, conseqüentemente, não é lugar. As conquistas sociais inquestionáveis nos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil, estão permitindo que essas famílias, de origem camponesa em sua maioria (KARRIEM, 2009), sobrepujem o *desencaixamento* inicial, fazendo de seus novo *habitat*, seu novo lugar.

Poucos estudos recentes se aproximam da dinâmica camponesa *per se*, e não da agricultura familiar, trabalhada em seu *lugar*, em sua *raiz* campesina e ademais, a partir de dados empíricos originais. Dentre aqueles, ressalta-se André (2008) em região amazônica e Picolotto e Diesel (2006) no sul do Brasil, devido às grandes divergências geográficas. O primeiro demonstrou através de 38 variáveis socioeconômicas originais captadas junto às comunidades em seus locais de fundação, que a produção de origem camponesa logrou participação relevante no espaço e no tempo, contribuindo positivamente para o processo de desenvolvimento socioeconômico na mesorregião amazônica, especificamente nos Municípios de Abaetetuba, Capanema e Bragança.

Na Região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Picolotto e Diesel (2006), identificaram, descreveram e analisaram a trajetória das identidades coletivas e os projetos criados ou adotados por famílias camponesas em seus locais ancestrais de origem. Desvendaram com apoio de trabalho de campo, que existiam diferenças substanciais na identidade, projeto e estratégias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e da Via Campesina, sendo que a última evidencia que é necessária a mudança dos princípios organizadores da economia.

Aproximações à dinâmica de funcionamento (no sentido *latu sensu*) de unidades camponesas originais, ou seja, que se mantêm em *seu canto*, da Região dos Inhamuns, Sertões Semi-Áridos do Estado do Ceará foram realizadas por pouquíssimos autores até o momento, evidenciando-se ainda muito incipiente esse conhecimento e constituindo-se,

portanto em fértil e desafiante campo de pesquisa. No período de 1986 a 1991, o ESPLAR (Centro de Pesquisa e Assessoria), especializado em semi-árido, em parceria com a AS-PTA (Assessoria e Projetos em Agricultura Alternativa) desenvolveram em Tauá (CE), um plano de desenvolvimento agroecológico (WEID, 1993), direcionado para a introdução de algodão orgânico. O plano abarcou 20 comunidades rurais, das 40 previamente contatadas e treinadas inicialmente. Apesar das três dificuldades maiores que enfrentou o plano para sua execução e estabilização (1- apenas 25% dos fundos aprovados foram efetivamente disponibilizados, 2 - a região enfrentou a pior seca dos últimos 30 anos e 3 - não se conseguiu multiplicar adequadamente as sementes de algodão), a proposta de treinamento de agricultores e agricultoras nas práticas de conhecimento sobre algodão orgânico foi realizada parcialmente e assentou as bases para o trabalho agroecológico futuro. Esse processo junto às comunidades rurais permitiu ademais a Weid (1993) identificar os três maiores problemas que enfrentavam as famílias camponesas: (a) crescimento da irregularidade de chuvas ao longo do ano, (b) desaparecimento do algodão devido às infestações de insetos e (c) o incremento da fragmentação das pequenas unidades de produção rural devido ao aumento da população e da concentração de terra em mãos de poucos fazendeiros. Anos mais tarde, pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, realizaram uma análise da sustentabilidade da produção do algodão orgânico nesse município evidenciando que o indicador ambiental utilizado apresentou um alto desempenho, enquanto os indicadores econômico e social situaram-se em baixos níveis. Concluem que o Índice de Desenvolvimento Sustentável apontou para um nível médio de sustentabilidade da cultura do algodão orgânico em Tauá (PEREIRA *et al.*, 2001).

Tourrand, Caron e Bonnal (1993), no âmbito do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD) e em parceria com o Centro de Pesquisa em Caprinos Tropicais da Embrapa - denominação da época - avaliou 200 famílias rurais do Município de Tauá, cuja disponibilidade de terra era inferior a 200 hectares. Ao analisar o nível e estrutura do capital, mão de obra e renda, o autor sistematizou seis tipos de famílias, das quais, as dos tipos 1, 2 e 3 enquadravam-se como camponesas, a saber: 1) Famílias Produtoras Sem Terra e Minifundiárias: com menos de 10 hectares, agricultura de sequeiro, parceria e aluguel de parte da força de trabalho; 2) Famílias de Aposentados: baixo capital próprio e com renda do Estado e 3) Famílias de Pequenos Produtores: com 20 a 50 hectares, agricultura de sequeiro predominante, com ovinos e que também alugavam força de trabalho. Os três tipos restantes, inseriam-se já, naquele momento e em diferentes níveis, na dinâmica do capital comercial: 4) Famílias de Pequenos Produtores que utilizavam irrigação: agricultura em terras de vazantes ou irrigação artificial, diversificação da produção, 5) Agropecuaristas: média de 117 hectares, agricultura de vazante e irrigada, venda predominante de animais e 6) Produtores de Leite: com mais de 30 bovinos por unidade e venda predominante de laticínios (TOURRAND, CARON, BONNAL, 1993). Dez anos mais tarde, Bach, Mayorga e Zeddies (2003), no âmbito do Projeto WAVES (Water Availability and Vulnerability of Ecosystems and Society in the Semiarid Northeast of Brazil - realizado em parceria entre CNPq, Ministério Alemão de Educação e Pesquisa) analisaram economicamente dez unidades camponesas no Município de Tauá por intermédio de dados do período de 1995-1998. Relacionaram seus resultados econômicos às limitações ecológicas e sociais na produção agropecuária e também às influências do tipo de funcionamento e da relação entre os fatores produtivos. Evidenciaram que as diferenças na contribuição das produções agrícola e animal à renda bruta, estão baseadas primariamente nas distintas produtividades físicas dos cultivos e dos sistemas de produção animal; isto é, grandes fazendas com melhores condições em termos de recursos hídricos e fertilidade de solo, podem normalmente resistir melhor a um declínio de produção quando comparadas às

fazendas pequenas e situadas em locais marginais. Inclusive, se houver uma falência total na produção de cultivos vegetais comerciais durante um período de seca, existirá somente para a fazenda grande, a possibilidade de compensação da perda de renda pela produção animal devido à sua melhor base forrageira. Considerando que no Estado do Ceará, o Módulo Fiscal médio é de 48,51 hectares, sob o ponto de vista da distribuição dos imóveis rurais por categoria, os minifúndios representam 74,2% do total de imóveis rurais e as grandes propriedades ou latifúndios constituem tão somente, 1,4% do total (CARDIM, VIEIRA, VIEGAS, 2007). Portanto, a maior parte das unidades familiares cearenses, camponesas ou não, e situadas ou não no Sertão dos Inhamuns, apresenta grande vulnerabilidade socioeconômica, já que são muito pequenas do ponto de vista fundiário.

Mayorga *et al.*, (2004) estudaram as Comunidades Rurais de Sítio Lagoa e Lustal, no Município de Tauá sob o ponto de vista da estrutura dos capitais social e físico apontando para a relevância dos mesmos nos níveis de vulnerabilidade. Dentre suas conclusões, destaca-se a referente à Comunidade de Lustal - na qual estão inclusas as de Lustal I e a de Lustal II, no entanto, diferenciadas no presente estudo - onde a mesma aparece como a mais bem dotada de capital social e capital físico e portanto, apresenta-se como menos vulnerável que Sítio Lagoa. Araújo *et al.*, (2008), no âmbito da Embrapa Agroindústria Tropical de Fortaleza, realizaram estudo socioeconômico sobre famílias rurais produtoras nas Comunidades Rurais do Junco, Tiassol e Taperá, Município de Tauá, Ce. Esses autores, abordaram a questão socioeconômica entendendo todas as unidades familiares como camponesas, no entanto, não trabalharam níveis de mecanização e assalariamento. Apontam fundamentalmente que a atividade pecuária leiteira predomina naquelas unidades, e seus membros trabalham na produção de queijo como fonte de renda principal. Ademais, afirmam os autores, que as famílias realizam subsidiariamente a venda de hortaliças, carne de ovino, caprino e bovino, além da agropecuária de subsistência. Finalmente relatam que a venda do trabalho braçal se destaca apenas na Comunidade da Taperá.

Desprende-se dos trabalhos realizados pelos autores precedentes - todos situados na região alvo do presente estudo - que há uma convergência analítica ao longo desses 15 anos (de 1993 a 2008) relativa a evidenciação de três eixos limitativos para a produção camponesa: (i) ausência de financiamentos completos e desvinculados da realidade endógena; (ii) constância de oferta e imposição de tecnologias não adequadas às áreas desfavorecidas e (iii) condicionamento produtivo para cultivos monoativos comerciais. Exatamente por essas tendências sinalizadoras de uma possível falência dos sistemas (re)produtivos camponeses, faz-se imperativo o conhecimento do cálculo econômico camponês, de seu modo de vida social e de sua economia moral, ou seja, compreender para fortalecer o "fazer-se camponês" (SAMPAIO, LIMA, 2007).

Nesse contexto, objetiva-se iniciar a compreensão da dinâmica camponesa em espaços ainda não subjugados pela lógica do modo de produção capitalista, ou parcialmente subjugados, pois a apesar de estar inserido nesse modo de produção, hipotetiza-se que as relações sociais de produção não são as mesmas que as dos locais onde o meio técnico-científico-informacional se geografizou (SANTOS, 1994). Esse estudo, incluído em uma pesquisa mais ampla sobre caracterização e proposta de restauração do campesinato cearense inserido no Semi-Árido, teve por objetivo analisar os impactos provocados por determinados componentes do padrão tecnológico adotado pela agricultura brasileira, sobre as relações sociais de produção em Comunidades Rurais do Distrito do Baixo Trici, localizado no Município de Tauá, CE. Especificamente, objetivou-se diferenciá-las no tocante à composição e produtividade do fator trabalho e do nível de mecanização presente. Assim, procura-se avançar na percepção das possíveis diferenciações existentes dentro de um microcosmo, no caso Unidades Familiares de

distrito rural, incluído no âmbito do semi-árido sertanejo do Ceará, destacando-se hipotética existência de *focos de resistência a mudanças* (ARAÚJO, 2000b).

Desenvolvimento

Aspectos metodológicos

O estudo foi desenvolvido em seis comunidades rurais do Distrito do Baixo Trici, situado no Município de Tauá, Ce, escolhido devido às suas características climatológicas de semi-árido e socioeconômicas de área desfavorecida.

O Município de Tauá, distante 320 quilômetros da capital cearense, possui uma área de 4.018,19 km², sendo o maior do Estado do Ceará. Sua população é estimada em 51.948 habitantes, dos quais 48,56% residem na área rural. Predomina o Clima Tropical Quente Semi-Árido, com precipitação pluviométrica anual na medida de 652,1 mm. distribuídas em quatro meses do ano e temperatura média anual de 27°C (ARAÚJO *et al.*, 2008). A vegetação predominante na região é a Caatinga Hiperxerófila, que se apresenta predominantemente arbustiva, menos densa, com indivíduos de porte baixo, espinhentos e cujas folhas na época de seca caem completamente (SOUSA *et al.*, 2005).

O município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,665, portanto inferior à média do Estado do Ceará (0,723) e da Região Nordeste (0,720) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008). Seu PIB alcançou R\$ 80.568.000,00 (IBGE, 2004), o que representou apenas R\$ 1.542,00 *per capita* (IBGE, 2004; IPECE, 2005), tendo sua principal componente proveniente da agropecuária (22,00%). Na agricultura destacam-se as culturas de milho, feijão, mandioca e hortaliças, enquanto na pecuária o seguimento bovino leiteiro sempre foi o mais importante, seguido pela ovinocultura. Esses dois últimos segmentos, em geral, estão presentes nas propriedades familiares camponesas ou não (ARAÚJO *et al.*, 2008).

As Unidades Familiares (UF) sob estudo são todas as participantes do Projeto de Pesquisa e Extensão "*Autosustentação econômico-social de comunidades rurais através de cabras leiteiras naturalizadas em região semi-árida dos Inhamuns, Ceará*", constituindo portanto uma amostra estratificada não aleatória. As famílias foram entrevistadas *in situ* por intermédio de aplicação de questionário relativo a aspectos de produção e reprodução social, totalizando-se 96 unidades familiares estudadas. O total de Unidades Familiares residentes nas seis comunidades sob estudo ascende a 305, portanto, o presente estudo abrange 31,47% das famílias. A distribuição absoluta da amostra e sua correspondente porcentagem nas comunidades são expostas na Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição de Unidades Familiares Residentes, Unidades Familiares Estudadas em números absolutos e em porcentagem para cada uma das comunidades sob analisadas.

Comunidade (denominação)	Unidades Familiares Residentes (número)	Unidades Familiares Estudadas (número)	Amostragem (porcentagem)
Junco	80	22	27,5
Lustal I	60	19	31,67
Lustal II	50	8	16,00
Queimadas	32	10	31,25
Tapera	53	22	41,5
Tiassol	30	15	50,00
Total	305	96	31,47

Fonte: Dados originais de pesquisa, 2007

Esse projeto obteve financiamento do CNPq (Edital 19/2005) e está sendo desenvolvido pelo Laboratório de Estudos em Sistemas Semi-Áridos (LESISA - Faculdade de Veterinária) da Universidade Estadual do Ceará.

No presente estudo realizou-se análise referente a determinados componentes do padrão tecnológico brasileiro apreendido, parcialmente aqui através de: (i) variáveis da categoria trabalho em relação ao grau de mecanização e em relação à disponibilidade de terra e (ii) mecanização e respectivo índice, padronizados pelo INCRA (1997).

Considerando que o campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor, nesse estudo entende-se trabalho como trabalho concreto, o *valor de uso*, ou seja:

No processo de trabalho a atividade do ser humano efetua-se, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalhado está objetivado e o objeto trabalhado (MARX, 1988, p. 151).

Assim, as variáveis sobre o fator trabalho analisadas, são as relativas à composição das Unidades Familiares sob estudo e incorporam o conceito previamente definido. Especificamente são seis e foram organizadas segundo Antonello (2002):

(i) **Ocupados internos** (em número e porcentagem): calcula-se em relação ao número de membros produtivos, pois por membros produtivos entendem-se os ocupados internos, ocupados externos, os que estudam e os que apenas permanecem com sua força de trabalho latente;

(ii) **Ocupados internos assalariados** (em número e porcentagem): inclui trabalhadores temporários e permanentes;

(iii) **Ocupados total** (em número): calcula-se pela somatória dos ocupados internos e dos ocupados internos assalariados não familiares;

(iv) **Membros produtivos**: O critério utilizado para transformar os membros da família para Unidade de Força de Trabalho (UT) foi realizado a partir da observação direta em campo, considerando os filhos com idade entre 7 a 14 anos equivalentes à meia unidade de trabalho, pois via de regra trabalham um turno, visto que no outro freqüentam

a escola e os maiores de 14 anos (ambos os sexos) como uma unidade de trabalho (em unidade de força de trabalho);

(v) **Membros consumidores:** O critério utilizado para transformar os membros da família em Unidade de Consumo (UC) baseou-se em: os com idade até 7 anos correspondem à meia unidade de consumo e os com idade superior correspondem a uma unidade de consumo (em número total e porcentagem de jovens no total). Por jovens consumidores entendem-se crianças até 7 anos e jovens de 8 a 14 anos;

(vi) **Relação consumidor/trabalhador (UC/UT).**

Assim mesmo, a composição das unidades familiares foi estruturada de acordo com Antonello (2002) utilizando-se a faixa etária dos titulares dividida em cinco estratos de dimensão com sua respectiva distribuição porcentual para cada grupo de unidades familiares por comunidade (Tabela 3).

Em relação à mecanização, foram calculados de acordo com Schlosser *et al.* (2004) os índices médios (Índice de Mecanização - IM) por comunidade (na unidade de: kilowatt/hectares, ou kW/ha) baseados na potência disponível, resultante da soma da potência de todas as máquinas presentes nas respectivas UFs em relação às Superfícies Agrárias Úteis mecanizadas disponíveis (Tabela 4). Observe-se que nem todas as UFs possuíam mecanização de qualquer natureza, ou seja, nenhum tipo de maquinaria utilizada em atividades agrícolas e/ou pecuárias se fazia presente, portanto as Superfícies Agrárias Úteis correspondentes a essas UFs não mecanizadas não foram consideradas nos cálculos correspondentes. Para a estratificação das UFs, importante ferramenta no conhecimento do índice de mecanização em função as variações de escala, foi aplicado o método de regressão logarítmica descrito por Scheaffer, Mendehall III e Ott (1996).

Finalmente, foram calculadas as seguintes medidas médias de dimensionamento dos grupos de famílias para cada comunidade: (a) terras próprias (em porcentagem), (b) porcentagens de terras arrendadas (em porcentagem), (c) produtividade do trabalho em relação à terra dos ocupados internos e totais (hectares de SAU total por número de pessoas que a trabalham) (d) Superfície Agrária Útil - SAU, entendida como as terras passíveis de serem trabalhadas ou exploradas pela família produtora, não importando se próprias, arrendadas ou sob qualquer outra condição legal. A mesma foi calculada subtraindo-se, da área total da UF, as áreas que não se incluem no conceito conforme segue: áreas com matas plantadas e/ou nativas, áreas inaproveitáveis, áreas com construções e/ou benfeitorias e áreas com estradas (CARVALHO *et al.*, 2001). Acrescente-se que a SAU total engloba as áreas mecanizadas e as não mecanizadas.

Resultados e Discussão

Resultados detalhados sobre a composição do fator trabalho para cada grupo de Unidades Familiares em cada uma das Comunidades Rurais são apresentados inicialmente devido às suas múltiplas derivações. Na seqüência, é realizada uma análise interpolada entre a composição do fator trabalho, nível de mecanização, disponibilidade de superfícies e produtividade do trabalho em relação à terra, permitindo a observação das principais tendências relativas ao padrão tecnológico nas unidades familiares inseridas nas respectivas comunidades sob estudo.

Famílias da Comunidade Rural do Junco

Nesse trabalho, no referente à composição da família camponesa na Comunidade de Junco, notou-se que em 50% dos casos, as mesmas se caracterizavam pela idade avançada de seus titulares, os quais encontram-se nas faixas etárias superiores a 51 anos (Tabela 3). Esse fato evidencia a consumição da força de trabalho dos membros produtivos em quase sua totalidade, pois 87,43% são ocupados intra-unidade de produção (Tabela 2). Contrastando com esse fato, os outros 50% não possuem a força de trabalho necessária à manutenção da unidade de produção, devido à jovem prole dos titulares, pois esses últimos encontram-se na faixa etária de até 50 anos (Tabela 3). Em consequência, empregam mão-de-obra assalariada, temporária ou permanente, para suprir a carência da força de trabalho interna na unidade de produção (13,27%) (Tabela 2). Considerando que nessa comunidade, praticamente toda a força de trabalho disponível está alocada nas respectivas unidades de produção, a relação entre consumidor e membros produtivos, é naturalmente, baixa (1,04 UC/UT) (Tabela 2). Os resultados de Araújo *et al.*, (2008) relativos à que 100% da mão-de-obra dessa comunidade é consumida intra-unidade são corroborados pelo presente estudo, no entanto, em termos de média geral para a idade dos 80 titulares que compõem essa comunidade, aqueles autores encontraram a média de 46,3 anos, o que é explicado pelo fato de a haverem calculado para as oitenta famílias residentes na comunidade.

Tabela 2 – Porcentagens por Faixa Etária dos Titulares de Famílias nas Unidades Familiares das comunidades rurais sob estudo no Distrito do Baixo Trici

Grupos de Idade (anos)	Junco (%)	Lustal I (%)	Lustal II (%)	Queimadas (%)	Tapera (%)	Tiassol (%)
21 a 30	9,09	36,84	25,00	10,00	19,05	14,29
31 a 40	9,09	26,32	-	20,00	14,29	7,14
41 a 50	31,82	21,05	37,50	40,00	33,33	14,29
51 a 60	27,27	5,26	25,00	20,00	23,81	14,29
> 60	22,73	10,53	12,50	10,00	9,52	50,00

Fonte: Trabalho de campo, 2007

Famílias da Comunidade Rural de Lustal I

Observou-se nessa comunidade a presença majoritária de famílias que possuem ciclo existencial recente; ou seja, 84,21% desses titulares encontram-se na faixa etária de até 50 anos (Tabela 3). Os membros produtivos dessa comunidade compõem-se, proeminentemente, por jovens em idade escolar - incluindo crianças (24,79%) (Tabela 2), evidenciando assim, a baixa força de trabalho adulta intra-unidade camponesa. Esse fato ressalta a utilização da força de trabalho dos membros produtivos em quase sua totalidade (89,58%), assim como a segunda maior utilização de mão-de-obra assalariada (31,25%), temporária ou permanente, para prover a carência de força trabalho necessário à manutenção da unidade (Tabela 2). Portanto, pode ser observada a relevante associação entre a presença de assalariados e a alta porcentagem de terras arrendadas,

que compreende 32,12% das famílias (Tabela 4), bem como o mais elevado índice entre consumidores e produtores: 1,26 UC/UT (Tabela 2).

Tabela 3 – Porcentagens por Faixa Etária dos Titulares de Famílias nas comunidades rurais sob estudo no Distrito do Baixo Trici

Grupos de Idade (anos)	Junco (%)	Lustal (%)	Lustal (%)	Queimadas (%)	Tapera (%)	Tiassol (%)
21 a 30	9,09	36,84	25,00	10,00	19,05	14,29
31 a 40	9,09	26,32	-	20,00	14,29	7,14
41 a 50	31,82	21,05	37,50	40,00	33,33	14,29
51 a 60	27,27	5,26	25,00	20,00	23,81	14,29
> 60	22,73	10,53	12,50	10,00	9,52	50,00

Fonte: Trabalho de campo, 2007

Famílias da Comunidade Rural de Lustal II

Constatou-se que 62,50% dos titulares das unidades familiares, encontram-se na faixa etária de até 50 anos de idade (Tabela 3).

Concernente aos membros produtivos, foi observado que 69,57% desses estão ocupados intra-unidade e a incidência de crianças em idade escolar (29,09%) é relevante. Isso evidencia a pequena força de trabalho disponível para a unidade familiar e também aponta para o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos: 1,20 UC/UT (Tabela 2). Conseqüentemente, a família tende a empregar mão-de-obra assalariada (37,04%), temporária ou permanente, para prover a ausência da força de trabalho necessária para a manutenção da unidade de produção (Tabela 2).

Famílias da Comunidade Rural de Queimadas

Referente a essa comunidade constatou-se, que 70% dos titulares encontram-se, majoritariamente, na faixa etária de até 50 anos de idade (Tabela 3).

Em relação aos membros produtivos, foi observado que 83,87% deles estão ocupados intra-unidade (Tabela 2). Apesar dessa comunidade alocar praticamente toda a força de trabalho disponível nas respectivas unidades de produção, a relação entre consumidor e membros produtivos, não foi baixa, como ocorreu em Junco; pois a incidência de crianças em idade escolar evidenciou-se relevante (28,77%), apontando assim, para o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos: 1,18 UC/UT (Tabela 2). Além disso, constatou-se a segunda menor porcentagem de terras arrendadas (14,80%), assim como a menor evidência de força de trabalho assalariado (12,50%). Portanto, pode ser observada a relevante associação entre a baixa presença de assalariados e a alta porcentagem de terras próprias, que compreende 85,20% das famílias (Tabelas 2 e 4).

Famílias da Comunidade Rural de Tapera

Foi observada a presença relevante de famílias que possuem ciclo existencial recente; isto é, 66,67% desses titulares encontram-se na faixa etária de até 50 anos (Tabela 3). Esse resultado é consistente com os de Araújo *et al.*, (2008) que apresentam a média de idade para os 53 titulares dessa comunidade correspondente a 46,3 anos.

Em relação aos membros produtivos, foi observado que 88,66% deles encontram-se ocupados intra-unidade e a incidência de crianças em idade escolar (24,12%) é relevante (Tabela 2). Isso evidencia a pequena força de trabalho disponível para a unidade e também aponta para o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos: 1,17 UC/UT. Apesar disso, as famílias não tenderam a empregar força de trabalho assalariada (Tabela 2). Araújo *et al.*, (2008) ao analisarem a mão-de-obra de todas as famílias produtoras dessa comunidade, verificaram que ocorre venda da força de trabalho, destacando que o mesmo é direcionado para atividades "braçais". Portanto, em Tapera, 41,5% das UFs analisadas nesse trabalho (Tabela 1) apresentam sua força de trabalho absorvida internamente e nas restantes UFs, no mercado de trabalho (ANTONELLO, 2002).

Famílias da Comunidade Rural de Tiassol

Em termos de média geral para a idade dos 30 titulares que compõem essa comunidade, Araújo *et al.*, (2008), encontraram a média de 45 anos. No presente trabalho, como 50% dos titulares são estudados, deduz-se que inseridos nas medidas de dispersão. Assim, relativo à composição da família nessa comunidade, notou-se que em 64,29% dos casos, as mesmas se caracterizavam pela idade avançada de seus titulares, os quais encontram-se nas faixas etárias superiores a 51 anos de idade (Tabela 3). No entanto, a percentualidade dos titulares acima dos 60 anos, foi evidenciada de modo mais relevante, pois esse estrato, exclusivamente compreendeu 50% dos entrevistados (Tabela 3). Esse fato evidenciou a consumo da força de trabalho dos membros produtivos em quase sua totalidade, constituindo-se em 80,36% dos ocupados intra-unidade de produção (Tabela 2). Em consequência, empregam mão-de-obra assalariada, temporária ou permanente, para suprir a carência da força de trabalho interna na unidade (30,26%) (Tabela 2). A consumo da força de trabalho dos membros produtivos realizada em quase sua totalidade na unidade produtiva corrobora os achados de Araújo *et al.* (2008), que evidenciam o percentual de 95% da mão-de-obra disponível alocada na UF.

Considerando que as famílias alocam praticamente toda a força de trabalho disponível nas respectivas unidades de produção, associado à pequena porcentagem de jovens em idade escolar (7,26%), a relação entre membros consumidores e produtivos apresentou-se baixa (1,11 UC/UT) (Tabela 2).

Análise interpolada sobre as Unidades Familiares nas respectivas comunidades

Na seqüência são apresentados os resultados interpolados entre os seis grupos de unidades familiares das respectivas comunidades, relativos à composição do fator trabalho, mecanização e relações entre fatores.

No que concerne aos membros produtivos, notou-se que a maioria das UFs das comunidades (Lustal I e II, Queimadas e Tapera) são compostas, proeminentemente, por jovens em idade escolar, incluindo crianças; o que permite assinalar inicialmente (i) a potencialidade da mobilização da força de trabalho local dessas famílias e (ii) o alto peso dos membros consumidores sobre os produtivos. A primeira característica, ou seja, a

importante presença de jovens em idade escolar, indica a hipótese da continuidade dessas UFs, conforme apontado por Altieri e Nicholls (2002) sobre a necessidade da mobilização da força de trabalho da população camponesa como um dos mecanismos para a utilização máxima das energias locais. Contudo, nas UFs das comunidades restantes, foi observado comportamento diferente: em Junco a presença de jovens em idade escolar é irrelevante, assim como em Tiassol; logo, a relação entre os membros consumidores e produtivos é baixa. Porém, todas as UFs das comunidades sob estudo, alocam os seus respectivos membros produtivos, em quase sua totalidade, nas unidades de produção (Tabela 2).

O advento da mecanização e dos modernos insumos afetou diretamente a dinâmica camponesa, promovendo intensas transformações ao nível de suas relações sociais de produção, gerando novas formas de gestão do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2000) e condicionando a produção dessa classe social ao paradigma da produtividade, que por sua vez, pressupõe a padronização dos processos produtivos; em outras palavras, como adverte Paulino (2008, p.207), *o apelo da racionalidade técnica como sinônimo de eficiência se impôs*. Deste modo, segundo Silva *et al.* (1983), o progresso técnico-científico incorporado à produção camponesa, encontra-se diretamente associado à divisão interna do trabalho familiar ou à força de trabalho sazonalmente contratada. Aspectos dessa racionalidade técnica podem ser observados em algumas das Unidades Familiares das comunidades sob estudo através dos resultados médios obtidos. A presença da força de trabalho assalariado, predominantemente sazonal, foi constatada em todas as UFs das comunidades rurais sob estudo do Distrito do Baixo Trici, excetuando-se as de Tapera. Dentre aquelas, as UFs de Lustal II apresentaram a maior porcentagem de assalariados empregados no processo produtivo, seguidas de Lustal I e Tiassol: 37,04%, 31,25% e 30,26% respectivamente (Tabela 2). Observa-se assim que, as UFs da Tapera se constituem nas de menores transformações internas sofridas no trabalho familiar e as UFs de Lustal II nas que as sofreram em maior medida.

Antonello (2002) sublinha a importância da propriedade da terra como fator preponderante na não dissipação de unidade de produção camponesa:

Entrementes, sob a estrutura fundiária sedimentada, a mesma é vista como uma forma de liberdade; contudo, sua ausência não significa a não presença da produção camponesa, que pode ser conseguida e mantida a partir de relações não especificamente capitalistas, o que possibilita a manutenção do grupo familiar [...] Entretanto, começa a ruir com o envelhecimento do chefe da família [...] (ANTONELLO, 2002, p. 50).

A utilização da terra através do arrendamento foi constatada em todas as UFs das comunidades sob estudo. No entanto, dentre todas elas, as UFs de Lustal I apresentaram em média a maior porcentagem (32,12%), seguida da de Junco (31,92%). As restantes arrendam, comparativamente, baixas porcentagens de terra (Tabela 4). Ora, no referente às faixas etárias, foi observado que na maioria das UFs (Comunidades de Lustal I e II, Queimadas e Tapera), os titulares (n=59) possuíam idade média de até 50 anos e nas restantes, observou-se uma tendência diferente: em Tiassol a maioria dos titulares possuía mais de 51 anos de idade e no Junco houve igualdade na distribuição das porcentagens em grupos de mais velhos (Tabela 3). Assim, no presente estudo, se observa que, das duas comunidades com menores disponibilidades de terra própria, Lustal I (67,88%) e Junco (68,08%), apenas na segunda as maiores porcentagens de titulares se enquadram em grupos de idade mais avançada, convergindo com os resultados apresentados por Antonello (2002) para o grupo de unidades camponesas litorâneas de Sergipe, e caracterizando assim, as UFs do Junco, como as camponesas

mais tradicionais. No caso de Lustal I, outros mecanismos concorrem para sua caracterização atípica, sendo os mesmos apresentados mais adiante.

Tabela 4 – Medidas médias de dimensionamento e mecanização nas Unidades Familiares das comunidades rurais sob estudo

Comunidades	Terras	Terras	SAU	SAU	Mecanização	Índice de	Produtividade do Trabalho	
	Próprias (%)	Arrendadas (%)	Total ¹ (ha)	Mecanizada ¹ (ha)	(kW)	Mecanização (kW/haSAU) ²	Ocupados Internos (ha/n ^o)	Ocupados Totais (ha/n ^o)
Junco	68,08	31,92	4,59	5,37	106,43	77,88	2,63	1,55
Lustal I	67,88	32,12	7,39	12,28	72,72	7,49	8,97	7,29
Lustal II	90,99	9,01	5,75	5,75	105,63	29,24	0,71	0,69
Queimadas	85,20	14,8	10,95	12,67	3,67	0,27	1,58	1,29
Tapera	97,81	2,19	6,13	4,89	12	3,07	2,50	1,68
Tiassol	76,64	23,36	29,60	36,49	165,63	6,46	34,21	20,27

Fonte: Dados originais de pesquisa, 2007

¹O resultado do cálculo para a SAU total supôs médias menores em relação aos resultados do cálculo para a SAU média mecanizada em quatro comunidades, a saber: Junco, Lustal I, Queimadas e Tiassol. Esse fato decorre da existência natural de um número maior de UFs no cálculo da SAU total por comunidade; portanto ao extrair-se a média de todas as UFs por comunidade, foram computadas naturalmente as maiores e as menores SAUs, o que implicou na tendência acima apontada. Veja-se por exemplo: no Junco, para o cálculo da SAU total, computaram-se todas as 22 medidas de superfície de suas respectivas UFs. Ao realizar-se a média da soma dessas medidas obteve-se valor inferior, pois o número de UFs com valores de SAU pequenas era superior. No entanto, na SAU mecanizada, como o número de UFs é menor (n=15) e suas respectivas medidas de SAU maiores, o valor da média da soma das SAUs também foi maior.

Ainda podem ser observados os mesmos valores de SAU total e SAU mecanizada para a Comunidade de Lustal II. Isso se deve ao fato de que todas as suas UFs encontravam-se mecanizadas, portanto, para ambos cálculos das respectivas SAUs médias utilizaram-se os mesmos dados oriundos das oito UFs componentes dessa comunidade.

Já em Tapera ocorreu o inverso das Comunidades de Junco, Lustal I, Queimadas e Tiassol, ou seja, o número de UFs mecanizadas com valores de SAU mais elevados correspondeu a apenas 1 UF, já que as outras 8 possuíam SAU muito baixa. Assim, a média da SAU mecanizada resultou em um valor inferior ao da SAU total (que incluía as outras UFs com SAU mais elevadas).

²kW/haSAU=Cavalo a Vapor por hectare de Superfície Agrária Útil

Em complementação, pode ser observado o comportamento das variáveis *terras próprias e assalariamento*: ao serem analisadas conjuntamente em cada comunidade, foi possível observar a existência de relações proporcionais entre Junco, Lustal II e Tiassol, e relações inversas entre Lustal I, Queimadas e Tapera. Assim, em Junco, Lustal II e Tiassol foi observado que, as disponibilidades médias dos fatores terra própria e trabalho assalariado, apresentam comportamentos similares. Quando o fator terra encontra-se com baixa, intermediária ou alta disponibilidade, o fator trabalho assalariado segue a mesma tendência. Já nas comunidades restantes, ocorre o fenômeno inverso, ou seja, em Lustal I, Queimadas e Tapera, as disponibilidades baixa, intermediária e alta do fator terra, vão corresponder ao inverso na tendência do fator trabalho assalariado (Tabelas 2 e 4). Portanto, os resultados referentes ao comportamento das Unidades Familiares das Comunidades do Junco e da Tapera obedecem às tendências clássicas apontadas por Oliveira (1995) e Martins (1990) quanto à dialética entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas.

Notou-se que a maioria das UFs (Comunidades de Lustal I, Queimadas, Tapera e Tiassol) apresentaram baixo índice médio de mecanização, em virtude de alguns fatores: média de cavalos vapor reduzida associada a uma considerável SAU, bem como, uma expressiva Superfície Agrária Útil mecanizada relacionada a uma notável quantidade de capital mecânico dispensado na produção, isto é, a SAU não foi saturada em razão de sua relativa grande extensão média. A mecanização da Comunidade de Lustal I, média-alta, nesse estudo, resultou também saliente quando comparada à completa ausência de

máquinas na Comunidade de Sítio Lagoa em estudo realizado por Mayorga *et al.*, (2004). No entanto, apenas em Tiassol, pode-se admitir a relativa extensão intermediária de SAU, visto que a área média dos estabelecimentos no Estado do Ceará é de 26,40 hectares (ha) (IBGE, 2005) e nessa comunidade a média das UFs é de 29,60 ha (Máximo de 70 ha) (Tabela 4). Entretanto, Junco e Lustal II evidenciaram os maiores índices médios de mecanização dentre as UFs de todas as comunidades rurais sob estudo do Distrito do Baixo Trici: 77,88 kW/ha² e 29,24 kW/ha respectivamente, visto que ambas mecanizam significativamente uma reduzida Superfície Agrária Útil. Portanto foi possível observar, que os comportamentos referentes ao índice de mecanização, evidenciados em Junco e Lustal II seguem o mesmo padrão, diferindo apenas no número de unidades familiares com mecanização: o Junco, por possuir um número maior de UFs (n= 15), apresentou, conseqüentemente, média superior à de Lustal II, que compreende apenas 8 UFs (Tabelas 2 e 4).

É consensual que a modernização da agricultura possibilitou o aumento da produtividade do trabalho, principalmente com a inserção de tecnologias mecânicas, e o aumento da produtividade da terra, através da adoção de insumos modernos, como sementes híbridas e transgênicas, fertilizantes, defensivos, corretivos agrícolas e raças estrangeiras de animais, entre outros. Porém, também está bastante claro, que esse aumento da produtividade ocorreu e beneficiou apenas os setores já modernizados pelo capital (VIDAL, 2007), ou seja, grandes fazendas e complexos agro-industriais. Os defensores dos supostos ganhos coletivos da Revolução Verde chegaram a apontar que o baixo nível tecnológico adotado na produção camponesa explica o *atraso* e a baixa produtividade de sua economia, e como conseqüência apelam para a necessidade da utilização de tecnologias modernas (SILVA, BISERRA, 1990; FERREIRA, RAMOS, ROSA, 2006).

Nos resultados desse trabalho, observa-se que as UFs da Comunidade de Tiassol evidenciaram a maior produtividade média do trabalho dos membros ocupados internos (34,21ha/nº) e dos ocupados totais (20,27ha/nº) quando comparadas às demais comunidades, devido à expressiva mecanização empregada no processo produtivo (165,63 kW) (Tabela 4) (HALLER, GONZÁLEZ, 2004). Por outro lado, ao nível das relações de emprego foi constatado, nessa mesma comunidade, o maior número médio de trabalhadores assalariados totais, temporários e permanentes (n=23) (Tabela 2), característica da racionalização tecnológica do trabalho, proliferada pela adoção de um padrão técnico-científico intrínseco ao processo da modernização conservadora da agricultura brasileira (ELIAS, 2002; THOMAZ JÚNIOR, 2000; SILVA *et al.*, 1983). Observa-se, portanto, na Comunidade de Tiassol, uma subordinação cada vez mais efetiva da força de trabalho ao capital e sujeição da renda da terra produzida pela unidade familiar ao capital. Essa sujeição se opera sem que o trabalhador seja expropriado de seus meios de produção e é expressa pelo controle do ritmo e da intensidade do trabalho, possibilitado pela reestruturação das relações sociais de produção particulares do campo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, no presente estudo, se observa que, das duas comunidades com menores disponibilidades de terra própria, Lustal I (67,88%) e Junco (68,08%), apenas na segunda as maiores porcentagens médias de titulares se enquadram em grupos de idade mais avançada, convergindo com os resultados apresentados por Antonello (2002) para o grupo de unidades camponesas litorâneas de Sergipe, e caracterizando assim, as UFs do

² No Junco há uma unidade considerada *outliner*, já que sua SAU é de apenas 0,13 ha, o que determinou um IM extremamente elevado (833,33 kW/haSAU). Em conseqüência o Coeficiente de Variação do IM foi de 2,69 - o mais elevado de todas as comunidades - portanto, essa UF não foi considerada na elaboração do Figura 1.

Junco, como prováveis camponesas em remissão também. Acrescente-se que nessa comunidade, a proporção de jovens rurais no total de Membros Consumidores é de apenas 6,81%, (a menor de todas), o que indica possíveis dificuldades de continuidade da atividade. Apesar de que, no escopo do presente trabalho, a composição das rendas não foi estudada, essas últimas características para as UFs de Junco, reforçam tendência já observada por Tourrand, Caron e Bonnal (1993) para as famílias identificadas nesse mesmo distrito rural no tipo "Aposentados", as quais dependiam basicamente de pensões transferidas pelo Estado e se compunham por titulares com idades acima de 65 anos.

Em relação à Comunidade de Lustal I, a mesma apresenta algumas peculiaridades que permitem considerá-la uma comunidade camponesa em transição. Inicialmente, foi observado o comportamento atípico dos resultados médios de suas UFs componentes: a maioria dos titulares enquadra-se na faixa etária de jovens e no entanto dispõem da segunda maior porcentagem média de terras arrendadas, não seguindo assim, a clássica tendência apontada por Antonello (2002). Ademais, as UFs dessa comunidade se caracterizam predominantemente por valores intermediários na maioria de suas variáveis sobre fator trabalho, apresentam baixo índice médio de mecanização e ainda, apresentam o mais elevado índice médio entre consumidores e produtores: 1,26 UC/UT (Tabela 1). Observe-se que a Comunidade de Lustal e a Prefeitura de Tauá:

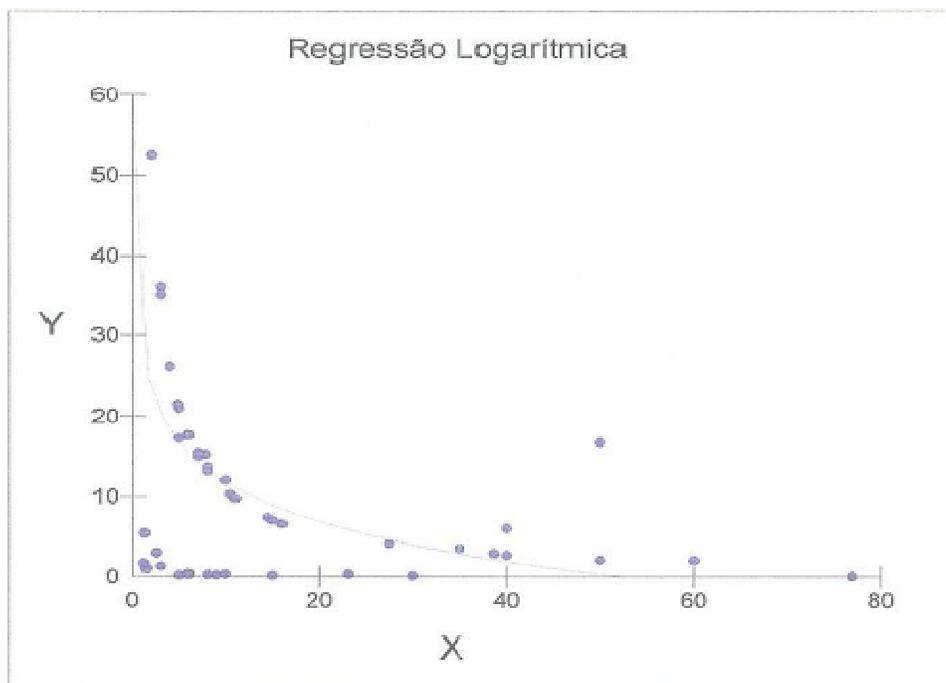
[...] mantêm uma intensa interação, que teve início em meados da década de 80, devido ao favorecimento geográfico da comunidade, permitindo a prática e implementação de projetos de irrigação, pois Lustal é favorecida pela passagem do Rio Trici e também por sua proximidade à Sede do município (MAYORGA et al., 2004, p. 121).

Assim, verifica-se para Lustal 1, que a associação entre suas características compõe a *espacialização do capital no microcosmo camponês, já que a técnica de irrigação é o elemento fomentador da dissolução da visão tradicional do trabalho, pois personifica a penetração da lógica do capital na produção camponesa* (ANTONELLO, 2002, p. 55).

De acordo com estudo referente ao índice de mecanização, desenvolvido nas propriedades orizícolas no Rio Grande do Sul, foi constatado que o aumento da área cultivada promoveu a diluição da potência empregada no processo produtivo, o que possibilitou um melhor aproveitamento do investimento cristalizado na compra de tratores e, que por consequência, pode implicar em maior rentabilidade econômica. Nesse mesmo estudo, o maior índice de mecanização (IM) evidenciado foi oriundo das unidades familiares menores, o que permitiu assinalar que essas adquiriram maior competência de trabalho do maquinário agrícola e conseguiram trabalhar suas áreas em menor tempo e com o cuidado necessário, condizendo, portanto, com a necessidade de adquirir uma maior produtividade, pois apreendiam pequenas áreas agriculturáveis (SCHLOSSER *et al.*, 2004). As Unidades Familiares das Comunidades Rurais do Baixo Trici, aqui estudadas (Junco, Lustal I, Lustal II, Queimadas, Tapera e Tiassol), revelaram comportamento similar ao apresentado nas propriedades orizícolas do Rio Grande do Sul no que se refere ao Índice de Mecanização, visto que as UFs de Tiassol por apresentarem uma relativa Superfície Agrária Útil média (SAU= 29,60 ha) evidenciaram um baixo índice médio de mecanização (IM= 6,46 kW/ha), enquanto as UFs de Junco por apreenderem uma baixa SAU média (5,37 ha) obtiveram o maior índice médio das comunidades sob estudo (IM= 77,88 kW/ha) (Tabela 4). Logo, foi possível observar, conforme a Figura 1, que o IM comportou-se diferentemente em razão da área agriculturável disponível, associada à quantidade de capital fixo destinado ao processo de produção, indicando, por conseguinte, maior consumo de trabalho do maquinário agrícola

nas menores superfícies agrárias úteis. Ademais, indicou a menor dependência desse componente tecnológico nas Unidades Familiares das Comunidades de Lustal II, Queimadas e Tapera.

Figura 1 – Regressão Logarítmica entre Superfície Agrária Útil (Eixo das Ordenadas) e Índice de Mecanização (Eixo das Abscissas)



Dentre as inovações mecânicas, que ocasionaram mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, o trator é tido como símbolo da modernização conservadora da agricultura brasileira. Silva e Biserra (1990) ao discutirem o comportamento da demanda por insumos modernos nos diversos Estados do Nordeste, relativos aos anos de 1970 a 1985, observaram que, em termos quantitativos, Pernambuco e Bahia foram os Estados que apresentaram maior utilização de tratores nos quinze anos analisados, e completam, mais adiante, que no quinquênio 1980-85, a taxa de crescimento foi relativamente baixa, chegando próxima a zero para o Estado do Ceará e negativa para os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, a saber: 0,5%, -0,7%, -2,5%, -0,9%, -2,8% respectivamente. No entanto, nesse mesmo estudo, quando foram analisadas as taxas de crescimento do período como um todo, observou-se que a mesma foi positiva para todos os Estados, o que permite assinalar que houve acréscimo do número de tratores utilizados pelos Estados do Nordeste. Tal acréscimo se deveu, primordialmente, ao crédito rural subsidiado (SILVA *et al.*, 1983) que se tornou, de maneira inegável, o agente catalisador dessa modernização socialmente seletiva e espacialmente concentrada (ELIAS, 2002) e politicamente entreguista; acentuando, portanto, as históricas desigualdades socioterritoriais brasileiras, através da financeirização do território. Araújo (2003) observou a intensificação progressiva da utilização de tratores no Estado do Ceará, por meio dos subprojetos produtivos de mecanização, visto que esses representaram um incremento de 7,2% sobre o quantitativo

de tratores. Em números absolutos e de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 1998), existiam no Ceará 4.528 tratores distribuídos em 3.264 estabelecimentos agropecuários, isto é, apenas 0,96% do total de estabelecimentos detinha esse tipo de capital fixo. Ao compararem-se esses resultados com os preliminares do Censo Agropecuário de 2006 (BNB/ETENE/CIEST, 2007), observa-se um aumento significativo do número de tratores no Estado do Ceará: 5.463 tratores em 4.396 estabelecimentos agrícolas, ou seja, 1,15% do total de estabelecimentos possui esse capital. Ao estabelecer-se a relação entre o número total de estabelecimentos (n= 383.010) e o número total de tratores (n= 5.463) existentes no Estado, constatou-se que a cada 70,11 unidades de produção agropecuária correspondia a 1 trator, ou, ao realizar-se a relação inversa, há 0,014 tratores disponíveis em cada estabelecimento (BNB/ETENE/CIEST, 2007). Evidencia-se dessa forma que a modernização preconizada pelo padrão hegemônico de produção e mediada por setores neoliberais do Estado, que atua como gestor da reestruturação produtiva do trabalho e do espaço agrário, privilegia determinados segmentos sociais e econômicos, visto que apenas uma mínima parcela dos estabelecimentos do Estado do Ceará são beneficiados por esse tipo de inovação tecnológica. Privilegiam-se novamente, os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Das noventa e seis Unidades Familiares sob estudo, 37 dispõem de tratores, ou seja, há 0,38 tratores disponíveis para cada UF, ou ainda, há um trator para cada 2,65 UFs. Isso demonstra tendência inversa à observada para o Estado do Ceará. No entanto, esse capital fixo mecânico não está homoganeamente distribuído pelas Unidades Familiares estudadas, mais sim concentrado na Comunidade do Tiassol, ausente na Comunidade de Queimadas e esparsamente disponível nas restantes.

Considerações Finais

Observa-se, portanto, que as Unidades Familiares da Comunidade de Tiassol evidenciaram-se como as mais capitalizadas no âmbito econômico e no relativo às relações sociais de produção. Enquadrando-se assim na lógica capitalista da dominação da terra, remetendo-a a valor de troca, pois se trata de terra de negócio (MARTINS, 1981), no sentido de meio de produção equivalente à capital. Contraposto a essa, observa-se que em Tapera e Queimadas, as UFs se constituem nas que sofreram menores transformações internas do trabalho familiar. Existem, portanto, duas situações relativas ao trabalho, como *valor de uso*, que convivem lado a lado no Distrito do Baixo Trici: o desenvolvimento do trabalho assalariado, evidenciado em Tiassol, e o familiar exclusivo presente em Tapera. Esse comportamento, referente ao fator trabalho, está de acordo com a tese de Oliveira (2007,1995) e Martins (1990), na qual advogam que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, visto que o desenvolvimento do último no campo é contraditório, logo, em seu processo de reprodução produzirá igualmente as suas incoerências, dentre elas o trabalho familiar camponês.

Em Lustal I, por sua vez, as UFs se caracterizaram, proeminentemente, por valores intermediários na maioria de suas variáveis associadas à presença de irrigação, apresentando-se portanto, em um estado de transição entre as comunidades mais tradicionais e as mais movimentadas pelo capital.

Referente a Lustal II, Tapera e Queimadas nota-se que essas UFs afeiçoaram-se como as mais tradicionais, emergindo como de dinâmica camponesa por excelência no que se refere aos componentes e variáveis analisadas. Caracterizadas (i) pelo envelhecimento relativo de seus respectivos titulares, que não chega a atingir os níveis encontrados para as UFs de Junco, esses titulares possibilitam a preservação e difusão dos recursos culturais e manutenção do trabalho solidário (WANDERLEY, 1995, 1999,

2003) e, simultaneamente essas comunidades dispõem de importante número de jovens que remete a uma possível continuidade da atividade; (ii) por possuir a maior parte de seus ocupados internos alocados ao nível doméstico e (iii) por apresentar baixa presença de trabalho assalariado ou completa ausência de assalariamento (Tapera); essas unidades familiares podem servir de base para a (re)estruturação de um modelo alternativo de desenvolvimento, contrário à racionalidade globalizadora. Ademais, suas baixíssimas produtividades do trabalho em relação ao fator terra, expressam a alta intensificação do fator trabalho, convergindo assim, para o preconizado por Altieri e Nicholls (2002) em relação ao fortalecimento do campesinato: lograr a máxima mobilização da força de trabalho local. Essa alta intensificação do trabalho camponês, aliada à baixa dependência de mecanização (com exceção de Lustal II, que apesar de alta porcentagem de terras próprias, possui baixa Superfície Agrária Útil), permite vislumbrar que ainda controlam recursos desse sistema agrário marginal e ameaçado, convidando para sua restauração e aperfeiçoamento. Poder-se-ia assim, apreendê-las como *focos de resistência* ao capital segundo previsto por Araújo (2000b).

Desse modo, nota-se a heterogeneidade do padrão agrário adotado nesse território do Distrito do Baixo Trici comportando tanto a agricultura tradicional como a moderna. A organização do território camponês implica a ausência da divisão territorial do trabalho, já que os espaços condicionados pela lógica dos recursos endógenos camponeses também condicionam suas relações sociais de produção; em outras palavras, *as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais* (FERNANDES, 2008, p. 276).

As perspectivas que se abrem a partir das evidências apontam para a necessidade da continuidade da pesquisa. Encontram-se em fase preparatória, estudos sobre outros componentes do *fazer camponês*. Especificamente estão sendo estudados aspectos da cultura camponesa e de seu cálculo nas Comunidades Rurais de Tapera, Queimadas e Lustal II. A reprodução social dessas unidades familiares do semi-árido dos Inhamuns, Ceará, portanto, necessita ser compreendida no sentido de sua re(produção), para que se possa configurar e aprofundar o conhecimento de suas estratégias familiares, fundiárias e territoriais.

Bibliografia

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la América Latina del Siglo XXI. In: LEFF, E. *et al.*, (Orgs.) La transición hacia el desarrollo sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe. México, D.F.: Instituto Nacional de Ecología, México; Universidad Autónoma Metropolitana, México; Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente, México, 2002, p.281-304.

ANDRÉ, J. V. A produção camponesa em foco: passos metodológicos para o cálculo de gravitação econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. Anais... Brasília: SOBER, 2008. CD ROM.

ANTONELLO, I.T. Trabalho concreto, trabalho abstrato - reprodução do campesinato sergipano. Geografia, Rio Claro, v.27, n.1, p. 43-63, abr. 2002.

ANTUNIASSI, M.H.R. 15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo: o caso da Família Pereira. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos

rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.47-64.

ARAÚJO, T.B. de. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, M. da C. (Org.), Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: ARAÚJO, T.B. de (Org.) Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000b.

ARAÚJO, J. B. C. *et al.*. Estudo sócio-econômico sobre agricultores familiares produtores de queijo-de-coalho das Comunidades do Junco, Tiassol e Tapera, no Município de Tauá - Ce. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 46., 2008, Anais... Rio Branco, 2008.

ARAÚJO, M. H. de. Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2003.

AS-PTA - ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA. Projeto Paraíba. Agricultura e Agroecologia. Disponível em: <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba>. Acessado em 20 de set. de 2009.

BACHELARD, G. A poética do espaço. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACH, B.; MAYORGA, M.I. de; ZEDDIES, J. Economic analysis of different farming systems on the individual level in the Northeast of Brazil. In: GAISER, T. *et al.* (Eds.). Global change and regional impacts. Berlin: Springer-Verlag, 2003. p.359-374.

BARBOSA, T. *et al.* 2008. The start of sustainability in Amazonia? A new paradigm based on fertility for sustainable land management. In : BENOÎT, D. (Ed.). Empowerment of the rural actors. A renewal of farming systems perspectives. European IFSA Symposium, 8., 6-10 Jul., 2008, Clermond-Ferrand. [Cd-Rom]. Paris: INRA, 10 p., França.

BARONE, L.A. Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp - Araraquara, SP, 1996.

BARONE, L.A. Revendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa de força à dialética do controle. Retratos de Assentamentos, n.9, p.105-120, 2004.

BASTOS, V.A. de; OLIVEIRA, T. de. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaque na construção da qualidade de vida. Retratos de Assentamentos, n.9, p.147-166, 2004.

BERGAMASCO, S.M.P.P. Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. Minicurso 56.G 9.0. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC), 57., 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2005.

BERGAMASCO, S.M.P.P. ; PAMARD, C.B. ; CHONCHOL, M.E. Pour un Atlas des Assentamentos brésiliens: Reforme Agraire et espaces de recherche. Autrepart (La Tour d'Aigues), Paris, v. 3, p. 149-175, 1997.

BNB/ETENE/CENTRAL DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E TECNOLÓGICAS. Informações agropecuárias do Estado do Ceará. 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ne_social.pdf>. Acessado em: 29 de ago. 2009.

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. G. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. 2009. Disponível em: <http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Desenvolvimento/Desenvolvimento_Endogeno_e_Potencial_Endogeno.doc>. Acessado em: 28 de set. 2009.

BORGES, J.R.P.; FABBRO, A.L. de. Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental em assentamentos da reforma agrária paulista - Um estudo da situação de vulnerabilidade de famílias assentadas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Anais... Quito, Equador.

CAMPOS, C.S.S. Campesinato autônomo: uma tendência real ou utopia? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XII., 2005, Anais... Belo Horizonte, MG. 2005.

CARDIM, S.E. de C.S.; VIEIRA, P.de T.L; VIEGAS, J.L.R. Análise da Estrutura Fundiária Brasileira. Brasília: INCRA, 2007. 27 p.

CARMO, M. S. do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.295-318.

CARVALHO, A. *et al.* Sistemas de produção familiar no Norte do Paraná. In: PASSIRI, J. J. (Coord.). A Agricultura Familiar. Londrina: IAPAR/EMATER, 2001. 56 p.

CARVALHO, H.M. de. Revista Sem Terra, v.5, n.19, p. 1-4, abr./jun.2003.

CHAYANOV, A. V. La teoría de la economía campesina. 2 ed. México: PYP, 1987.

CHONCHOL, M.E.F.de. Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações e terras. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.65-78.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. Elementos para a construção de uma Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, 1., 1997, Brasília. Anais... Brasília, 1997.

COSTA, C.M.O. da; BERGAMASCO, S.M.P.P. Processo de organização da produção em assentamentos rurais no Brasil: a Fazenda Pirituba/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.125-156.

DUVAL, H.C. O trabalho em grupo e o trabalho de campo: um pesquisador em busca da visão poliocular. Retratos de Assentamentos, n.9, p.61-70. 2004.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 29-51, jan./jun. 2006.

_____. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. Geografia, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 223-239, mai./ago. 2005.

_____. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

_____. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. Geonordeste, Aracajú, ano XI, n. 2, 2001.

FERNANDES, B. M. *et al.*. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Portal do Paranapanema - SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.79-104.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. Campesinato e território em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERRANTE, V. L. S. B. Tamoio: olha! Tem nó na cana! Revista Perspectivas, v.7, São Paulo: UNESP, 1984.

FERRANTE, V. L. S. B. Bóias-frias em greve: a coletivização dos espaços de luta. In: ENCONTRO NACIONAL DA PIPSA, XI., Botucatu, SP. Anais... Botucatu, 1986. p. 488-513.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Assentamentos rurais e poder local: os rumo da descentralização da Reforma Agrária. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.157-186.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L.A. Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. Retratos de Assentamentos, n.9, p.11-60, 2004.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; KURUNAGA, A.A. Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Retratos de Assentamentos, n.10, p.19-44, 2006.

FERREIRA, M. de O.; RAMOS, L. M.; ROSA, A. L. T. da. Crescimento da agropecuária cearense: comparação entre as produtividades parciais e total. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 503-524, jul./set., 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP, IPEA, PNUD. 2008. Índice de desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros – IDH. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acessado em 25 de set. de 2009.

HALLER, V. V.; GONZÁLEZ, I. S. Agricultura de subsistencia y desarrollo rural. México: Trillas, 2004.

HESPANHOL, A.N.; COSTA, V.M.H.de M.; SANTO, C.R.do E. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina - SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.105-125.

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal - PAM. Anual 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22 de jul. 2009.

_____. Censo agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acessado em: 25 de jul. 2009.

_____. Indicadores de desenvolvimento sustentável - IDS. Brasil: IBGE, 2004. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm>>. Acessado em: 28 de ago. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (Ceará). Anuário Estatístico. [s.l.,s.n.] 2005. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acessado em 2 de maio.de 2008.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil. INCRA/CRUB/UNb, Brasília, mai. 1997. (Relatório Final).

JORGE, W.J.; SOUZA, J.G. Os programas especiais de financiamento como instrumentos de integração sócio-econômica em assentamentos rurais: as intenções e os fatos. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.187-212.

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: A Gramscian analysis. Geoforum, v.40, n.3, mai., p.316-325, 2009.

KUNZE, J.D. A lógica camponesa, o cálculo camponês e a pequena propriedade agrária no Brasil. [s.l.,s.n.] 2009. Disponível em <<http://www.oeconmista.com.br/>>. Acessado em: 5 de set. de 2009.

MACIEL, M.C. As guardiãs da religião. Retratos de Assentamentos, n.9, p.167-174, 2004.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) Campepinato: territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

MAYORGA, D. de O. *et al.* Capital social, capital físico e vulnerabilidade do sertanejo: o caso das Comunidades Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá, Ceará. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 42, n. 1, p.111-132, 2004.

MAZOYER, M. L. Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas. Tradução de Patrice Willaume. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18 p.(Textos para debate 37).

NORDER, L.A. Estado, sistemas de crédito e arranjos locais. BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP: Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p. 213-240.

OLIVEIRA, A. M. de. Saberes camponeses e práticas pedagógicas no campo. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 70, n.13, p.47-58. 2008.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura brasileira: Desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. *et al.* (orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, p. 280-306.

_____. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Ed., 2007.

PAULINO, E. T. Território e campesinato: da teoria à práxis. Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 199-211, jul./dez., 2008.

PEREIRA, N.L. *et al.* Análise da sustentabilidade da produção do algodão orgânico: estudo de caso no Município de Tauá, Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, IV., 2001, Anais... Belém, Pará, 2001.

PICOLOTTO, E. L.; DIESEL, V. E agora José... para onde? Impasses em torno da identidade e projeto do movimento de agricultores em Constatina - RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. Anais... Brasília: SOBER, 2006. CD ROM.

RAMOS, L.R.; SAMPAIO, J.L.F. Descobrimos os caminhos da convivência com o semi-árido no Assentamento Palmares em Crateús - CE. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, VII., 2007, Anais... Fortaleza, Ceará, 2007.

SAMPAIO, J.L.F.; LIMA, A.E.F. O saber camponês: apropriação dos recursos no Sertão dos Inhamuns - Ce. Mercator - Revista de Geografia da UFC, v.6, n.11, p.59-70, 2007.

SANTOS, V.T.dos. A reprodução subordinada do campesinato. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.2, n.2, p.109-117, 1981.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 127 p.

SANT'ANA, A.L. *et al.*, Estratégias de comercialização e geração de rendas em dois assentamentos da Região de Andradina (SP). BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.241-276.

SCHEAFFER, R. L.; MENDEHALL III, W.; OTT, R.L. Elementary survey sampling. 5. ed. Belmont: Duxbury, 1996. 561p.

SCHOLOSSER, J. F. *et al.* Índice de mecanização de propriedades orizícolas no Rio Grande do Sul, Brasil. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v. 34, n. 3, p. 791-794, mai./jun., 2004.

SCOTT, J. The moral economy of peasants: rebellions and subsistence in the southeast Asia. 1.ed. New Hawen, Conn: Yale University Press. 1976. 246 p.

SHANIN, T. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, T. La clase incomoda. Madrid:Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, J. G da. *et al.* Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez., 1983.

SILVA, L. M. R.; BISERRA, J. V. Comportamento da demanda de insumos modernos do Nordeste. Revista Ciência Agronômica, Fortaleza, v. 21, n. 1/2, p. 93-102, jun./dez., 1990.

SOUSA, I.S. de *et al.* Manejo agroecológico de árvores algodoeiras: uma alternativa para famílias rurais de pequena dimensão no semi-árido do Ceará. Revista Ceres, v.52, n.303, p.787-809, 2005.

SOUSA, B.M. de. Campesinato e subsunção do trabalho ao capital. [s.l.,s.n.] 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=42963001>>. Acessado em 30 de ago. de 2009.

SOUZA, V. F. de ; FERREIRA, L ; BERGAMASCO, S. M. P. P. Processos evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, Araraquara, Estado de São Paulo. Revista de Economia Agrícola, v. 55, p. 5-14, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. A trama societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. (Noções Introdutórias). In: O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização. Organização: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/BAURU). Bauru, 2000.

THOMPSON, E. La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: _____. Tradición, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona: Crítica, 1984, p. 62-134.

TOURRAND, J.F.; CARRON, P.; BONNAL, P. Recherche sur les systèmes d'élevage du semi-aride: cas du Nordeste brésilien. Montpellier, França, CIRAD-EMVT/SAR, 75 p. 1993.

VIDAL, D. de L. Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará: adaptação de sua dinâmica ao meio ambiente natural e institucional. In: COSTA, L.F.A. da; FROTA, F.H. da S. (Orgs.). Nordeste(s), Novos Desafios: Políticas Públicas e Dinâmicas Institucionais, Fortaleza: EdUECE, 2006. p. 241-250.

VIDAL, D. de L. Políticas do Banco do Nordeste do Brasil para a pecuária camponesa: apoio à biodiversidade de pequenos ruminantes em sistemas de produção nordestinos? Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.14, n.28, p.28-36, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária. Campinas, v.25, n.2/3, p.37-57, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999. 1 ed.

WANDERLEY, M. de N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (Estudo de Caso no Nordeste). In: MARTINS, J. de S. (Coord.) Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, ed.UFRGS, 2003, p.203-246.

WEID, J.M. von der. Communal participation in agroecological planning. ILEIA Newsletter, v.9, n.4, dec., 1993.

WHITAKER, D.C.A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. Caderno Cedes, n.56, p.7-22, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara - SP. BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B., (Orgs.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003. p.275-294.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, v.87, p.11-73. 1990.

Resenha

RODRIGUES, V. L. G. S. Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social. Brasília: MDA, 2009. 269 p.

Sergio Gómez E.

Sociólogo, Diretor do Programa do Mestrado em Planejamento Territorial Rural: Enfoque e Métodos. Universidade Academia de Humanismo Cristiano. Grupo de Investigações Agrárias, Santiago do Chile e Consultor do Escritório Regional do FAO.

A edição póstuma de alguns dos trabalhos publicados nos últimos anos, separadamente em diversos meios, oferecem-nos a ocasião para analisar com uma visão de conjunto, a produção sociológica da amiga Vera Rodrigues, prematuramente falecida em agosto de 2008.

No prefácio do livro que resenhamos, o professor André Pires oferece um panorama da trajetória acadêmica de Vera, por isso não insistirei no mesmo ponto. Nesta oportunidade, interessa-me destacar dois aspectos que dão conta das principais características de sua atividade como pesquisadora social, que ao final de contas é o mais específico e próprio do ofício do sociólogo. Em primeiro lugar, a forma em que se aproximou dos principais temas através de sua produção como pesquisadora e, em segundo lugar, a maneira como abordou suas pesquisas.

Os principais temas que ela abordou em sua curta, mas fecunda vida acadêmica, através da pesquisa e a docência, abrangem as questões mais importantes da Sociologia Rural contemporânea. Em primeiro lugar, ela entra na discussão sobre as características próprias deste objeto da Sociologia Rural, ao abordar o tema da nova ruralidade. Em segundo lugar, identifica as principais unidades conceituais desta nova ruralidade emergente, como: estrutura rural, atores sociais e as organizações rurais, sempre situada na perspectiva da discussão contemporânea, que se encontra em pleno debate.

Com efeito, Vera Rodrigues entrou na discussão da nova ruralidade, como na tentativa de conceitualizar o mundo rural que prevalece atualmente em nossos países, entendido como novas formas de entender o espaço rural que deveriam atuar no desenho e na aplicação das políticas e dos programas para o campo. Dentro desta discussão destaca-se a importância que têm os seguintes aspectos: 1) a dimensão territorial *versus* a tradicional leitura setorial, incluindo as funções e os serviços prestados pela agricultura, considerando outros aspectos que vão além do produtivo; 2) os vínculos entre as pequenas cidades e o campo circundante, considerando a relação entre desenvolvimento urbano e rural; 3) a necessária complementaridade entre a agricultura e outras ocupações, sem subtrair a importância desta atividade, embora não se mantendo como prioritária; 4) a importante função residencial que vão assumindo crescentemente as áreas rurais; 5) a consideração do potencial econômico que oferecem os ativos de tipo geográfico, histórico, cultural, etc., ligados ao território; e 6) a participação nas políticas e programas de desenvolvimento rural dos diversos agentes envolvidos e o estabelecimento de um necessário acordo social entre eles.

Vale à pena insistir na importância adotada da definição de ruralidade, que ressalte sua amplitude para além do âmbito acadêmico. Resulta que, a forma como se define a realidade sobre a qual se pretende intervir, é decisiva na definição do conteúdo que terão as políticas a serem aplicadas. Neste sentido, se o diagnóstico se apoiar numa visão tradicional da ruralidade, as políticas e os instrumentos aplicados serão coerentes com aquela definição. Isto explica, em muitos casos, que a definição de políticas públicas tem escassa

pertinência. Por outro lado, quando se considera o conceito de ruralidade de forma ampliada, como o estabelece a nova concepção, encontramos planos e programas mais adequados à realidade existente. Por isso, esta discussão tem um conteúdo prático de primeira importância.

A ativa participação de Vera no Projeto “Novo Rural” que se desenvolveu com particular força entre os anos 1990 no Brasil, é testemunho disso. As contribuições que se encontram no livro que se resenha, avalizam esta afirmação.

Outra amostra de seu interesse neste tema se expressa no afã de centrar seus últimos esforços de pesquisa no município de Vinhedo, estado de São Paulo, território que teve uma forte e ampla conversão desde terras dedicadas à agricultura para terrenos dedicados à moradia. A realidade das chácaras tem uma longa história, que se remonta à antiga Roma, mas a novidade é a extensão deste fenômeno, e neste sentido o caso do Vinhedo é emblemático pela rapidez e a extensão que ocorreu. Não se trata de discutir se este caso é representativo ou não, mas se expressa de uma maneira exagerada os traços desta nova ruralidade. Em outras palavras, esta situação se aproxima muito à concepção do tipo ideal Weberiano.

Suas contribuições às principais unidades conceituais já assinaladas como a estrutura rural, os atores sociais e as organizações rurais, são significativas. No que diz respeito à estrutura rural, ela não ficou na evidência da pluriatividade que caracteriza a nova ruralidade, questão que a estas alturas do debate chegou a ser um lugar comum. Seus estudos sobre área rurais que mantêm suas características, mas que passaram a se constituir como espaços rurais de moradias principais ou de segundas residências mostram suas novas contribuições ao tema.

Nestes tipos de situações, surgem novos atores sociais rurais, como são os vizinhos de origem de classe média que trabalham em entornos urbanos, mas que passam a ser atores sociais rurais na medida em que ser vizinho torna-se uma condição fundamental. Ainda, outro aspecto é o dos “caseiros”. Quanto a definir as características dos grupos sociais, a visão tradicional da Sociologia Rural expôs uma combinação da visão de Chayanov com a teoria de classes sociais. Assim, chegou-se a diferenciar capitalistas, latifundiários, camponeses e assalariados. Estas categorias resultavam insuficientes para dar conta da situação que atualmente se observa nas áreas rurais da América Latina. Para isso, combinaram-se elementos fundamentais dos trabalhadores por conta própria, recorrendo-se aos elementos assinalados por Chayanov e as colocações de atores sociais por Alain Touraine.

O tema das organizações rurais era tradicionalmente identificado somente com a temática das organizações e das mobilizações camponesas. Outras organizações rurais poderiam ser abordadas desde outras perspectivas. Assim por exemplo, a vigência das organizações empresariais e as mobilizações que desenvolvem, careciam dos marcos conceituais rigorosos. Com efeito, as mobilizações empresariais agrícolas desenvolvidas em países como o Brasil ou Chile, e mais recentemente na Argentina, não tinham outros referentes lhes conceitue que não fossem considerá-los como “grupos de pressão”, destinados a exercer lobby frente às estruturas de poder. Estas visões tradicionais não dão conta da complexidade das situações que ocorrem na atualidade. Para isso, nossa autora, soma-se à reflexão do neocorporativismo que propõe Eduardo Moyano da Universidade do Córdoba (Andalucía), aplicando sua proposta com lucidez no âmbito da América Latina

Quanto à forma em que Vera abordou sua produção sociológica como pesquisadora, quero ressaltar sua proximidade acadêmica que não nos prende com formalismos que complexam a natureza dos fatos investigados. Pelo contrário, serve de ponte para que a realidade se expresse com toda sua vivacidade, complexidade e veracidade. Em suma, a exposição clara e compreensível para os leitores deve ser um atributo dos sociólogos para que tentemos nos comunicar com o meio. Acredito que Vera conseguiu.

Finalmente, deve-se ressaltar a importante faceta de Vera como docente quem se projetou formando novas gerações de pesquisadores. Prova disso, é que vários trabalhos

que formam parte do livro são de autoria compartilhada com alunas que se iniciavam na investigação social. Sua preocupação pelo gênero, não é menor: todas são mulheres.

Espero que no próximo VIII Congresso da Associação Latino-americano de Sociologia Rural ALASRU, evento no que normalmente participou sua autora, que se realizará em Porto de Galinhas - Pernambuco, Brasil, em novembro de 2010, seja uma ocasião na qual possamos realizar alguma homenagem a Vera Rodrigues como uma lembrança de sua pessoa e um reconhecimento de seu trabalho.

Tradução:

Bernardo Maçano Fernandes - Unesp
Estevan Leopoldo de Freitas Coca - Unesp

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E.. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.